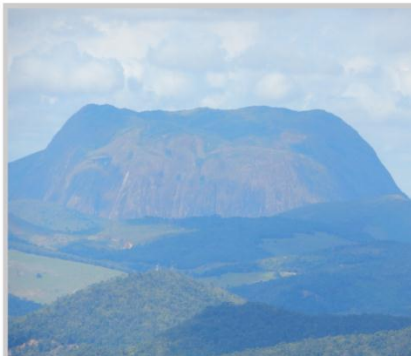
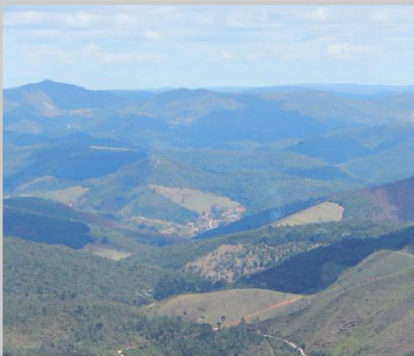


**NOS LIMITES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (MG):
POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO ESPAÇO RURAL**



CLAUDINEI DA SILVA PEREIRA





**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**NOS LIMITES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (MG):
POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO ESPAÇO RURAL**

CLAUDINEI DA SILVA PEREIRA

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente - SP
2015



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**NOS LIMITES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (MG):
POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO ESPAÇO RURAL**

CLAUDINEI DA SILVA PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente - SP
2015

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. **ANTONIO NIVALDO HESPANHOL**
ORIENTADOR



PROF. DR. **EVERALDO SANTOS MELAZZO**
(FCT/UNESP)



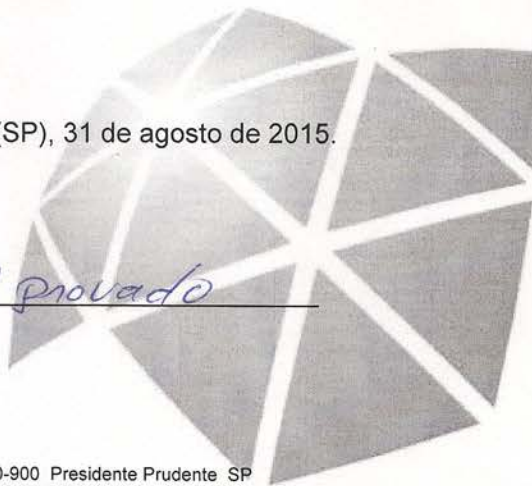
PROFA. DRA. **ALINE WEBER SULZBACHER**
(UFVJM)



CLAUDINEI DA SILVA PEREIRA

Presidente Prudente (SP), 31 de agosto de 2015.

RESULTADO: Aprovado



FICHA CATALOGRÁFICA

P49n Pereira, Claudinei da Silva.
Nos limites do Jequitinhonha e Mucuri (MG) : políticas públicas
direcionadas ao espaço rural / Claudinei da Silva Pereira. - Presidente
Prudente : [s.n.], 2015
271 f.

Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Política pública. 2. Regionalização. 3. Espaço rural. 4. Vales do
Jequitinhonha e Mucuri. I. Hespanhol, Antonio Nivaldo. II. Universidade
Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado principalmente a minha Avó Leonoura (in memoriam) por me incentivar a trilhar os caminhos do mundo, e a todos os Agricultores e Agricultoras dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri que labutam ao sol na esperança que a chuva traga bons frutos e possibilidades para um novo sonho!!!

AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação foi construída tendo a participação de muitas pessoas e instituições públicas que de forma direta ou indiretamente foram e são importantes para sua conclusão.

Quero primeiramente agradecer a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de estudo no Brasil que possibilitou a realização desta pesquisa, como também a Bolsa de Estágio Pesquisa no Exterior (BEPE) realizada na Universidade de Alicante (Espanha) que permitiu novas perspectivas de análise e vivência enquanto pesquisador. E a Coordenadoria e Apoio de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa por seis meses. Estendendo assim meus agradecimentos ao povo brasileiro que por meio de seus impostos custeia o ensino público.

Agradeço ao Professor Antonio Nivaldo Hespanhol por ter aceitado me orientar desde a Monografia de Graduação e, principalmente para esta Dissertação, com a prontidão e coerência nas orientações, correções dos textos, que não foram poucas, e principalmente por acreditar e depositar em mim a confiança necessária para que pudesse desenvolver a pesquisa na área de estudo que escolhi e das temáticas que arrisquei trilhar por estes 30 meses. Desta forma, muito obrigado!!!

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, por ter disponibilizado a estrutura necessária e adequada para a realização da pesquisa, como também a possibilidade de vir viver na cidade de Presidente Prudente. Foi por causa e intermédio da UNESP que pude expandir os horizontes do “meu mundo” e assim conhecer novas pessoas que foram e são parte da minha história de vida.

Aquele agradecimento fraterno à minha família (Ailda, Manoel (in memoriam), Leonoura (in Memoriam), Wanderlei, Ana Paula, Vagner, Henrique, Kely, Jhon, Nelson, Lúcio, Wesley, Tayan, Serafim (in memoriam), Eliete, Dudu, Rose) e aos demais familiares que são muitos.

Aos amigos da linda e maravilhosa Minas Gerais: Eduardo (Dudu), Romário, Lezinho, Leí (bocão), Leize, Jaque, Jacó, Orlando, Cida, Carol,

Fernando, Carla, Tião, Geraldo. A professora Edvânia por ter incentivado a construir novas estradas ao longo da vida.

Em Presidente Prudente:

A Flaviane (portuguesinha) por ter colaborado e ajudado em diversas partes do trabalho, impressão, correções e organização final, além do convívio fora do âmbito acadêmico que foram bons. Aos amigos Fernando (Heck) pelos dois longos anos de convívio, Adriano (bundinha) e Renata (Rê) com as colaborações fundamentais na parte cartográfica desde o tempo de Rep. Taberna, ao casal Ítalo (cabeção) e Juliana (Índia Veia), cabeção ainda precisamos da revanche no game, Marlon, Tássio B. Cunha (careca), o Dino (agora em Rio Claro), Caio, Roberta.

Aos membros do GEDRA: Veloso, Flávio Salete (Pirapó), Vânia, Carla, Aline (gauícha), Jânio e a professora Rosângela pelas colaborações e sempre disposta a ajudar.

Ao professor Everaldo e Carlos Neves pelas sugestões e colaboração durante a Banca de Qualificação.

Ao Casal Colombiano Yolima e Robson pela colaboração no idioma espanhol e correções dos textos.

Ao Professor José Daniel Gómez López por ter supervisionado o estágio realizado na Universidade de Alicante, ter possibilitado conhecer uma pequena mas bonita parte do Mediterrâneo espanhol com suas dinâmicas naturais e produtivas, e por ter assistido o Barça e o Messi no Camp Nou; aos professores Samuel e Carlos por terem colaborado sobre a dinâmica dos espaços rurais na Província de Alicante.

Aos colegas de república em Alicante: Jorge (búlgaro) e Nicolas (Alemão); aos colegas do Mestrado em Desenvolvimento Rural e Inovação Territorial da Universidade de Alicante. O Rafael (Catão) pelas andanças em Barcelona e nas Montanhas de Alicante.

A galera da FCT/UNESP: Cassio, Rodrigo, Baltazar, Priscila, Líriane, Fernanda, Rodrigo Simã, Karime, Messias e aquele agradecimento ao Baiano e Cirso pela ajuda no Intercâmbio.

A Seção de Pós-Graduação da FCT pela agilidade, boa vontade, coerência e exemplo de Instituição Pública a serviço da construção de um mundo melhor. Aos professores da Pós-Graduação pelos ensinamentos.

A rapaziada do futsal de segunda e quarta à noite na quadrinha da Bomboteca; aos boleiros do fut de domingo no campo da Unesp, valeu pelo convívio e pelas possibilidades de colocar em ação minhas habilidades futebolísticas.

Aos representantes das secretarias de agricultura de Itaípe e Carai, da EMATER de Itaípe, da EFACIL, das associações de agricultores destes municípios, IDENE e Cáritas Diocesana de Araçuaí.

E por fim, aos 208 agricultores familiares que dispuseram um pouco de seu tempo, conhecimentos e experiências para me ensinarem as diversas possibilidades de viver na área rural.

Ao São Paulo Futebol Clube, Tricolor Paulista, pelas alegrias ao longo de toda minha vida.

A Todos Muito Obrigado e Aquele Abraço !!!

RESUMO

A atuação do Estado brasileiro ao longo do século XX e início do XXI esteve pautado em estruturar as condições necessárias e propícias para a expansão do modo capitalista de produção no território nacional. Ao privilegiar espaços que melhor provessem o capital para sua consolidação, renegou outros das possíveis melhorias, e as consequências foram à consolidação de estruturas sociais, econômicas e infraestruturais desiguais. Em Minas Gerais o capital forjou no seu processo de expansão, aliado a atuação do Estado, mecanismos que reforçaram as desigualdades socioespaciais entre as áreas do estado. Como forma de integrar as áreas que haviam sido marginalizadas dos processos de estruturação do capital, o Estado por meio de instituições nos níveis estadual e federal regionalizou o espaço para implementação de políticas públicas. Para compreender as relações entre políticas públicas e regionalização, no âmbito deste trabalho, propusemos analisar a partir das regionalizações delimitadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) como uma mesma política pública apresenta especificidades na sua forma de execução, caso os municípios estejam em regiões diferentes. Para isso, utilizamos como recorte de estudo os municípios de Carai e Itaipé, inseridos no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, respectivamente. Os programas pesquisados foram direcionados ao espaço rural, sendo eles: o Programa Territórios da Cidadania do Vale do Mucuri, que possibilitou a construção de uma Escola Família Agrícola (EFA) envolvendo a participação da sociedade civil e quatro municípios na sua gestão; o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) que financiou infraestruturas produtivas e sociais na área rural; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que devido a especificidades na área de atuação da SUDENE é executado em duas modalidades, e tem financiado a agricultura familiar com consequências na modificação na estrutura produtiva agropecuária nestes municípios. Além destes programas, analisamos as formas de abastecimento de água potável para os domicílios rurais nestes municípios, situando quais os programas que financiaram as infraestruturas e as diferentes formas de gestão dos sistemas, e também como a atuação do setor empresarial é parte intrínseca na compreensão das tecnologias que foram utilizadas. Os diferentes programas e as infraestruturas implantadas foram analisados com o subsídio de trabalho de campo. Também realizamos entrevistas semiestruturadas com representantes de instituições públicas municipais, estaduais e com representantes de associações de agricultores. A articulação entre as instituições públicas para a execução de programas direcionados ao espaço rural apresentou fragilidades para o êxito das ações, em parte, devido a não complementaridade de recursos para expandir infraestruturas existentes, e em outras as disputas políticas relativas a instituições nos níveis estadual e federal.

Palavras-chave: Política pública. Regionalização. Espaço rural. Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

ABSTRACT

The performance of the Brazilian state along the 20th century and the beginning of 21st was ruled in structuring the necessary and favorable conditions for the expansion in the capitalism way of production in the national territory. By privileging spaces best to provide the capital for its consolidation, it renounced others of the possible improvements, and the consequences were the consolidation of unequal social, economic, and infrastructural structures. In Minas Gerais the capital forged in its expansion process, allied to the actuation of the State, mechanisms that reinforced the socio-spatial inequalities among the areas of the state. As form of integrating the areas that had been marginalized of the processes of structuring of the capital, the State through institutions in the state and federal levels regionalized the implementation of public policies. To understand the relationships between public policies and regionalization, in the ambit of this work, we intended to analyze starting from the delimited regionalization by the Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) and the Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) as the same public policy presents specificities in execution form, in case the municipality are in different areas. For that, we used as study cutting the municipalities of Carai and Itaipé, inserted into Vale do Jequitinhonha and Vale do Mucuri, respectively. The researched programs were addressed to the rural space, being them: Programa Territórios da Cidadania do Vale do Mucuri, that made possible the construction of a Escola Família Agrícola (EFA) involving the participation of the civil society and four municipalities in the management; Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) which financed productive and social infrastructures in the rural area; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) that due to specificities in the area of performance of SUDENE is executed in two modalities, and it has financed the family agriculture with consequences in the modification in the productive agricultural structure in these municipalities. Besides these programs, we analyzed the forms of drinkable water supply for rural houses in these municipalities, placing which programs that financed the infrastructures and the different forms of system management, and also the way that the performance of the business sector is intrinsic part in the understanding of technologies were used. The different programs and implanted infrastructures were analyzed with the subsidy of fieldwork. We also accomplished semi-structured interviews with representatives of local, state institutions and with representatives of farmers' associations. The articulation among public institutions for the execution of programs addressed to the rural space presented fragilities for the success of the actions, partly due to non-complementarity of resources to expand existent infrastructures, and in other the political disputes related to institutions in the state and federal levels.

Keywords: Public policy. Regionalization. Rural space. Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) por setor e por microrregião em Minas Gerais (2010)	44
Figura 2 – Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios de Minas Gerais (2000)	48
Figura 3 – Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios de Minas Gerais (2010)	51
Figura 4 – Rochas em formato de “pão-de-açúcar” no município de Itaipé vistas a partir do divisor de água das bacias hidrográficas do Mucuri e Jequitinhonha	74
Figura 5 – Mata seca margeando o rio Piauí, município de Carai	78
Figura 6 – Processo de minifundiarização na área rural de Carai, Córrego do Engano	104
Figura 7 – Pequena unidade de processamento de café em Itaipé (2014)	114
Figura 8 e 9 – Instrumentos utilizados para extrair caldo de cana-de-açúcar existente nos municípios de Itaipé e Carai (2014)	119
Figura 10 – Desmatamento para produção de carvão e posterior conversão em pastagens no Córrego Brejaúba, município de Itaipé.	125
Figura 11 – Desmatamento com uso de trator esteira para reconversão em pastagens no Córrego Areia, município de Carai	125
Figura 12 – Prédio construído para abrigar a sede da Escola Família Agrícola em Itaipé	157
Figura 13 – Prédio da EFACIL construído com recursos do Programa Territórios da Cidadania	158
Figura 14 – Organograma das instâncias da EFACIL	159
Figura 15 – Antigo “Pau das Moças” na estrada entre as cidades de Carai e Araçuaí	179
Figura 16 – Reunião do assessor de Crédito do Banco do Nordeste com agricultores familiares beneficiários do Programa Agroamigo em Itaipé.	197
Figura 17 – Agricultores comercializando seus produtos na feira municipal de Carai	209
Figura 18 – Cisterna de polietileno instalada pelo Programa Água para Todos, Córrego da Santa Rosa, município de Itaipé.	235
Figura 19 - Cisterna de placa instalada pelo Programa Um Milhão de Cisternas, Córrego Quartel, município de Carai.	240

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estabelecimentos rurais pesquisados nos municípios de Carai e Itaipé	26
Mapa 2 – Micro e mesorregiões geográficas do IBGE no estado de Minas Gerais	35
Mapa 3 – Regiões de planejamento do estado de Minas Gerais	36
Mapa 4 – População municipal por situação de domicílio e total em Minas Gerais	41
Mapa 5 – Municípios sob atuação da SUDENE no estado de Minas Gerais	55
Mapa 6 – Municípios integrantes do Semiárido no estado de Minas Gerais, 2014	58
Mapa 7 – Regionalização da área de atuação do IDENE em Minas Gerais	61
Mapa 8 – Formações vegetais nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (MG)	66
Mapa 9 – Municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri na hierarquia urbana de Minas Gerais	71
Mapa 10 – Hipsometria e hidrografia nos municípios de Itaipé e Carai	76
Mapa 11 – Localização da população do município de Carai por situação de domicílio rural, urbana e por distrito, 2010	94
Mapa 12 – Localização dos alambiques de cachaça por Córrego em Carai e Itaipé	122
Mapa 13 – Localização dos tanques de resfriamento de leite nos municípios de Carai e Itaipé, 2014	129
Mapa 14 – Localização das escolas municipais na zona rural em Itaipé (2014)	134
Mapa 15 – Escolas municipais e estaduais nas áreas rurais e vilas no município de Carai (2014)	137
Mapa 16 – Municípios integrantes do Território da Cidadania do Vale do Mucuri	153
Mapa 17 – Municípios integrantes da Escola Família Agrícola – EFACIL	156
Mapa 18 – Infraestruturas financiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) no município de Itaipé	174
Mapa 19 – Infraestruturas financiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) no município de Carai	181
Mapa 20 – Localização dos tratores agrícolas por proprietários nos municípios de Carai e Itaipé (2014)	190
Mapa 21 – Sistema de abastecimento de água rural por programa e localidade no município de Itaipé, 2014	232
Mapa 22 – Sistemas de abastecimento de água rural e urbana por programa e localidade no município de Carai, 2014	242
Mapa 23 – Açudes de perenização de cursos de água e de abastecimento de água em Carai, 2014	244
Mapa 24 – Principal forma de abastecimento de água nos domicílios pesquisados (Itaipé)	247
Mapa 25 – Principal forma de abastecimento de água nos domicílios pesquisados (Carai)	248

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Povoados no município de Carai, segundo tipo de equipamentos públicos ou de uso coletivo e infraestruturas existentes (2014)	98
Quadro 2 – Relação de escolas municipais na zona rural do município de Itaipé, por Córrego e número de alunos matriculados por escola (2014)	132
Quadro 3 – Relação de escolas municipais, estaduais e creches por localidade no município de Carai, exceto sede municipal, e número de alunos matriculados	135
Quadro 4 – Número de agricultores pesquisados que são filiados e que não são filiados às associações e aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nos municípios de Itaipé e Carai (2014)	147
Quadro 5 – Repasses anuais em reais (R\$) por instituição e relação de alunos matriculados na EFACIL, por municípios.	162
Quadro 6 – Distribuição dos projetos por município das microrregiões de Teófilo Otoni e Araçuaí, famílias beneficiadas e valor em (R\$) financiados no PCPR I e II	169
Quadro 7 – Os subprojetos financiados pelo PCPR I e II para as associações em Itaipé	172
Quadro 8 – Projetos financiados pelo PCPR I e II para as associações em Carai	177
Quadro 9 – Relação de funcionários das secretarias de agricultura de Carai e Itaipé	186
Quadro 10 – Maquinários disponíveis por secretária de agricultura nos municípios de Itaipé e Carai (2014)	188
Quadro 11 - Origem do financiamento do PRONAF por banco e a destinação do crédito feito pelos agricultores de Itaipé	200
Quadro 12 – Origem do financiamento do PRONAF por banco e a destinação do crédito feito pelos agricultores em Carai	205
Quadro 13 – Relação de agricultores que acessam o PRONAF que comercializam produtos agropecuários e compram produtos agrícolas no comércio em Carai.	206
Quadro 14 – Classificação ambiental unitária das infecções relacionadas com o saneamento (água e excretas). Categoria Estratégias de controle e exemplos (organismo ou doença)	214
Quadro 15 – Localidades atendidas e número de ligações por rede de água potável da COPANOR na área rural do município de Itaipé (2014)	226
Quadro 16 – Localidades atendidas pela COPANOR, exceto sede municipal e domicílios ligados a rede de abastecimento de água em Carai (2014)	236

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos municípios em Minas Gerais por classe de população total, rural e urbana (2010)	39
Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) municipal por tipo de atividade econômica e PIB total (R\$ mil) <i>per capita</i> em Itaipé, Vale do Mucuri e no Estado de Minas Gerais (R\$) – 2000 a 2012	80
Tabela 3 – Produto Interno Bruto (PIB) municipal por tipo de atividade econômica e PIB total (R\$ mil) <i>per capita</i> em Carai, Vale do Jequitinhonha e no Estado de Minas Gerais (R\$) – 2000 a 2012	81
Tabela 4 – Empregos formais por ramo de atividade econômica no município de Itaipé, período de 2007 a 2013	82
Tabela 5 – Empregos formais por ramo de atividade econômica no município de Carai, período de 2007 a 2013	83
Tabela 6 – Relação de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), repasses total as famílias (R\$) por ano, PIB no município de Itaipé	86
Tabela 7 – Relação de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), repasses total as famílias (R\$) por ano, PIB no município de Carai	86
Tabela 8 – Dinâmica demográfica por situação de domicílio, faixa etária e sexo em Itaipé (2000 e 2010)	89
Tabela 9 – Dinâmica demográfica por situação de domicílio, faixa etária e sexo em Carai (2000 e 2010)	92
Tabela 10 – Estrutura fundiária por enquadramento familiar e não familiar, área e número de estabelecimentos rurais e número de domicílios rurais no município de Itaipé (2006)	102
Tabela 11 – Estrutura fundiária por enquadramento familiar e não familiar, área e número de estabelecimentos rurais e número de domicílios rurais no município de Carai (2006)	103
Tabela 12 – Distribuição das precipitações diárias no município de Carai (Setembro de 2011 a Agosto de 2014)	108
Tabela 13 – Principais cultivos agrícolas de ciclo curto por área (hectares) e ciclos longos (por quantidade de pés) nos estabelecimentos pesquisados em Itaipé e Carai	123
Tabela 14 – Indicadores do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste para todos os estados atendidos no período de 2010 a 2014, e exclusivamente para o estado de Minas Gerais (2014)	194
Tabela 15 – Contratos e valores (em R\$) total e médio dos financiamentos do Agroamigo em Itaipé (2009 a 2013)	197

Tabela 16 – Contratos e valores (em R\$) total e médio dos financiamentos do Agroamigo em Carai (2010 a 2013)	202
--	-----

Tabela 17 – Domicílios por forma de abastecimento de água e presença de banheiros ou sanitários nos municípios de Itaipé e Carai, exceto as cidades (2000 e 2010)	246
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população do município de Itaipé, por situação de domicílio (1980, 1991, 2000 e 2010)	88
Gráfico 2 – Evolução da população do município de Carai, por situação de domicílio (1980, 1991, 2000 e 2010)	91
Gráfico 3 – Área colhida (hectares), quantidade produzida (toneladas) e produtividade (quilograma/hectare) de café no município de Itaipé (1995 a 2013)	112
Gráfico 4 – Área colhida (hectares), quantidade produzida (toneladas) e produtividade (quilogramas/hectare) de café no município de Carai (1995 a 2013)	112
Gráfico 5 – Produção de feijão por área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) total e por safra em Itaipé (2003 a 2013)	115
Gráfico 6 – Produção de feijão por área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) total e por safra em Carai (2003 a 2013)	116
Gráfico 7 – Produção de milho por área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) nos municípios de Itaipé e Carai (2003 a 2013)	117
Gráfico 8 – Produção de mandioca por área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) nos municípios de Itaipé e Carai (2003 a 2013)	118
Gráfico 9 – Área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) de cana-de-açúcar nos municípios de Itaipé e Carai (1996 a 2013)	120
Gráfico 10 – Rebanhos bovino e suíno (cabeças) nos municípios de Itaipé e Carai (1995 a 2013)	126
Gráfico 12 – Evolução do PRONAF por total financiado (R\$) e número de contratos em Itaipé entre os anos agrícolas 2000/01 e 2012/13	198
Gráfico 13 – Evolução do PRONAF por total financiado (R\$) e número de contratos em Carai entre os anos agrícolas 1999/00 e 2012/13	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I. REGIÃO E REGIONALIZAÇÕES NO ESTADO DE MINAS GERAIS E SUAS VINCULAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS	29
1.1. Regionalizações produzidas pelo IBGE e pela Fundação João Pinheiro.....	34
1.2. Desigualdades socioespaciais no estado de Minas Gerais.....	37
1.3. Regionalização da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).....	53
1.4. Regionalização do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE).....	60
II. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CARAÍ E ITAIPÉ NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	64
2.1. Processo de ocupação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.....	64
2.2. Caracterização dos municípios de Itaipé e Carai.....	73
2.2.1. Aspectos físicos.....	73
2.2.2. Os componentes da economia nos municípios.....	79
2.2.3. Caracterização demográfica.....	87
2.2.4. Caracterização da estrutura fundiária e da agropecuária.....	99
2.2.5. Distribuição das chuvas.....	105
2.2.6. Cultivos agrícolas.....	109
2.2.7. Bovinocultura e suinocultura.....	124
2.2.8. Estrutura da rede de escolas públicas municipais na área rural.....	131
III – IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DE ITAIPÉ E CARAÍ	139
3.1. Abordagens sobre desenvolvimento e território.....	139
3.2. Associações de agricultores e associação educacional.....	143
3.3. O Programa Territórios da Cidadania.....	149
3.3.1 Formação do Território da Cidadania do Vale do Mucuri.....	152
3.3.2 A Escola Família Agrícola.....	154
3.4. Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).....	167
3.4.1 PCPR no município de Itaipé.....	170
3.4.2 PCPR no município de Carai.....	176
3.5 Infraestruturas das Secretarias de Agricultura.....	186
3.6. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	191
3.6.1 O PRONAF no município de Itaipé.....	194
3.6.2 O PRONAF no município de Carai.....	201

IV – SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA REA.....	212
4.1. Formação da empresa de saneamento público do Estado de Minas Gerais.....	215
4.2. Origens do Programa Um Milhão de Cisternas e do Programa Água para Todos.....	218
4.3. Sistemas e estruturas de abastecimento de água nos Córregos situados no município de Itaipé.....	225
a) Sistema de abastecimento de água gerenciados pela COPANOR.....	226
b) Programa Minas Sem Fome.....	227
c) Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).....	228
d) Sistemas construídos pela Prefeitura Municipal.....	229
e) Programa Água Para Todos com cisternas de polietileno.....	233
4.4. Sistemas de abastecimento por rede e individual no município de Carai.....	235
a) Sistemas de abastecimento de água gerenciados pela COPANOR.....	235
b) Sistemas alternativos de abastecimento individual.....	237
c) Programa Água Para Todos com sistema simplificado.....	238
d) O Programa Um Milhão de Cisternas.....	239
4.5. Açudes de retenção nos cursos de água.....	243
4.6. Considerações sobre as condições de saneamento nos domicílios rurais dos municípios de Itaipé e Carai.....	245
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	250
REFERÊNCIAS.....	255
APÊNDICE.....	266

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação versa sobre políticas públicas direcionadas ao espaço rural no estado de Minas Gerais. Devido às diferenças socioespaciais que foram construídas e acentuadas nas diferentes áreas do estado ao longo dos séculos XX e XXI, pela expansão desigual do capitalismo e dos mecanismos de integração ao espaço nacional, propusemos analisar como os municípios das Mesorregiões Geográficas do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri foram inseridos nas políticas econômicas e sociais.

A expansão do capitalismo ao se realizar por meio de processos fundamentados no desenvolvimento desigual conformou no estado de Minas Gerais divisões socioeconômicas que causaram rebatimentos espaciais e nas dinâmicas sociais muito díspares entre as áreas. Por intermédio do Estado ao longo do século XX foram construídas regionalizações no território mineiro para efeitos de implantação de políticas públicas, sejam elas com vieses econômicos ou fundamentados no social, sendo a oferta de serviços básicos para as populações urbana e rural uma das suas finalidades.

Assim, a partir das políticas públicas e de suas relações com os processos de regionalizações do território mineiro, a dissertação teve como objetivo principal verificar as articulações existentes entre as políticas públicas direcionadas ao espaço rural e os processos de regionalização, com o intuito de compreender a forma de atuação das instituições (federais e estaduais), de acordo com as ações que executam, também analisar como um mesmo programa governamental tem especificidades nos municípios de Carai e Itaipé, quando estes integram regiões diferentes.

Em razão do município de Carai pertencer a Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e o município de Itaipé estar inserido na Mesorregião do Vale do Mucuri, uma mesma política pública realizada por instituição de âmbito nacional pode ter especificidades diferentes nestes municípios, caso estes integrem regiões de planejamento distintas. Desta forma, a escolha destes municípios mesmo sendo limítrofes, deve-se ao fato de integrarem regiões diferentes para determinadas políticas executadas por instituições federais, enquanto noutras está numa mesma região, quando a política pública é implementada por instituições do Estado de Minas Gerais.

Para o entendimento das especificidades das políticas públicas entre estes municípios e suas vinculações com as regiões que estão inseridas, os objetivos específicos envolveram a formação das regiões delimitadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

(SUDENE), com destaque para a Região do Semiárido, e pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). Os programas governamentais analisados dentro da perspectiva da regionalização foram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), os programas direcionados a construção de sistemas de abastecimento de água na área rural, dos quais destacamos o Programa Nacional de Universalização do Acesso à Água (Água Para Todos) e o Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas (P1MC).

Para viabilizarmos a análise destes programas e seus resultados para as populações atendidas, a pesquisa foi desenvolvida mediante utilização de metodologias que envolveram aspectos quantitativos e qualitativos, por nos permitir abordar de forma mais incisiva os mecanismos pertinentes às políticas públicas, as lógicas de funcionamento e o alcance efetivo destas ações para as pessoas, principalmente as residentes nas áreas rurais dos municípios de Itaipé e Carai.

O enfoque na região subsidiou a problemática da escala geográfica, o entendimento sobre as desigualdades socioespaciais e assim, as implicações na dinâmica e mobilidade da população, na geração e apropriação de riquezas.

Para compreender a dinâmica socioeconômica no estado de Minas Gerais, utilizamos dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Fundação João Pinheiro (FJP) e pelo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Posteriormente, fizemos levantamento das instituições públicas que foram responsáveis pela elaboração e implementação das políticas públicas na área rural dos municípios pesquisados, especificando as instituições que regionalizaram o estado de Minas Gerais. A abordagem regional foi fundamental para entendermos as especificidades de alguns programas, notadamente daqueles que foram direcionados para as áreas norte e nordeste deste estado, que se diferenciam das demais áreas.

A utilização da cartografia temática permitiu confrontar indicadores sociais, econômicos e as áreas de aplicação de determinados programas governamentais, posto que, em Minas Gerais, uma mesma política pública tem diferenciações nos municípios, caso estes integrem regiões de planejamento diferentes.

Contudo, os dados quantitativos só fazem sentido se vierem acompanhados de análises que levem em consideração as interações econômicas, sociais e ambientais, que corroboram e compõem o quadro estrutural num dado espaço. Para isso, buscamos ao longo da pesquisa

acessar trabalhos que abordaram temas diversificados, desde economia, políticas públicas, meio ambiente, agricultura e etc., que nos deram sustentação na análise das peculiaridades geográficas locais e regionais, que motivaram o Estado brasileiro a criar um conjunto de políticas públicas direcionadas para a área rural.

No que se refere aos dados qualitativos, realizamos além da compreensão das políticas na escala regional, o aprofundamento de como estas são executadas nos municípios estudados. Assim, por meio do trabalho de campo, produzimos informações, interagimos com os sujeitos sociais e participamos, em parte, dos acontecimentos públicos na localidade da pesquisa. O recurso do trabalho de campo como instrumento nos permitiu conhecer mais a fundo as diversas realidades sociais, produtivas e ambientais na área rural. Com isso, pudemos vincular o enfoque quantitativo com o qualitativo na interpretação das políticas públicas e como estas afetam de forma diferenciada os lugares e seus habitantes.

Segundo Kaiser (2006) o trabalho de campo é um recurso indispensável à pesquisa em ciências sociais, pois é por meio dele que conseguiremos conhecer o fenômeno dentro do próprio espaço e das lógicas de funcionamento. Para o autor:

A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se, repetimos, de situação e não de situação espacial. O espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente de vez que ele nada mais é que um dos elementos do sistema social (KAISER, 2006, p.97).

Desta forma, começamos a descrever a metodologia a partir de como foram realizados os trabalhos de campo, que objetivaram conhecer as mais diversas realidades sociais e naturais na área de estudo, entretanto, um dos maiores empecilhos foi a logística de transporte, pois o mestrado foi realizado na cidade de Presidente Prudente - SP, enquanto a área de estudo se localizou nos municípios de Itaipé e Caraí - MG.

A distância entre Presidente Prudente e a área da pesquisa é de 1.560 km. O deslocamento pode ser facilmente realizado por meio de ônibus interestadual, porém, o empecilho maior seria a dificuldade de transporte no interior dos municípios. Caraí possui área de 1.242 km² e Itaipé 480 km² (IBGE, 2014), levando em consideração a área total destes municípios e a distribuição das infraestruturas que foram implementadas por diversos programas dos governos estadual e federal nos diferentes Córregos¹, e das várias

¹ Córrego é a forma de identificação das localidades na área rural, geralmente um córrego é circunscrito a uma microbacia hidrográfica. Entretanto, há localidades que são identificadas e delimitadas a partir de um grupo de familiar, que no processo de ocupação de uma área detinha uma propriedade e seus parentes foram construindo

peculiaridades relacionadas à produção agropecuária. A solução que encontramos para a logística de transporte foi o uso de motocicleta, devido ao menor custo e a autonomia propiciada ao permitir a definição de roteiros e o acesso a localidades que foram relevantes para a compreensão e análise no processo de construção da pesquisa de campo.

Definido o meio de locomoção, detalhamos um momento que foi essencial e decisivo que norteou a construção da metodologia de campo executada na pesquisa. Entre o final do mês de julho e início de agosto de 2013 estivemos por 20 dias nos municípios de Itaipé e Caraí. O fato de termos parentes nas localidades foi um fator crucial que fez parte da metodologia que abordaremos mais a frente. Neste período realizamos estudo exploratório, cujo objetivo foi contactar responsáveis pelos escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), das secretarias municipais de agricultura e de associações de agricultores. Também foi possível contato com vários agricultores em diversos Córregos nos dois municípios.

Durante este período, percorremos áreas rurais destes municípios que até então não conhecíamos, sobretudo no município de Caraí, que têm sérios problemas relacionados ao acesso à água², muito em função da característica climática regional de estiagem prolongada, que ocorre entre os meses de maio a outubro. Estes elementos são fundamentais para o entendimento do modo de vida na área rural, compreendendo como os fatores naturais, econômicos e sociais influenciam e interagem no decorrer do ano nos dois municípios pesquisados, visto que, mesmo sendo limítrofes, apresentam características naturais distintas, sendo objeto de atuação distinta de instituições do Estado e as conformações políticas do poder municipal dão prioridades diferentes para o espaço rural.

A partir deste conjunto de peculiaridades locais, decidimos dividir a pesquisa de campo em dois períodos, o primeiro de janeiro a abril, o segundo foi realizado entre agosto e setembro de 2014. Ressaltamos que a realização deste trabalho somente foi possível com o uso dos recursos disponibilizados pela reserva técnica da bolsa de estudos concedida pela FAPESP.

residências e deu ao lugar a terminologia do grupo familiar. Assim, quando nos referimos às localidades serão identificadas como Córregos, quando às vezes nos referimos a um curso de água usamos a expressão “córrego”, em minúsculo. Optamos por manter esta nomenclatura, pois é a forma como as pessoas reconhecem os lugares e também é a identificação usada nos endereços rurais.

² Nestas localidades destacam-se os Córregos do Caldeirão, Cava, Curral e Ribeirão Capivara, todos localizados na bacia do rio Jequitinhonha.

1ª Etapa: Organização do trabalho de campo e equipamentos utilizados

No mês de novembro de 2013 elaboramos o formulário aplicado aos produtores rurais nos dois municípios, constando os seguintes subitens³:

- Características da residência e perfil do agricultor;
- Aposentadoria Rural e Bolsa Família;
- Características do estabelecimento rural e tipos de atividade produtiva;
- Acesso às políticas públicas voltadas a agricultura e a área rural;
- Participação em associações de agricultores e sindicato de classe;

Estes elementos foram relevantes para qualificarmos as especificidades da organização produtiva e social destes agricultores, e quais fatores estavam associados ao tipo de política pública que participam ou os entraves que dificultam sua participação. Além dos formulários impressos, também utilizamos os seguintes materiais:

- Uma máquina fotográfica; Um gravador de áudio;
- Um GPS para anotar as coordenadas dos estabelecimentos rurais e das infraestruturas públicas nas localidades;
- Dois cadernos, sendo um para anotações das infraestruturas e outro para descrevermos as características de vegetação, geomorfologia e agricultura de cada localidade.

2ª Etapa: O trabalho de campo

Aqui situamos a importância de ter familiares residindo nos municípios de Itaipé e Carai, como havíamos mencionado. O primeiro trabalho de campo durou quatro meses, sendo entre a última semana de dezembro de 2013 até a última semana de abril de 2014. Neste período nos hospedamos numa propriedade de parentes situada no Córrego da Santa Rosa I, município de Itaipé e outra parte do período na cidade de Carai. O segundo trabalho de campo ocorreu entre agosto e setembro, totalizando 25 dias, novamente nos hospedamos nas mesmas residências.

A permanência nestas duas localidades foi importante para conseguirmos desenvolver o trabalho, possibilitando contactar funcionários de repartições públicas locais, assim como permitindo a participação em eventos públicos, que ocorreram nas duas cidades e cidades

³ O formulário completo está em anexo na parte final deste trabalho.

vizinhas. Além disso, quando chegávamos aos estabelecimentos rurais e explicávamos quem éramos e o que buscávamos com a pesquisa, pelo fato de termos nascido na localidade e conhecermos parte das dificuldades e peculiaridades da atividade agrícola e do residir na área rural, possibilitou a aplicação de muitos formulários, pois alguns tinham receio de fornecer as informações, pensando que seríamos de algum órgão público. Ao mencionarmos que éramos de determinado localidade, as pessoas se prontificavam e se interessavam pela pesquisa, e isso permitiu criar canais de diálogo mais aprofundados que foram importantes para a obtenção das informações necessárias a pesquisa.

Estratégia de aplicação dos formulários junto aos agricultores familiares

Foram impressos 250 formulários numa gráfica da cidade de Itaipé, que totalizaram em mais de 2.000 páginas, vale registrar que 50 formulários têm dez páginas (o nomeamos como Formulário Detalhado) e outros 200 formulários têm oito páginas cada (nomeado como Formulário Geral). A diferenciação dos formulários se deve ao fato de que, a princípio, tínhamos decidido que dentre os 250 estabelecimentos que iríamos pesquisar, 50 seriam retomados na segunda fase da pesquisa (agosto a setembro), desta maneira, o mesmo foi nomeado de formulário detalhado por conter mais informações, para que fosse possível levantar dados da produção agrícola referente ao que foi plantado na “época das secas” e de como foram para os agricultores entrevistados a distribuição das chuvas relacionadas ao desenvolvimento das culturas agrícolas, além da condição de acesso à água em alguns estabelecimentos no município de Carai.

O total de 250 formulários iniciais foi baseado numa relação de Córregos existentes nos dois municípios e a necessidade de irmos ao maior número de localidades possíveis, para podermos conhecer as especificidades geográficas e fazermos o registro das infraestruturas públicas, demarcando suas coordenadas com o GPS, tais como: poços de captação de água, postos telefônicos, etc. e observarmos qual era a dimensão, em termos de estabelecimentos, que as diversas infraestruturas dos programas pesquisados atendiam.

Tendo os formulários e os equipamentos em mãos, começamos a partir da segunda semana de janeiro a aplicá-los. Iniciamos por propriedades localizadas no Córrego da Santa Rosa I (município de Itaipé), porque conhecíamos as pessoas, sendo que isso permitiu dosar, em média, o tempo de duração da aplicação de cada formulário e possibilitou que o pesquisador aprimorasse a técnica de entrevista, de forma simples e coerente ao explicar para

os entrevistados a razão da pesquisa e convencê-los de que as informações prestadas não os prejudicariam posteriormente.

Na aplicação dos formulários, demorávamos em torno de 40 a 50 minutos, além do tempo de diálogo informal com os entrevistados sobre aspectos do cotidiano da localidade e de itens que não foram abordados na entrevista. No geral, em cada estabelecimento, o tempo que ficávamos era de 60 minutos, contudo em algumas residências ficamos quase duas horas com o entrevistado, seja devido à fluidez da conversa ou, em alguns casos, pessoas externas a residência que chegavam no momento da entrevista e começavam a dar sua opinião, o que dificultava que registrássemos as informações do entrevistado. Não queremos dizer que as opiniões de terceiros não foram proveitosas, pelo contrário, contribuíram para explicitar características da realidade local que de outra forma não seria possível obter.

Nos primeiros dias tentamos ir às propriedades durante o dia todo, porém pela manhã enfrentamos algumas dificuldades: a primeira é que na zona rural a rotina da família tem uma lógica própria, pois no período da manhã a dona de casa está muito ocupada, tendo que cuidar dos afazeres domésticos⁴, e com isso, quando fomos aplicar os primeiros formulários, com as pessoas conhecidas, mencionaram que atrapalhava muito, pois além de ser demorado era em horários de maior demanda dos serviços na residência e no estabelecimento. Também nestes horários o chefe da família, geralmente o homem, não estava na casa, pois poderia estar na roça ou noutros afazeres. Desta forma, restringimos as visitas aos estabelecimentos após as 12 horas.

Para podermos conhecer todos os Córregos e ter noção dos elementos que os constituem, desde a distribuição da cobertura vegetal, das atividades agropecuárias, as infraestruturas públicas, a quantidade de residências, sempre começávamos por estabelecimentos situados na cabeceira da microbacia ou próximas à foz, para isso percorríamos primeiramente todo o Córrego e iniciávamos as visitas aos domicílios. Para evitar duplicação de formulários num mesmo estabelecimento, estes eram aplicados distantes uns dos outros e sempre que possível íamos naqueles localizados nas grotas⁵ e outros próximos a estrada principal. Isso também se justifica porque em alguns Córregos, pelo fato

⁴ Estes serviços são desde cozinhar, lavar roupas, irrigar uma horta, dar alimentos para os animais (porcos e galinhas) até em algumas propriedades a esposa trabalha na roça, carpindo as plantações nas imediações da residência.

⁵ Segundo o dicionário Geológico-Geomorfológico de Guerra (1993), **grotas**: termo regional usado para as depressões do solo que aparecem em encostas alcalinadas. Nas bordas dos chapadões são frequentes essas depressões cavadas pela erosão que, quando muito grandes são denominadas grotões. Nas localidades estudadas as grotas são aquelas áreas de acesso mais difícil, seja pela má conservação das estradas ou mesmo só a existência de caminhos para chegar até algumas casas.

de haver sistema de distribuição de água por rede⁶ e esta não atender todas as residências, buscamos assim averiguar as diferentes fontes de acesso à água nas localidades, sejam aquelas oriundas de nascentes nos estabelecimentos, poços rasos ou mesmo as disponibilizadas por alguma rede de água. A distribuição espacial dos estabelecimentos visitados nos possibilitou produzir um conjunto de informações diferenciadas no mesmo Córrego, desde residências que tinham de duas a três formas de acesso à água, até aquelas que enfrentavam algum tipo de dificuldade para acessá-la.

Ao todo no município de Itaipé fomos em 20 dos 23 Córregos existentes. No total foram aplicados 120 formulários, sendo que em 20 estabelecimentos voltamos na segunda etapa do trabalho de campo. Apenas não aplicamos formulários nos Córregos do Pé de Pau, Pedra do Gado e do Nogueira, pois nos dois primeiros há poucos estabelecimentos, sendo que na Pedra do Gado as propriedades são de grande dimensão, fugindo do perfil de análise desta pesquisa; já o Córrego Nogueira é na divisa com o município de Teófilo Otoni e somente uma pequena área pertence ao município de Itaipé.

No município de Carai começamos a aplicar os formulários no mês de março, porém tivemos que reformular a estratégia de ir a todos os Córregos, visto que este município possui área de 1.242 km², ou seja, 2,5 vezes maior que o território do município de Itaipé. Assim, fomos ao escritório local da EMATER em Carai e nos disponibilizaram uma lista dos Córregos nos quais a empresa presta assistência no município, que totalizam 86 e também onde havia infraestruturas públicas financiadas por algum programa. Com isso, constatamos a impossibilidade logística e de tempo para irmos a todas as localidades, então decidimos começar as visitas nos Córregos situados na bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha e após a sua conclusão, realizar nos Córregos na bacia do rio Mucuri.

A prioridade por conhecer as localidades no Jequitinhonha se deve ao fato de ser considerada como a área de maior vulnerabilidade ambiental e social do município, onde a dinâmica das chuvas é muito irregular, em comparação com a outra porção do município, sendo que algumas nascentes e pequenos riachos secam no período de estiagem prolongada; há maior perda nas lavouras agrícolas; além da lógica produtiva ser diferente da área situada na bacia do Mucuri.

Nessa etapa do trabalho de campo, o local de hospedagem foi a cidade de Carai. A saída dava-se por volta das 11h em direção a alguma localidade e o retorno era por volta das

⁶ Os sistemas variam desde aqueles construídos pela prefeitura, COPANOR, PCPR e Programa Minas Sem Fome. Em item posterior detalharemos a especificidade de cada sistema de abastecimento.

17h30 minutos, para evitarmos percorrer alguns trechos de estrada esburacada à noite e nos precavermos de possíveis imprevistos.

Ao final do trabalho de campo no município de Carai, aplicamos 88 formulários, sendo que 87 foram feitos em Córregos na bacia do rio Jequitinhonha, a exceção foi um no Córrego Cascalho, situado na bacia do rio Mucuri. Como não conseguimos aplicar formulários nos Córregos da bacia do rio Mucuri, que daria um total de 130 para o município, dedicamos cinco dias para registrar com GPS as localidades que possuíam infraestrutura pública, assim fomos aos Distritos de Ponto Marambaia, Marambainha e Maranhão; além dos povoados dos Ribeiros e Ribeirão Santana e dos Córregos Pará, Boa Esperança, Ferreiras, Vinhático e Marambainha. Juntamente com as infraestruturas públicas, dada à importância da pecuária leiteira nesta parte do município, também fizemos o levantamento dos tanques de resfriamento de leite particulares existentes nos estabelecimentos.

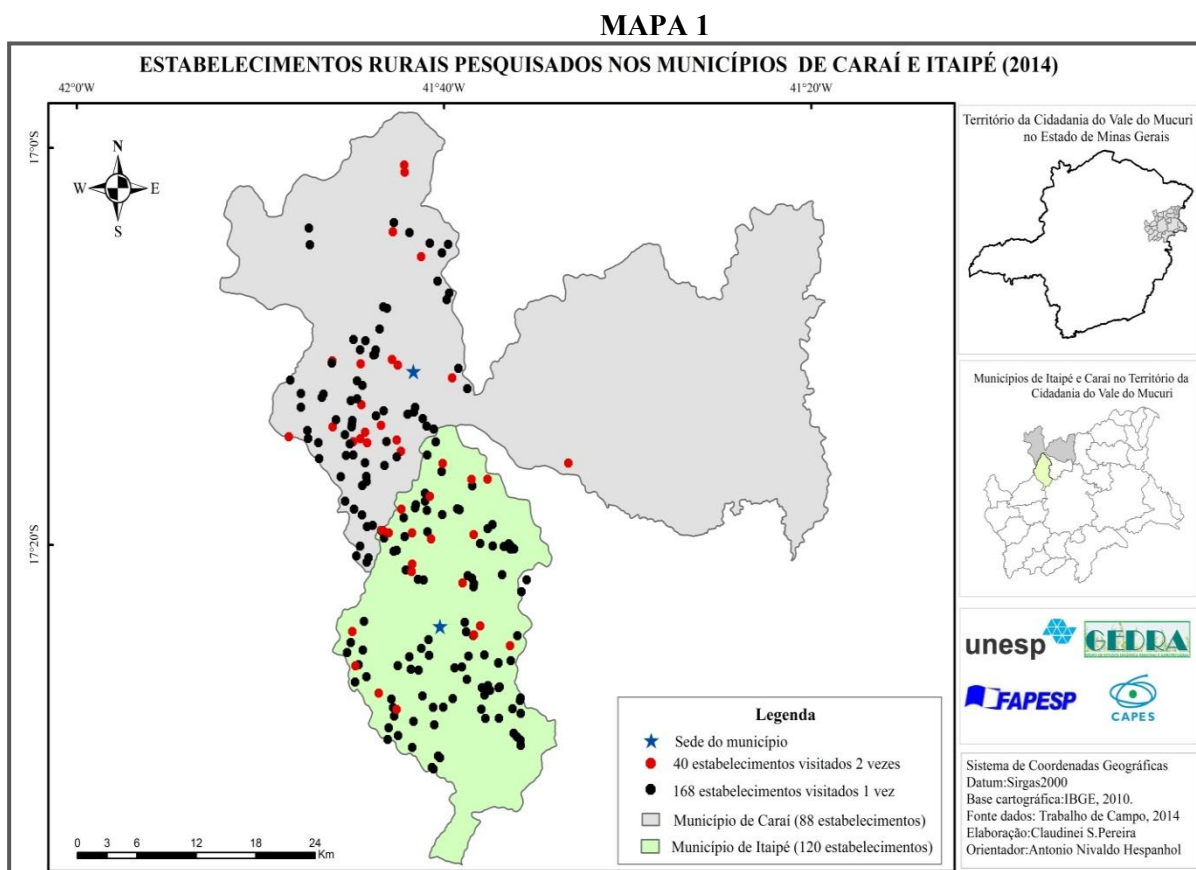
Nos municípios de Itaipé e Carai, ao final do trabalho de campo, percorremos mais de oito mil km de estradas rurais e conseguimos entrevistar 208 produtores rurais em 44 Córregos. No segundo trabalho de campo (agosto e setembro) voltamos em 40 estabelecimentos, 20 em cada município e aplicamos outro formulário, porém reduzido, que versou sobre como foi o desempenho da agricultura na safra realizada na “estação das secas”.

A possibilidade de retorno em alguns estabelecimentos ajudou a reforçar o entendimento das dinâmicas sociais e naturais nestes municípios, além de conseguirmos novas informações com os agricultores, visto que consolidamos canais de diálogos, por meio do convívio com estas pessoas e também por muitos já nos terem conhecido da primeira entrevista.

Além dos formulários aplicados nos estabelecimentos rurais, realizamos entrevistas semiestruturadas com representantes de vários órgãos, sendo eles: o diretor do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), seção Araçuaí; Secretários de Agricultura dos municípios de Itaipé e Carai; Coordenadora da Cáritas Diocesana de Araçuaí, responsável pela gestão do Programa Um Milhão de Cisternas na região; Presidente da Associação Escola Família Agrícola; Presidentes de associações de agricultores e moradores nos dois municípios; Funcionária da EMATER de Itaipé. Também participamos de eventos sediados nos municípios, desde reuniões do assessor de crédito do Banco do Nordeste, no âmbito do Programa Agroamigo; Reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) nos municípios; Conferências realizadas pelas

respectivas Secretarias de Assistência Social. E por fim, visitas a Escola Família Agrícola sediada em Itaipé.

No Mapa 1 consta os municípios de Itaipé e Carai e os estabelecimentos rurais pesquisados e distinguidos por aqueles que entrevistamos uma e os que foram duas vezes ao longo do ano de 2014.



A partir dos trabalhos de campo e da pesquisa realizada, a Dissertação foi elaborada e estruturada em quatro capítulos, versando os objetivos geral e específicos relatados.

No capítulo I tratamos da temática dos processos socioeconômicos no estado de Minas Gerais, no qual analisamos as estruturas econômicas que foram construídas ao longo do século XX e que devido a processos desiguais promovidos pela expansão de relações capitalistas de produção em algumas áreas, enquanto outras tiveram dinâmicas diversas, resultou em macroestruturas de geração de riqueza muito desiguais. Esse mecanismo foi, em parte, responsável por induzir processos de emigrações de algumas áreas enquanto outras tornaram-se receptoras destes fluxos. Assim, o resultado de dinâmicas econômicas e de migrações foi a consolidação de relações sociais desiguais que resultaram na proposição de

um conjunto de delimitações espaciais feitas nas escalas do Estado de Minas Gerais e Federal, as quais serão abordadas na perspectiva da regionalização e que servem de recorte para implementação das políticas públicas. O estudo das diferentes regionalizações foi feito com o intuito de obter os instrumentos analíticos necessários para distinguir a especificidade de uma mesma política pública executada nos municípios de Caraí e Itaipé, pois o primeiro está inserido no Vale do Jequitinhonha, enquanto o outro no Vale do Mucuri, pois dependendo da regionalização adotada a política pública será implantada de forma diferente nestes municípios.

No Capítulo II abordamos os processos de formação socioespacial nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em que ressaltamos as dinâmicas demográficas e a organização de uma incipiente rede urbana regional. Na sequência adentramos na escala dos municípios de Caraí e Itaipé, com base nos trabalhos de campo realizados e nas informações obtidas, com enfoque na área rural, analisamos a caracterização física dos municípios, a estrutura e dinâmica demográfica e econômica municipal, a estrutura e a distribuição espacial das atividades agropecuárias e a rede de ensino público municipal. O uso da cartografia temática permitiu situar espacialmente onde estão implantadas as infraestruturas públicas na área rural, pois as diferenciações internas nos diferentes Córregos não nos permite realizar generalização dos resultados para todo o espaço dos municípios pesquisados.

No capítulo III fizemos uma breve revisão dos conceitos e abordagens que passaram a nortear a atuação do Estado na proposição de políticas públicas para a área rural. Tratamos das políticas públicas executadas por instituições do Estado nos níveis federal e estadual, com base na análise do Programa Territórios da Cidadania do Vale do Mucuri, especificamente a implantação da Escola Família Agrícola Caraí, Catuji, Itaipé e Ladainha (EFACIL) que vem sendo gerenciada por uma Associação, envolvendo representantes da sociedade civil e das prefeituras municipais destes quatro municípios. Também abordamos o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), fruto de financiamento do Banco Mundial para o Estado de Minas Gerais e que teve como objetivo financiar, a fundo perdido, as ações conduzidas por associações demandantes de projetos de infraestrutura nas áreas rurais das regiões norte e nordeste de Minas Gerais. E por último, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em suas duas modalidades de financiamento: 1) o Programa de Microcrédito Agroamigo, do Banco do Nordeste que atende os municípios inseridos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); 2) o PRONAF que vigora em todo o Brasil, operado principalmente pelo Banco do Brasil. Dentre

os dois municípios estudados apenas Caraí integra o Semiárido; enquanto Itaipé faz parte da área de atuação da SUDENE, assim o PRONAF tem algumas diferenças entre os dois municípios.

Já no capítulo IV tratamos dos diversos sistemas de abastecimento de água rural nos dois municípios, sendo analisados os diversos programas governamentais que foram responsáveis pela implantação de infraestruturas de saneamento. Assim, analisamos os sistemas de água construídos pela Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais (COPANOR) que é resultante de desmembramento da Companhia Saneamento de Minas Gerais (COPASA). A área de atuação da COPANOR se restringe às regiões Norte e Nordeste do estado e a empresa implantou sistema de tratamento e distribuição de água em algumas localidades dos municípios pesquisados. Também, mapeamos as infraestruturas financiadas por outros programas tais como: o Programa de Combate à Pobreza Rural; o Programa Minas Sem Fome; e, por fim, analisamos as especificidades relacionadas às delimitações regionais para a implementação de políticas públicas, no caso concernente ao Programa Um Milhão de Cisternas que é gerenciado por organizações da sociedade civil, e foram construídas cisternas de placas para captação de água das chuvas no município de Caraí; enquanto o Programa Água Para Todos do Governo Federal, devido a regionalizações diferentes, em Caraí investiu-se na construção de infraestruturas de abastecimento coletivo, por meio de tecnologias de poços profundos; e em Itaipé a tecnologia utilizada foi de abastecimento individual por meio de cisternas de policloreto de polivinila (PVC).

Nos propusemos a analisar este conjunto de programas tendo como objetivo entender como as diferentes instituições do Estado nos três níveis administrativos se articulavam para planejar ações e seus impactos nos municípios, seja ele produtivo, social ou de dotação de infraestrutura básica. São estas peculiaridades das políticas públicas que analisamos a partir de agora.

CAPÍTULO I

REGIÃO E REGIONALIZAÇÕES NO ESTADO DE MINAS GERAIS E SUAS VINCULAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como substratum material da vida diária, o domínio dos valores-de-uso mais do que como o dos valores-de-troca.

Neil Smith (1988)

A relação do Homem com a natureza ao longo do processo histórico foi estabelecida por diversos meios que objetivavam retirar desta última os elementos que permitissem a sobrevivência da espécie humana. Devido às diferentes condições do quadro físico e do aporte de conhecimentos tecnológicos usufruídos pelos grupos sociais, a relação homem-natureza foi sendo reconfigurada e permitiu criar diferenciações, ora potencializadas por aspectos naturais, ora pela sabedoria humana com artifícios técnicos mais avançados e capacidade de realizar trabalho, criando novas interações e potencializando diferenciações nos espaços, visto que estes são produzidos socialmente.

A sociedade, ao longo dos últimos séculos, conseguiu, por meio de seu esforço criativo e do trabalho, inventar e utilizar instrumentos que permitiram manter relações com a natureza e desta extrair e produzir os bens necessários à sobrevivência humana. A natureza, na sua diversidade, apresenta as condições que, para determinados grupos sociais, a extração e capacidade de atuar e relacionar-se tem novas finalidades, tornando-se mais variada à medida que a sociedade é segmentada em classes sociais. Desse modo, a distinção das relações estabelecidas entre sociedade e natureza é essencial para entendermos as peculiaridades existentes entre povos e espaços que são historicamente construídas (ANDRADE, 1984).

Smith (1988) tomando como referência a sociedade organizada por meio do modo de produção capitalista, ressalta que o produto social construído e transformado neste modelo econômico e social é constantemente baseado na apropriação de elementos da natureza e gerador de diferenciações sociais. A característica fundamental da natureza é apresentar-se de forma diferenciada no planeta, em função da interação que há entre os elementos que a constituem. Por outro lado, a organização do homem em sociedade é vinculada as peculiaridades da natureza, pois ele próprio é integrante desta, porém possui capacidades

culturais e técnicas que o permitem modificar realidades que naturalmente são desfavoráveis para sua sobrevivência, gerando, assim, diferenciações e desigualdades entre os espaços.

Em suma, quando essa aparência imediata da natureza é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. Os resultados diferenciados dessa produção da natureza são os sintomas materiais do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988, P. 67).

Com o sistema capitalista de produção, esta desigualdade ganhou novos ditames ao reproduzir-se constantemente e apropriar-se dos elementos naturais e do trabalho humano, ao produzir uma segunda natureza com instituições que facilitam e regulam condições favoráveis a reprodução do capital, em detrimento de interesses sociais e coletivos. Assim, a primeira natureza perde importância como articuladora entre os homens, para uma segunda natureza construída socialmente ser representativa de interesses e lógicas econômicas desiguais, modificando a primazia da troca sobre o uso.

A partir da produção desigual do espaço, discorreremos sobre como a Geografia, principalmente por meio de seus conceitos e categorias permite compreender estas diferenças e como elas são resultantes de processos de modificação na relação homem-natureza. Para isso, analisaremos pressupostos, relações sociais e instituições em diferentes escalas geográficas que corroboram para reforçar mudanças e produzir novos espaços.

Para Côrrea (1986, p.8) a Geografia ao longo dos últimos dois séculos passou por diferentes abordagens teóricas ou paradigmas que a permitiu expandir e diversificar seu campo de atuação. Todavia, isso não desvirtuou sua característica essencial de ciência: “A geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações entre os homens e entre eles e a natureza. Não houvesse diferenciação de áreas, para usar a expressão consagrada, certamente a geografia não teria surgido”.

Nos estudos que enfocam a região como diferenciação de áreas há diferentes abordagens em relação ao conceito de região. Para Côrrea (1986, p. 22), as regiões têm significados próprios e são resultantes de processos específicos, mas que para sua análise estão relacionados a determinadas correntes do pensamento geográfico. Desta forma, o tipo de estudo empreendido e os meios utilizados para analisá-lo encontra-se fundamentado dentro de um paradigma e sua escolha relaciona-se a como tentamos conhecer o espaço e por quais meios e instrumentos almejamos modificá-lo ou reforçar certas realidades. Esta vinculação de paradigma ao regionalizar o espaço possibilita perspectivas e recorte específico. Desta forma,

exporemos a seguir quais agentes são responsáveis pelas regionalizações no estado de Minas Gerais e os critérios que nortearam cada delimitação espacial e suas finalidades.

Em virtude deste estudo envolver regionalizações para execução de políticas públicas por parte do Estado, e de um modelo de organização econômico e social norteado pela lógica do sistema capitalista como modo de produção dominante, focaremos a ação do Estado como agente de regionalizações em termos de planejamento. A delimitação espacial é uma das dimensões do poder efetivo e simbólico do Estado e elemento da reprodução da ordem social, pautada num discurso ideológico de integração, mas produto de imposição arbitrária e de relações desiguais.

Côrrea (1986, p.49), que afirma:

No capitalismo, as regiões de planejamento são unidades territoriais através das quais um discurso da recuperação e desenvolvimento é aplicado. Trata-se, na verdade, do emprego, em um dado território, de uma ideologia que tenta restabelecer o equilíbrio rompido com o processo de desenvolvimento. Este discurso esquece ou a ele não interessa ver, que no capitalismo as desigualdades regionais constituem, mais do que em outros modos de produção, um elemento fundamental de organização social.

Analisar as desigualdades regionais a partir da ótica capitalista, das políticas e ações de caráter estatal permite compreender os meios e instrumentos utilizados que reforçam, ao invés de reduzir, as desigualdades e interações entre os espaços, as demandas do capital e aos processos de integração dependentes. Lecioni (2009) ao discutir o conceito de região e seus fundamentos, afirma a vinculação das partes e a conformação de uma totalidade. Assim:

O conceito de região está vinculado à ideia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à ideia de divisão e a questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade. Essa possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte e todo só pode ser compreendida se tomarmos a concepção dialética da totalidade; considerando-a como uma totalidade aberta e em movimento (LECIONI, 2009, p. 27-28).

A região precisa ser analisada na sua vinculação escalar, considerando como os agentes atuam para construí-la historicamente, visto que por estar em movimento e não ser algo dado, mas sim resultante de relações sociais desiguais, permite diferenciar um espaço de outro. Assim, pensar a região como parte de uma escala nacional ou planetária e como as relações econômicas, históricas e culturais conformam estes espaços os distinguindo dos demais como elemento importante da diversificação. A atuação dos agentes conformam problemáticas espaciais que requerem, além da análise regional, o entendimento de

conformações na escala local, em razão de mecanismos específicos de apropriação dos espaços e interações entre os sujeitos.

Devido à necessidade de referenciar o recorte escalar vinculado a região, tomamos o estado de Minas Gerais como espaço analítico e especificaremos as diferentes regionalizações para políticas públicas, com rebatimentos na área rural, notadamente para as áreas consideradas mais pobres do estado, visto que algumas das regionalizações incorporam outros estados brasileiros. Essa restrição escalar se faz necessária para que possamos distinguir os mecanismos associados à diversidade espacial existente neste estado, contudo, não negamos a importância das escalas nacional e mundial, sobretudo na fase de globalização atual. Além do mais, a escala regional é importante instrumento analítico ao permitir compreender mecanismos de desigualdade espacial, de divisão social e territorial do trabalho, haja vista a enorme diferenciação socioeconômica existente em todo o país, sendo que Minas Gerais se constitui num caso sintomático da lógica econômica perversa que aprofunda as disparidades sociais e regionais.

Para Bourdieu (2012) as regionalizações fazem parte do poder simbólico que é um poder de construção da realidade imposto pelo Estado e pela classe dominante que tende a estabelecer uma ordem. Assim, a região aparece como dimensão simbólica, efetiva e impositiva de atuação do Estado ao reforçar os instrumentos de expansão do capital e de vinculação a um modelo socioeconômico específico, além de difundir o discurso da mudança social, mas o que faz é reforçar a integração dependente destes espaços ao capital.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da „integração social“ enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração „lógica“ é a condição da integração „moral“ (BOURDIEU, 2012, p.10).

A violência simbólica das classes dominantes está na manutenção das desigualdades sociais, na manutenção da miséria, na falta de condições mínimas para milhões de famílias e na constante exploração da força de trabalho que não possibilita que o trabalhador consiga melhorar suas condições de vida por intermédio do trabalho, em função dos baixos salários e da manutenção da divisão territorial e social do trabalho como instrumento de expansão do capital.

Segundo Haesbaert (2010) o conceito de região tem suas origens vinculadas ao poder e os processos de regionalização associam-se a recortar, classificar e nomear certas áreas. Sempre que há regionalizações, dá-se prioridade para determinados propósitos, em detrimento

de outros. Assim, para este autor, há ao menos três abordagens de região („realista“, „analítico-racionalista“ e „normativa“), que possuem objetivos específicos. Devido às múltiplas possibilidades de regionalização, utilizaremos a acepção de região construída pelo Estado, nos níveis federal e estadual como instrumento de planejamento e de atuação. Não negamos a existência de regionalizações construídas pelas populações e/ou outros sujeitos sociais, mas em razão da abordagem de políticas públicas nos deteremos apenas àquelas de cunho normativo, que são delimitadas como instrumento de ação. Deste modo, a concepção de região como instrumento de ação para Haesbaert (2010, p.103) é:

Trata-se aí de uma noção mais normativa de região não tanto – ou não apenas – preocupada em reconhecer „o que é“ efetivamente a região enquanto realidade empírica ou de desdobrá-la e avaliá-la enquanto instrumento analítico, mas em propor ações efetivas, caminhos, „indicar um futuro“ ou devir (delineando conexões) das configurações regionais, de modo a adequá-las a determinados propósitos político-econômicos, vinculando-se, portanto, de alguma forma, também, ao chamado planejamento regional.

A regionalização a partir da perspectiva do planejamento indica quais são as instituições públicas que as promovem e quais os fins pretendidos. Para tanto, faz-se necessário diferenciar as políticas de Estado daquelas políticas de governo. Baseado em Secchi (2013) as políticas de Estado são aquelas de longa duração, geralmente instituídas por leis, independente dos ciclos eleitorais, ao passo que as políticas de governo vinculam-se a um grupo político no poder e suas ações se restringem ao período do mandato eletivo.

As regiões foram delimitadas por instituições do Estado como recorte espacial, visando atuar a partir de um conjunto de políticas públicas para enfrentarem problemas públicos, desde relativos a incentivos financeiros para empresas, enfrentamento de desigualdades econômicas, até a expansão de serviços públicos básicos para as populações destas áreas. Assim, segundo Secchi (2013), tem intencionalidade pública e resposta a um problema que é público. Para este autor, há dois enfoques em relação aos propositores das políticas públicas: um se vincula à abordagem estatista, ou seja, o Estado e, o outro é multicêntrico, preconizando que outros grupos sociais, tais como empresas privadas e organizações não governamentais também realizam políticas públicas. Amabile (2012) entende que as políticas públicas podem ser compreendidas como estratégias de atuação do poder público que impactam uma realidade, sendo instrumentos políticos para promoverem mudanças na realidade.

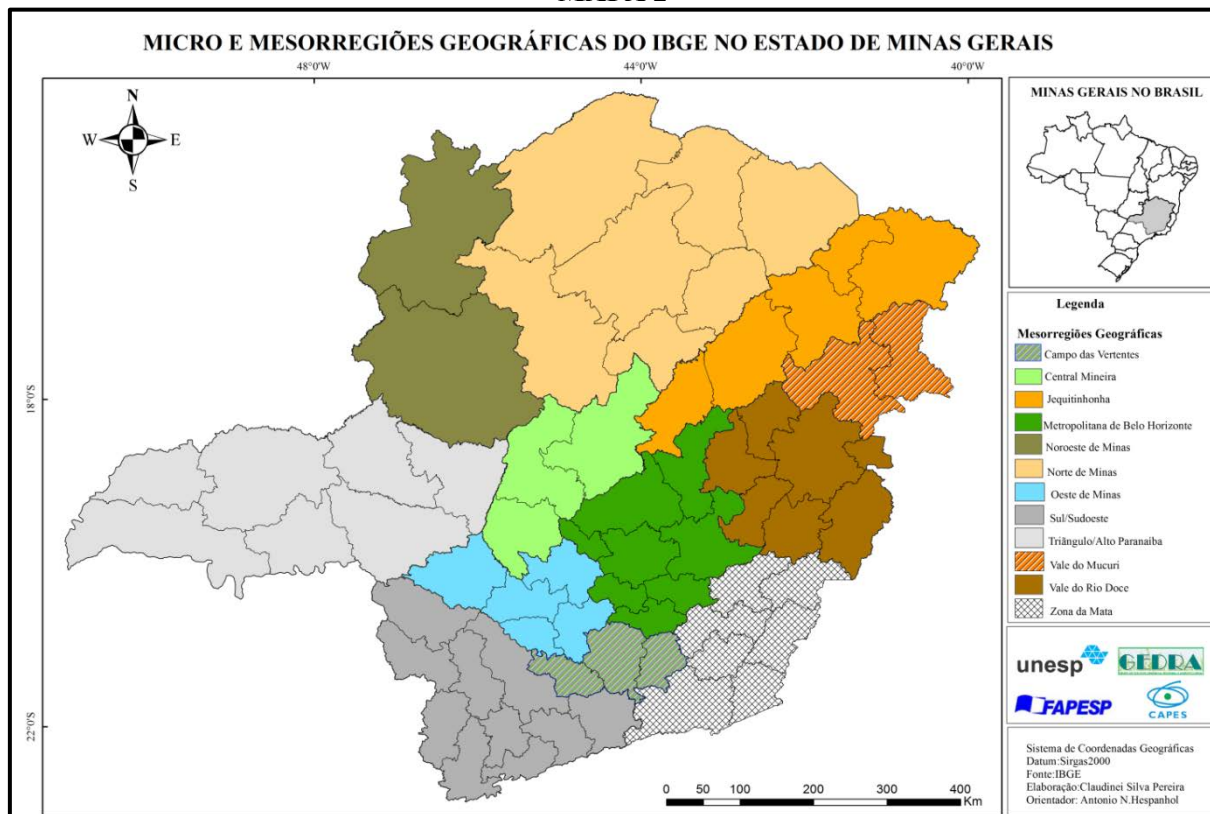
Assim, caracterizaremos neste capítulo as regionalizações adotadas por instituições do Estado nos níveis federal e estadual para a implementação de políticas públicas direcionadas, principalmente, para a área rural em Minas Gerais e quais são os objetivos preconizados para as classes sociais nestas áreas e os processos concernentes de reprodução e reorganização do espaço.

1.1. Regionalizações produzidas pelo IBGE e pela Fundação João Pinheiro

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) dividiu o território mineiro em mesorregiões e microrregiões, a exemplo do que foi feito nos demais estados do Brasil. Estas áreas apresentam determinados elementos sociais, econômicos e naturais semelhantes que permitem agregar um conjunto de municípios numa mesma região. Para o IBGE, as mesorregiões são uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas tendo o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial e econômico.

Segundo Côrrea (1986) a divisão em mesorregiões é um exemplo evidente de regionalização fisiográfica, caracterizada por elementos de ordem humana. A criação destas regiões tem como objetivo a realização de levantamentos de dados estatísticos que possam subsidiar instituições governamentais, empresas e sociedade civil, em geral, a conhecerem parte da realidade social, econômica e natural e proporem estratégias de atuação. Em Minas Gerais, o IBGE dividiu o território estadual em 12 mesorregiões e 64 microrregiões, conforme se verifica no Mapa 2.

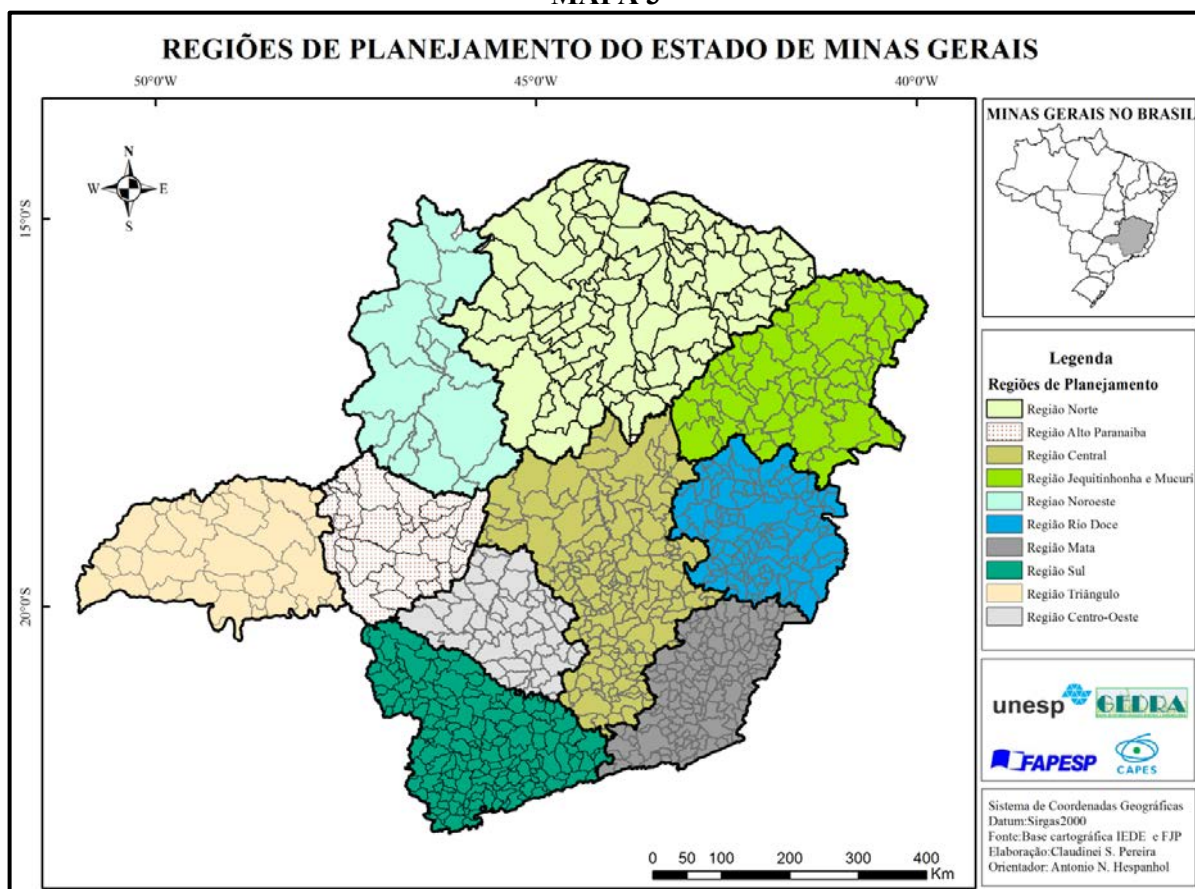
MAPA 2



Além do IBGE, outra instituição que regionalizou o território mineiro foi a Fundação João Pinheiro (FJP) que é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais (SEPLAN) e tem a função de realizar pesquisas e propor, juntamente com outros órgãos da administração, instrumentos de políticas públicas para o Estado.

Como meio de subsidiar os órgãos estaduais, segundo Diniz e Batella (2005), a FJP instituiu em 1992 as Regiões de Planejamento que levaram em consideração a regionalização do IBGE em mesos e microrregiões e também as áreas de influência urbana; esta consorciação de critérios visa compatibilizar os dados estatísticos. Assim, o Estado de Minas Gerais tem como regionalização oficial a constante no Mapa 3.

MAPA 3



Tanto as mesorregiões geográficas do IBGE, quanto às regiões de planejamento da FJP são utilizadas para a elaboração e execução de políticas públicas implementadas pelos governos federal e estadual. Para tanto, expomos estas regionalizações nesta parte do trabalho para permitir compreender como outras regionalizações foram e estão sendo criadas no estado, em razão de processos econômicos e sociais desiguais que vêm se acentuando. Tê-las como recortes norteadores nos permite, posteriormente, averiguar que o Estado, por meio do levantamento de informações estatísticas propõe e promove mecanismos diferenciados para estes espaços. Assim, no próximo item analisamos conjuntamente como está constituída a distribuição populacional e das atividades produtivas neste início de século XXI no estado de Minas Gerais, para, em seguida, tratarmos das regionalizações que foram criadas com o propósito de implementar mecanismos de redução das desigualdades espaciais e de expansão de lógicas do capital monopolista.

1.2. Desigualdades socioespaciais no estado de Minas Gerais

Em razão do processo histórico de ocupação e construção do território mineiro, principalmente no último século, relacionado à expansão de relações capitalistas de produção no campo, inicialmente com a cultura cafeeira, e posteriormente a diversificação com a implantação de unidades industriais e de sistemas de transportes mais eficientes, acentuou as diferenciações interna entre as áreas no estado.

Segundo Cano (2007) o processo de industrialização que o Brasil fomentou a partir da década de 1930, tendo o estado de São Paulo como centro dinâmico e articulador do incipiente mercado de consumo nacional, permitiu a Minas Gerais integrar-se comercialmente aos centros de expansão industrial naquele momento. Assim, devido à proximidade das áreas sul e leste de Minas Gerais com os dois principais centros econômicos do país, houve a intensificação de relações capitalistas de produção e conseqüentemente a inversão de capitais em atividades industriais complementares, aproveitando-se da crescente expansão de meios de transporte com abertura de rodovias na região Sudeste. Nas demais áreas de Minas Gerais, a integração, ainda, demorou algumas décadas, seja devido a dificuldades de circulação de mercadorias e também a ausência de centros urbanos expressivos para absorverem população e inversões de capitais, o que acentuou as desigualdades regionais.

Ainda segundo Cano (2007) a expansão capitalista de forma concentrada em São Paulo com abertura de postos de trabalho na indústria, nas atividades comerciais e na construção civil atraiu fluxos migratórios de vários estados do Brasil, sendo que Minas Gerais caracterizou-se nas décadas de 1950 e 1960 como um dos principais fornecedores de mão de obra para a economia paulista, acentuando a perda de população rural em muitas áreas do estado. Rigotti e Campos (2009) afirmam que Minas Gerais neste período já despontava com grande incremento nas áreas urbanas, mas as cidades não foram capazes de absorver a população que emigrava do campo.

A partir da década de 1960 o Governo Federal com políticas de desconcentração industrial e o Estado de Minas Gerais por meio de políticas de incentivos fiscais fomentaram mecanismos de atração de indústrias para o estado, possibilitando que diversos municípios próximos aos principais eixos rodoviários recebessem plantas industriais. A concessão de benefícios a determinados setores econômicos, em detrimento da maior parcela da população, constituiu-se em mecanismos de atração populacional para áreas e cidades que receberam grandes investimentos produtivos com a conseqüente demanda por mão de obra, e de repulsão

nos outros espaços que foram marginalizados dos investimentos estatais. O resultado deste fluxo migratório intenso e duradouro foi a grande concentração populacional em algumas cidades e o esvaziamento demográfico nas áreas menos dinâmicas economicamente.

Segundo Moreira (2004), a divisão territorial do trabalho induz a estrutura e diversificação da economia moderna, sendo que há uma correlação entre o tamanho dos mercados e da divisão do trabalho, sendo elementos proporcionais. Essa interação, no caso brasileiro, foi agravada por lógicas de concentração de atividades industriais em certas áreas com consequências trágicas do ponto de vista da organização do espaço e do modo de vida para as populações urbana e rural.

Em Minas Gerais, a divisão territorial do trabalho promoveu significativos fluxos migratórios permanentes, principalmente em direção as principais áreas urbanas dos estados da região Sudeste, sendo que nas porções norte e nordeste do estado mineiro, durante décadas, houve a migração temporária para o corte de cana-de-açúcar situado no interior do estado de São Paulo, como consequência do pequeno mercado de trabalho nestas áreas e das dificuldades e limitações para a geração de renda nas áreas rurais e nas pequenas cidades mineiras.

A distribuição da população em Minas Gerais, por situação de domicílio rural e urbano, é bastante distinta entre as diferentes mesorregiões do estado. A partir do Censo Demográfico do IBGE (2010) observa-se que nas porções norte e nordeste parte expressiva da população vive nas áreas rurais. Em contrapartida, nas porções central, sul e oeste a população encontra-se predominante nas áreas urbanas.

Segundo Furtado (1964) o capitalismo industrial incentivou a concentração das massas trabalhadoras nas cidades para que estas permanecessem como exército industrial de reserva e, dessa forma, elevassem os ganhos do capital, ao passo que o salário do trabalhador, suas condições de moradia e de vida não tiveram melhorias substanciais. Assim, a concentração das riquezas na cidade ampliou simultaneamente os níveis de pobreza urbana de parte considerável da classe trabalhadora.

Quando analisamos os municípios do estado (853 municípios) por faixa de população, verificamos que predominam aqueles com até 30 mil habitantes, totalizando 742 municípios; outra parcela expressiva encontra-se na faixa de 30 a 100 mil habitantes (Tabela 1). A população rural está concentrada naqueles entre mil a cinco mil residentes no campo, com 551 municipalidades, isto é indicativo do grande êxodo rural que ocorreu na maioria dos municípios, pois em outros 126 municípios que tem população total de até 30 mil habitantes,

a população rural não chegava a mil residentes por município. Já os acima de dez mil moradores rurais são apenas 35 localidades. A maior população rural foi contabilizada em Teófilo Otoni com 24.670 moradores, ao passo que Belo Horizonte não havia nenhum morador rural.

A população urbana em 759 municípios correspondia até 30 mil habitantes. As cidades acima de cem mil habitantes, classificadas como cidades de porte médio pela dimensão populacional eram 28. A consequência desta desigual distribuição populacional é a concentração e aglomeração em poucas cidades, com destaque para a capital do estado, Belo Horizonte, com mais de 2 milhões de habitantes e importantes municípios, em termos econômicos e populacionais, situados no seu entorno que formam a região metropolitana. Assim, em 2010, a população urbana do estado correspondia a 16.715.216 (85,29 %) e a rural a 2.882.114 (14,71%) totalizando 19.597.330 habitantes.

Tabela 1. Distribuição dos municípios em Minas Gerais por classe de população total, rural e urbana (2010)

Classe população total	Municípios	Classe população rural	Municípios	Classe população urbana	Municípios
815 a 10.000	491	0 a 500	48	500 a 2.000	123
10.001 a 30.000	251	501 a 1.000	78	2.001 a 5.000	297
30.001 a 60.000	53	1.001 a 5.000	551	5.001 a 10.000	176
60.001 a 100.000	26	5.001 a 10.000	141	10.001 a 30.000	163
100.001 a 604.000	28	10.001 a 20.000	32	30.001 a 100.000	67
2.375.150	1	20.001 a 24.670	3	100.001 a 601.400	26
Total em MG	853			2.375.150	1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010.

Amorim Filho *et al* (2007) elaboraram uma classificação da hierarquia das cidades médias em Minas Gerais a partir de indicadores relacionados aos papéis e funções que cada cidade exercia na rede urbana da região em que se encontra, não se limitando apenas pela dimensão populacional. Dessa forma, classificaram as cidades mineiras como grandes centros regionais (Uberlândia e Juiz de Fora), cidades médias de nível superior (17 localidades) e cidades médias propriamente ditas (25). Deixaram de fora aquelas que compõem a região Metropolitana de Belo Horizonte, pois a proximidade com a capital modifica as funções e relações que uma cidade média exerce em seu entorno.

Assim, para Amorim Filho *et al* (2007) a dimensão populacional é importante para a presença de serviços complexos e diversificados que influenciam cidades de porte

demográficos menores, contudo enfatizam que dada às especificidades da rede urbana mineira, a existência de grandes distâncias e dificuldades de meio de transporte, uma cidade de porte pequeno exerce papéis e funções semelhantes a de uma cidade média que esteja situada em outra área do estado de Minas Gerais.

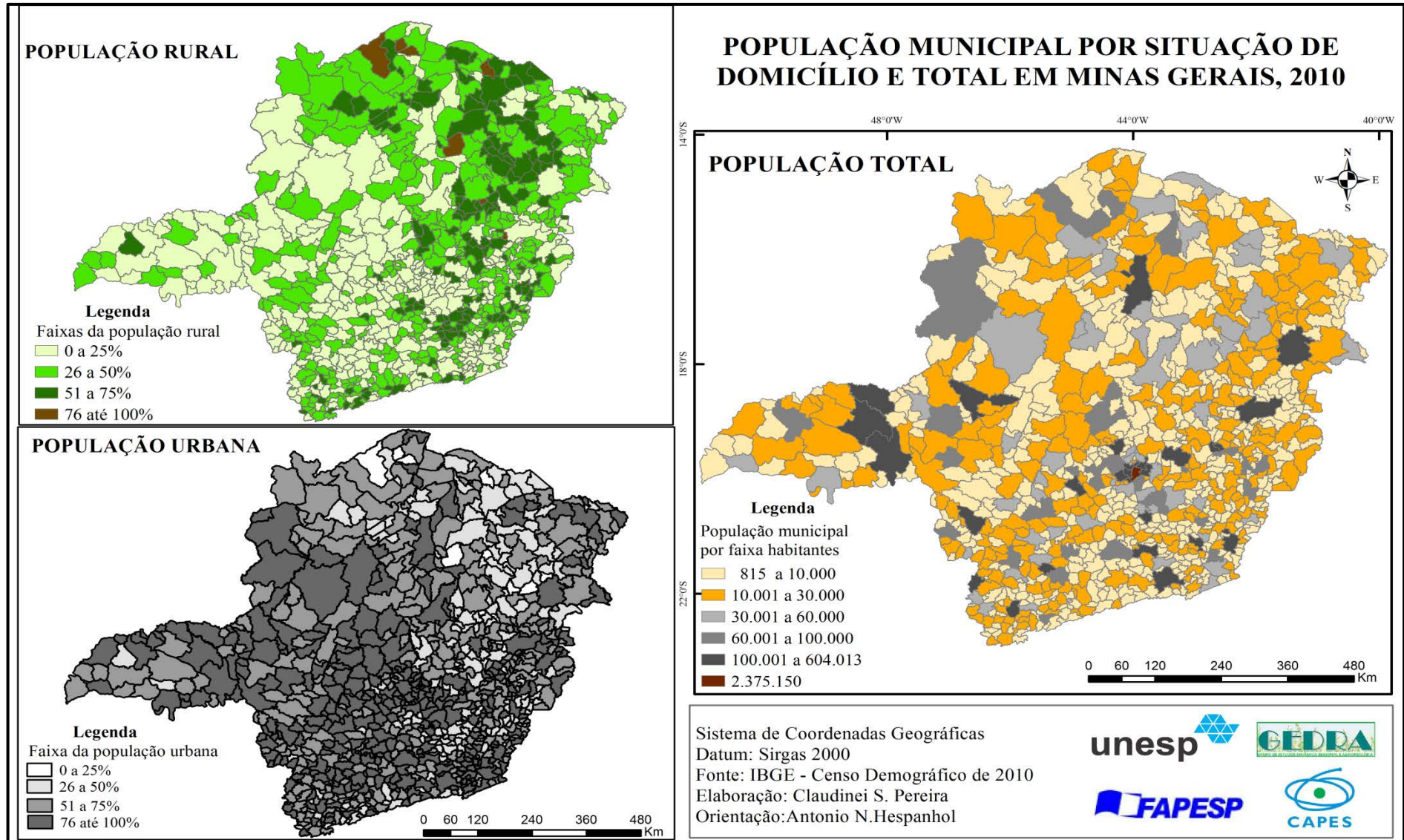
Os pequenos núcleos urbanos não apresentam o dinamismo econômico necessário para gerar os empregos suficientes para reter a população nestes espaços, oferecendo apenas os serviços públicos básicos na área de saúde e educação. A integração entre as pequenas cidades é precária devido à exígua ou inexistente infraestrutura viária, sendo que em muitas localidades as estradas não são asfaltadas, principalmente nas porções norte e nordeste do estado, comprometendo a articulação regional.

Para Endlich (2009, p.87) as pequenas cidades brasileiras funcionam como provedoras de produtos básicos essenciais para as populações rurais, sendo que suas áreas de influência tendem a limitar-se ao território municipal, dessa forma, também enfatiza as dificuldades de conceitualizar o que seja este grupo urbano, pois neste caso reside o próprio conceito de cidade, sendo que algumas são tão pequenas do ponto de vista demográfico e de prestação de serviços, que estão no limiar entre a cidade e a não cidade.

Já as cidades médias propriamente ditas segundo a nomenclatura definida por Amorim Filho *et al* (2007), para a realidade do estado de Minas Gerais, são notadamente aquelas entre 20 a 100 mil habitantes, que devido à dispersão no estado, cumprem funções regionais diferenciadas, em razão de fatores de proximidade, vias de transporte e da presença de equipamentos públicos de maior demanda e complexidade, tais como hospitais de referência, universidades e instituições burocráticas do Estado. Desta forma, as áreas de influência destas cidades polarizam diferentes áreas, tanto no que concerne às cidades pequenas e aos espaços rurais, corroborando para novas e complexas interações, além de exercerem mecanismos de reorganização espacial e social no estado (GARCIA; NOGUEIRA, 2008).

No Mapa 4 indica a população municipal por situação de domicílio e total em 2010, e colabora para o entendimento de como a situação geográfica das cidades influenciam as dinâmicas da rede urbana no estado de Minas Gerais. Também mostra a maior presença da população rural nas áreas norte e nordeste do estado, em comparação com a população predominantemente urbana nas demais áreas do estado.

MAPA 4



Quando associamos a distribuição da população e as principais riquezas econômicas geradas, há enorme desigualdade nas formas de produção e distribuição entre as microrregiões geográficas do IBGE no estado. Estas disparidades na geração de riquezas ocorrem nos diversos setores da atividade econômica e, ao decompor o produto interno bruto (PIB) reforça-se claramente um processo em curso, de afirmação da divisão territorial do trabalho e de concentração das riquezas no estado.

O setor agropecuário tem sido alvo de intensos processos capitalistas monopolistas com *commodities* agrícolas que resultam na concentração da produção nas microrregiões que compõem o Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba e Sul de Minas, pois estas localidades participam com os maiores montantes deste setor na economia do estado. Em contrapartida, as microrregiões da porção norte e nordeste detêm as menores parcelas, porém são nestas áreas que vivem a maior parte da população rural. Esta desigual distribuição evidencia que as relações de produção e finalidades são diferenciadas entre si. No Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba e Sul de Minas predomina a agropecuária capitalista, com destaque para as médias e grandes propriedades que direcionam a produção para o mercado externo, destacando-se a pecuária de corte e o binômio cana-de-açúcar e soja no Triângulo e a cafeicultura na porção sudoeste com a incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde (Figura 1).

Moreira (2004) ao analisar a dinâmica e regionalização do trabalho segmentou o território brasileiro em quatro grupos, de acordo com as principais atividades econômicas e interações espaciais. Assim, em Minas Gerais as áreas situadas no Triângulo e Sul/Sudoeste estão vinculadas ao complexo agroindustrial, no qual a característica produtiva requer uma maior articulação entre campo e cidade, por meio da indústria e do setor de serviços.

É o complexo agroindustrial, uma unidade de economia que integra em um só sistema atividades dos setores primário, secundário, terciário e quaternário, levando a divisão territorial do trabalho estruturalmente para além da combinação primário-secundário (agricultura-indústria) a que a agroindústria até então se limitava, rumo a uma divisão do trabalho estruturada em rede de produção e de trocas de dimensão e abrangência territorial enormemente diversificada e ampla (MOREIRA, 2004, p. 137).

Já nas porções norte e nordeste, o setor agropecuário tem maior diversificação de produtos, porém com técnicas de cultivo e lógicas de produção voltadas em sua maioria para o autoconsumo da população rural ou apenas para o mercado local, caracterizando o que Martins (2010) define como relações não capitalistas de produção, tendo por fundamento essencial a produção agrícola para atender as necessidades básicas da família. Ademais, se levarmos em consideração as diferenças do meio natural, há o elemento climático que é um

fator importante no processo de produção e transformação do espaço, pois o fenômeno das estiagens prolongadas interfere diretamente nas dinâmicas sociais e econômicas de expressiva parcela da população, frente àquelas características socioeconômicas.

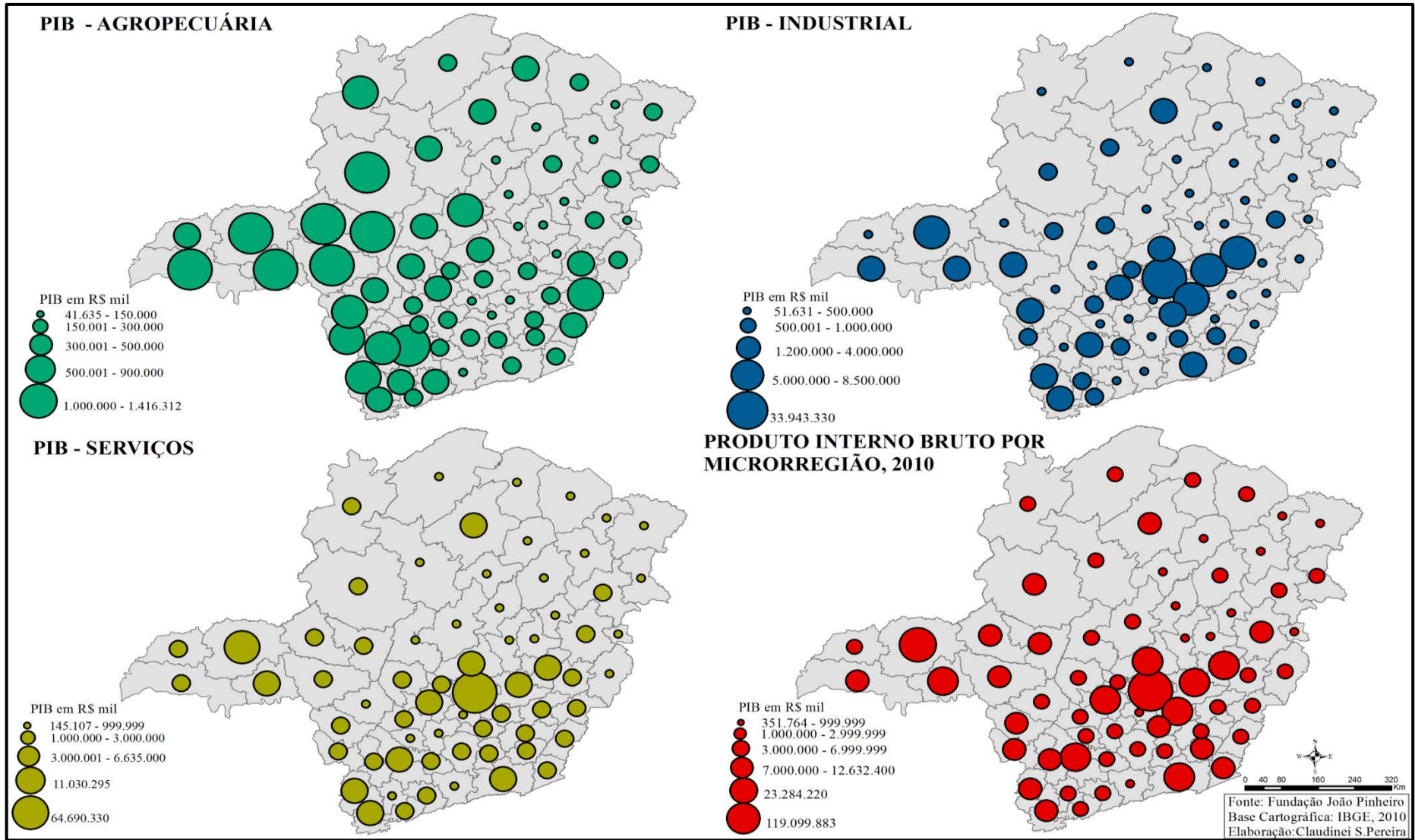
A estiagem/seca tem rebatimentos sociais nas áreas onde a principal atividade econômica está vinculada a agropecuária, que em determinados períodos eleva a vulnerabilidade social⁷ e econômica para o conjunto da população, mas principalmente para aqueles que vivem na área rural e dependem das condições naturais para produzir e garantir uma vida satisfatória. Desta forma, a natureza e a sociedade são fatores fundamentais para compreender as dinâmicas espaciais, pois em razão de diferenças de poder aquisitivo, capacidade de produção agropecuária e de geração de excedentes no campo, os grupos sociais no meio rural são afetados de forma diferenciada, em que pese à atuação do Estado no favorecimento dos grupos dominantes na oferta de infraestruturas hídricas e crédito bancário, como historicamente ocorreu na região Nordeste do país (OLIVEIRA, 1981).

O setor industrial além de ter se desenvolvido no estado por intermédio da intervenção estatal em prol de determinados grupos e espaços, por meio de políticas de incentivos fiscais e oferta de infraestrutura, também é resultante da existência de enormes riquezas minerais, notadamente o minério de ferro, concentrado no chamado Quadrilátero Ferrífero, que permitiu a construção de importantes plantas siderúrgicas, destacando-se neste ramo as microrregiões de Itabira, Ipatinga, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete. As demais microrregiões de expressividade e diversificação industrial são Belo Horizonte, Uberlândia e Sete Lagoas.

Esta área no estado engloba a chamada região do polígono industrial, segundo Moreira (2004), que engloba diferentes ramos industriais de bens de capital e de consumo duráveis na forma de aglomerados industriais situados nos principais eixos viários e na região metropolitana de Belo Horizonte, que contam com sistemas de transporte e mão de obra abundante. Para o restante do estado, apenas a microrregião de Montes Claros, situada na porção norte, se destaca, enquanto nas demais desta área e no nordeste a atividade industrial é pouco expressiva.

⁷ O enfoque que daremos sobre vulnerabilidade social para as famílias das áreas de clima semiárido do norte e nordeste pode ser exemplificado pelo acesso restrito, e em muitos períodos do ano precário, de acesso à água potável, no qual as famílias demandam tempo e energia física para irem até as localidades, que podem ser pequenos córregos ou represas, para buscarem água em vasilhames e levarem para suas residências.

Figura 1 - Distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) por setor e por microrregião em Minas Gerais (2010)



Para o setor de serviços, a distribuição da riqueza é menos concentrada, pois diversas cidades de porte médio, relacionadas ao tamanho demográfico, e cidades médias relativas aos papéis e funções desempenhados, atuam como prestadoras de diversos serviços financeiros, educacionais, empresariais e comerciais para as áreas de seu entorno. Contudo como a distribuição destas cidades não é homogênea pelo estado, prevalece os municípios nas porções centrais, sul e a microrregião de Uberlândia com os montantes mais expressivos neste setor.

Para o PIB total das microrregiões, a de Belo Horizonte e aquelas situadas no seu entorno representam forte concentração da riqueza no estado, enquanto que novamente as microrregiões do norte e nordeste têm participações pouco expressivas.

Portanto, quando os indicadores de atividades econômicas por microrregião são confrontados, reforça-se a enorme desigualdade no estado de Minas Gerais. As plantas industriais concentram-se nas áreas central e sul, a agropecuária capitalista modernizada está nas porções sudoeste e Triângulo, enquanto que na vertente norte-nordeste predomina a economia de base agrária, voltada em sua maior parte para autoconsumo local, escassa infraestrutura de transporte e condições naturais adversas.

Assim, a produção de espaços na escala estadual está diretamente associada à atuação do Estado brasileiro e do capital monopolista que fomentou a expansão de lógicas capitalistas em determinadas áreas e relegou outras, quase que completamente, de possibilidades de melhorias efetivas. Como resultado formou-se, do ponto de vista dos indicadores socioeconômicos, duas regiões muito díspares entre si, sendo uma considerada “rica” que envolve as porções central, sul e oeste; enquanto que a região “pobre” compreende o norte e nordeste do estado, reforçando a prerrogativa de que para o capital as desigualdades regionais são parte intrínseca dos ciclos de reprodução e ampliação.

O capital privado busca as localidades que potencializam a maximização dos lucros e redução das inversões necessárias para sua ampliação. Desta forma, o Estado ao conceder o aparato de infraestruturas, concessão de subsídios e créditos reforça a concentração monopolista do capital em algumas áreas, ao passo que as demais permanecem integradas a margem do sistema como provedoras de mão de obra barata para a reprodução e dinamicidade do setor empresarial (MARTINS, 2007).

Isto fica mais evidente quando utilizamos outros indicadores que permitem correlacionar atividades econômicas com padrão de vida. A dinâmica do mercado de trabalho, associado à divisão territorial do trabalho e da oferta de serviços públicos essenciais para a população permitem compreender elementos indiretamente vinculados à geração de renda.

Por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que sintetiza através dos indicadores de educação, longevidade e renda como vivem as pessoas e que aspectos mais impactam na qualidade de vida, podem evidenciar lógicas diferenciadas em relação ao Produto Interno Bruto ou reforçar correlações entre geração de renda e qualidade de vida.

Sen (2010) aborda o desenvolvimento na perspectiva de criação e reforço das liberdades individuais e coletivas na sociedade, pois entende que a dimensão renda não pode ser o meio e o fim das políticas públicas para a melhoria de vida das pessoas. A renda na perspectiva do desenvolvimento como liberdade é instrumento importante por possibilitar maior autonomia aos indivíduos, para que possam ter uma vida em que não precisem se submeter a trabalhos forçados, precários e que ponha em risco a vida para garantir formas de sobrevivência de sua família. Para tanto, não focalizar a renda como objetivo principal do desenvolvimento, mas sim situarmos a baixa renda e a vincularmos com a perspectiva mais ampla da privação de capacidades, teremos melhores instrumentos analíticos e, também, operativos para entender os mecanismos necessários para melhorar as liberdades humanas.

A relação entre pobreza⁸ e desigualdade vista numa abordagem ampla, fundamenta-se por meio da busca por liberdade dos indivíduos e das sociedades que podem construir novas formas de organização e padrões de vida coletivamente, pois segundo Sen (2010, p.36):

Existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda. A privação de capacidades elementares pode refletir-se em mortes prematuras, subnutrição significativa (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências.

A partir destes elementos do desenvolvimento humano, a avaliação periódica de indicadores de vida das pessoas torna-se mecanismo fundamental para buscar novas formas de atuação do Estado e da sociedade em geral, para construção e consolidação de novos valores, tal como a liberdade dos indivíduos, pois com o capitalismo monopolista o aumento das riquezas produzidas socialmente não está sendo apropriado pelos sujeitos trabalhadores que as produzem, mas sim apoderado por uma minoria da elite econômica.

⁸ A pobreza pode ser vinculada a acepção de baixa renda, porém a entendemos numa dimensão mais ampla, no qual a negação do acesso à educação escolar, do trabalho decente e bem remunerado, moradia adequada e inserção de fato na sociedade é caracterizado como pobreza ou mesmo como entende Martins (1997) em processos excludentes que tiram o direito e impõem formas de inserção marginalizadas para os indivíduos, tão presentes nas áreas urbanas e rurais do país.

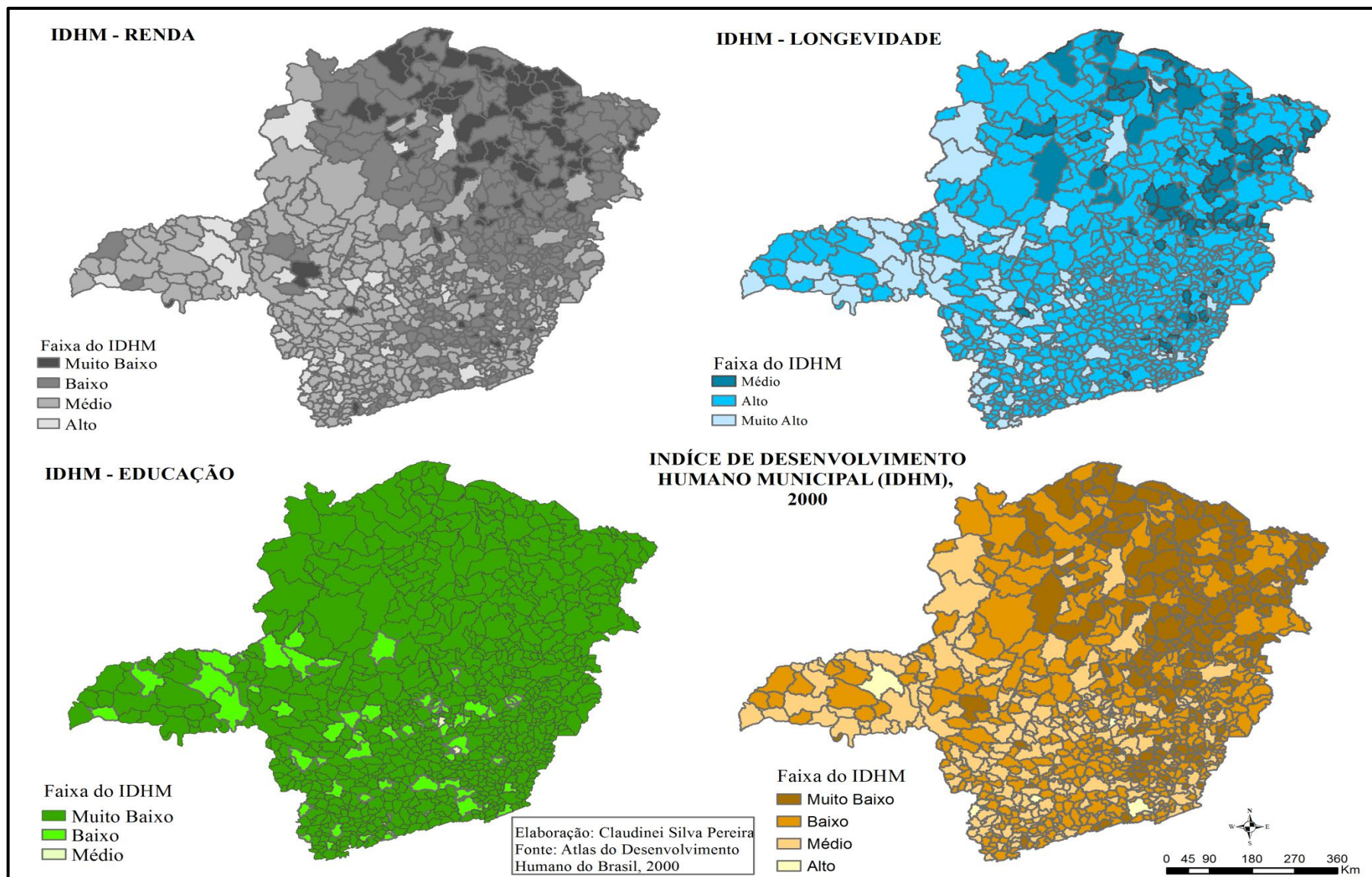
O PNUD, por ser a agência das Nações Unidas que coordena os critérios que avaliam os padrões de qualidade de vida das pessoas, atua no Brasil em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP) que são as instituições responsáveis pela classificação do IDHM, que para diferenciar os níveis de desenvolvimento entre os municípios utiliza em cinco faixas, que evidencia em que estágio a localidade está e se houve, ao longo de certo período, melhorias ou retração de seus indicadores. Assim, as faixas do IDHM são (muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto) e podem ser decompostas para os três indicadores (educação, longevidade e renda), sendo que os dados são divulgados por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Para o estado de Minas Gerais utilizamos os dados do IDHM de 2000 e 2010 para analisarmos como os municípios estavam situados, para tanto, optamos por desagregar o índice em seus indicadores, pois possibilita entender em quais dimensões houve melhoras e quais ainda apresentam restrição para as populações nos municípios mineiros. Decidimos representar as faixas dos indicadores baixos em tonalidades fortes, pois a inversão da convenção cartográfica objetiva situar as áreas norte e nordeste com maior intencionalidade na representação. Em termos quantitativos o estado de Minas Gerais possuía 853 municípios nestes dois períodos que analisamos.

No IDHM de 2000 o indicador renda apresentou a maior variação entre os municípios, pois não houve nenhum situado na faixa de muito alto desenvolvimento, porém a maior parte das localidades enquadrou-se como muito baixo (86 municípios) e baixo (347), notadamente as situadas no norte, nordeste e leste do estado. Nas porções central, sul e oeste há predomínio na faixa de médio desenvolvimento (384), sendo as únicas localidades do estado que possuíam municípios com alto desenvolvimento (36) neste ano, exceção para dois municípios na porção norte, conforme pode ser visualizado na Figura 2.

No indicador longevidade a situação é melhor, pois não havia nenhum município situado como de muito baixo e baixo desenvolvimento. Neste, predominam as municipalidades com alto (655), enquanto que os de médio (88) e muito alto (111) têm distribuição quantitativa semelhante, porém na divisão no estado há evidente concentração deste último nas áreas onde o indicador renda é maior.

Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios de Minas Gerais (2000)



Para o indicador educação a situação para o estado como um todo é desfavorável, pois predomina a faixa de muito baixo desenvolvimento (784). Esta realidade é melhor em poucas localidades que estão na faixa de baixo desenvolvimento (68), onde não houve nenhum município nas porções norte e nordeste situado nesta faixa. Apenas dois municípios estavam situados com médio desenvolvimento. Para efeito de comparação com o restante do Brasil, a educação situou nas faixas de muito baixo e baixo desenvolvimento, demonstrando o restrito acesso da maior parte da população ao ensino público e de qualidade.

A composição dos três indicadores referenciados forma o IDHM, e demonstra haver para Minas Gerais índice situado entre muito baixo (213) e baixo desenvolvimento (426) para a maior parte dos municípios, parcela pequena encontra-se com médio (210) e apenas cinco municípios com alto desenvolvimento humano. Se correlacionarmos os indicadores renda e longevidade com o mapa da distribuição da população por situação de domicílio já apresentado anteriormente (Mapa 3), notaremos que onde predomina população rural, os indicadores do IDHM são menores, evidenciando que o espaço rural e sua população historicamente foram relegados a segundo plano pelo Estado na oferta de infraestruturas sociais e meios que melhorassem a qualidade de vida destas populações.

Podemos relacionar que a baixa renda da população rural e urbana, associado com as restrições de infraestruturas públicas influencia fortemente na privação das capacidades dos sujeitos, pois prolonga as altas taxas de analfabetismo, restringe o acesso à saúde, saneamento básico, água tratada, acesso à alimentação adequada e força que milhares de pessoas passem a vida lutando contra morbidez desnecessária e muitas vezes sucumbindo à morte prematura. Assim, o IDHM em Minas Gerais evidencia a desigualdade econômica e social que há entre áreas do estado, e logicamente entre as municipalidades.

Entre o ano 2000 e 2010, o Brasil passou por períodos de crescimento da economia e houve melhoria na renda, seja pela maior oferta de postos de trabalho, aumento real do poder de compra do salário mínimo e de políticas sociais de distribuição de renda. Isso foi consequência da inflexão na trajetória da desigualdade distributiva, promoção do crescimento econômico e criação de meios para aumentar o consumo da população trabalhadora (POCHMANN, 2014). A conjuntura de crescimento nacional favoreceu a maior parte das localidades e seus reflexos positivos são perceptíveis na melhoria do índice de desenvolvimento humano na maioria dos municípios do país e de Minas Gerais (Figura 3).

O indicador renda, contudo, evidencia a manutenção de desigualdade na maior parte dos municípios de Minas Gerais, pois estão situados nas faixas de baixo (160) e médio

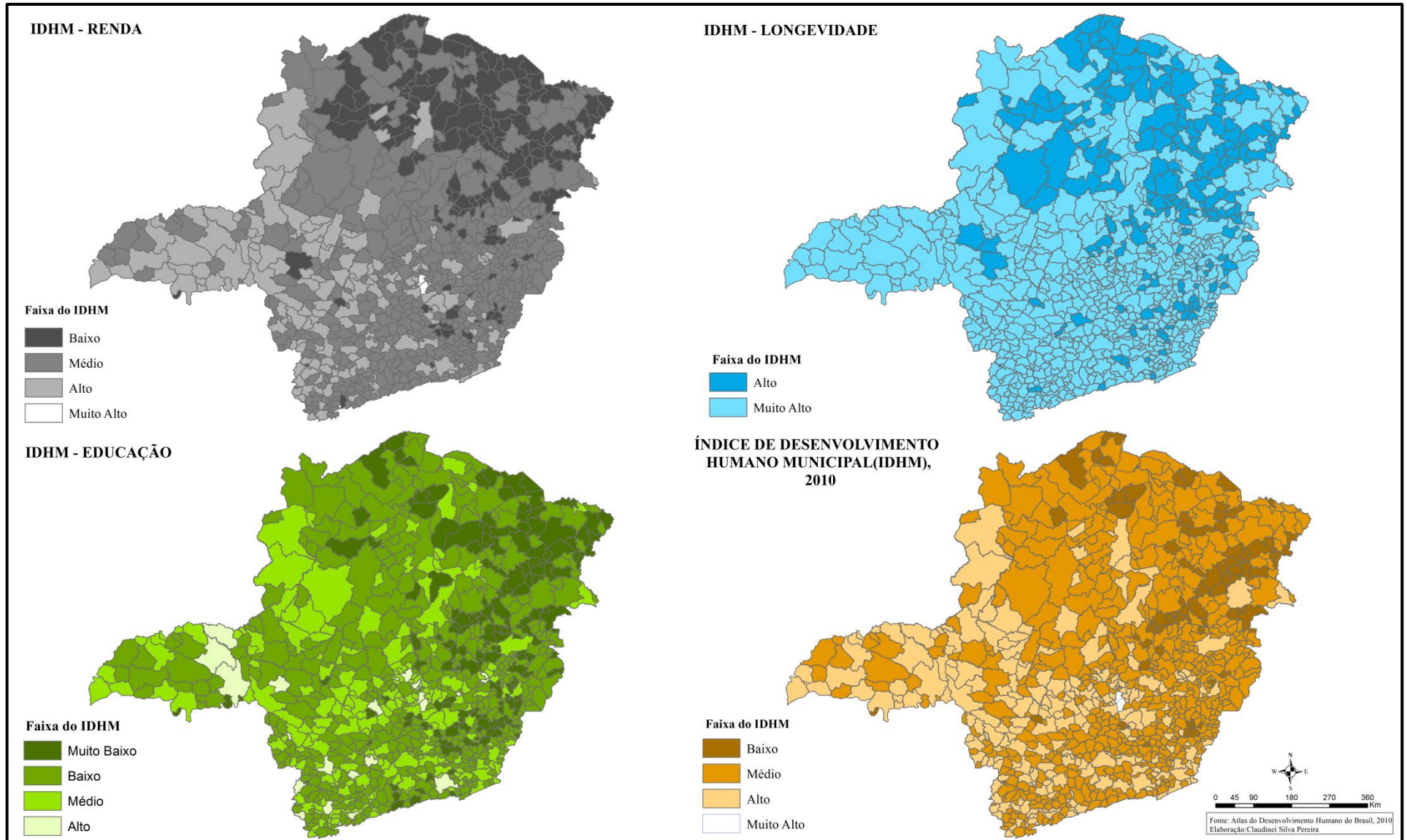
desenvolvimento (525), relevante é a constatação que nenhum município estava na faixa de muito baixo desenvolvimento. Os posicionados com alto desenvolvimento (166) estão, em sua maioria, localizados nas porções sul e oeste do estado, e apenas dois com muito alto desenvolvimento.

A longevidade apresentou melhorias em relação ao período anterior, pois todos os municípios estão como alto (193) ou muito alto (660). Este resultado é consequência de maior investimento do Estado brasileiro no setor de saúde, no aumento da renda domiciliar e melhoria do consumo das populações mais vulneráveis. Assim, a saúde por ser um direito garantido por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) permite que a população pobre tenha acesso a estes serviços e consiga reduzir as taxas de mortalidade que as afetavam em maior proporção no passado, também houve investimentos na expansão dos sistemas abastecimento de água potável nas áreas rurais e urbanas de vários municípios, que reduziram os agravos à saúde da população em geral.

Enquanto a educação aparece como indicador de maior desigualdade entre os municípios, pois poucos estão na faixa de alto (23) e em médio desenvolvimento (195), enquanto que a maioria está em baixo (465) e muito baixo (170). A educação mesmo sendo gratuita, é um direito que expressiva parcela da população não tem garantida. Assim, as taxas de analfabetismo são elevadas em Minas Gerais e parte da população tem baixo nível de instrução. Esta realidade era reforçada à medida que milhares de jovens e adultos tendiam a abandonar a escola em busca de emprego ou ainda aqueles que terminaram o Ensino Médio e não encontram, em suas regiões, instituições públicas que fornecessem cursos superiores para que pudessem continuar a formação educacional.

Esta realidade era mais emblemática nas porções norte e nordeste onde havia poucas universidades públicas, seja estadual ou federal. Contudo, a partir de meados da década de 2000, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) do Governo Federal novos campi de universidades federais e institutos federais foram inaugurados nestas áreas, aumentando a disponibilidade de vagas no Ensino Superior. Entretanto, apesar da maior disponibilidade de vagas e instituições, o acesso ao Ensino Superior ainda é dificultado pela desigual estrutura de acesso e permanência para a população de baixa renda.

Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Nos municípios de Minas Gerais (2010)



Para o IDHM no estado, verificamos que predomina os municípios com médio desenvolvimento humano (552), alto (226), alguns com baixo (73) e apenas dois com muito alto desenvolvimento, sendo eles: Nova Lima e Belo Horizonte. A espacialização do IDHM em Minas Gerais evidencia a necessidade de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida de milhões de pessoas nos diversos municípios, promova a redistribuição das infraestruturas e da riqueza no estado, seja nas áreas com escassa presença do Estado ou mesmo naquelas onde a geração de riqueza é abundante, mas sua distribuição se dá de forma concentrada, impossibilitando os indivíduos de terem uma vida melhor.

A capacidade das pessoas (individual e coletivamente) de serem protagonistas de mudanças requer meios básicos que as permitam fomentar ações que modifiquem a estrutura política do Estado para que este impulse melhorias sociais, econômicas e de infraestruturas nas diversas localidades. Assim,

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas capacidades, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciado esse mundo (SEN, 2010, p.29).

A pobreza entendida de forma multidimensional em Minas Gerais é mais complexa que a dimensão renda, pois envolve a restrição ao mercado de trabalho, precários serviços de saúde e má ou mesmo ausência de sistema de ensino abrangente para todas as classes sociais. Essa pobreza de capacidades torna-se mais expressiva para as populações da área rural, que tem acesso limitado a serviços de assistência técnica na agropecuária, precários meios de transporte e escasso mercado consumidor para seus produtos. Esta lógica evidencia a manutenção de privação de capacidades que restringem os indivíduos de poderem dar novos significados para suas vidas.

Assim, o IDHM, bem como os indicadores demográficos e econômicos comprovam que o desenvolvimento desigual tem se materializado com a transformação e construção de paisagens e espaços muito diversificados, pois no modo de produção capitalista há constante transformação dos espaços para agregá-los na lógica de reprodução ampliada das relações econômicas. A expansão de cidades, rodovias, áreas industriais, da agricultura intensiva e pecuária são reflexos de um processo de desenvolvimento desigual entre diferentes áreas. Estes elementos consorciados de ordem econômica e natural fundamentaram diferenciações em Minas Gerais, ao longo das últimas décadas, que retratam lógicas e processos díspares de

apropriação dos espaços, tanto para a consolidação de lógicas econômico-produtivas vinculadas à economia capitalista mais dinâmica, quanto a espaços menos integrados e periféricos.

A partir destas diferenciações que foram historicamente construídas e das consequências sociais, notadamente aquelas concernentes às desigualdades econômicas e de serviços básicos essenciais, algumas instituições do Estado propuseram e construíram regiões com o objetivo de implementarem diversas políticas públicas de redução de certas desigualdades no estado de Minas Gerais. São estas instituições e suas regionalizações que especificaremos a seguir. Isso se faz necessário, pois as regiões tornam-se marcos delimitadores para algumas políticas públicas que estão em execução no estado e que afetam os municípios recortes deste estado.

1.3. Regionalização da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada pela Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, sendo, atualmente, uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional (MIN). No momento de sua criação, a SUDENE visava planejar e propor diretrizes para o desenvolvimento dos estados da região Nordeste do Brasil, dos municípios no estado de Minas Gerais que se localizavam no chamado polígono das secas e alguns municípios no norte do Espírito Santo.

Segundo Steinberger (1988) a SUDENE foi a primeira instância do Governo Federal a propor políticas de planejamento regional e buscar uma ação integrada no espaço regional, pois até então as ações eram isoladas e marcadas por carácter assistencialista e soluções de problemas emergentes, como a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) que privilegiava investimentos em infraestruturas hídricas para os grandes proprietários rurais no Nordeste.

Entre as metas da SUDENE estava a de criar instrumentos de planejamento para o desenvolvimento econômico e regional na sua área de atuação, isso seria fomentado por meio de concessão de financiamentos subsidiados para que as empresas de fora e da região investissem parte dos impostos devidos ao Estado, aumentando desta forma os níveis de industrialização e expandindo as relações capitalistas de produção (OLIVEIRA, 1981).

A incorporação de alguns municípios da parte norte e nordeste de Minas Gerais na área da SUDENE foi em consequência dos processos desiguais de expansão das relações

capitalistas no território mineiro ao longo do século XX, pois as áreas central, sul, leste e oeste do estado puderam se beneficiar dos mecanismos de expansão do capital industrial e urbano, desencadeados a partir da década de 1930 com o processo de industrialização brasileira. Já as áreas norte e nordeste permaneceram na periferia da expansão econômica. Assim, a SUDENE intencionava incorporar estes municípios abrangidos na lógica de capitalização das relações de produção e de consumo que se expandia no restante do estado.

Deste modo, a área de atuação da SUDENE em Minas Gerais foi ampliada ao longo dos anos com a incorporação de novos municípios, sendo que estes não necessariamente integravam o polígono das secas, mas se localizam em áreas onde os indicadores socioeconômicos situavam-se abaixo das demais áreas do estado. Porém, em 2001, pela medida provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001, a SUDENE foi extinta, pelo então Governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo criada em seu lugar a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) que tinha como recorte territorial os mesmos estados e municípios da extinta SUDENE. Entretanto, no ano de 2007 a SUDENE foi reinstituída por meio da Lei Complementar nº 125, durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que novamente ampliou sua área atuação, sendo incorporados novos municípios do estado de Minas Gerais.

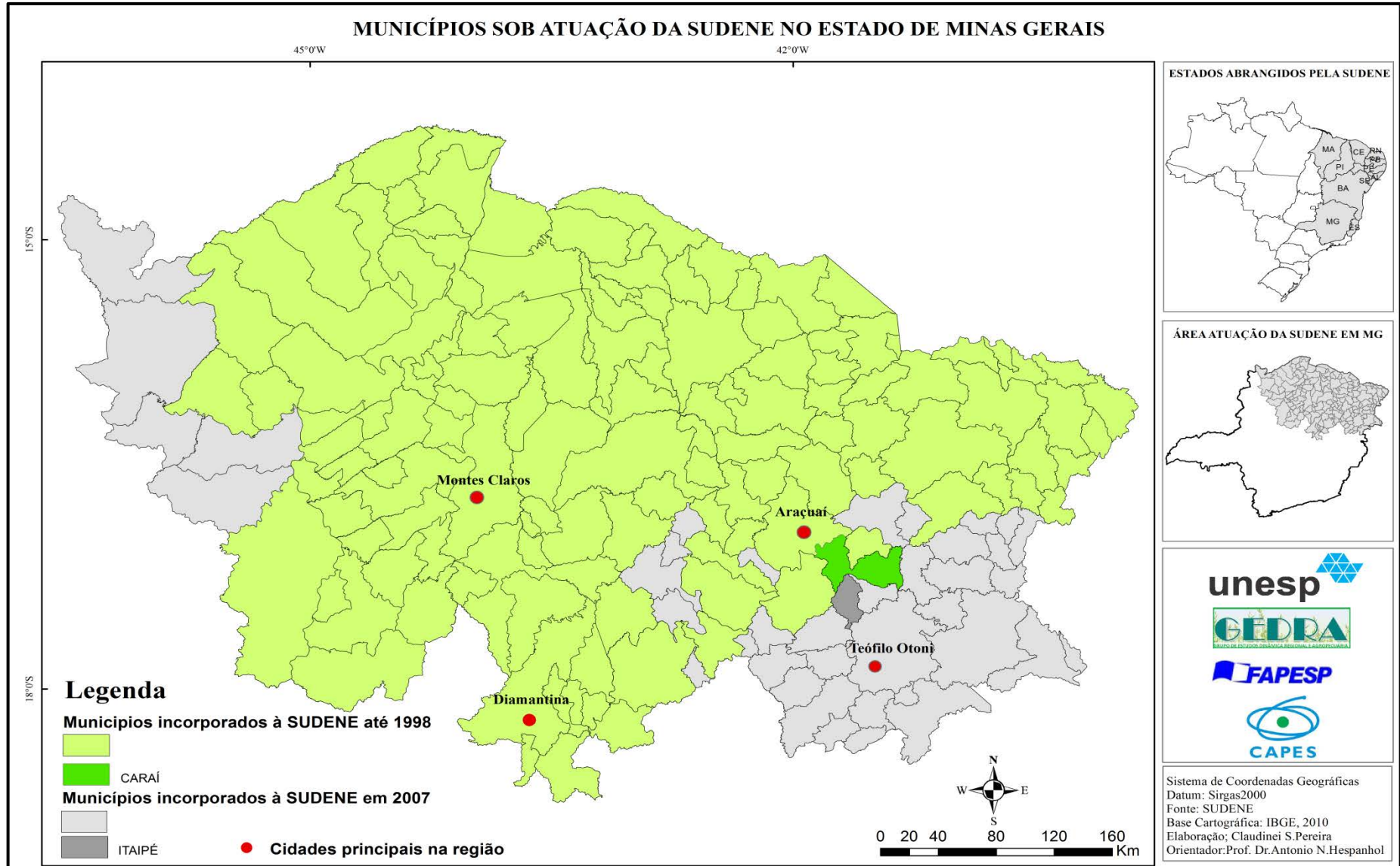
No Mapa 5 consta os municípios mineiros que integram à SUDENE, fizemos a classificação em dois períodos, ou seja, até 1998 antes da extinção da Instituição, e 2007 quando houve sua recriação e a última expansão de sua área de atuação.

Para Cohn (1978) e Oliveira (1981), a SUDENE foi o instrumento encontrado pelo Estado brasileiro para impulsionar a expansão do capitalismo industrial do Centro-Sul para a região Nordeste, com o objetivo de integrar o mercado nacional e equilibrar a divisão territorial do trabalho que vinha se acentuando entre estas regiões. Entretanto, priorizou-se o setor empresarial, sem, contudo, modificar as estruturas econômicas e de poder que são as responsáveis pelas desigualdades socioeconômicas no interior das regiões e entre elas.

Segundo Cano (2007), o discurso da desconcentração industrial que seria promovida da região Sudeste em direção ao Nordeste não se concretizou, pois os investimentos capitalistas ali implementados deram-se em áreas privilegiadas para a expansão dos lucros empresariais, fortalecendo no interior da região os mecanismos de concentração econômica e populacional.

MAPA 5

MUNICÍPIOS SOB ATUAÇÃO DA SUDENE NO ESTADO DE MINAS GERAIS



Furtado (1999) menciona que a concentração patrimonial e de renda que se formou ao longo da história econômica do Brasil está nas raízes das malformações sociais que se observam. A SUDENE possibilitou que reduzisse as diferenças econômicas entre a região Nordeste e a Centro Sul, contudo não foi capaz de reverter às desigualdades, pois elas são um problema de natureza política ligada às estruturas de poder, antes de ser econômica. Nisso permaneceu a estrutura de concentração fundiária, de poder e renda da classe dominante, e manutenção da pobreza na região.

De acordo com a Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, que instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) garante o repasse anual de 3% da arrecadação da União provenientes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) para estes fundos, sendo que o FNE fica com 1,8%, e o FCO e FNO com 0,6% cada do montante total.

O setor empresarial que investir no setor produtivo nos municípios situados na área da SUDENE tem direito a acessar recursos repassados para o FNE, seja para construção de novos empreendimentos ou mesmo expansão dos existentes. Tais recursos são disponibilizados a taxas de juros menores do que os vigentes no mercado financeiro privado e os prazos são maiores. Dentre as prioridades estipuladas pelo FNE estão aquelas de financiar, em condições favoráveis, empreendimentos e atividades no semiárido de forma diferenciada a atender as especificidades naturais e socioeconômicas, e daqueles na área da SUDENE.

Como os recursos dos Fundos Constitucionais são gerenciados por instituições financeiras federais de atuação regional, em Minas Gerais o Banco do Nordeste do Brasil (Banco do Nordeste) é o responsável por financiar os empreendimentos inseridos na área da SUDENE.

Para o setor agropecuário, um dos programas que o Banco do Nordeste atua a partir dos recursos financeiros do FNE é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), porém este banco tem o Programa de Microfinança Rural (Agroamigo) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que é executado dentro das requisições do PRONAF por meio da concessão de crédito em condições favoráveis para os agricultores familiares de baixa renda. Mesmo na área de atuação da SUDENE, as condições de acesso ao crédito para os agricultores são distintas para alguns municípios no que concernem as taxas de juros, pois essas são menores naqueles que integram o semiárido mineiro (BANCO DO NORDESTE, 2014).

Segundo Cordeiro (2013), com a problemática das estiagens prolongadas e em alguns anos de secas, diversos movimentos da sociedade civil organizada constituíram a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que durante a III Conferência das Partes de Combate à Desertificação e a Seca (COP III), realizada em Recife em 1999, se articularam para reivindicar a implementação de políticas focalizadas para a área do semiárido, que levassem em consideração a necessidade de manutenção das populações na área rural e meios adequados de convivência com as condições naturais da região, desde políticas de garantia de água para consumo humano até a constituição de sistemas produtivos em pequena escala.

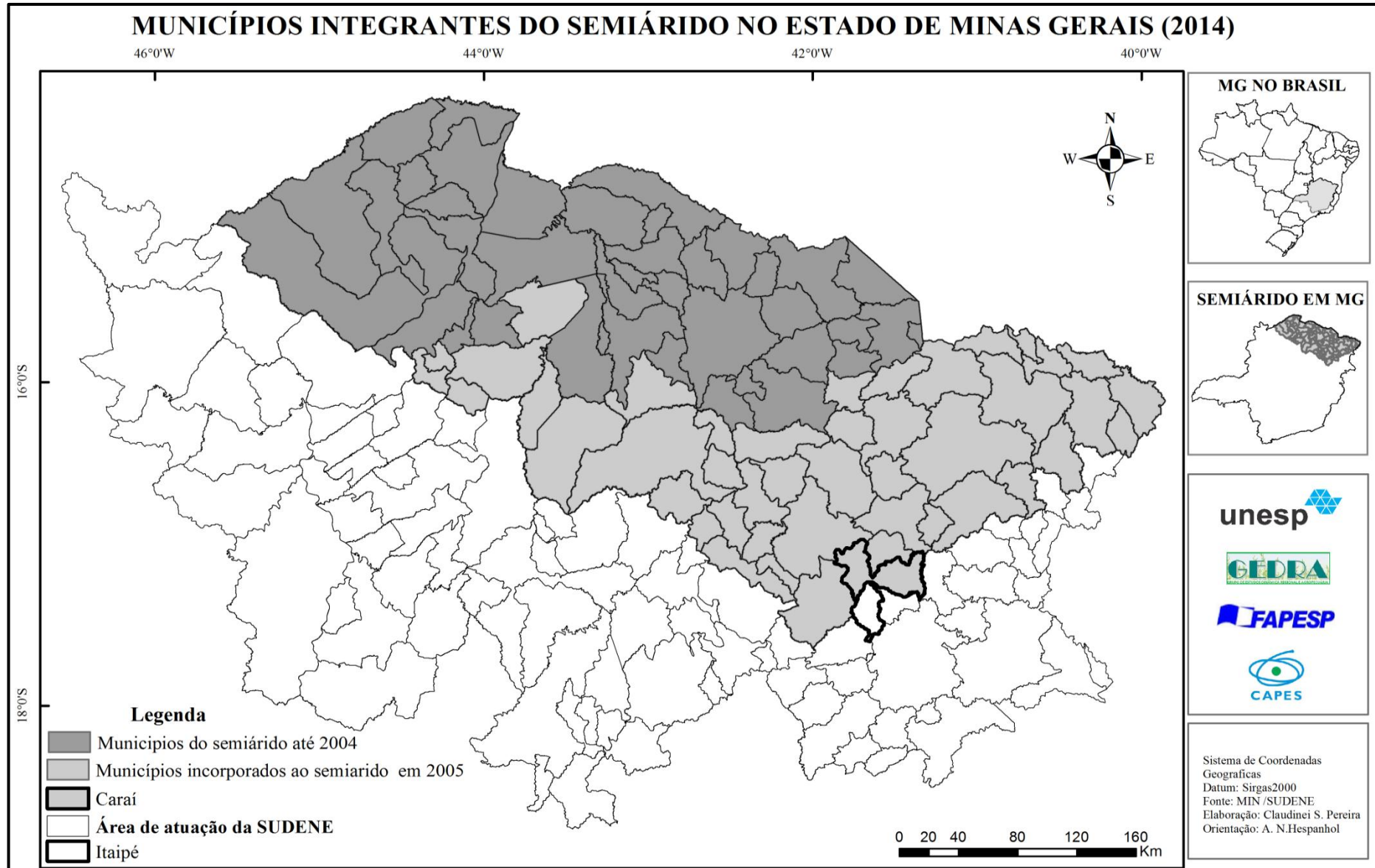
Além da ASA exigir do Estado brasileiro as políticas públicas de financiamento de ações de acesso à água, ao mesmo tempo buscaram que os órgãos competentes expandissem os municípios enquadrados na região, já que muitos situavam na área de secas periódicas, mas não podiam acessar os recursos e benefícios concedidos pelo Estado, porque não faziam parte da região oficialmente reconhecida como semiárida.

Em 2005, após reivindicação dos movimentos sociais integrantes da ASA, o Ministério da Integração Nacional organizou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) envolvendo diversas instituições federais para redefinir a delimitação da região semiárida. Até então, prevalecia a regionalização da área do semiárido definida pela SUDENE, em 1989, que utilizava o indicador climático de precipitação como parâmetro. Para a SUDENE a região semiárida correspondia:

Àquela formada pelo conjunto de lugares contíguos caracterizados pelo balanço hídrico negativo, resultante de precipitações médias anuais iguais ou inferiores a 800 mm, insolação média de 2.800 h/ano e umidade relativa do ar média em torno de 50% (SUDENE, 1989 apud Brasil, 2005, p.52).

A partir desta definição do indicador climático, nove municípios mineiros foram incorporados à região do semiárido em 1989. Em 1999, a SUDENE atualizou a área de abrangência e 40 municípios de Minas Gerais passaram a ser oficialmente reconhecidos como integrantes da área do semiárido. Com os estudos feitos pelo GTI, em 2005, uma nova delimitação da Região Semiárida foi realizada, incorporando mais 45 municípios mineiros. No Mapa 6 é mostrada a nova regionalização do Semiárido em Minas Gerais.

MAPA 6



Para a definição desta nova regionalização foram utilizados três critérios: Déficit Hídrico, no qual o município ao longo do ano tem que ter 60% dos dias com escassez de água no solo; Índice de Aridez que é uma relação entre a precipitação e a evaporação potencial e; Precipitação/isoieta média de até 800 mm ao ano, sendo considerados os dados referentes ao período compreendido entre os anos de 1960 a 1990. Os municípios enquadrados no semiárido atenderam, ao menos, um destes critérios. Para efeitos práticos e de planejamento público, mesmo que um município possuísse parte de seu território que não se enquadrasse nestes critérios, toda a sua área foi incorporada à região do semiárido.

Dentre as políticas públicas encampadas pelas organizações sociais via ASA estão ações de convivência com o semiárido, relacionadas à implantação de sistemas de captação de água da chuva para consumo humano, como por exemplo, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), gerenciado pela ASA e financiado por instituições federais. Por meio deste programa vem sendo construídas cisternas de placas com capacidade de 16 mil litros nas residências rurais na Região Semiárida.

Já o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água ou “Programa Água Para Todos”, instituído pelo Decreto nº 7.535 de 26 de julho de 2011 e coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, distribui cisternas de polietileno e constrói sistemas simplificados de abastecimento de água nos municípios de atuação da SUDENE, sendo implementado por intermédio do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal (BRASIL, 2014).

A importância do desenvolvimento de tecnologias de convivência com o semiárido se fundamenta no princípio de que o clima se relaciona com a organização do espaço, pois é variável seu impacto em função do grau de desenvolvimento econômico e tecnológico das sociedades. Para Sant’Anna Neto (1998), a relação entre os atributos climáticos e a organização do espaço é mediada pelo grau de tecnificação possível e real. Assim, as variabilidades sazonais e excepcionalidades das precipitações afetam as atividades agrícolas e toda uma cadeia de relações ambientais, sociais e econômicas nestes espaços. Daí a importância dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil se apoderarem de espaços de representação e de reivindicação para exigir do Estado instrumentos políticos que levem em consideração as peculiaridades locais e regionais.

1.4. Regionalização do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE)

No ano de 2002, por meio da Lei Estadual nº 14.171, foi criado o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), resultante da absorção das estruturas e funções da extinta Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), vinculada a Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas (SUDENOR). Por meio desta mesma Lei, o IDENE torna-se uma autarquia estadual vinculada a então Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha e do Norte de Minas - SEDVAN (MINAS GERAIS, 2002).

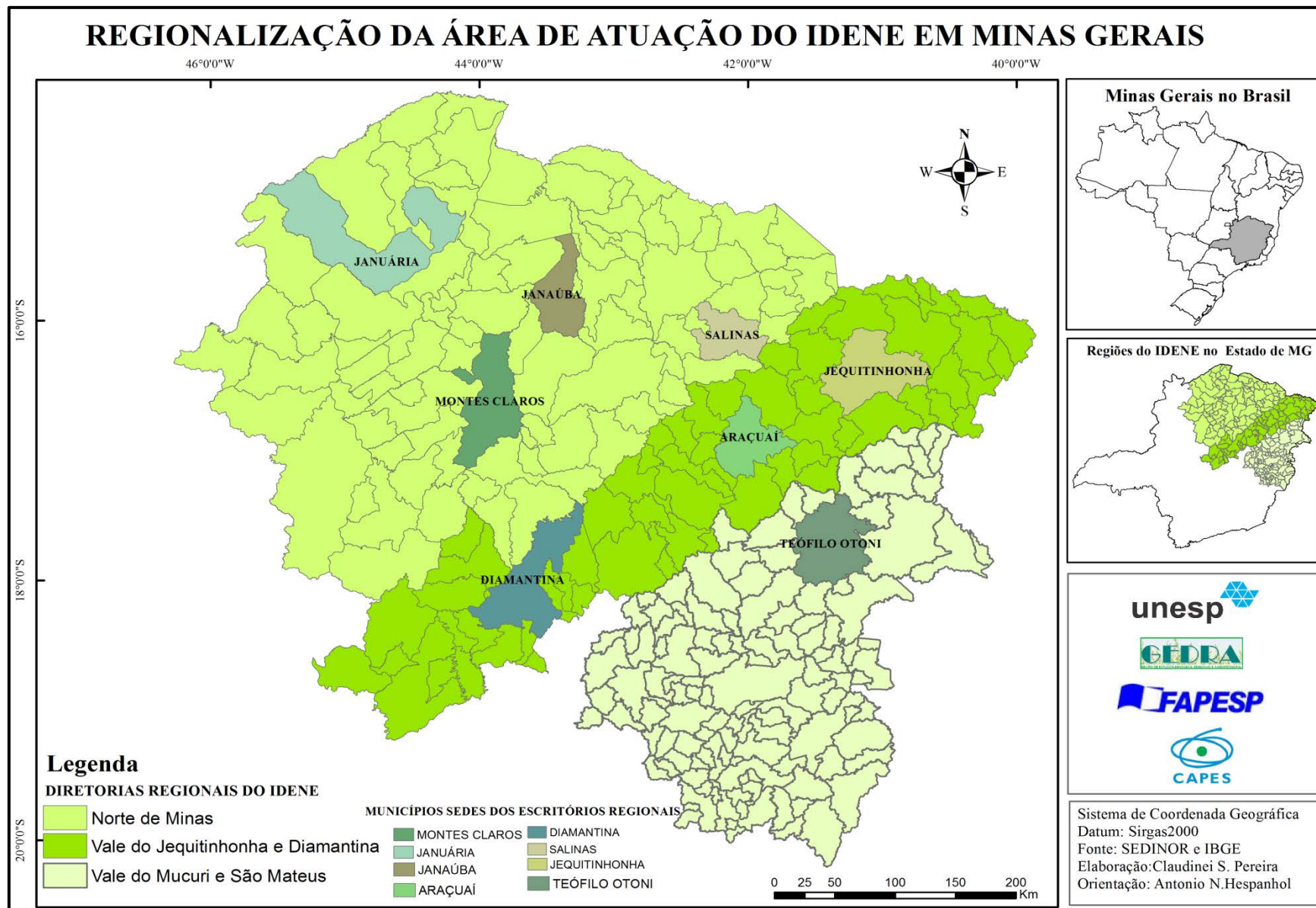
Por intermédio da Lei 21.076 de 2013, a SEDVAN passa a ser chamada Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (SEDINOR) e tem como finalidade articular junto aos órgãos estaduais e federais políticas e estratégias voltadas as áreas do estado com os menores indicadores sociais e econômicos com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e o enfrentamento da pobreza.

Dessa forma, o IDENE é o órgão operacional vinculado a SEDINOR, responsável por executar a partir de programas e projetos ações nos municípios em sua área de atuação. Para isso, realiza parcerias com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), com prefeituras, órgãos federais e outras entidades da sociedade civil para implementar suas políticas. Sua área de atuação atualmente engloba 258 municípios.

Em virtude das diferenças socioeconômicas e da extensão da área de atuação, a estrutura administrativa do IDENE foi subdividida em diretorias e escritórios regionais, possibilitando que em determinada política pública algumas destas diretorias participem de sua execução, ao passo que em outras não. No Mapa 7 é apresentada a atual área de atuação do IDENE, por diretorias regionais⁹ e as cidades que possuem os escritórios do órgão.

⁹ No mapa consta a Diretoria dos Vales do Mucuri e São Mateus, sendo que esta última está inserida na mesorregião do Rio Doce do IBGE. Mantivemos a nomenclatura de diretorias, conforme a estrutura administrativa do IDENE e realizamos a regionalização a partir dos municípios constantes na Lei 21.076, de 27 de dezembro de 2013, na qual os municípios estão identificados por mesorregião e microrregiões, além daqueles municípios de outras mesorregiões que fazem parte da área de atuação do IDENE. A partir de 2014 a área de atuação do IDENE passou a englobar 258 municípios distribuídos em mais de 240 mil km².

MAPA 7



Dentre os parâmetros de enquadramento dos municípios na área do IDENE, um é o produto interno bruto (PIB) *per capita* equivalente à metade do estado. Desta forma, no momento de criação do IDENE em 2002, as áreas prioritárias eram os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas.

Em 2013, houve, por parte do Estado de Minas Gerais, a incorporação de municípios pertencentes ao Vale do Rio Doce em virtude dos mesmos apresentarem indicadores socioeconômicos inferiores aos do estado, porém significativamente superiores às demais regiões integrantes do IDENE. A anexação destes municípios do Vale do Rio Doce está indiretamente relacionada ao jogo político regional, no qual determinados grupos políticos e econômicos buscam, por meio da SEDINOR, pressionar a SUDENE a anexá-los a sua área de atuação, para que possam ter acesso as políticas econômicas diferenciadas disponibilizadas por esta instituição.

As diferentes regiões que foram construídas no estado de Minas Gerais, com destaque para as porções norte e nordeste, demonstram novos jogos políticos e de interesses pela área, e de forma direta, pelas implicações socioeconômicas que afetam milhões de pessoas residentes nestes municípios. A focalização destas regionalizações e as finalidades para as políticas públicas são de diversas matizes e objetivos e derivam de decisões do Estado e dos interesses dos grupos políticos que estão no poder, e mesmo dos movimentos sociais que reivindicam por meio do Estado ações específicas para estas áreas.

As regiões são historicamente reflexos e desdobramentos de processos de diferenciação espacial entre áreas. Os diferentes mecanismos de expansão dos modos de produção, ao longo da formação territorial do Brasil, ocasionaram estruturas políticas e econômicas desiguais, mas que, ao longo do século XX, com a ascensão da economia urbano-industrial e da intervenção do Estado em prol do capitalismo monopolista em consolidação, a relação entre as regiões e a divisão territorial do trabalho ganhou novos contornos, reafirmando a manutenção de bases desiguais inter-regionais.

Portanto, percebemos que em Minas Gerais, o Estado interveio conjuntamente com diversos agentes econômicos ao planejar e executar políticas espaciais que maximizaram os rendimentos do capital, priorizando investimentos nas porções central, sul e oeste do território, enquanto as demais áreas permaneceram em segundo plano, resultando na segmentação socioeconômica entre estas áreas. No norte e nordeste do estado os indicadores, as infraestruturas de transporte, comunicação e mão de obra são semelhantes aos da maior parte da região Nordeste do país, englobando os municípios mineiros nas mesmas políticas de

planejamento estatal, sem, contudo, alterar a estrutura produtiva e a elevada concentração da renda.

A partir das características sociais, ambientais, produtivas e das regionalizações existentes na área nordeste de Minas Gerais, analisaremos nos próximos capítulos como as políticas públicas direcionadas ao espaço rural vem sendo executadas desde a última década, e mostraremos como a região e suas delimitações são fundamentais para a compreensão de especificidades dos programas executados nos municípios de Caraí e Itaipé, que apesar de serem limítrofes estão situados em regiões de planejamento diferentes para determinadas políticas setoriais.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CARAÍ E ITAIPÉ NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

É preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica. A impossibilidade de tal teoria do desenvolvimento acabada deriva da impossibilidade do estabelecimento de leis de validade universal no que diz respeito ao processo de desenvolvimento.

Carlos Brandão, 2007.

Este capítulo está subdividido em duas partes: na primeira iremos situar os processos de formação histórico-espacial¹⁰ nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, as dinâmicas demográficas e a estrutura da rede urbana regional na atualidade; na segunda parte apresentamos as características dos municípios de Itaipé e Caraí, destacando seus aspectos físicos, econômicos, demográficos, agropecuários e da rede pública de ensino municipal na área rural. Estes fatores serão peça chave para o entendimento das políticas públicas executadas nestes municípios, que são abordadas nos capítulos 3 e 4.

2.1. Processo de ocupação nos vales do Jequitinhonha e Mucuri

O Nordeste de Minas Gerais compreende os municípios situados nos vales do Jequitinhonha e Mucuri. Esta área teve processos de ocupação relacionados a fatores históricos, naturais e econômicos diferentes que atuaram na sua conformação espaço-temporal. O vale do Jequitinhonha mineiro é comumente subdividido em alto e baixo, tendo como parâmetro a confluência do rio Araçuaí, sendo que a montante situam-se os municípios pertencentes ao alto Jequitinhonha, e a jusante os municípios do baixo Jequitinhonha. O Vale do Mucuri é formado por esta bacia hidrográfica principal, além da bacia do São Mateus.

¹⁰ A noção de formação socioespacial é baseada em Santos (1982) onde explicita os elementos que conformam problemáticas social, histórica e da dimensão espacial para o entendimento das relações de produção existentes e suas interações entre os lugares, seja na escala nacional e internacional. Os processos que levaram a formação socioespacial dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri devem ser entendidos no contexto político-econômico nacional, além das relações com o mercado internacional ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.

Apresentam internamente domínios naturais diversos, presentes as formações vegetais de Cerrado e Campo Cerrado, Caatinga, Campo Rupestre e Mata Atlântica ao longo das bacias hidrográficas. No Mapa 8 destacamos as formações vegetais existentes e sua distribuição ao longo dos vales. Segundo Ab'Saber (2003) as diversas formações vegetais ao longo do Vale do Jequitinhonha são consequências da entrada diferenciada da umidade proveniente do oceano Atlântico e da distribuição das precipitações, assim ser caracterizada como área de transição climática entre os Climas Tropical e o Semiárido.

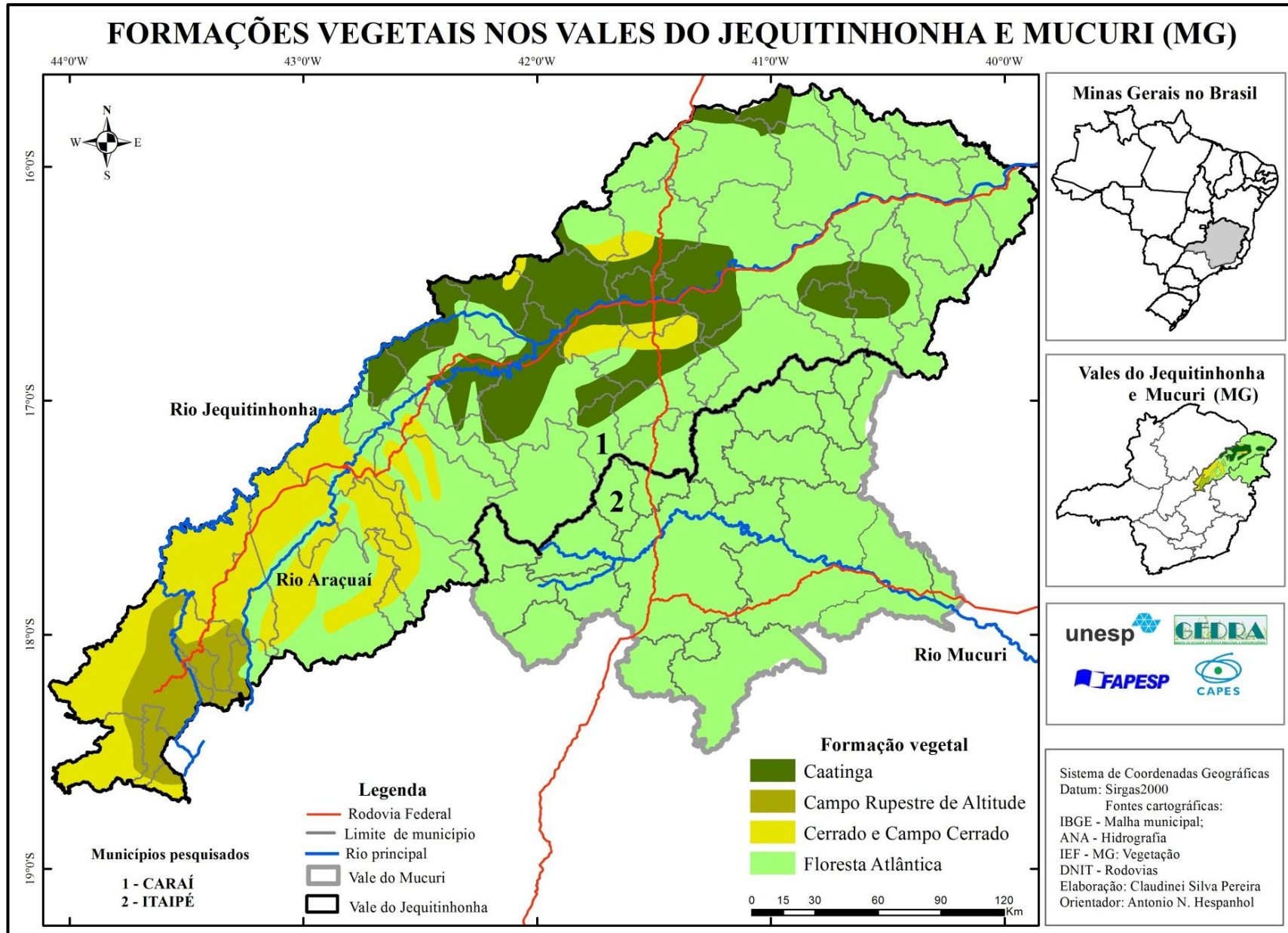
A ocupação do alto Jequitinhonha iniciou ainda no século XVII, quando as frentes de expansão dos Bandeirantes descobriram minas de ouro e pedras preciosas e, a partir do qual, diversas frentes de povoamento deram origem aos pequenos povoados que foram se estabelecendo nas áreas de garimpo. Com a atividade mineira e a necessidade de abastecimento alimentar, concomitantemente, surgiram atividades agrícolas que converteu as matas de Cerrado em áreas produtivas, associado também ao crescimento demográfico que ampliou as áreas ocupadas, além de pecuária bovina extensiva.

A extração aurífera, em fins do século XVIII¹¹, entra em declínio, forçando a busca por novas jazidas nas matas do baixo Jequitinhonha e Mucuri. Contudo, as novas frentes também estavam relacionadas à abertura da fronteira agrícola, visto que a estrutura fundiária no alto Jequitinhonha já estava consolidada, em razão da crescente densidade demográfica e da queda da produtividade agrícola, que obrigou parte da população a ocupar novas áreas (RIBEIRO, 1997).

Assim, a principal corrente pioneira direciona-se para o baixo Jequitinhonha aproveitando as calhas dos rios Araçuaí e Jequitinhonha. Como se trata de uma área de transição climática consta as vegetações de Caatinga e Mata Atlântica, sendo que a frente pioneira de posseiros começa por ocupar os limites da mata ao longo da várzea do rio, em busca de novas explorações auríferas e formação de novas lavouras, além dos constantes confrontos nas áreas dominadas por diversas nações indígenas ali existentes. Com a derrubada e plantio agrícolas em sistema de pousio, imensas áreas da mata virgem foram „amansadas“ da sua densidade original e, posteriormente estas terras formaram grandes fazendas com criação de gado a solta.

¹¹ Prado Júnior (1985) menciona que no auge da extração de pedras preciosas no Distrito Diamantino, a Coroa Portuguesa impôs leis restringindo a abertura de novos caminhos via rio Jequitinhonha para evitar o desvio e comercialização ilegal de diamantes, e assim poder cobrar a parte que lhe era devida. Afirmo, ainda, que a atividade de mineração não foi capaz de criar relações comerciais duradouras com outros centros, resultando que após o declínio da extração, os povoados que surgiram neste período perderam importância nas relações econômicas e políticas do país.

MAPA 8



Com o passar das décadas, a redução da fertilidade dos solos e consequente queda da produção agrícola, além das áreas apropriadas por grandes fazendas, impulsionou novas frentes de expansão para o interior da mata Atlântica em direção ao Vale do Mucuri. Esse mecanismo de entrada de posseiros na derrubada da mata, seguida da formação de fazendas ocorreu durante todo o processo de ocupação do Nordeste mineiro e foi um dos responsáveis pela estrutura fundiária concentrada atualmente.

De acordo com Ribeiro (1997) ao longo do século XIX, a frente pioneira do Jequitinhonha em direção ao Mucuri teve duas vertentes: uma oriunda do baixo Jequitinhonha em decorrência do aumento demográfico, e, em parte, também, originária das migrações provenientes da Bahia, motivadas por secas, e das possibilidades que a fronteira agrícola propiciava para ocupação das matas e domínios de terras de alta fertilidade. Assim, quando as terras no baixo Jequitinhonha já estavam apropriadas por posseiros e fazendeiros¹², acentuou-se o fluxo em direção ao interior das matas do Mucuri. Outra frente adentra o alto Mucuri, principalmente da população excedente partindo de Minas Novas, que na época era a principal Vila em termos políticos e econômicos do Vale do Araçuaí e uma das mais importantes da região Nordeste do estado.

A ocupação pelo baixo Mucuri deu-se a partir de meados do século XIX, quando o político e empresário Teófilo Benedito Ottoni recebe a concessão do governo Imperial para fundar a Companhia de Navegação e Comércio do Rio Mucuri com direito ao monopólio das rotas comerciais neste vale. O empresário vislumbrava, a partir da navegação e da construção de estradas, interligar o Vale do Mucuri ao Jequitinhonha, passando por Minas Novas para impulsionar as relações econômicas e escoar a produção agropecuária regional, que seria direcionada principalmente para a capital do Império (Rio de Janeiro).

Dentre os investimentos da Companhia do Mucuri teve a fundação do povoado de Filadélfia, em 1857, sede operacional da empresa. A navegação pelo rio Mucuri não obteve êxito em razão do baixo calado do rio e das diversas cachoeiras, obrigando a companhia a abrir estrada, que com os altos fretes e a escassa circulação de mercadorias não deram os retornos econômicos almejados para a empresa. Outra atuação foi incentivar a vinda da

¹² Ribeiro (1997) enfatiza que a história do Nordeste mineiro está atrelada a fazenda, não apenas em termos de domínio de terras, mas como espécie de instituição social, ao estruturar em termos políticos e econômicos a construção de relações sociais e de subjugação do camponês a sua influência e mando. A estrutura organizacional e concentração fundiária se confirmam na manutenção de dezenas e, mesmo centenas de famílias agregadas nestes latifúndios. A fronteira agrícola foi um constante processo de desmatamento por posseiros, com posterior domínio destas terras pelos fazendeiros.

imigração europeia, principalmente de alemães, com o objetivo de vender a eles as terras que estavam sobre o domínio da Companhia do Mucuri, porém esta ação não deu os retornos esperados, visto que estes imigrantes eram pobres e não tinham como realizar tal aquisição. Assim, estes empreendimentos consumiram o capital da empresa, levando-a a decretar falência em 1860 (FJP, 1992).

As frentes de posseiros que adentravam a mata, abrindo clareiras no fim do século XIX e início do XX, juntamente com a matança das nações indígenas e apropriação de suas terras, interiorizaram a ocupação do homem branco. A construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas¹³ que interligava os municípios de Araçuaí a Caravelas (Bahia) passando pelo Vale Mucuri também forjou etapas subsequentes de ocupação deste território e resultou em diversos povoados e vilas, que nas décadas subsequentes seriam elevadas a condição de cidades, por meio dos diversos desmembramentos e processos emancipatórios. Destes povoamentos iria se destacar Filadélfia (atual Teófilo Otoni) por se tornar importante entroncamento de estradas e entreposto comercial para o Mucuri e adjacências.

No Vale do Jequitinhonha os povoados foram se consolidando e desmembramentos territoriais foram acontecendo, Minas Novas perdeu a importância política que teve ao longo do século XIX e outras cidades destacaram-se, tanto no crescimento demográfico como de suas relações econômicas, dentre elas Araçuaí que se tornou polo comercial do baixo Jequitinhonha.

As matas do Mucuri, devido à presença de madeiras nobres, foram desbravadas para fornecer matéria prima para as serrarias. Ao mesmo tempo, clareiras deram lugar a pequenos estabelecimentos, constituição de latifúndios pecuaristas, grilagem de terras devolutas e extermínio das últimas nações indígenas.

Deste modo, a primeira natureza passa por modificação social de suas funções, pois deixa de representar espaço de convívio e de valores-de-uso para ser convertida em valor-de-troca, ao ser apropriado por uma minoria em busca de lucros (SMITH, 1988). A mutação da terra em mercadoria se consolida na década de 1970, quando o Governo do Estado de Minas Gerais legaliza o latifúndio e converte a terra que antes era apenas domínio, para propriedade, além de intensificar os mecanismos de expulsão de posseiros e de pequenos agricultores que estavam em terras sob domínio dos grandes fazendeiros. Assim, a fronteira agrícola e das terras devolutas é completada, a partir disso cessam as correntes migratórias e de ocupação no Mucuri (RIBEIRO, 1997).

¹³ Esta ferrovia teve as atividades interrompidas no final da década de 1950. Atualmente é possível observar nas sedes municipais os edifícios das antigas estações de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias.

A partir da década de 1960 com a integração do mercado nacional impulsionada pela abertura de rodovias, dentre elas a BR -116 e o fim da fronteira agrícola no Nordeste mineiro, novas dinâmicas sociais são forjadas. No Vale do Jequitinhonha os governos militares incentivaram empresas públicas e privadas a cultivarem eucaliptos nas chapadas, expulsando os agricultores que viviam destas terras (SILVA, 2001; SERVILHA, 2015).

A emigração temporária e permanente para as cidades do Sudeste passa a desencadear fluxos de pessoas para as novas atividades urbanas em expansão. Dentre os motivos, estava o fato da fazenda ser símbolo da concentração fundiária que impossibilitava que os jovens filhos de agregados pudessem ter direito de acesso à terra; enquanto os agricultores nas pequenas propriedades, diante da redução da área do estabelecimento devido à divisão por heranças, queda na produtividade agrícola e reduzidos meios monetários, viram no mercado urbano mecanismos para melhorar as condições sociais de suas famílias. São Paulo foi o principal mercado absorvedor da mão de obra rural, principalmente no setor da construção civil. A partir de então, os Vales do Mucuri e Jequitinhonha passam a ser caracterizados como a região das perdas populacionais e associado a bolsões de pobreza (RIBEIRO *et al*, 2004).

Oliveira (2007) salienta que a emigração dentro do modo capitalista de produção se constitui como parte do sistema, pois o agricultor expulso da terra, a ela tende a voltar, mesmo que em outras regiões e circunstâncias. Enfatiza que o capitalismo se apropria do trabalhador para assim se reproduzir, retirando deste o acesso aos meios de produção, como parte do processo de reprodução ampliada do capital.

As cidades no Mucuri e Jequitinhonha não foram capazes de absorver o êxodo rural massivo. A dificuldade de acesso à terra, as precárias condições de geração de renda rural e urbana tornaram a migração um processo constante. Parcela da população a realizou de forma definitiva, outra parte migrou sazonalmente para zonas urbanas ou a partir da década de 1980 para as usinas de cana-de-açúcar nas áreas produtoras do Sudeste. Este fluxo de saídas temporárias foi importante para a manutenção de parte da população na área rural e com o passar do tempo, permitiu que muitos conseguissem melhorar suas condições socioeconômicas e constituírem certo patrimônio e, até mesmo comprassem pequenas propriedades rurais, enquanto outros ainda vivenciam os deslocamentos periódicos em busca de melhores condições de vida.

Segundo Sposito (2013) a divisão social do trabalho é uma característica intrínseca a cidade, tornando-se mais complexa na medida em que o porte da mesma e as diversas interações sociais, econômicas e políticas que realiza em seu entorno imediato ou com outras

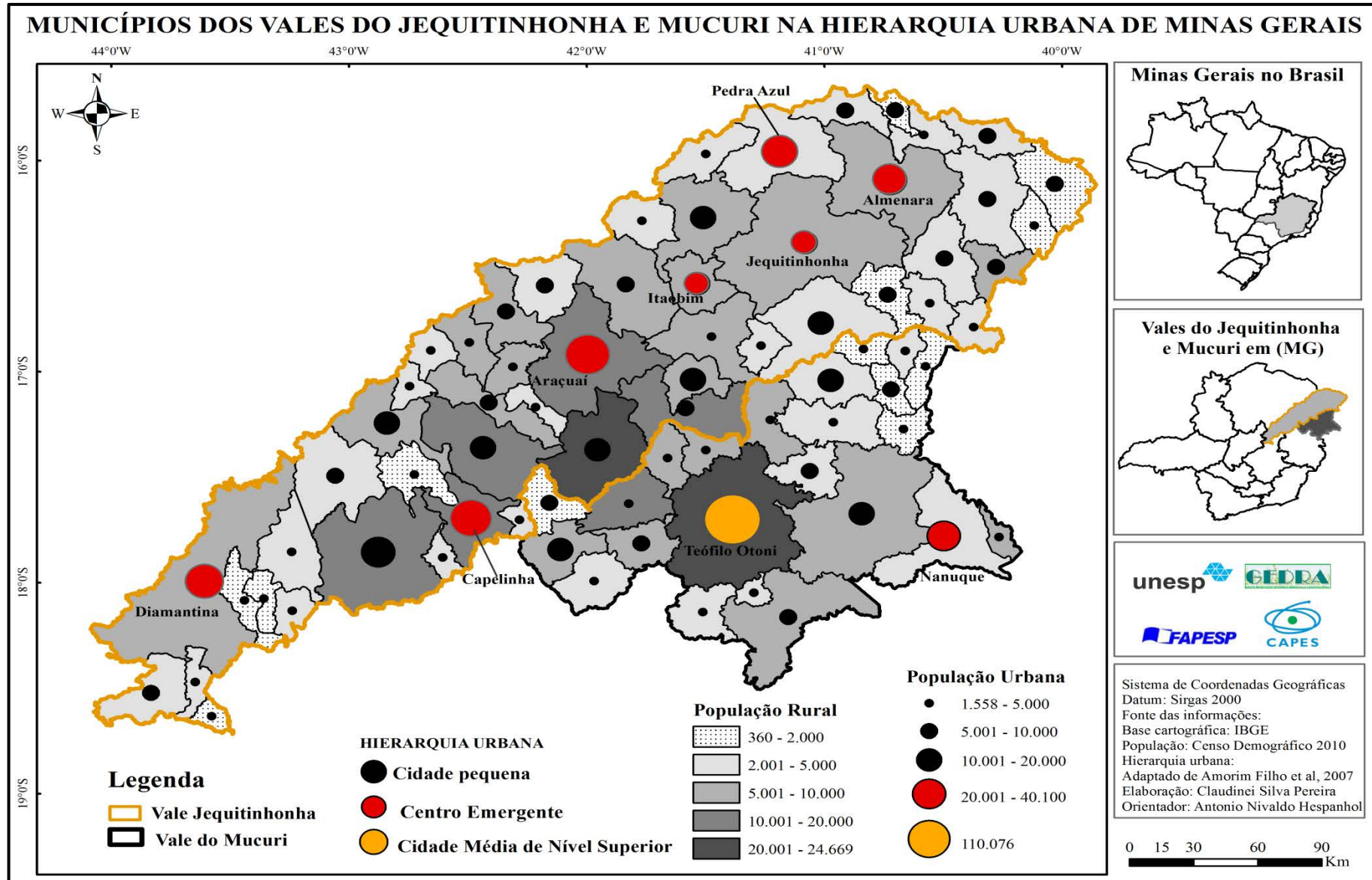
escalas são ampliados. Os sistemas de comunicação e de transportes, além da situação geográfica da cidade, deram novas conformações para a divisão territorial do trabalho, tanto em função da capacidade de circulação de bens e serviços para a população munícipe, quanto para aquelas em sua área de influência. Os mercados de trabalho urbano e rural quando são pequenos, atrelados às dificuldades de mobilidade da população, reduzem as interações socioespaciais entre cidades, não gerando sinergias suficientes para fomentar a expansão demográfica ou manter a população em idade laboral no município. Estes fatores são específicos para cada área, pois devem ser consideradas as distâncias, o tipo e qualidade das interações e os papéis que cada cidade representa na rede urbana regional.

No caso das cidades do Mucuri e Jequitinhonha, a interação destas ocorre de forma hierárquica e em muitos casos não complementares, seja em razão da baixa interação dos fluxos de pessoas e mercadorias, relacionadas às precárias infraestruturas de transporte, notadamente as ligações por estradas de terra, ou em razão do pequeno e restrito mercado consumidor urbano e rural nos municípios. Assim, a perda populacional é uma das consequências da restrita capacidade destes municípios de fomentarem mercado de trabalho, sendo que as cidades, considerando sua dimensão populacional, são na maioria pequenas.

A partir do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, das 51 cidades da mesorregião do Vale do Jequitinhonha, apenas 6 possuíam mais de 20 mil habitantes; enquanto na mesorregião do Vale do Mucuri, das 23 sedes, há apenas Nanuque com 36 mil e Teófilo Otoni com mais de 100 mil residentes urbanos. As demais possuem menos de 10 mil habitantes. A dimensão demográfica da cidade colabora para o entendimento de qual foi sua capacidade de reter população ou absorve parte daquela que migrou do campo ao longo das últimas décadas.

Amorim Filho et al (2007) ao classificarem os níveis hierárquicos das cidades médias em Minas Gerais levaram em consideração os diferentes papéis, posição, relações e tamanho populacional que as cidades mantinham na rede urbana regional e estadual. Assim, na hierarquização feita em 2006 consta: cidades médias de nível superior; cidades médias propriamente ditas; centros urbanos emergentes e cidades pequenas. Para a construção dos índices hierárquicos foram utilizados 39 variáveis sobre a cidade e o município, destacando-se demografia; atividades econômicas (agropecuária, indústria, comércio e serviços); comunicações e transporte. Dessa forma, a partir da classificação de Amorim Filho et al (2007) produzimos o Mapa 9 com a hierarquia urbana nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha e, com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 fizemos a distribuição da população urbana e rural.

MAPA 9



A cidade de Teófilo Otoni se constitui como cidade média de nível superior por manter relações e interações com os diversos municípios no Vale do Mucuri, com parte do Vale do Jequitinhonha e até mesmo com municípios dos estados do Espírito Santo e Sul da Bahia, devido a presença de bens e serviços especializados, tais como instituições de Ensino de Nível Superior, atendimento hospitalar de média-alta complexidade, repartições públicas do Estado, além de relacionar-se com outras escalas da rede urbana do país (BATELLA, 2015).

Os centros emergentes compostos por Diamantina, Capelinha, Araçuaí, Itaobim, Jequitinhonha, Pedra Azul, Almenara e Nanuque exercem importantes funções na prestação de serviços e bens de complexidade intermediária para os municípios do entorno imediato. Contudo, a limitação da divisão social do trabalho e dos sistemas de transporte restringe os fluxos de pessoas e serviços entre os municípios numa área de maior abrangência.

As cidades pequenas têm maior diversidade entre elas, pois algumas devido à presença de estabelecimentos comerciais ou por sediar alguma repartição pública do Estado de Minas Gerais ou da União pode influenciar além dos seus limites municipais, como por exemplo, o caso do município de Novo Cruzeiro, que por ser sede de Comarca ou então o município de Carai, que por sediar uma agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exercem influência e demanda fluxos de populações dos municípios de entorno. Enquanto no caso das outras, sua área de atuação é restrita ao âmbito municipal.

Devido à dimensão territorial dos municípios, do grau de concentração fundiária, das condições naturais de produtividade agrícola e fatores associados à dinâmica climática de secas, a população rural é afetada de forma diferenciada. As consequências históricas de ocupação e os resultantes dos fluxos da migração sazonal ou permanente no campo evidência que a população rural em alguns municípios é bem restrita, tais como em Couto de Magalhães de Minas com apenas 369 residentes, no Vale do Jequitinhonha, contabilizado no Censo de 2010. Enquanto Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, detinha neste mesmo ano a maior população rural do estado de Minas Gerais com total de 24.669 habitantes.

Dos 74 municípios que compõem os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, a população rural em 17 deles era abaixo de 2 mil habitantes, enquanto 31 estava na faixa entre 2 mil a 5 mil residentes, 22 entre 5 a 10 mil, 6 no intervalo de 10 a 20 mil, e acima de 20 mil os municípios de Novo Cruzeiro e Teófilo Otoni. É importante frisar que em alguns destes municípios a população rural é maior que a urbana, enquanto que nas últimas décadas alguns vem reduzindo a população rural e outros aumentando, sendo que as razões para tais

dinâmicas são diversas e requer entender no âmbito interno destas municipalidades os fatores que condicionam tais processos de ganhos ou perdas populacionais.

Assim, buscaremos a partir dos municípios de Itaipé e Carai entender quais são as desdobramentos existentes entre as políticas públicas implementadas, a partir da década de 2000, nas áreas rurais que possibilitaram o aumento populacional, tanto rural quanto urbano nestes municípios e as melhorias nas condições de vida da população rural decorrentes da execução de tais políticas.

2.2. Caracterização dos municípios de Itaipé e Carai

A origem do povoado de Carai data de fins do século XIX, quando as primeiras residências foram instaladas onde atualmente está a sede do município. De acordo com o IBGE (2015) o povoado pertenceu ao município de Araçuaí até 1942, quando foi então desmembrado para constituir o município de Novo Cruzeiro. Em 1948 o distrito de Carai foi elevado à categoria de município, desmembrado de Novo Cruzeiro. Neste ano Carai era constituído de três distritos: Carai, Marambainha e Padre Paraíso. Em 1962, o distrito de Padre Paraíso emancipou-se de Carai e foi elevado à categoria de município.

O município de Itaipé tem sua origem ainda na década de 1860, quando as primeiras famílias se apossaram de terras as margens do Rio Preto, onde atualmente localiza a sede do município. Segundo o IBGE (2015), em 1911 Itaipé constava como distrito do município de Teófilo Otoni. Em 1942, o distrito de Itaipé é desmembrado de Teófilo Otoni para constituir o novo município de Novo Cruzeiro. E em 1962 Itaipé foi elevado à condição de município, formado por dois distritos: Itaipé e Catuji. Já em 1992 Itaipé perde o distrito de Catuji, sendo elevado à condição de município.

Na regionalização atual do IBGE, o município de Carai está situado na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha, e Itaipé na Mesorregião do Vale do Mucuri. Carai integra a Microrregiões de Araçuaí, enquanto Itaipé está inserido na Microrregião de Teófilo Otoni.

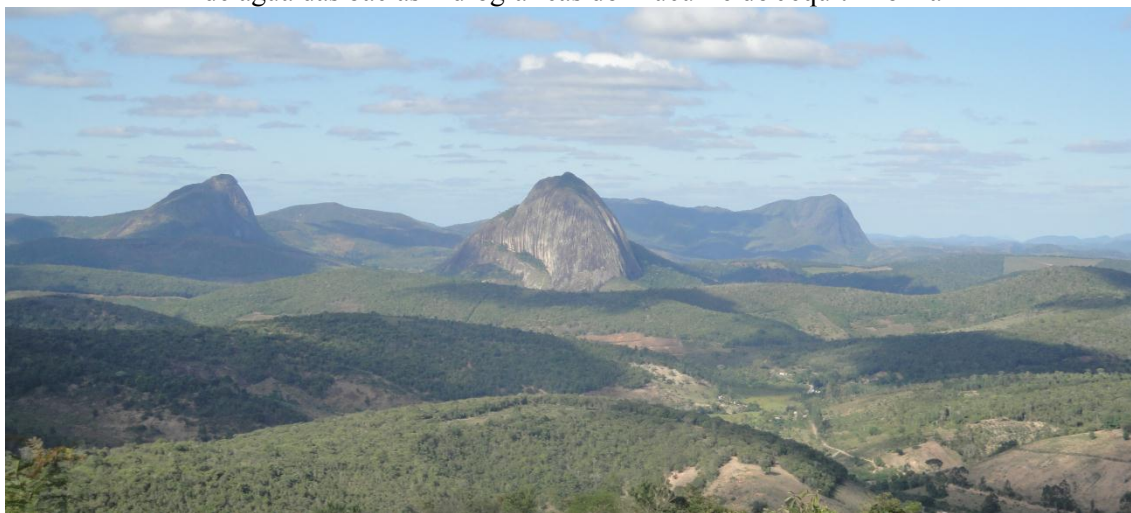
2.2.1. Aspectos físicos

A estrutura geológica nos municípios de Itaipé e Carai integra o escudo cristalino e compõem os domínios granitoides não-deformados e deformados, no qual os principais tipos de rochas são: granitos, granitoides, pegmatitos, metagranitos e paragnaisses (CPRM, 2010). Essas rochas devido à resistência aos processos denudacionais conformam relevos

montanhosos que pertencem ao domínio morfoclimático dos “Mares de morros” mamelonares em clima tropical e floresta Atlântica na classificação de Ab’Sáber (2003).

Segundo Casseti (2001) os tipos de rochas cristalinas com diferentes resistências e associadas ao clima tropical permitiram o desenvolvimento de unidades de relevo tipo “pão-de-açúcar”. A formação de “pães-de-açúcar” estão presentes nos municípios de Itaipé e Carai e conforma parte da paisagem geomorfológica, tal como pode ser visto na Figura 4.

Figura 4 – Rochas em formato de “pão-de-açúcar” no município de Itaipé vistas a partir do divisor de água das bacias hidrográficas do Mucuri e do Jequitinhonha



Fonte: Arquivo do autor, julho de 2012.

O relevo montanhoso de maior altitude delimita os interflúvios das bacias hidrográficas dos rios Mucuri e Jequitinhonha. O município de Itaipé está integralmente inserido na bacia do Mucuri, sendo a sub-bacia do rio Negro que drena a maior área do município. Já Carai está inserido nas duas bacias, sendo que a sub-bacia do rio Piauí drena as porções oeste e norte do município e é afluente da margem direita do rio Jequitinhonha, enquanto o rio Marambainha na porção leste deságua no rio Mucuri (Mapa 10).

A hidrografia no município de Itaipé tem padrão de escoamento em canais meândricos, em razão das estruturas rochosas e dos desníveis acentuados de altimetria ao longo da sub-bacia do rio Negro. A rede hidrográfica é composta por centenas de pequenos cursos de água perenes, mesmo na estação de estiagem, tendo como exceção algumas nascentes que secam durante um curto período, em razão de desmatamentos que ocorreram em algumas cabeceiras de drenagem.

A hipsometria varia entre 1.220 metros no cume do “pão de açúcar” conhecido como Pedra Água até a cota altimétrica inferior de 450 metros no extremo sul do município. O relevo mais acidentado está nas porções oeste que faz divisa com o município de Novo

Cruzeiro e na vertente norte, com o município de Carai. Na porção nordeste, limítrofe com o município de Catuji, a presença de maciço residual montanhoso de dique intrusivo, acentuou a declividade do relevo em alguns trechos.

A vegetação originária era a mata Atlântica, porém com as sucessivas derrubadas para produção de carvão, plantio de café e mais recentemente com a expansão da pecuária bovina, a mata está situada nos cumes das formações de “mares de morros”; enquanto noutras partes, principalmente nos divisores de água com Carai e no extremo sul do município, a vegetação predominante é formada por samambaias, que expandiu à medida que a mata foi sendo derrubada e por sucessivas queimadas que destruíram a vegetação secundária que se formava.

No município de Carai a hidrografia pertencente à bacia do rio Mucuri é formada por pequenos córregos que drenam as cabeceiras das vertentes e fluem para o rio Marambainha, formando uma rede de cursos permanentes. A topografia nesta porção leste do município é de menor declividade, com colinas de topos arredondados. As maiores altitudes variam na cota de 900 a 1.200 para alguns trechos dos divisores entre as bacias do Mucuri e Jequitinhonha, até a cota mais baixa de 350 metros no extremo leste do município, próximo da foz do rio Marambainha com o rio Preto. A vegetação de Mata Atlântica na porção leste, em alguns trechos ainda está bem preservada, em razão da elevada declividade do relevo, tal como nas proximidades da sede do Distrito de Maranhão.

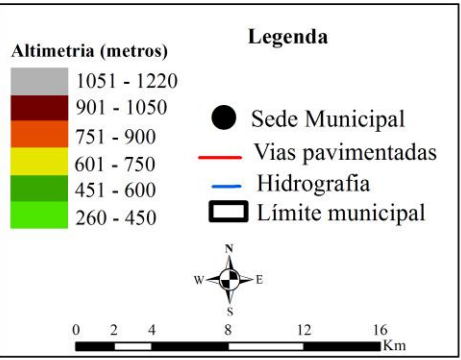
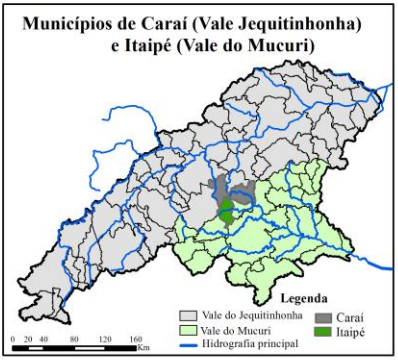
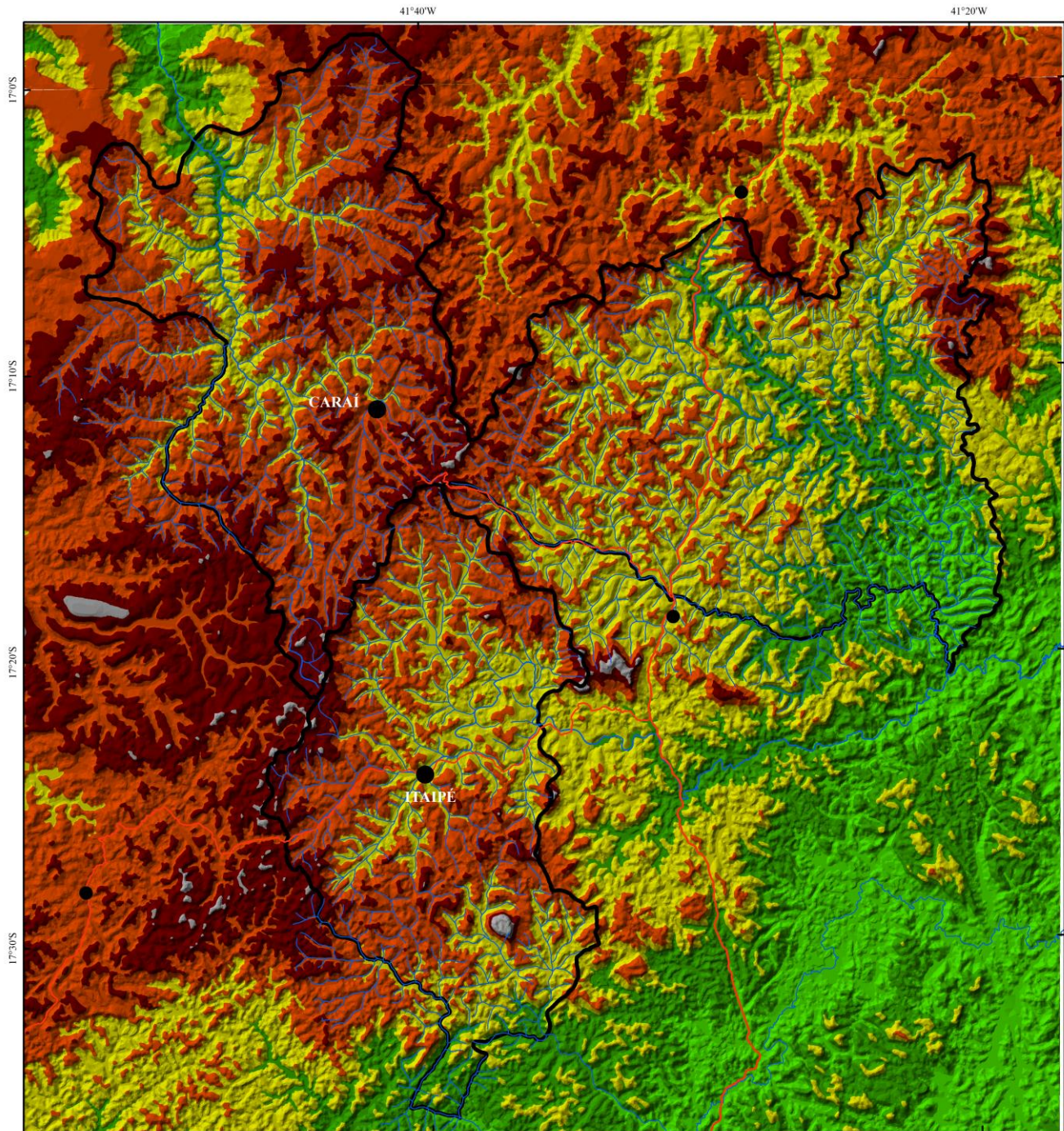
No que se refere às áreas oeste e norte inseridas na bacia do Jequitinhonha, a rede hidrografia apresenta diferenças significativas, pois os córregos na porção sul que integram as nascentes das sub-bacias do rio Piauí e do ribeirão São José¹⁴ são perenes, apesar da redução da vazão nos períodos de estiagem entre abril e outubro. Já aqueles córregos no norte que compõe a microbacia do Santo Antônio são intermitentes no período de estiagens.

Segundo estudo hidrogeológico da CPRM (2004) uma das causas responsáveis é a presença das rochas cristalinas formadas por metamórficas do Neoproterozoico e granitoides que são de baixa porosidade e restrita perlocação das águas, reduzindo a capacidade de retenção em aquíferos e ocasionando intermitência nos cursos de água nos períodos de estiagem. O padrão de drenagem devido à intensidade das chuvas causou dissecação e entalhamento dos vales que formou drenagem densa e com padrão dentrítico. Ao longo do curso do rio Piauí, a presença de matações é uma das características associadas à formação geológica e do regime de escoamento das águas (FERREIRA, 2011).

¹⁴ O Ribeirão São José é um afluente da margem direita do Ribeirão Piauí e fornece água para o abastecimento público na cidade de Carai.

Mapa 10

HIPSOMETRIA E HIDROGRAFIA NOS MUNICÍPIOS DE CARAI E ITAIPÉ (MG)



Apoio

Sistema de Coordenadas: Sirgas 2000 UTM 24S
 Projeção: Transversa de Mercator
 Datum: Sirgas2000

Fonte:
 Carta topográfica - INPE
 Hidrografia - ANA
 Malha municipal - IBGE
 Rodovias - DNIT
 Elaboração: Claudinei Silva Pereira
 Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

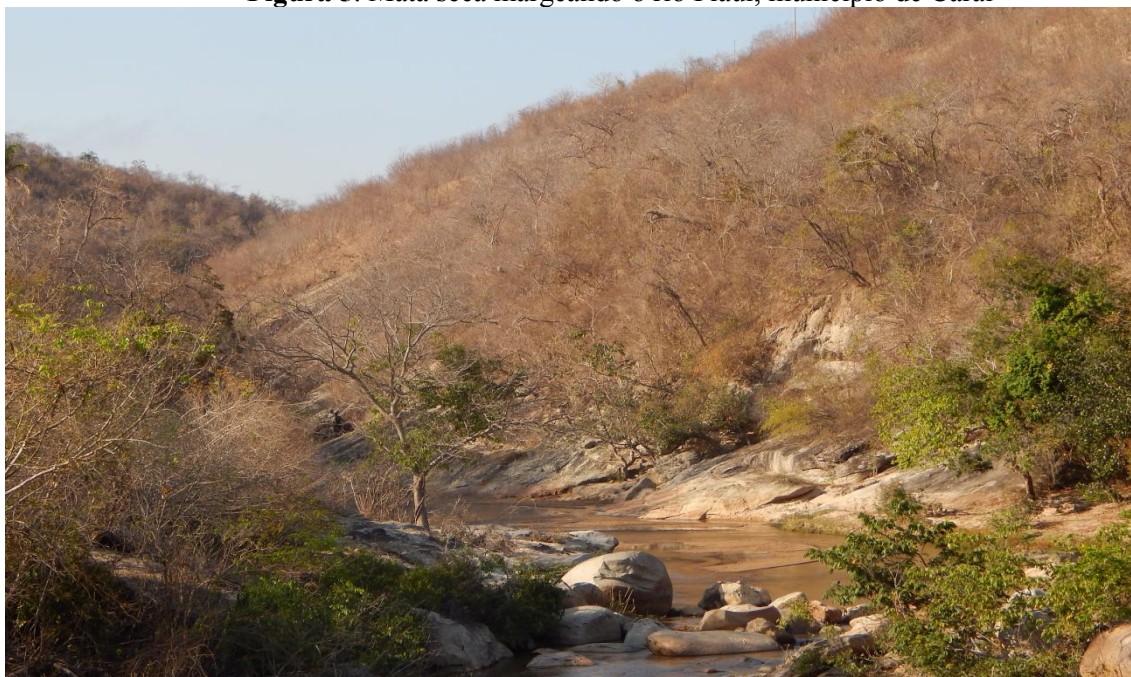
O relevo é colinoso na cabeceira dos divisores da bacia com o município de Itaipé, contudo a jusante os interflúvios entre as microbacias são amplos, e em muitas áreas com pequenas chapadas. A declividade acentua-se nas margens do rio Piauí e do ribeirão São José devido à conformação geológica e falhas por onde o canal foi traçando seu curso, o que ocasionou vales encaixados e ausência de planícies aluviais na maior parte do rio Piauí. As cotas altimétricas variam entre 1000 metros nos interflúvios até aproximadamente 500 metros no baixo curso do rio Piauí na divisa com o município de Araçuaí.

A vegetação no oeste e norte variam entre mata Atlântica nas cabeceiras de drenagem à formação de mata seca no extremo norte do município, quando próximo da divisa com Araçuaí. Segundo Ab'Sáber (2003) a mata seca ocorre em áreas de transição entre os domínios morfoclimáticos Atlântico e de Caatinga, e se constitui num tipo de formação vegetal com especificidades próprias para cada área de contato, podendo até mesmo encontrar espécies vegetais pertencentes ao domínio do Cerrado, pois a vegetação é uma herança paisagística que é influenciada por fatores geomorfológico, geológico, hidrológico e climático, por isso, há composição variada de espécies numa mesma área.

A área de transição do domínio morfoclimático dos “mares de morros” em Carai com o domínio da Caatinga se faz ao longo do trecho com presença de espécies do Cerrado, tal como o pequi que é encontrado na chapada entre Carai e Araçuaí, na porção noroeste; enquanto na porção norte a mata seca é predominante¹⁵, sendo que entre os meses de junho a outubro permanecem sem folhas e no solo baixa presença de cobertura de matéria orgânica. Na Figura 5 um trecho do Rio Piauí no seu médio curso. A vegetação seca é típica nesta parte do sub-bacia, associado as atividades de uso e ocupação do solo vem acentuado os processos de assoreamento do rio em vários trechos.

¹⁵ No Mapa 8 que representamos os tipos de vegetação nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha consta como Caatinga a vegetação na parte norte de Carai, contudo não apresenta as características de espécies cactáceas que compõe o domínio morfoclimático de Caatinga. Assim, usamos aqui a terminologia mata seca para indicar como área de transição entre os domínios morfoclimáticos dos “Mares de morros” e da Caatinga.

Figura 5. Mata seca margeando o rio Piauí, município de Carai



Fonte: Arquivo do autor, setembro de 2014.

Segundo o Mapa do Clima do Brasil, editado pelo IBGE (2002), a área onde se localizam os municípios de Itaipé e Carai tem ao menos dois tipos climáticos: tropical quente semiúmido com 4 a 5 meses secos, que abrange a maior área dos municípios, sendo que na porção norte de Carai encontra-se uma área semiárida com 6 meses secos, e o tropical subquente semiúmido com 4 a 5 meses secos com temperaturas médias anuais entre 15° a 18° em ao menos um mês no ano. De acordo com a Embrapa Solos (2004) devido à pequena amplitude térmica ao longo do ano, o parâmetro precipitação é o principal elemento para o entendimento das características climáticas na área.

Os tipos de solos nos municípios de Itaipé e Carai apresentam diferenças em função dos tipos de rochas, declividade do relevo e clima. Assim, segundo a classificação do mapa de solos do Estado de Minas Gerais criada pela Embrapa Solos (2004), em Carai estão presentes o Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico, principalmente na porção leste do município e o Cambissolo Háplico distrófico na porção situada no oeste-norte da sub-bacia do rio Piauí. Já Itaipé apresenta Latossolo vermelho-amarelo distrófico e pequena mancha de terreno tipo afloramento rochoso que está na porção nordeste do município na divisa com Catuji, que é uma formação rochosa de dique intrusivo¹⁶.

¹⁶ A escala cartográfica usada pela Embrapa Solos (2004) para classificar os solos em Minas Gerais foi de 1:1.000.000 o que gerou certa padronização dos solos. Nos trabalhos de campo que realizamos em 2014 pudemos observar uma maior variedade de tipos de solos, porém não encontramos trabalhos ou outros mapas em escala maior que pudesse mostrar com maiores detalhes os tipos de solos existentes.

As características físicas presentes nos municípios de Itaipé e Carai são importantes para entendermos como as atividades agrícolas, pecuária, de ocupação e infraestruturas de abastecimento de água estão distribuídas nos diferentes Córregos e quais os impactos e influências que acarretam para os agricultores nestes municípios. Ao longo dos próximos capítulos buscaremos situar os aspectos físicos como relevantes para o entendimento das políticas públicas pesquisadas.

2.2.2. Os componentes da economia nos municípios

Dentre as atividades econômicas nos municípios de Itaipé e Carai, o setor terciário tem peso preponderante, posto que os serviços públicos municipais e principalmente a área de educação, tanto municipal como estadual, são os maiores empregadores nos municípios. O setor primário é relevante, mas em função da atividade ser de baixa monetarização com a maior parte da produção para autoconsumo e trocas não-monetárias, sua contribuição para o PIB aparece com menor relevância. A indústria em Itaipé é incipiente, com participação minoritária, enquanto em Carai os montantes se aproximam dos valores da agropecuária.

Para Itaipé a dinâmica do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2000 a 2012 teve crescimento contínuo para os três setores econômicos, exceto a agropecuária que em 2006 apresentou acentuado crescimento e, posterior queda, com nova trajetória de ascensão. Enquanto no setor terciário é fundamental entender a contribuição das atividades da administração pública para a composição do PIB, pois em todos os anos da série a participação foi acima de 50% do setor (Tabela 2).

Os impostos por sua vez, apresentaram valores relativamente baixos, indicando atividades econômicas de pequena expressão monetária e, não menos importante, parte como informais e outras como não pagadoras dos encargos tributários devidos. Segundo Gomes e Mac Dowell (2000) os pequenos municípios têm maiores dificuldades de cobrarem impostos no âmbito urbano devido às relações políticas estabelecidas entre a administração municipal e a componente eleitoral. Assim, os recursos das prefeituras para o funcionamento da máquina pública são essencialmente provenientes de transferências dos níveis estadual e federal tendo como exemplo o Fundo de Participação Municipal (FPM).

Tabela 2. Produto Interno Bruto (PIB) municipal por tipo de atividade econômica, PIB total e Fundo de Participação do município (R\$ mil), e PIB *per capita* em Itaipé, Vale do Mucuri e no Estado de Minas Gerais (R\$) - 2000 a 2012

Variável	Ano						
	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Agropecuária	7.458	8.437	13.858	18.955	12.245	14.416	19.514
Indústria	1.727	2.006	3.081	4.109	4.332	5.804	7.078
Administração, saúde, educação pública e seguridade social	6.067	9.063	11.042	14.258	19.250	23.528	27.347
Serviços	10.035	14.572	18.217	24.983	30.752	38.292	48.032
Impostos	239	468	667	1.536	1.097	980	1.552
PIB Total do município	19.459	25.483	35.823	49.583	48.426	59.493	76.176
Fundo Participação do Município	xx	xx	xx	xx	5.054	5.102	6.460
PIB per capita municipal (R\$)	1.787	2.244	3.027	4.028	4.050	5.043	6.371
PIB per Capita Vale do Mucuri (R\$)	2.439	3.184	3.973	5.038	6.320	7.806	9.086
PIB per capita de Minas Gerais (R\$)	5.580	6.904	9.336	11.025	14.233	17.932	20.325

Fonte: FJP - Indicadores Econômicos. Portal da Transparência Pública Federal – Repasses do Fundo de Participação dos municípios. Valores correntes.

XX – dados inexistentes neste período.

A renda *per capita* municipal em relação à Mesorregião do Vale do Mucuri e do estado de Minas Gerais foi inferior em todos os anos, e nos últimos da série tem se distanciado, o que indica que nas demais localidades o crescimento econômico foi maior ou que em Itaipé, mesmo com o crescimento do PIB nos últimos anos, o crescimento foi pequeno e restritivo no que concerne a geração de renda e maior inserção econômica das famílias.

Para Carai entre 2000 a 2012 o PIB quadruplicou, ao sair de aproximadamente 27 milhões de reais e alcançou os 114 milhões. A agropecuária cresceu em torno de 2,5 vezes, contudo a mesma tinha saído de um patamar muito baixo (de 6 milhões de reais), refletindo as dificuldades da agricultura local. O setor industrial desde 2010 tem tido crescimento expressivo, em razão da implantação de laticínio e da extração de rochas para marmoraria, o que ocasionou a multiplicação por 5 desde o ano 2000. O terciário, em todos os anos da série, participou com mais de 50% da geração de riquezas no município, e a administração pública foi à principal responsável pela sustentação do crescimento deste setor (Tabela 3).

Tabela 3. Produto Interno Bruto (PIB) municipal por tipo de atividade econômica e PIB total (R\$ mil), e PIB per capita em Carai, Vale do Jequitinhonha e no Estado de Minas Gerais (R\$) - 2000 a 2012

Variável	Ano						
	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Agropecuária	6.079	7.440	9.367	13.175	14.614	14.735	17.708
Indústria	3.058	3.438	4.263	5.643	7.794	12.284	16.000
Administração, saúde, educação pública e seguridade social	12.460	16.440	19.157	26.202	32.842	41.931	49.259
Serviços	18.348	24.410	29.225	40.598	50.543	64.753	78.502
Impostos	455	782	990	1.916	1.654	1.948	2.495
PIB Total do município	27.939	36.070	43.846	61.332	74.605	93.720	114.706
Fundo Participação do Município	xx	xx	xx	xx	7.582	7.653	9.691
PIB per capita municipal (R\$)	1.335	1.738	2.131	3.008	3.349	4.195	5.087
PIB per capita Vale do Jequitinhonha	1.895	2.303	2.917	3.559	4.650	5.891	7.260
PIB per capita de Minas Gerais (R\$)	5.580	6.904	9.336	11.025	14.233	17.932	20.325

Fonte: FJP - Indicadores Econômicos. Portal da Transparência Pública Federal – Repasses do Fundo de Participação dos municípios. Valores correntes.

XX – dados inexistentes neste período.

A renda *per capita* em Carai é baixa em comparação com a renda *per capita* do estado de Minas Gerais, contudo próxima a da mesorregião do Vale do Jequitinhonha. No comparativo entre as Mesorregiões do Jequitinhonha com o Mucuri, esta última é maior; já entre os municípios, Itaipé em todos os anos teve renda *per capita* superior a Carai.

No que concerne ao mercado de trabalho formal, tem-se grande dependência dos empregos públicos vinculados, principalmente, às prefeituras municipais. O setor privado tem participação secundária no emprego formal, em que pese à existência de trabalhadores assalariados que não são registrados, seja por serem membros da família ou porque os empregadores não os registram para que possam pagar salários abaixo do teto mínimo estabelecido. Desta forma, a análise do mercado fica comprometida em dimensionar a real parcela do setor privado na geração de empregos nestes municípios. Assim, a baixa dinâmica dos mercados de trabalho nestes municípios reforçam relações de subalternidade do trabalhador que se vê „forçado“ a vender sua capacidade laboral a preços baixos. Estes fatores, em parte, reforçam a necessidade de parcela da população buscar melhor inserção no mercado de trabalho por meio da migração.

Na região, quanto menor o município, maior a dependência dos empregos públicos. No geral, os melhores salários estão no funcionalismo público, ainda que para certos cargos exigem-se certas qualificações técnicas, noutros se tem acomodações de partidários políticos para funções importantes dentro das estruturas gerenciais das prefeituras. Na Tabela 4

evidencia-se a distribuição dos postos de trabalho formal em Itaipé, em que a participação do setor público é majoritária ao concentrar mais de 50% dos empregos no município. Em segundo lugar em postos gerados vem o comércio varejista, no qual os estabelecimentos de mercados alimentícios e lojas de vestuário são as principais neste ramo. A agropecuária vem contraindo a oferta de emprego formal ao longo da série¹⁷, indicativo da perda relativa de participação deste setor no PIB municipal, além de forçar a redução dos empregos formais no município nos últimos 3 anos da série.

Tabela 4. Empregos formais por ramo de atividade econômica no município de Itaipé, período de 2007 a 2013

Grupo de atividades	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	206	164	119	126	117	73	42
Comércio varejista	60	71	67	87	99	94	105
Alimentação	0	0	0	4	3	2	2
Atividades de serviços financeiros	2	2	4	6	9	12	10
Administração pública, defesa e seguridade social	392	212	267	362	409	456	403
Atividades de atenção à saúde humana	4	4	4	4	6	8	6
Demais atividades	11	11	18	23	35	20	29
Total dos empregos	675	464	479	612	678	665	597

Fonte: RAIS/MTE.

Os empregos no setor financeiro são oriundos do aumento de agências bancárias em Itaipé nos últimos anos, tendo agências do Banco do Brasil, Banco Itaú, Lotérica da Caixa Econômica Federal e Cooperativa de Crédito Rural (BACEN, 2015). Os demais ramos têm participação minoritária, reflexo da baixa diversificação da economia municipal.

No município de Carai a criação de empregos entre 2007 a 2013 vem em constante elevação, exceto em 2012 que teve pico de 1209 postos, com redução no ano seguinte¹⁸. A agropecuária tem participação restrita no total, conquanto tenha crescido no período em análise. O comércio varejista é o segundo ramo em termos empregatícios, perdendo apenas para o setor dominante da administração pública, que representa mais de 60 % dos empregos formais no município (Tabela 5).

¹⁷ Em tópico adiante quando tratarmos especificamente da agropecuária municipal notará que a redução da atividade cafeeira pode ter contribuído para a diminuição dos postos de trabalho gerados em anos passados.

¹⁸ Uma das hipóteses do crescimento do emprego em 2012 foi à contratação de empresa terceirizada pela Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais (COPASA) para construção de infraestruturas de abastecimento de água em diversas áreas do município, contudo não sabemos precisar se esta atividade estaria associada à administração pública, pois foi neste setor que apresentou redução de 862 empregos em 2012 para 638 em 2013.

O ramo de extração de minerais não-metálicos a partir de 2009 aparece como empregador, esta atividade está relacionada à retirada de rochas em diversas áreas do município para as marmorarias de outras localidades.

Tabela 5. Empregos formais por ramo de atividade econômica no município de Carai, período de 2007 a 2013

Grupo de atividades	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	59	50	60	64	67	72	71
Comércio varejista	40	47	59	63	60	88	92
Alimentação	11	11	7	13	15	13	17
Atividades de serviços financeiros	4	5	9	11	10	11	10
Administração pública, defesa e seguridade social	305	482	506	476	563	862	638
Atividades de atenção à saúde humana	1	1	42	42	42	42	0
Extração de minerais não-metálicos	0	0	20	45	55	56	63
Demais atividades	36	28	33	53	60	65	22
Total dos empregos	456	624	736	767	872	1.209	913

Fonte: RAIS/MTE.

A restrita participação dos empregos formais pelo setor privado eleva a dependência do setor público municipal. Fato correlacionado a excessiva participação do funcionalismo público nos empregos acarreta, de forma direta, a redução de recursos a serem investidos nos municípios, pois os mesmos, em razão da baixa diversidade das atividades econômicas, não conseguem gerar recursos próprios a partir de seus impostos e taxas, e dependem das transferências constitucionais via Fundo de Participação dos Municípios (FPM), recurso oriundo dos repasses feitos pela União e pelos estados aos municípios para manutenção da máquina pública. Porém, a predominância dos empregos públicos não resulta, automaticamente, em melhoria na qualidade dos serviços básicos para as populações, pois os recursos são canalizados em sua maioria para benefício de pequena parcela dos cidadãos que se apoderam da máquina pública (legislativo, prefeitos, secretários), enquanto investimentos em infraestruturas são secundários no uso dos recursos provenientes dos repasses (GOMES e MAC DOWELL, 2000).

A geração de riquezas a partir das atividades econômicas, principalmente do comércio e serviços de baixo valor agregado e da agropecuária nos municípios, interfere no rendimento dos indivíduos, que em sua maioria não exercem atividades assalariadas. Quando se confronta os rendimentos entre residentes nas áreas urbanas e nas rurais, estas últimas na quase totalidade são inferiores as urbanas. No geral, os habitantes possuem rendimentos mensais

inferiores a um salário mínimo, em que pese internamente na escala municipal, a desigual distribuição das riquezas geradas, o que agrava a vulnerabilidade socioeconômica de parcela considerável da população, tanto rural como urbana.

A vulnerabilidade social como uma das facetas dos processos sociais, políticos e econômicos excludentes (MARTINS, 1997) intrínsecos ao sistema econômico dominante, dão novas conformações para as populações que historicamente são renegados do direito à vida decente. Assim, a luta de parte da sociedade oprimida por melhores condições sociais forçou o Estado a fomentar por meio de políticas públicas, instrumentos de inserção da população vulnerável a meios que garantissem mínimas condições de vida.

A dimensão do desenvolvimento humano como liberdade requer maiores investimentos e valorização dos indivíduos como participantes da construção do seu futuro, não obstante, o Estado deve ser agente impulsionador de tais mudanças, por deter as condições materiais e instrumentos para tal. Assim, fundamentado em Sen (2010, p.17):

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, à oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais.

Segundo Rego e Pinzani (2013) a pobreza é multidimensional, mas historicamente foi compreendida numa relação meramente econômica, ou seja, baseada na renda dos indivíduos. Para estes autores é fundamental relacionar a baixa renda com outras dimensões que impactam os modos de vida dos indivíduos, dentre eles o lugar onde vivem, ou seja, se é uma cidade ou áreas rurais isoladas de difícil acesso, pois isso influencia na ausência de infraestruturas e na oferta de serviços públicos básicos para as pessoas, e também, meios que permitam aos indivíduos construir autonomia para formação da cidadania.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 pelo Governo Federal, tornou-se na última década mecanismo essencial nas políticas públicas de assistência social ao transferir para as famílias recursos monetários mensais¹⁹, que corroboram para a redução dos níveis de pobreza e dinamizam as economias dos pequenos municípios ao elevar a circulação de dinheiro, por meio do aumento do consumo de bens alimentícios e de serviços por parcela da

¹⁹ Os valores em R\$ repassados para cada família levam em consideração as características tais como: presença de gestantes, nutrízes, crianças na escola, quantidade de filhos em idade escolar, além da condição econômica da família que pode estar enquadrada na faixa de pobreza extrema e pobreza.

população que vivia de certo modo marginalizada do acesso a determinados produtos e serviços essenciais.

As famílias beneficiadas em contrapartida devem garantir a matrícula e frequência dos filhos à escola, bem como a vacinação das crianças. Assim, fundamentam-se princípios de justiça social para as famílias mais vulneráveis e a obrigatoriedade do Estado em oferecer os serviços básicos que possibilitam que os indivíduos tenham possibilidades de uma vida melhor. Além do fomento na melhoria da renda, as mulheres ao serem detentoras do cadastro junto às secretarias de assistência social e receptoras do benefício, têm possibilidades de maior autonomia em relação aos maridos, e passam de coadjuvantes a protagonistas nos gastos domésticos e com os membros familiares, desencadeando a condição de agente feminino (REGO, PINZANI, 2013).

Os autores assim mencionaram a possibilidade de autonomia da mulher:

Distribuir renda monetária aos indivíduos visa precisamente emancipá-los não somente da miséria ou da pobreza, mas também de um ambiente social que ser causa ulterior de sofrimento. Para voltar ao nosso exemplo: uma mulher que depende ou do marido, ou da sua família patriarcal, ou de sua própria força de trabalho (que a condena a empregos mal remunerados pela falta de qualificação) não tem uma possibilidade real de sair de seu meio e procurar por outro onde possa desenvolver uma maior autonomia. Por outro lado, se fosse possível contar com uma renda mínima mensal, ela poderia dar o primeiro passo para sair de sua condição de dependência, humilhação e precariedade – mesmo que para esse fim outras coisas sejam necessárias (REGO, PINZANI, 2013, p. 71).

Para o período de 2004 a 2014 o Programa Bolsa Família no município de Itaipé aumentou as famílias atendidas, em razão do aprimoramento dos mecanismos de inserção das pessoas mais vulneráveis dentro do programa, além dos repasses por famílias, refletindo a melhoria nas condições macroeconômicas do país, como também da importância que o governo federal vem dando para as políticas de transferência de renda como mecanismo de combate à pobreza extrema e de garantia de melhores condições aos beneficiados e seus municípios (Tabela 6).

Em relação aos recursos monetários totais transferidos, apresentou crescimento constante no período e da importância que o PBF tem para a economia deste município, pois passou de 1,77% do PIB em 2004 para 3,24% em 2012. A maior injeção de recursos na economia fomenta duas relações importantes: primeiro, permite que as famílias beneficiadas reduzam a vulnerabilidade social e, segundo, a maior circulação monetária contribui para assegurar os postos de trabalho urbano e mesmo a criação de outras por meio do aumento de consumo de famílias que tinham restrições financeiras para adquirirem itens básicos.

Tabela 6. Relação de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), repasses total as famílias (R\$) por ano, Produto Interno Bruto (PIB) no município de Itaipé

Ano	Quantidade de famílias beneficiárias do (PBF)	Valor total repassado do PBF (R\$)	PIB município R\$	% do PBF em relação ao PIB
2014	1.549	3.774.160	Dados inexistentes no momento	
2013	1.644	3.360.806	Dados inexistentes no momento	
2012	1.393	2.469.348	76.176.479	3,24
2011	1.206	1.800.467	70.202.686	2,56
2010	1.257	1.528.915	59.492.542	2,57
2009	1.331	1.411.845	53.080.828	2,66
2008	1.220	1.315.061	48.425.985	2,72
2007	1.269	1.165.338	41.222.592	2,83
2006	1.287	1.043.533	49.583.199	2,10
2005	1.095	816.919	37.939.813	2,15
2004	882	634.957	35.822.627	1,77

Fonte: PBF - DATASUAS; PIB - FJP.

No município de Carai os montantes totais transferidos para as famílias apresentaram crescimento contínuo, no qual os valores em reais foi multiplicado por 4 entre 2004 a 2014. Na relação com o produto interno bruto a percentagem foi de 3,42% para 4,68% (Tabela 7)²⁰.

Tabela 7. Relação de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), repasses total as famílias (R\$) por ano, Produto Interno Bruto (PIB) no município de Carai

Ano	Quantidade de famílias beneficiárias do (PBF)	Valor total repassado do PBF (R\$)	PIB município R\$	% do PBF em relação ao PIB
2014	3.001	6.456.560	Dados inexistentes no momento	
2013	3.163	6.153.340	Dados inexistentes no momento	
2012	3.204	5.365.298	114.706.010	4,68
2011	3.096	4.383.569	113.252.120	3,87
2010	2.854	3.636.214	93.720.384	3,88
2009	2.601	2.980.428	79.503.804	3,75
2008	2.368	2.773.761	74.605.161	3,72
2007	2.497	2.460.302	62.634.871	3,93
2006	2.609	2.249.976	61.331.629	3,67
2005	2.373	2.056.942	52.390.033	3,93
2004	2.215	1.500.474	43.845.621	3,42

Fonte: PBF - DATASUAS; PIB – FJP.

²⁰ Na época do trabalho de campo (janeiro a abril de 2014) fomos até a Secretaria de Assistência Social do município de Itaipé para levantarmos a relação de famílias beneficiadas, contudo o servidor que nos atendeu disse que não tinha como disponibilizar estas informações. Já em Carai, conseguimos apenas para o ano de 2014. Nos questionários que aplicamos aos agricultores conseguimos as informações de quais famílias recebiam benefícios, mas não objetivamos levantar quais os benefícios que o Bolsa Família trouxe para estas famílias. Seria fundamental desagregar os beneficiários da área urbana em relação aos residentes na área rural, contudo isso não foi possível para este trabalho.

Em comparação com o município de Itaipé, o PBF tem maior peso em Carai na composição do PIB, visto que as porcentagens são maiores, o que indica que a população de Carai tem maior grau de vulnerabilidade social que em Itaipé. Se situarmos, por exemplo, a participação do setor agropecuário no PIB dos municípios, em Carai este setor representa menos de 20%, em que pese à maior população residente na área rural; enquanto em Itaipé o setor agropecuário representa aproximadamente 25%.

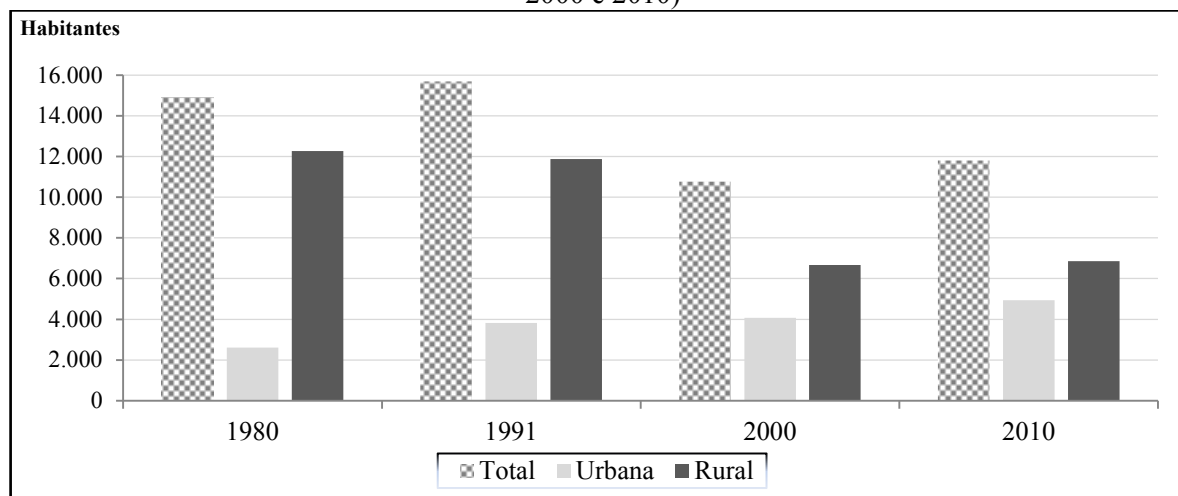
Assim, buscaremos ao longo dos próximos subcapítulos analisarmos a estrutura da agropecuária, das infraestruturas produtivas e sociais nas áreas rurais destes dois municípios e os desdobramentos que as políticas públicas implantadas nos últimos anos têm tido para reduzir a vulnerabilidade social e para melhorar a qualidade de vida da população rural.

2.2.3 Caracterização demográfica

A compreensão das dinâmicas demográficas nos pequenos municípios é de suma importância para analisar aspectos relacionados ao mercado de trabalho, taxas de crescimento ao longo do tempo e também aspectos referentes a políticas econômicas, tal como os repasses realizados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e novas demandas sociais, culturais e de consumo pela população (ENDLICH, 2009). Desta forma, começamos por traçar, ao longo das últimas três décadas, as oscilações demográficas que ocorreram nos municípios estudados.

Para o município de Itaipé deve ser feita a ressalva de que o antigo Distrito de Catuji foi desmembrado no ano de 1992. Assim, a tendência de crescimento populacional desde 1980 teve forte recuo quando analisamos em comparação com 2000, consequência da perda populacional para o recém-emancipado município. Para o período de 2000 a 2010, quando temos os dados específicos para o atual território municipal, houve crescimento das populações urbana e rural, fato notório e relevante, pois a tendência geral é de redução desta última nos municípios da região, além da população rural ser majoritária em Itaipé. Trata-se de município de porte pequeno em termos populacionais, pois possui menos de doze mil habitantes, conforme se verifica no Gráfico 1, que mostra a evolução populacional no período de 1980 a 2010.

Gráfico 1 - Evolução da população do município de Itaipé, por situação de domicílio (1980, 1991, 2000 e 2010)



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Quando analisamos a dinâmica demográfica por faixas etárias e situação de domicílio (Tabela 8) é patente a preponderância de população jovem (0 a 19 anos), a qual ultrapassava 50% em 2000, apresentando pequena redução em 2010. Neste período, os jovens residentes na área rural eram maioria, o que colabora para o revigoramento e permanência de relações campo-cidade nos próximos anos, se for mantida a tendência de crescimento verificada.

Para o grupo de 20 a 39 anos também houve crescimento das populações urbana e rural, indicando que o município conseguiu manter esta população que historicamente tem apresentado maiores propensões a migrar, por estarem em plena capacidade laboral. Fato a ser considerado é que ocorre a migração temporária, por meio da qual o indivíduo sai por uma temporada de trabalho e regressa ao final do ano ou por um curto período, o que permite inferir que a migração permanente como ocorreu na década de 1990 apresentou recuo em virtude da migração sazonal. Normalmente os homens se deslocavam para cortar cana-de-açúcar nos estados da região Sudeste e nos últimos anos para a região Centro Oeste²¹. Outro grupo menor, entretanto, de suma relevância na conjuntura do município, foram aqueles que migraram para os Estados Unidos da América no final da década de 1990 e início de 2000.

²¹ Nos questionários que aplicamos aos agricultores de Itaipé, dos 120 estabelecimentos pesquisados, 61 tiveram ou têm algum membro da família que já trabalhou no corte de cana-de-açúcar, e 67 que trabalham fora do estabelecimento, seja em outros estabelecimentos rurais, na cidade de Itaipé ou em outras cidades. Já em Carai dos 88 domicílios pesquisados, 31 afirmaram que já tiveram ou têm pessoas da residência que trabalharam no corte de cana-de-açúcar, e 54 fora do estabelecimento, seja no município ou em outros estados. Esta população volta para os municípios de Itaipé e Carai no final de ano. Interessante é a dinâmica de revigoramento que ocasiona nas áreas rurais, devido injetar mais dinheiro na economia ou mesmo pelo aumento de relações entre os indivíduos. Exemplo é o que ocorre nos Córregos do Engano e Barra do Engano em Carai, onde quase todos os dias ocorrem partidas de futebol no campinho de terra e organizam-se campeonatos nos meses de dezembro e janeiro, como meio de lazer e de confraternização entre aqueles que ficam e os que sempre saem.

Enquanto a faixa entre 60 anos ou mais vem apresentando leve crescimento, com a incorporação de 228 habitantes, o que reflete a elevação da expectativa de vida e também novas exigências no que concerne ao mercado de trabalho, mas principalmente para a aposentadoria rural ou por idade para estes indivíduos, e as novas necessidades sociais demandadas, tanto na área de saúde, lazer ou entretenimento.

A confrontação no período indica que houve equilíbrio de gênero na área rural para todas as faixas etárias, não evidenciando o processo de masculinização no campo, apesar dos homens serem maioria ao longo da série.

Tabela 8 - Dinâmica demográfica por situação de domicílio, faixa etária e sexo em Itaipé (2000 e 2010)

Faixas etárias	2000					2010				
	TODO MUNICÍPIO			Zona Rural		TODO MUNICÍPIO			Zona Rural	
	Total	Urbano	Rural	Homem	Mulher	Total	Urbano	Rural	Homem	Mulher
0 a 9 anos	2.680	975	1.705	857	848	2.329	913	1.416	726	690
10 a 19 anos	2.787	981	1.806	968	838	2.668	1.082	1.586	838	748
20 a 29 anos	1.767	690	1.077	613	464	2.123	875	1.248	651	597
30 a 39 anos	1.077	452	625	355	270	1.612	696	916	517	399
40 a 49 anos	878	337	541	270	271	1.088	480	608	330	278
50 a 59 anos	663	210	453	229	224	851	340	511	247	264
60 a 69 anos	508	238	270	132	138	586	255	331	177	154
70 ou mais anos	391	196	195	103	92	541	302	239	121	118
TOTAL	10.751	4.079	6.672	3.527	3.145	11.798	4.943	6.855	3.607	3.248

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

No município de Carai a série histórica 1980 a 2010 permite analisar detalhadamente a dinâmica demográfica neste período, havendo elevação da população entre 1980 e 1991; enquanto que no período seguinte ocorreu contração da população total e leve aumento da população urbana. Na última década houve crescimento das populações urbana e rural, sendo que esta parece ter revertido a emigração em relação ao período anterior. Expressa-se neste município, de forma mais acentuada, a importância da migração sazonal para o corte de cana-de-açúcar como mecanismo de garantia de manutenção da família na área rural, pois em função das dinâmicas ambientais (escassez de chuvas, solos de baixa fertilidade) na porção do Vale do Jequitinhonha, e dinâmicas sociais atreladas a reduzida dimensão dos estabelecimentos rurais, dificuldades do mercado de trabalho local, fez com que centenas de homens migrassem, e ainda migrem, apesar de atualmente a mecanização das colheitas nos canaviais não gerarem mais tanta demanda por esta mão de obra regional.

Deste modo, os fluxos anuais de trabalhadores boias-frias são importantes mecanismos para garantir a permanência de suas famílias e da parte da população na zona rural, além do

favorecimento a economia municipal, ao elevar a capacidade de compra de suas famílias e aquecer o comércio local.

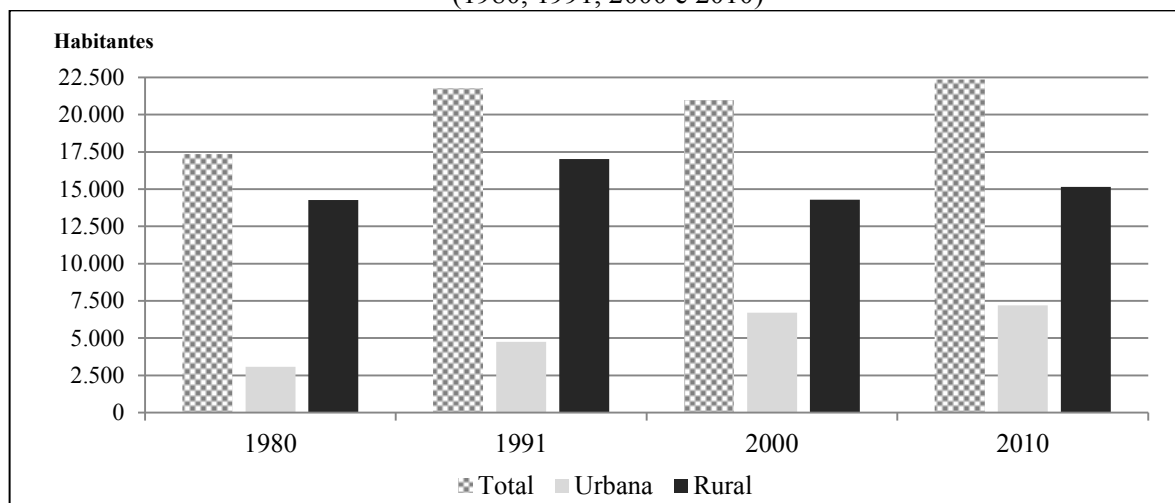
Silva (2005) ao pesquisar as relações de trabalho nos canaviais no Estado de São Paulo mostra os diversos casos de trabalho precário e as estratégias dos aliciadores “gatos” para arregimentarem os trabalhadores em suas regiões de origem. Contudo, mesmo com todas as forças de opressão e exploração destes trabalhadores pelos capitalistas do agronegócio, que impõem longas jornadas de trabalho, péssimas condições de alojamentos e baixos salários afirma que a migração temporária dos boias-frias se dá em razão das possibilidades que estes indivíduos acreditam que podem modificar as condições de vida de suas famílias. Assim:

A migração temporária aparece como uma estratégia, como uma solução material em duplo sentido: por um lado, o assalariamento permite a compra de alimentos, garantindo, assim, um patamar mínimo de sobrevivência; por outro, a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário. Cria-se, portanto, um elo de complementaridade bastante estreito entre estas realidades, que, apesar de opostas, se servem mutuamente. Em outros termos, a economia capitalista avançada necessita desta mão de obra barata em seu espaço por algum tempo, e a economia miserável necessita do pouco dinheiro, auferido por alguns de seus membros para continuar existindo (SILVA, 2005, p. 23).

Para a mesma autora, o permanecer na terra de origem tem conotações simbólicas que fazem parte do imaginário daqueles que se vão, sempre na ânsia de voltar. Desta forma, a migração temporária se faz na busca constante de construir meios que permitam que as famílias vivam em seus espaços de origem por meio da complementaridade intrínseca entre o homem que parte e da mulher que fica. Estes elementos colaboram para possíveis explicações do aumento da população rural na última década. No gráfico 2 verifica-se a evolução populacional do município de Carai entre 1980 e 2010.

Além da migração temporária, outros a fazem de forma permanente em algumas áreas no município, pois há constante redução da população devido à migração de famílias inteiras, que não conseguindo gerar as rendas e condições mínimas de vida, emigraram para outros municípios ou para a área urbana de Carai. Este esvaziamento é evidente nos Córregos dos Filisminos e Ponte do Piauí, onde existem diversas casas abandonadas.

Gráfico 2 - Evolução da população do município de Carai, por situação de domicílio (1980, 1991, 2000 e 2010)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Ao mesmo tempo em que em alguns Córregos famílias mudaram de forma permanente, noutros estão em construção novas residências por filhos dos agricultores que migraram e/ou continuam a migrar de forma temporária. Essa volta do migrante para a terra de origem, segundo Silva (2001), tem relações simbólicas e identitária entre as pessoas e estes lugares.

Além da maior parte da população de Carai residir na zona rural, em virtude de haver aglomerações residenciais no meio rural, foram criados distritos com as suas respectivas sedes, ampliando a população urbana entre 1980 e 2000 em razão de parte da população residir nas vilas que se constituem nas sedes dos Distritos de Marambainha, Ponto Marambaia e Maranhão. Portanto, há quatro zonas urbanas em Carai compostas pela sede do município e as três vilas que são sede dos distritos. No comparativo entre 2000 a 2010 (Tabela 9) a população total aumentou, com destaque para a expansão da população rural que foi acrescida em 872 habitantes, enquanto que a população urbana incrementou 490 pessoas em relação ao censo anterior.

A faixa etária de 0 a 19 anos representava mais de 50% da população total no ano 2000, reduzindo levemente em 2010 em virtude do decréscimo das taxas de natalidade no município, porém com predominância da estrutura piramidal nos estratos inferiores. Para o grupo de 20 a 39 anos o crescimento foi pouco expressivo, o que indica manutenção desta população, tal como em Itaipé, em razão da migração temporária.

O grupo de 60 anos e mais foi acrescido de 667 indivíduos, sendo que 65,59% da população da terceira idade residem na área rural. É importante neste grupo o êxodo rural após a aposentadoria, sendo que o aposentado consegue comprar ou os familiares

providenciam residência na área urbana, pois é comum associarem que na cidade o acesso à sistemas de saúde é mais prático do que na área rural. Contudo, a mudança para o urbano, tanto em Carai como em Itaipé, gera novas dinâmicas de convivência com os vizinhos, bem como a restrição de locomoção, visto que nestas cidades e também nas vilas de Carai, não oferecem atrativos culturais e de lazer para a terceira idade, acirrando o isolamento destas pessoas no âmbito das residências, diferente do que ocorre no meio rural onde há maior interação com a natureza e é possível se manter ativo desenvolvendo algumas atividades que ajudam tanto emocionalmente, ao permitir que o idoso se sinta útil, como também traz benefícios para a saúde, ao movimentar-se mais ao longo do dia.

No que diz respeito à distribuição da população rural por gênero, observa-se uma pequena predominância masculina.

Tabela 9 - Dinâmica demográfica por situação de domicílio, faixa etária e sexo em Carai (2000 e 2010)

Faixas etárias	2000					2010				
	TODO MUNICÍPIO			Zona Rural		TODO MUNICÍPIO			Zona Rural	
	Total	Urbano	Rural	Homem	Mulher	Total	Urbano	Rural	Homem	Mulher
0 a 9 anos	4.921	1.452	3.469	1.735	1.734	4.296	1.272	3.024	1.552	1.472
10 a 19 anos	5.604	1.814	3.790	1.972	1.818	4.893	1.493	3.400	1.735	1.665
20 a 29 anos	2.923	927	1.996	1.035	961	3.631	1.220	2.411	1.310	1.101
30 a 39 anos	2.277	780	1.497	765	732	2.597	927	1.670	850	820
40 a 49 anos	1.890	606	1.284	644	640	2.321	783	1.538	782	756
50 a 59 anos	1.376	435	941	463	478	1.928	575	1.353	705	648
60 a 69 anos	1.100	376	724	380	344	1.307	441	866	450	416
70 ou mais anos	890	311	579	313	266	1.370	480	890	447	443
TOTAL	20.981	6.701	14.280	7.307	6.973	22.343	7.191	15.152	7.831	7.321

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

Levando em consideração a distribuição da população total por distrito em 2010, verifica-se que 43,3% residem no distrito de Carai, sobretudo, na sede municipal. Já Ponto do Marambaia possui a segunda maior população urbana do município, inferior apenas à sede municipal, mas detém a menor população rural (Mapa 11).

Os critérios adotados pelo IBGE, levando em consideração a delimitação dos perímetros urbanos por leis municipais, para contabilizar a população como rural ou urbana tendem a ampliar a valorização simbólica do urbano e a depreciar o meio rural, pois se contabilizam como urbana, áreas que do ponto de vista social, estrutural e relacional não se identificam com tais dinâmicas, mas são elevados à condição de cidades, por serem sedes dos municípios, e urbanas por serem sedes distritais (vilas), tendendo a acentuar a visão de que o rural continua num devir constante de esvaziamento e é sinônimo de deficiência estrutural, vazio demográfico, espaço agropecuário e de florestas.

Wanderley (2004) questiona os parâmetros de classificação do que é definido como urbano e rural, e reafirma os processos de desvalorização do rural no Brasil. Assim, não poderia haver melhorias na infraestrutura e na dotação de serviços públicos básicos em tais áreas, porque isto implicaria em mudar a sua condição de rural para urbana, passando a ser objeto da incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A autora fundamenta a transformação jurídica e valorativa do urbano em contraposição ao espaço rural.

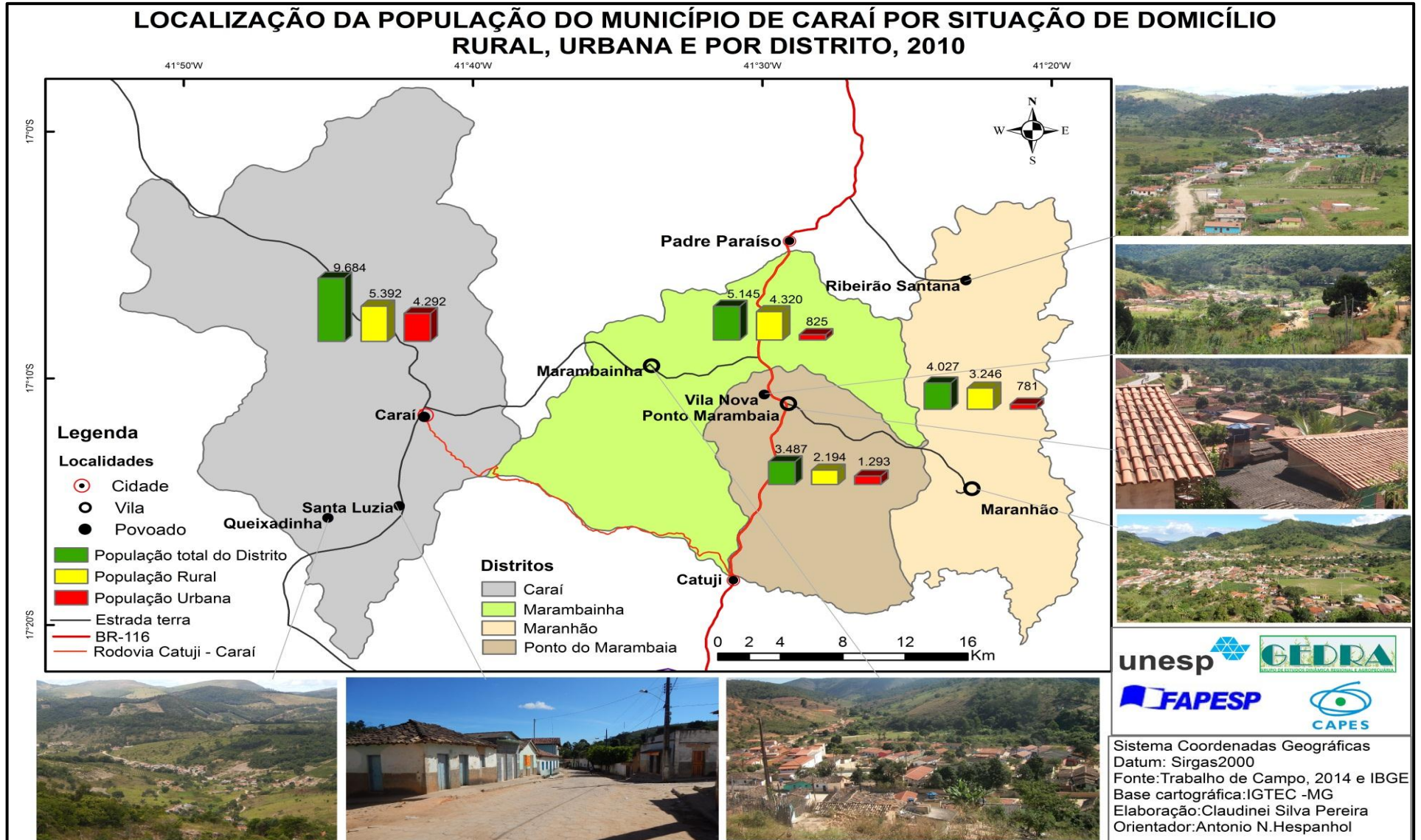
O “rural” supõe, por definição, a dispersão de sua população, a ausência do poder público no seu espaço e mesmo a ausência da grande maioria dos bens e serviços, naturalmente concentrados na área urbana. Em consequência, o “rural” está sempre referido à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente. A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente, do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais. O meio rural consiste, assim, no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao poder judiciário e, até mesmo, à Igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em consequência, pois o que resulta deste processo é, frequentemente, a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal (WANDERLEY, 2004, p. 86).

A aplicabilidade do legislativo em criar o urbano consiste na negação do rural como espaço de sociabilidade, de intensificação das relações sociais e de inexistência de divisão social e territorial do trabalho, criando-se a falsa noção de que se for habitante do rural, obrigatoriamente, o converteria em trabalhador do setor agropecuário.

Nesse sentido, se há aglomeração de residências e fornecimento de serviços básicos de abastecimento de água, rede elétrica e instalação de uma escola ou posto de saúde, eleitorado mínimo de 200 eleitores e ao menos 50 residências, o poder público municipal pode requisitar a elevação desta área à condição de distrito municipal, segundo a Lei Complementar 37, de 18/01/1995 (MINAS GERAIS, 2015).

MAPA 11

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAI POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO RURAL, URBANA E POR DISTRITO, 2010



Assim, a criação de distritos municipais permite ao poder público municipal descentralizar parte das estruturas administrativas, implementar infraestruturas de uso coletivo e serviços públicos que são restritos às áreas urbanas, e ao converter o uso da terra rural para terra de uso urbano, portanto, poderá cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Para a população, com a nova definição jurídica da área, eles podem requisitar financiamentos imobiliários. Estes elementos que fazem parte do jogo político local permitiram que o poder público municipal criasse os três distritos mencionados e teve como consequência o aumento da população urbana ao longo das últimas duas décadas.

Para esclarecermos nossa reflexão sobre estes aspectos é evidente que no município de Carai há diferenciações no que concernem as relações que estas áreas urbanas exercem em seus entornos imediatos e intermunicipais, sendo que a cidade de Carai apresenta maior divisão social do trabalho ao sediar estruturas administrativas municipais, agência bancária, hospital e demais funções de prestação de serviços como cartório e agência do INSS (que se relaciona com mais três municípios do entorno - Itaipé, Catuji e Padre Paraíso). Isso permite contrapor as demais áreas urbanas (Marambainha, Maranhão e Ponto Marambaia), que não exercem influências em outras áreas de entorno na prestação de serviços, assim como não possuem divisão social do trabalho nítida e modos de vida urbana que as permitiriam ter este *status*.

A partir deste ponto de reflexão sobre o que é conceituado legalmente por urbano e rural, faremos uma breve caracterização das vilas e povoados existentes no município de Carai, para, em seguida, utilizarmos de diversos dados e informações para reforçar o postulado em que, exceto a cidade de Carai, as demais vilas deste município são do ponto de vista estrutural e relacional, espaços rurais adensados, e não urbanos propriamente como a legislação estabelece.

Chamamos as sedes distritais de Marambainha, Maranhão e Ponto Marambaia como espaços rurais adensados, na perspectiva da maior densidade de residências em relação aos demais povoados e Córregos no município, pois não abrigam bens e serviços essenciais de forma diferenciada; possuindo apenas unidade básica de saúde (postos de saúde) para atendimentos simples, tais como marcação de consulta médica ou realização de pequenos curativos; e escolas estaduais que servem para os residentes destas vilas, bem como àqueles que estão na área rural de seus respectivos distritos, sendo evidente que a maioria da população estudantil provém das áreas ditas rurais destes distritos. Além disso, os modos de vida dos habitantes nas sedes desses distritos não são propriamente urbanos, pois não há

divisão social do trabalho que implique em diferenciações com os residentes rurais, além do restrito e quase inexistente mercado de trabalho nestas localidades, que excetuando aqueles vinculados aos serviços públicos, o setor privado emprega essencialmente seus membros familiares nos estabelecimentos comerciais. Entretanto, não são também, estritamente, considerados habitantes rurais, pois a maioria não vive de rendas e atividades provenientes da área rural, haja vista não possuírem estabelecimentos rurais, bem como no entorno destas vilas a agricultura é escassa e reduzida para absorver a mão de obra excedente destes aglomerados.

Assim, ocorre paradoxo no modo de viver e se relacionar com o espaço imediato, pois em termos jurídicos estão num espaço urbano, mesmo que este espaço não seja dotado dos serviços e equipamentos básicos, bem como modos de organização e de vida urbana; ao mesmo tempo, a estrutura e densidade paisagística não difeririam de um rural de habitações adensadas e com serviços básicos fundamentais. Contudo, sem a primazia da atividade agrícola como meio de geração de renda e modo de vida em relação àqueles habitantes do dito rural profundo²², ou mais especificamente o espaço da moradia e das atividades agropecuárias.

Wanderley (2004, p. 94) situaria estas localidades como compreendidas num processo de „ruralização“ pois: “compreende-se este processo como reiteração, nestes pequenos espaços urbanos, das principais características do espaço rural – população reduzida e pouco densa, restrita divisão social do trabalho – e das formas de vida social baseadas no *interconhecimento*” (grifo nosso). A autora acentua ainda a necessidade de se repensar as categorias de urbano e rural, pois na medida em que o Estado por meio das políticas públicas promove melhorias nas áreas rurais, aquelas áreas de maior densidade residencial, por razões políticas, poderiam tornar-se instrumentos de criação do urbano, delegando o rural como espaço do atraso e da rarefação demográfica.

Esse fator da política pública está em evidência em Ponto Marambaia, no qual o Governo Federal por meio do Programa “Minha Casa, Minha Vida” construiu 48 habitações na área mais periférica da vila, ensejando moradias para as famílias carentes, contudo, intensifica a expansão deste espaço rural adensado, ao invés de prover meios para que estas populações tenham as condições de sustento nesta localidade ou mesmo de instrumentos de melhorias habitacionais na área rural e acesso à terra para produzir e viver no campo.

²²Usamos o termo rural profundo para especificar as demais áreas do município que têm os domicílios afastados, reduzida presença ou mesmo ausência de equipamentos de uso público e as estradas são de má trafegabilidade. Isso é facilmente constatado em diversos Córregos neste município, onde as dificuldades de locomoção restringe o acesso dos moradores à sede urbana, seja para usufruírem dos serviços públicos ou mesmo para lazer.

Em relação aos mecanismos de geração de renda para estas populações, acreditamos que é expressiva a migração laboral temporária dos homens chefes de famílias, bem como a importância das transferências de renda por meio do Programa Bolsa Família e da aposentadoria como rendimentos complementares ou principais de garantia de provimento de condições mínimas para muitas famílias nestas localidades²³.

No que concerne aos povoados de Vila Nova, Ribeirão Santana, Santa Luzia, Queixadinha e, de forma menos premente, Ribeiros, estes são contabilizados nos censos demográficos do IBGE como espaços rurais. A estas localidades, caracterizamos como espaço rural semiadensado, pois a densidade residencial é menor do que as constantes na sede dos distritos, porém superiores as demais áreas rurais do município, e estes povoados possuem certos equipamentos coletivos e propriedade da terra pertencentes a diversos donos. A unidade de área padrão dos estabelecimentos é o metro quadrado por serem subdivididos em pequenos lotes, contudo em alguns estabelecimentos as propriedades são grandes, medidas em hectares e é comum cultivos agrícolas nos fundos das residências e criação de animais, como suínos, aves e mesmo de bovinos e equinos.

O IBGE define povoado como:

Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela (IBGE, 2014).

A partir destas definições do IBGE, observamos em campo que as localidades constantes no quadro 1 podem ser enquadradas como povoados por apresentarem equipamentos públicos ou privados de uso coletivo e infraestrutura que as distinguem das demais localidades rurais no município. O povoado de Ribeirão Santana tem melhor dotação de equipamentos coletivos, com destaque para pequenos estabelecimentos comerciais que fornecem para a população os produtos básicos, visto que é a localidade mais longínqua da sede do município de Carai, estando a aproximadamente 70 km (no trajeto mais curto). Dessa

²³ As informações disponibilizadas pelo DATASUAS sobre o Programa Bolsa Família são no nível municipal, o que dificulta emprendermos análises específicas para as famílias residentes nestes distritos. Quando realizamos o trabalho de campo em Carai e Itaipé fomos até as Secretarias de Assistência Social, mas não foi possível levantar os dados por Córregos nestes municípios, pois os funcionários não dispunham destas informações de forma acessível.

forma, os habitantes tendem a adquirir seus produtos essenciais no comércio do povoado, enquanto que os itens da cesta básica mensal são adquiridos na cidade de Padre Paraíso (cidade mais próxima), visto que, além da facilidade de transporte, esta cidade conta com maior diversificação dos estabelecimentos comerciais em relação à cidade de Carai. Este povoado, juntamente com Vila Nova, apresentam as maiores concentrações de domicílios.

Estas áreas rurais semiadensadas apresentam diferentes formas de relações dos indivíduos com as atividades agropecuárias e outras funções laborais. Alguns moradores possuem nas proximidades de sua residência, estabelecimentos onde exercem atividades econômicas, principalmente relacionadas com a pecuária bovina e pequenas áreas com agricultura. Porém, a grande maioria detém apenas o lote ao entorno da habitação, não tendo outro estabelecimento rural para exercício das atividades agropecuárias. Estes aglomerados de residências são consequência do não acesso à propriedade da terra para produzirem e morarem e, com isso, tiveram que adquirir pequenos lotes e viverem de rendas externas. O esvaziamento da população jovem é notório nestas localidades, pois os mesmos se veem inviabilizados do acesso à terra para produzirem e diante do mercado de trabalho municipal escasso, só lhes resta à opção de migrarem para as grandes cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Quadro 1 - Povoados no município de Carai, segundo tipo de equipamentos públicos ou de uso coletivo e infraestruturas existentes (2014)

Povoado	Equipamentos públicos ou de uso coletivo	Infraestruturas
Santa Luzia ou Corujas	Uma igreja católica; uma escola municipal nucleada com quadra poliesportiva; uma mercearia e dois bares	Ruas pavimentadas; Sistema distribuição de água (COPANOR); iluminação pública;
Queixadinha	Uma escola municipal nucleada com quadra poliesportiva; uma Unidade Básica de Saúde; uma mercearia/bar	Parte das vias iluminadas; Na área central do povoado a rua é calçada; sistema de abastecimento de água (rede da prefeitura).
Ribeiros	Uma escola municipal; uma igreja católica; três bares; uma farinheira comunitária.	Sistema de abastecimento de água (COPANOR); Iluminação pública;
Ribeirão Santana	Uma escola de ensino fundamental e médio; um posto de saúde; igrejas católica e evangélicas; Mercearias e bares.	Sistema de abastecimento de água (COPANOR); Ruas calçadas (maioria); iluminação pública; Quadra poliesportiva
Vila Nova	Uma escola municipal; uma creche comunitária; uma Unidade Básica de Saúde; uma mercearia. Um telefone público.	Duas ruas calçadas; iluminação pública; sistema de abastecimento de água (COPANOR);

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A distribuição diferenciada da população tanto no município de Carai como em Itaipé nos revela a importância e dimensionalidade que o espaço rural e seus habitantes exercem nas respectivas cidades de seus municípios. Portanto, é inegável a preponderância de uma lógica

estrutural nestas municipalidades que torna o campo e seus moradores o elo que permite a existência da administração municipal e das infraestruturas públicas urbanas pelo fato da população rural ser maioria e a dotação das transferências dos recursos públicos para as prefeituras ocorrem em relação à quantidade de habitantes, notadamente as cotas do Fundo de Participação dos municípios (FPM).

Segundo Wanderley (2004, p. 88) o espaço rural com suas atividades econômicas, sociais dão novas dinâmicas para as pequenas cidades. Assim:

A população que vive no meio rural é, assim, responsável por um duplo movimento da sociedade, que, por um lado, dinamiza a vida local – na medida mesma em que é a fonte da configuração da paisagem, do uso e da preservação dos recursos naturais e sociais e da intensidade da vida social local – e, por outro lado, estabelece as formas de relacionamento com a cidade e com a vida pública, para além do espaço local.

No item a seguir abordamos como a estrutura fundiária e as características físicas estão associadas à dinâmica da agropecuária nestes municípios.

2.2.4. Caracterização da estrutura fundiária e da agropecuária

A estrutura fundiária é elemento central para compreender o espaço rural brasileiro, dada às diferenças significativas no que concerne a posse, a apropriação das terras, as lutas sociais pelo acesso à terra e, não menos importante, a atuação das elites agrárias e dos capitalistas urbanos para manterem a propriedade privada capitalista da terra como reserva de valor, reserva patrimonial e conseqüente permanência do latifúndio (OLIVEIRA, 2004).

Assim, o entendimento da terra sobre o capitalismo deve ser analisado dentro de duas lógicas, de acordo com Oliveira (2007) e Martins (2010) sendo a propriedade capitalista da terra, como renda capitalizada em que a terra é especulada, comprada e vendida e mantida como reserva de valor, além da sujeição da produção do agricultor ao capital. Ao passo que há, também, relações não-capitalistas de produção, tais como aquelas realizadas por pequenos agricultores que tem na terra a forma de reprodução da vida e de suas expressões culturais e históricas e o trabalho se faz no âmbito familiar.

Para Oliveira (2007, p.36) “As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua força de trabalho”. São estes elementos que permitem compreender parte do processo histórico de apropriação e domínio das terras por uma elite agrária, em contraposição, a

expropriação do agricultor do acesso à terra, o forçando a emigrar do campo e tornar-se mão de obra assalariada na cidade, ou mesmo em outras áreas rurais.

De acordo com Martins (1991) é importante distinguir a propriedade capitalista da terra que se baseia no princípio de exploração que o capital exerce sobre o trabalhador, em relação à propriedade familiar que não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha e ocorre no âmbito do trabalho de sua família. Assim, a terra apresenta-se para estas classes sociais de forma distintas:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura (MARTINS, 1991, p. 55). (destaques do original).

Esses elementos atinentes ao acesso à terra nos municípios de Itaipé e Caraiá revelam a desigual função social que a terra têm para os diferentes detentores dos títulos e/ou de posses, e também para aqueles estabelecimentos conseguidos através da luta dos movimentos sociais que conquistaram assentamentos, sendo que em Itaipé o Assentamento no Córrego da Santa Rosa, implantado em 1992 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ocupa uma área de 720 hectares, dividido em 34 lotes. Em Caraiá, o Assentamento Futura, criado em 1997, numa área de 1.061 hectares e repartido em 28 lotes evidenciam uma das facetas da luta pela terra (INCRA, 2015). Nestes municípios a estrutura fundiária envolve desde pequenos estabelecimentos, até as grandes propriedades de pecuária bovina.

A distribuição da terra em Itaipé está composta por 1.068 estabelecimentos enquadrados como agricultores familiares e 208 como agricultores não familiares, sendo que os critérios variam desde a dimensão até a origem principal dos rendimentos obtidos (IBGE, 2006). Neste município o módulo fiscal corresponde a quarenta (40) hectares, e nesta lógica, os estabelecimentos com até 160 hectares são familiares, pelo critério dimensão²⁴.

No que tange à área, mais de 900 estabelecimentos possuem até 20 hectares, dentre os quais, 93 estabelecimentos são inferiores a um hectare (Tabela 10). Fato a ser considerado

²⁴A Lei 11.326 de 2006 que estabelece os princípios da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, no qual define um estabelecimento familiar quando o mesmo não detenha a qualquer título área superior a 4 módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas e tenha percentual mínimo de renda oriundo das atividades realizadas no estabelecimento rural.

neste estrato é que em alguns Córregos, como Barro Amarelo e Brejaúba, situados muito próximos da cidade de Itaipé ocorreu a comercialização de pequenas áreas, sendo que algumas famílias apenas residem nos estabelecimentos e trabalham na área urbana, não retirando destes estabelecimentos nenhuma renda²⁵. Noutros casos ocorre a dificuldade de acesso à terra, em que as famílias compraram ou ocuparam pequenos lotes, tais como pode ser observado nos Córregos da Pedra do Chifre e do Cascalho, onde há concentração de pequenos terrenos e as famílias buscam alternativas de geração de renda nas imediações ou o chefe da família trabalha noutros lugares. Além da dimensão reduzida destes estabelecimentos, muitos estão em áreas de topografia muito acidentada e são impróprios para agricultura e mesmo para a pecuária. Outros tantos apresentam solos dotados de baixa fertilidade natural, o que reduz a propensão a cultivos, especialmente quando são utilizadas técnicas inapropriadas pelos agricultores como é o caso de Itaipé²⁶.

Assim, é importante advertir as especificidades da dimensão dos estabelecimentos rurais em relação à localização das terras, pois aquelas próximas à sede urbana se inserem na lógica de parcelamento do solo rural para convertê-lo em solo de uso residencial urbano, enquanto nas demais áreas do município a pequena dimensão é relativa ao não acesso à terra em tamanho favorável para produção agropecuária. Desta forma, há elementos concernentes ao custo diferencial da terra que influencia onde residir e em quais situações é possível viver do trabalho no estabelecimento ou fora dele (OLIVEIRA, 2007).

No grupo de médios a grandes estabelecimentos, destaca-se a criação de gado de corte e misto (leiteiro/corte), sendo que sete deles possuem mais de 500 hectares, concentrando 31,45 % das terras no município. O maior estabelecimento possui mais de 2.500 hectares e se localiza no Córrego da Pedra d'Água. Trata-se de uma fazenda voltada à criação de gado de corte, cujo proprietário reside na cidade de Teófilo Otoni. Outros dois grandes estabelecimentos pertencem a famílias que residem no Córrego da Pedra do Gado e maior parte permanece coberta por Mata Atlântica. E por fim, destaca-se um pecuarista que detém diversos estabelecimentos no município de Itaipé, sendo que um deles engloba parte dos

²⁵Essas informações foram obtidas por meio dos questionários aplicados em alguns destes estabelecimentos, sendo que alguns mencionaram que o custo da terra na área rural era mais baixo do que o terreno urbano, e devido à proximidade com a sede urbana (4 km) preferiram comprar o lote nestes Córregos. Neste caso a opção por residir na área rural é consequência do preço diferencial do solo urbano em relação ao solo rural.

²⁶ O uso de enxada, machado e fogo são os três elementos básicos que predominam na atividade agrícola no município. A baixa produtividade é resultante da baixa fertilidade natural do solo e do não uso de adubação natural e química nos cultivos. A variabilidade das chuvas também é fator importante a ser considerado na produção.

Córregos do Baixão e Santa Rosa III, estendendo até próximo do povoado de Santa Luzia, no município de Carai.

Tabela 10 - Estrutura fundiária por enquadramento familiar e não familiar, área e número de estabelecimentos rurais e número de domicílios rurais no município de Itaipé (2006)

Grupos de área (hectares)	Número Estabelecimentos	Área (ha)	% área
De 0 a menos 1	93	40	0,10
De 1 a menos 5	444	992	2,56
De 5 a menos 10	216	1.551	4,01
De 10 a menos 20	211	2.892	7,48
De 20 a menos 50	179	5.613	14,51
De 50 a menos de 100	61	4.158	10,75
De 100 a menos de 200	32	4.501	11,64
De 200 a menos 500	22	6.755	17,47
500 e mais	7	12.165	31,45
Total	1.276	38.677	100
Agricultura Familiar	1.068	14.696	38,00
Agricultura Não Familiar	208	23.981	62,00
Domicílios Rurais	1.688		
Módulo Fiscal	40 hectares		

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006; Censo Demográfico de 2010 (domicílios rurais). IN CRA – Módulo Fiscal

Desta forma, a estrutura fundiária no município envolve desde agricultores que vivem da terra, mas não a possuem, pois trabalham em terras alheias, até grandes proprietários que praticam a criação extensiva de gado bovino. Isso reflete na distribuição das terras, no qual existem 1.276 estabelecimentos e 1.688 domicílios, resultando na apropriação desigual da terra e consequentes lógicas diferenciadas que a terra representa para estes indivíduos, sendo que para a maioria é espaço de produção para autoconsumo, de moradia e modo de vida, enquanto que outros a usam para criação extensiva da pecuária bovina, especulação e reserva patrimonial.

No município de Carai, a estrutura fundiária é constituída majoritariamente por pequenos estabelecimentos. Dentre os 2.620 estabelecimentos, 1.435 possuem áreas inferiores a 10 hectares. Se segmentarmos este grupo, 230 detêm menos de um (1) hectare de área. Ressalta-se que no município existem cinco povoados, indicativo da restrição do acesso à terra para centenas de famílias que vivem nestes aglomerados rurais. Nos povoados, parte expressiva da população vive do trabalho agropecuário nas imediações para terceiros, e é comum um ou mais membros da família buscar emprego temporário em outras localidades.

Além desta parcela da população aglomerada nos povoados, os demais estabelecimentos apresentam estrutura fundiária predominante no grupo de área inferior a 10

hectares, sendo que em muitos deles há mais de um domicílio, pois é comum os filhos (as) construírem suas habitações no mesmo estabelecimento dos pais, conforme observado em trabalho de campo. Em apenas 12 que possuem mais de 500 hectares concentram 16,8 % da área total dos estabelecimentos agropecuários do município. Na Tabela 11 consta a distribuição dos estabelecimentos por segmento de área e enquadramento funcional.

Tabela 11 - Estrutura fundiária, enquadramento familiar e não familiar, e número de estabelecimentos rurais e de domicílios rurais em Carai (2006)

Grupos de área (hectares)	Número Estabelecimento	Área (ha)	% área
De 0 a menos 1	230	81	0,14
De 1 a menos 5	891	1.841	3,10
De 5 a menos 10	314	2.081	3,50
De 10 a menos 20	282	3.784	6,37
De 20 a menos 50	332	10.352	17,43
De 50 a menos de 100	145	9.891	16,65
De 100 a menos 200	64	8.578	14,44
De 200 a menos 500	46	12.872	21,67
500 e mais	12	9.970	16,79
Total	2.620	59.397	100
Agricultura Familiar	2.268	34.408	57,93
Agricultura Não Familiar	352	24.989	42,07
Domicílios Rurais		3.791	
Módulo Fiscal		65 hectares	

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006 (estabelecimentos agropecuários); Censo Demográfico de 2010 (Domicílios rurais). INCRA – Módulo Fiscal

Quando associamos os estabelecimentos com os domicílios rurais surge, em Carai, duas áreas opostas relativas à ocupação, sendo que expressiva população se concentra em alguns povoados e Córregos, noutros há certa rarefação de domicílios. Se tentarmos compreender a estrutura fundiária apenas pelo número de estabelecimentos não conseguiremos abarcar as múltiplas diferenças de ocupação interna dos Córregos. Por exemplo, em termos de proximidade residencial há na porção sudoeste do município, alguns Córregos com elevada concentração de residências muito próximas, clara evidência da minifundiarização e onde são utilizadas pequenas áreas para cada família plantar e criar animais no mesmo estabelecimento, tais como os Córregos do Piauí II, Barra do Engano, Macacos e Quartel, nos quais as residências são muito próximas e muitas famílias não

dispõem de áreas suficientes e adequadas para a agricultura, sendo a renda gerada insuficiente para manter as famílias²⁷.

Na Figura 6 mostra um caso de minifundiarização, havendo quatro residências num mesmo estabelecimento. No entorno dos domicílios existe alguns pés de café e touceiras de bananeira (da variedade prata), situadas nas margens da nascente do qual retiram água para consumo e usos domésticos; na parte superior da estrada, situa-se a área destinada às pastagens, refletindo a má conservação da mesma, com solo exposto e em estágio avançado de propensão a erosão acentuada no período de chuvas concentradas.

Figura 6 - Processo de minifundiarização na área rural de Carai, Córrego do Engano



Fonte: Arquivo do autor, 4 de março de 2014.

Em contraposição, as áreas de menor densidade populacional estão situadas na parte norte do município, onde as residências caracterizam-se por dispersão linear, ao acompanharem, em sua maioria, o curso do Rio Piauí. No trajeto entre as cidades de Carai e Araçuaí são poucas as residências nas proximidades da estrada, contudo este aparente isolamento é relativo, pois se conformou a ocupação nas margens dos cursos de água e a estrada tem seu traçado nos espigões divisores das microbacias.

Esta situação geográfica gera duas problemáticas importantes, sendo uma relacionada à distância entre as moradias que dificulta a implantação de infraestruturas coletivas, tais como escolas e redes de água tratada; e a segunda relacionada à topografia muito acidentada entre as residências e a estrada principal, que no período de chuvas tornam-se intransponíveis

²⁷ Aplicamos questionários em alguns destes estabelecimentos e os entrevistados afirmaram que filhos ou mesmo o marido saem em temporadas para trabalharem no corte de cana-de-açúcar e ou para a construção civil em municípios da Região Sudeste do país.

nos trechos de morros, ademais com a elevação do nível do Rio Piauí ocasiona em algumas residências certo isolamento, pois não há pontes sobre o rio.

Na parte leste do município os estabelecimentos apresentam áreas menores, isso pode ser inferido pela maior presença da população rural nos distritos que compõe este setor do município. Além disso, as residências não estão tão distantes como no setor norte de Caraí. Quando percorremos os Córregos no município durante os trabalhos de campo, notamos a maior presença de domicílios abandonados na parte norte e grandes áreas de mata ainda intactas, tanto relativas ao êxodo rural como também a maior concentração de terras nesta parte do município.

Para o melhor entendimento da dinâmica rural nos municípios de Itaipé e Caraí, no próximo item abordaremos as características da distribuição das chuvas que condicionam a produção agrícola e de geração de renda para a população rural.

2.2.5. Distribuição das chuvas

As precipitações e sua distribuição ao longo dos meses são fatores primordiais, juntamente com a qualidade dos solos e das técnicas empregadas nas atividades agrícolas para que o pequeno agricultor possa ter boas colheitas. A dependência das condições meteorológicas, relativas tanto às precipitações quanto as temperaturas, são elementos que estão atrelados às áreas que podem ter bom aproveitamento de culturas temporárias ou permanente. O zoneamento climático para fins agrícolas é pouco difundido para o setor da agricultura familiar, ainda mais restritivos são os mecanismos de previsão do tempo e dos canais de difusão das informações pertinentes às previsões de chuvas na época dos cultivos agrícolas.

Para os municípios que estão em zonas de transição climática como Itaipé e principalmente Caraí, as chuvas ocorrem de maneira irregular, tendo maior variabilidade nos períodos de estiagens ou secas prolongadas na região do Semiárido, o que potencializa a irregularidade e constância das chuvas nestes municípios. Para tentar compreender parte destes aspectos climáticos e de tempo, utilizaremos os dados meteorológicos de precipitações medidos na Estação Pluviométrica da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (COPANOR) situada ao lado da estação de tratamento de água desta empresa, na cidade de Caraí.

Há registros apenas a partir do mês de setembro de 2011, pois o período anterior era de responsabilidade da COPASA e quando houve a mudança de estatuto jurídico da

empresa²⁸, esta levou os registros consigo. Assim, analisaremos os dados de setembro de 2011 até agosto de 2014, quando foi realizado o último trabalho de campo. Deste período, porém o mês de dezembro de 2012 não há disponibilidade de dados, visto que a ficha com os registros foi extraviada.

Para tanto, os dados desta série, por serem poucos (três anos), não nos permitem fazer análise do clima, e sendo assim, utilizaremos com o intuito de compreender parte da dinâmica da distribuição das chuvas neste período no município de Carai. Para uma área maior necessitaríamos de outra estação meteorológica que provesse dados de uma série ampla e nos dessem subsídios para o entendimento do comportamento das chuvas numa área de transição climática tal qual a que estudamos. Isto é relevante quando evidencia que a área norte do município de Carai, situada na bacia do rio Jequitinhonha, apresenta vegetação caducifolia, cursos de água intermitentes e menores índices de precipitação, quando comparado com a porção leste do município situada na bacia do rio Mucuri, com vegetação de Mata Atlântica, cursos de água perenes e abundantes e melhor distribuição das chuvas ao longo do ano. Estas distintas realidades podem ser observadas quando deslocamos ao longo da área rural do município, e nas quais as distintas paisagens naturais são reflexos e consequências destes mecanismos atmosféricos diferenciados na região²⁹.

A par destes fatores, o entendimento dos impactos das chuvas para a região torna-se importante ao situarmos a natureza como dimensão indissociável do homem, sendo que as dinâmicas naturais atreladas ao modo de organização da sociedade rural, do domínio de técnicas e de instrumentos são essenciais para compreendermos os tipos de cultivos agrícolas para autoconsumo e as possibilidades de geração de excedentes comercializáveis que os agricultores podem produzir.

Nos municípios de Carai e Itaipé, o predomínio de pequenos estabelecimentos agropecuários e maioria da população vivendo na área rural refletem o alto grau de dependência em relação à natureza para que estes possam realizar suas atividades laborais, desde o período de semeadura dos cultivos agrícolas e dos resultados das colheitas, até mesmo a distribuição dos rebanhos bovinos, por tipo de trato e mesmo da quantidade destes nos

²⁸ Analisaremos em item específico os sistemas de abastecimento de água pública nos municípios, e com isso abordaremos a mudança jurídica da COPASA para a COPANOR e as ações de saneamento básico realizados em Itaipé e Carai.

²⁹ Os dados de precipitação em razão das dinâmicas de chuvas diferentes entre as áreas leste e norte de Carai, além de Itaipé não permitem ser generalizados para o conjunto da área, contudo pela falta de outras estações meteorológicas usaremos para indicar aspectos da variabilidade das precipitações que afetam a agricultura e a oferta de água para consumo nos domicílios, principalmente na parte norte de Carai.

pequenos estabelecimentos, onde a presença ou ausência das pastagens é fator fundamental para sua manutenção e rendimento da atividade.

Os dados de precipitação (tabela 12) no período indicam que há duas estações no município de Carai, uma caracterizada pelo regime chuvoso que vai de outubro a janeiro; e uma estação seca ou de baixas precipitações, de maio a setembro. Contudo as precipitações totais mensais indicam irregularidades ao longo dos anos, ora com cotas acima de 100 mililitros (mm), ora abaixo para o mesmo período.

Associado à chuva, a temperatura é elemento intrínseco ao clima, que ocasiona maiores ou menores taxas de evaporação, juntamente com a presença ou ausência de cobertura vegetal que potencializa maiores taxas de infiltração da água no solo e prolongamento da umidade no mesmo. As temperaturas ao longo do dia são elevadas na maior parte do ano, pois está em zona de média latitude (17° sul); à noite as temperaturas são amenas, em função da altitude (600 a 800 metros) e da continentalidade³⁰. Além dos totais mensais, o entendimento da distribuição das precipitações ao longo dos dias é essencial para compreendermos os mecanismos de recarga dos lençóis freáticos e dos eventos extremos, tais como inundações ou estiagens e secas. Para a agricultura, a distribuição irregular ocasiona sérios danos para as plantas de ciclo curto, pois pode ocorrer falta no período de crescimento, florescimento ou enchimento dos grãos, interferindo em sua produtividade devido o estresse hídrico. Por outro lado, chuva por vários dias seguidos na época de colheita ocasiona perdas nas lavouras, em razão do excesso de umidade nas palhas do cultivo.

Assim, o ritmo climático vinculado com o ritmo fenológico da cultura agrícola ajudam a explicar em parte a produtividade agrícola, contudo os pequenos produtores têm acesso limitado e mesmo ausência na utilização de técnicas que permitam aproveitamento satisfatório na relação entre clima e manejo dos cultivos (CARMELLO, 2013).

A distribuição das chuvas em Carai, ao longo de 2011 a 2014, evidencia que houve longos períodos seguidos de estiagens e episódios de chuvas concentradas. Estas oscilações bruscas entre estiagem e curto período de chuvas trazem diversos complicadores para o município, desde redução dos níveis de base dos lençóis freáticos na porção norte do município, com consequentes intermitências de diversos cursos de água nos longos períodos sem chuvas. Já nos dias seguidos de chuvas, possibilitam o início da semeadura de cultivos temporários e permanentes, contudo ocorre que nos dias posteriores, há longos períodos sem precipitações, afetando o desenvolvimento de plantas e redução ou perda de safras.

³⁰Na estação Pluviométrica da COPANOR em Carai só medem as precipitações. As informações sobre temperaturas são oriundas do Mapa dos Climas do Brasil, organizado pelo IBGE.

Tabela 12 - Distribuição das precipitações diárias no município de Carai (setembro de 2011 a agosto de 2014).

Ano 2011

Dia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Set	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	x
Out	0	0	0	29	9	1	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	3	20	5	3	0	1	2	2	0	0	0	0	0	1	
Nov	3	1	1	1	0	0	0	10	12	1	1	0	0	0	0	18	9	0	1	1	3	0	0	28	3	5	2	13	2	0	x
Dez	1	2	12	15	0	7	6	0	0	0	19	11	1	0	8	0	0	7	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0	38	14

Ano 2012

Dia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
Jan	13	4	14	13	1	2	0	0	0	0	0	8	1	0	0	4	0	0	0	1	0	1	3	0	1	0	0	0	0	0	0	
Fev	0	0	0	1	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	5	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	x	x	
Mar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	16	0	0	0	0	0	0	
Abr	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	x	
Mai	0	0	0	3	5	0	1	3	2	1	0	0	0	1	0	21	15	0	2	2	7	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Jun	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	0	0	x	
Jul	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ago	3	8	6	1	0	0	0	0	0	1	0	2	12	7	1	4	3	12	4	14	3	5	0	7	10	1	0	0	0	1	0	
set	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	x	
Out	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Nov	10	17	2	5	22	8	0	0	21	0	1	0	0	45	5	1	38	16	1	0	15	29	0	0	21	63	8	14	14	20	x	
Dez																																

Ano 2013

Dia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Jan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	35	1	54	2	11	1	2	14	4	1	41	12	0	2	
Fev	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	x	x	x	
Mar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	8	72	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	17	1	1
Abr	2	0	0	0	1	2	10	3	0	7	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	1	0	x
Mai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Jun	1	0	0	1	2	1	3	0	7	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	x
Jul	0	0	1	6	1	0	0	0	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Ago	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
set	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	x
Out	0	0	7	0	0	17	0	1	1	3	1	0	0	0	0	0	0	11	2	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nov	1	3	0	0	0	14	6	9	0	0	0	0	4	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44	14	2	2	x
Dez	0	0	0	0	2	1	16	1	20	27	0	0	21	28	18	2	24	32	9	16	44	34	28	7	16	91	47	7	2	0	1

Ano 2014

Dia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
Jan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	16	7	5	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	
Fev	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0	1	2	0	2	0	x	x	x	
Mar	0	34	0	0	2	0	0	0	0	13	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	8	20	6	0	0	
Abr	0	0	0	45	1	8	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	1	0	0	0	0	x	
Mai	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0	0	
Jun	12	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	5	4	7	4	1	0	1	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	x
Jul	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	3	1	0	
Ago	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	8	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	

Fonte: Sistematização e organização a partir dos dados da Estação Pluviométrica da COPANOR (Carai)

LEGENDA

	Sem dados		1 a 5 mm		11 a 20 mm		50 mm a mais
	Sem precipitação		6 a 10 mm		21 a 50 mm		
	X – dias inexistentes no mês						

Classificamos os dias de acordo com a ausência ou presença de precipitação. As chuvas foram subdivididas em faixas de milímetros (mm) por dia. Nestes três anos analisados, os dias sem chuvas são a maioria, seguidos por aqueles de precipitações que variam entre (1 a 10 mm). A baixa precipitação, seguida de dias sem chuvas e elevadas temperaturas acarretam rápida evaporação da umidade do solo, que ocasiona sérias interferências no desenvolvimento de plantas de ciclo curto. Para os meses de outubro e novembro esta oscilação das chuvas é fator prejudicial aos cultivos de milho e feijão, que estão sendo semeados ou em estágio de desenvolvimento dos seus sistemas radiculares.

Os meses que apresentaram maiores precipitações foram novembro de 2012 e, principalmente dezembro de 2013, quando ocorreram chuvas por 17 dias seguidos e total de 24 dias no mês. A somatória de excesso de umidade no solo foi acompanhada de evento extremo com acúmulo de chuvas de 91 mm em 24 horas, que ocasionou destruição de pontes nas estradas rurais. Neste mesmo mês, o total acumulado foi de 450 mm que originou destruição de cultivos e perdas nas lavouras de milho e feijão, devido ao excesso de umidade e fortes enxurradas que lixiviaram os solos.

A compreensão das dinâmicas de distribuição das chuvas, a partir da estação pluviométrica de Caraí nos fornece subsídios para entendermos, em parte, as características da agricultura nos municípios pesquisados e os impactos que a relação entre natureza, técnicas produtivas e níveis organizacionais interfere no cotidiano do agricultor. Isso porque a relação entre os atributos climáticos e tipos de uso do solo é mediada pelo grau de tecnificação possível e real. A existência de períodos de estiagens ou excesso de precipitações pluviais interfere na fenologia das plantas e compromete seus rendimentos (SANT'ANNA NETO, 1998). Deste modo, estas peculiaridades da agropecuária local e suas múltiplas facetas serão abordadas no próximo item.

2.2.6. Cultivos agrícolas

A agricultura é a principal atividade nos municípios, não tanto pelo valor econômico agregado no PIB municipal, mas sim pelas relações que envolvem, desde contribuição para um modo de vida específico, fomento de funções sociais, culturais e de geração de alimentos. Se situarmos esta atividade por tipos de cultivos, ao longo das últimas três décadas, destaca-se a policultura predominantemente direcionada ao autoabastecimento. Apenas alguns produtos são cultivados em maior escala para a comercialização. Assim, destacaremos os principais

produtos agrícolas cultivados nos últimos anos e os fatores locais vinculados a expansão ou recuo dos mesmos.

A **cafeicultura** foi por vários anos a principal atividade em termos de área cultivada e dividendos econômicos para os municípios. Dada sua expressividade em centenas de estabelecimentos de diversos tamanhos, era importante mecanismo de geração de trabalho temporário na época da colheita, quando os médios e grandes produtores requisitavam por dois, três ou até quatro meses o serviço de colhedores rurais e urbanos. O trabalhador era remunerado em função da quantidade de café colhido diariamente, para isso, ao final da tarde, ao encerrar o dia laboral, era medido o café em vasilhames de 20 litros (chamados localmente de tambor) e o pagamento era feito semanal ou quinzenalmente dependendo do produtor. Nos médios estabelecimentos podia ocorrer que, em razão da baixa produtividade da colheita, em determinada safra, os colhedores eram remunerados por dia de trabalho, mas para isso ocorria certa seletividade para aqueles mais hábeis que colhiam maior quantia diária.

A cafeicultura gerava dinâmica econômica temporária própria ao possibilitar que centenas de pessoas pudessem, durante a colheita, auferir rendimentos em três ou quatro meses, que dificilmente conseguiriam somas semelhantes no restante do ano. Jovens de várias idades, durante as férias escolares ou aqueles que não frequentavam as aulas, bem como aqueles que estudavam à noite, somavam-se a homens e mulheres numa verdadeira „corrida“ pelo café, com o intento de conseguir o máximo rendimento naqueles meses de safra. Somando aos colhedores do café, nos pequenos estabelecimentos havia outra dinâmica na colheita, na qual eram usados em sua maioria mão de obra da família, de parentes e vizinhos, num sistema de troca de dias de trabalho, no qual um ajuda a colher o café do outro.

O café foi por longo período um símbolo do poder econômico do produtor, pois media sua capacidade financeira pelo tamanho de seu cafezal. Contudo, a cafeicultura, apesar da importância nestes municípios, não foi capaz de promover e criar mecanismos de melhorias econômica e social duradouras para seus produtores, bem como para a municipalidade³¹.

A oscilação no preço do produto, a elevada margem que era apropriada pelos atravessadores nas cidades, as constantes elevações nos custos de produção e a queda da produtividade levaram esta cultura ao declínio. Os grandes produtores, tal como uma fazenda no Córrego da Pedra do Gado (Itaipé) com mais de um milhão de pés de café possuía toda a

³¹A cafeicultura em Carai e Itaipé não teve as mesmas dinâmicas que Martins (2010) no livro *Cativeiro da Terra* relata sobre a existência do colonato e demais processos sociais, econômicos vinculados à economia cafeeira no Estado de São Paulo. O café nestes municípios foi atividade importante na geração de renda, mas não trouxe sustentação política e de infraestruturas como em outras regiões cafeeiras, tal como, por exemplo, a personificação do barão do café.

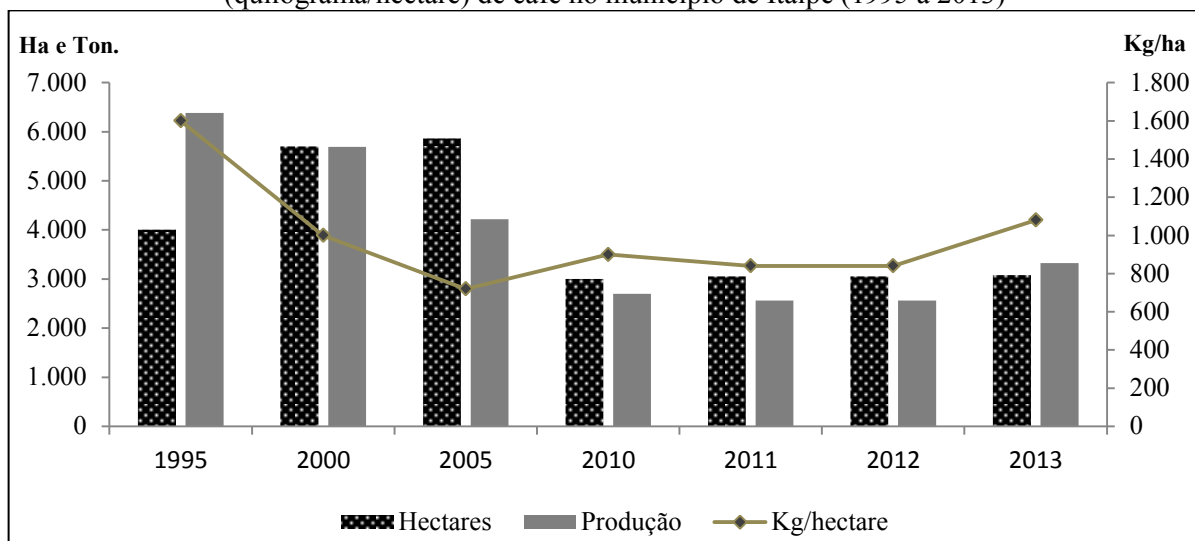
infraestrutura de beneficiamento do produto, desde máquina de despolar grãos, secadoras e a produção era vendida diretamente a compradores dos Estados Unidos. A fazenda chegou a ter uma centena de empregados assalariados para diversas atividades ao longo do ano. Outros tantos médios produtores nos municípios de Carai e Itaipé acabaram com as lavouras. Em alguns locais ainda é possível ver terreirões e máquinas de beneficiar café em estágio de degradação, quase sem utilidade. Os pequenos produtores que não acabaram com a produção, reduziram-na significativamente, destinando parte destas áreas para a pecuária.

O cafezal possibilitava que fossem cultivadas outras lavouras entre as suas fileiras, tais como feijão, milho, mandioca e banana para autoconsumo. Os cultivos de feijão/milho eram, em muitas propriedades, consorciados com o café, pois permitia redução de custos ao limpar a lavoura e gerar outras rendas aos pequenos estabelecimentos. Com o declínio dos cafezais todo um sistema de cultivo consorciado veio a reduzir ou até mesmo a desaparecer em centenas de estabelecimentos da agricultura familiar. Para os colhedores, principalmente para as mulheres, o desaparecimento das frentes de colheita resultou em perda de rendimentos individuais e familiares, como também aumento na dependência do marido no provimento de dinheiro para usos pessoais.

Em Itaipé, o período de 1995 a 2013 (Gráfico 3) caracterizou-se por expansão e contração da cultura cafeeira, havendo aumento entre 1995 e 2005 nas áreas cultivadas, mas, contudo houve redução da produtividade média das lavouras. Entre 2005 a 2010 as áreas colhidas reduziram pela metade, caindo de seis mil para três mil hectares e mantendo-se estável nos anos subsequentes. A diminuição das áreas foi acompanhada pela contração da produtividade média dos cafezais. Estes fatores de baixa produtividade e elevação de custos com a atividade são os elementos diretamente associados ao desaparecimento deste cultivo em centenas de estabelecimentos.

Os pequenos agricultores que ainda o cultivam são para autoconsumo e às vezes comercializam; noutros, existem significativas áreas que variam entre 2.000 e 50.000 pés por estabelecimento, que estão em sua maioria situados nos Córregos Pedra do Chifre, Rio Manso, Misterioso, Limatão; e uma média propriedade no Córrego do Lagedão.

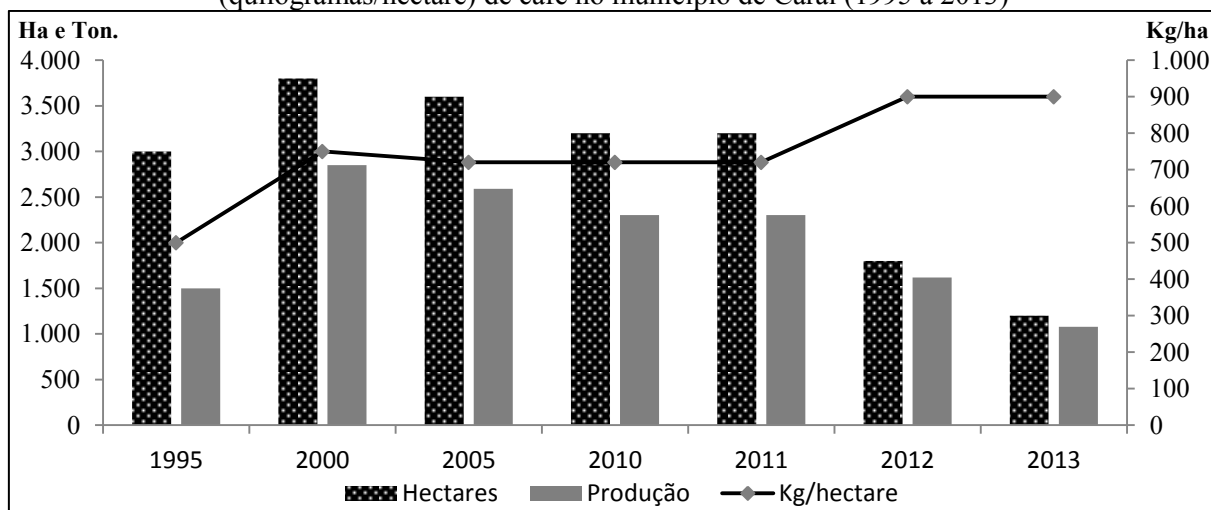
Gráfico 3 - Área colhida (hectares), quantidade produzida (toneladas) e produtividade (quilograma/hectare) de café no município de Itaipé (1995 a 2013)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

No município de Carai, a tendência na série temporal (1995 a 2013) foi de redução das áreas colhidas e da produção, com pequena elevação na produtividade nos últimos anos (Gráfico 4). A partir de 2000 tem-se constante contração do cultivo, pois a baixa produtividade (menos de 900 quilogramas por hectare), na média, ocasionou o desaparecimento de aproximadamente 60% da área cultivada entre 2000 a 2013, inviabilizada com os altos custos e reduzida geração de renda. A baixa produtividade se deve, principalmente, ao tipo de manejo que é realizado, pois a maioria dos agricultores não adiciona fertilizante ou adubo orgânico nos cafezais; praticamente inexistem cultivos com uso de irrigação, sendo que nos últimos anos a escassez de chuvas e a mudança no regime das mesmas são fatores fundamentais para a baixa produtividade desta cultura.

Gráfico 4 - Área colhida (hectares), quantidade produzida (toneladas) e produtividade (quilogramas/hectare) de café no município de Carai (1995 a 2013)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Na região, o período de floração do café ocorre entre os meses de agosto e setembro, contudo, devido à variabilidade das chuvas nestes meses as precipitações são baixas, principalmente na parte norte de Carai, o que afeta a desenvoltura da floração e conseqüentemente do enchimento dos grãos. Espacialmente as áreas com menos ou inexistentes cultivos, correspondem àquelas que estão na bacia do Jequitinhonha, por ser a parte mais seca do município. Se voltarmos à tabela referente à distribuição da precipitação, os meses de agosto e setembro são de poucas chuvas, nos quais é comum, em determinados anos, praticamente não haver precipitações, o que compromete a floração dos cafezais.

Em função de ser zona de transição climática entre o tropical e semiárido, o município de Carai é um marco no zoneamento climático para a cultura de café na região, pois os municípios situados ao norte não apresentam cultivos significativos ou são inexistentes, em consequência dos longos períodos de estiagens e temperaturas elevadas no decorrer de todo o ano, fatores estes desfavoráveis para o desenvolvimento da planta e de possíveis colheitas satisfatórias.

Com as dificuldades de ganhos nesta atividade, devido ao baixo preço pago pelos intermediários, vem surgindo iniciativas de alguns agricultores e microempresários urbanos em agregar valor ao café, a partir de algumas ações de beneficiamento do produto com a criação de marca própria e outros apenas com empacotamento. Estes empreendimentos existentes em Itaipé e Carai (em menor número no caso deste último) estão voltados para atender, principalmente, o mercado urbano destes municípios, e aqueles que têm marcas registradas já tentam expandir para os municípios do entorno.

No Córrego das Lajes (Itaipé) visitamos um destes estabelecimentos, no qual o agricultor adquire de terceiros todo o café em grão que beneficia, pois vive num estabelecimento de três hectares, juntamente com outros membros da família e não há área disponível para cultivo de café. A unidade de beneficiamento consiste apenas de uma máquina de torrefação e outra de moagem; as embalagens são preenchidas manualmente (Figura 7). Para colocar seu produto no mercado, registrou a marca (Carretero) e por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), adquiriu um veículo com carroceria para buscar matéria prima de seus fornecedores e realizar a distribuição do café para alguns estabelecimentos comerciais nos municípios próximos.

Figura 7- Pequena unidade de processamento de café em Itaipé (2014)



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

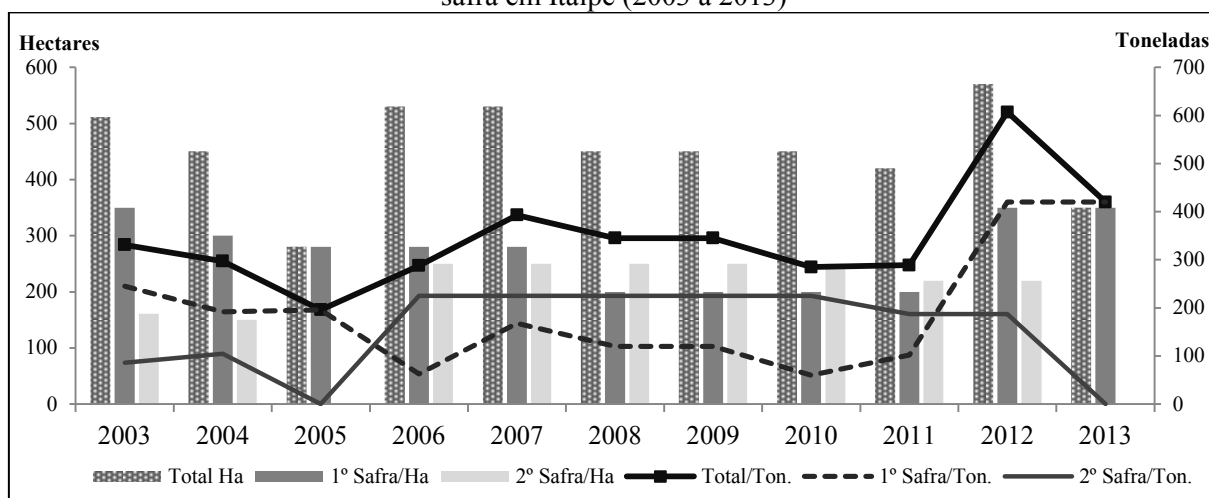
Estes empreendimentos ainda são pequenos, contudo são importantes instrumentos de agregação de valor na produção local e poderão vir a serem mecanismos de garantia de renda para microempresários e para agricultores que cultivam este produto, por reduzir os intermediários e, conseqüentemente, por manter a renda do café nos municípios produtores.

Nos cultivos agrícolas de ciclo curto ou temporários destacam-se o feijão e o milho por serem fundamentais na dieta alimentar da população local. O **feijão**, dado seu rápido crescimento e curto ciclo vegetativo, pode gerar até três colheitas anuais, pois em algumas variedades o ciclo, desde a semeadura até a colheita, dura cem dias. Os pequenos agricultores na região realizam duas semeaduras anuais, dependendo das condições de chuva e da dimensão do seu estabelecimento.

Para o município de Itaipé, selecionamos o período de 2003 a 2013 e subdividimos as colheitas em primeira (1º) e segunda (2º) safra, com o intuito de analisar o comportamento da produção ao longo dos anos (Gráfico 5). As áreas totais anuais oscilaram ora para mais, ora para menos, não ultrapassando os 600 hectares cultivados, e caracterizam-se pela baixa produtividade, estando abaixo de 600 quilos por hectare. Quando situamos em termos de safras, em alguns anos a primeira safra apresenta maiores áreas, noutros é a segunda que ganha destaque, isto ocorre em função de como foi a estação das chuvas no período anterior.

De forma geral, nos pequenos estabelecimentos são cultivados em torno de dez a trinta quilos de feijão por safra, sendo que em anos de má colheita as quantias produzidas são insuficientes para o autoconsumo, tendo as famílias que adquirirem o produto no mercado local. Contudo, há outra parcela de agricultores que não cultivam feijão, dedicando-se a atividade da pecuária bovina.

Gráfico 5- Produção de feijão por área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) total e por safra em Itaipé (2003 a 2013)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

A produção total no município é insuficiente para atender a população rural e urbana, sendo que parte do consumo é proveniente de outras áreas³². Deste modo, muitas famílias de agricultores tendem a comprar este produto, o que compromete sobremaneira suas rendas, isto em razão de que no período de entressafra os preços elevam-se de forma acentuada na região. Isso pode ser comprovado na feira municipal, aos sábados, quando uma medida (1,5 kg) de feijão chega a custar R\$ 10,00, tal como presenciamos nos trabalhos de campo realizados em agosto de 2013 e de 2014.

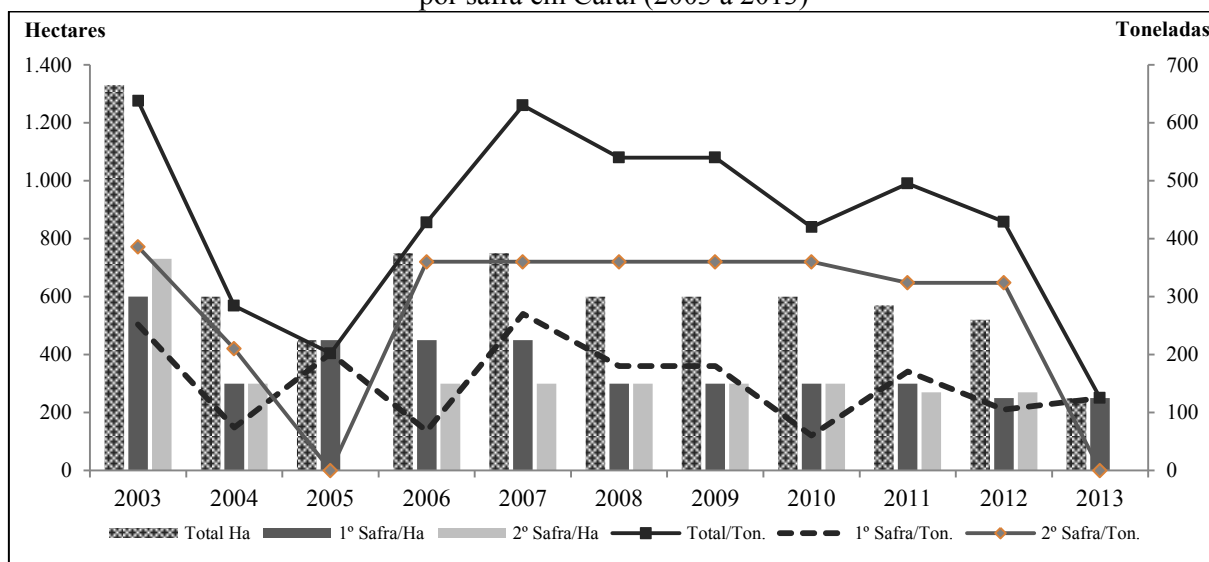
Em Carai a cultura do feijão padece das mesmas dificuldades de cultivos em relação à Itaipé, contudo enfrenta maiores obstáculos em razão da maior variabilidade das chuvas que ocasionam perdas quase totais dos cultivos em muitos estabelecimentos. A comparação entre 2003 e os demais anos evidencia constante redução da área total cultivada, sendo que o fator a frisar é a baixa produtividade. No ano de 2003 foram cultivados 1.330 hectares e a produção total foi de 638 toneladas, gerando uma média de 565 kg/hectares. Nos demais anos prevalecem baixa produtividade e reduzida área cultivada (Gráfico 6).

Este cultivo quase sempre é consorciado com o **milho** devido às pequenas áreas disponíveis, topografia acidentada e baixa fertilidade natural dos solos, sendo que os agricultores buscam as áreas próximas aos cursos de água para cultivarem. Raramente são cultivados com uso de irrigação. Nos estabelecimentos em que há áreas de brejos é comum o

³² Ao longo dos trabalhos de campo observamos nas gondolas dos mercados destes municípios a procedência do feijão ensacado, e todos eram de fora dos municípios. Com os agricultores fizemos levantamento de suas produções, e os mesmos afirmaram que não aumentavam porque não teriam para quem comercializar depois. Outros já afirmaram que adquiriam este produto no mercado, seja em função da baixa quantidade colhida naquele ano, ou mesmo porque não cultivavam este alimento.

plântio no período das secas (março a maio), quando o solo está pouco úmido e propicia boas colheitas em razão da maior concentração de matéria orgânica.

Gráfico 6 - Produção de feijão por área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) total e por safra em Carai (2003 a 2013)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

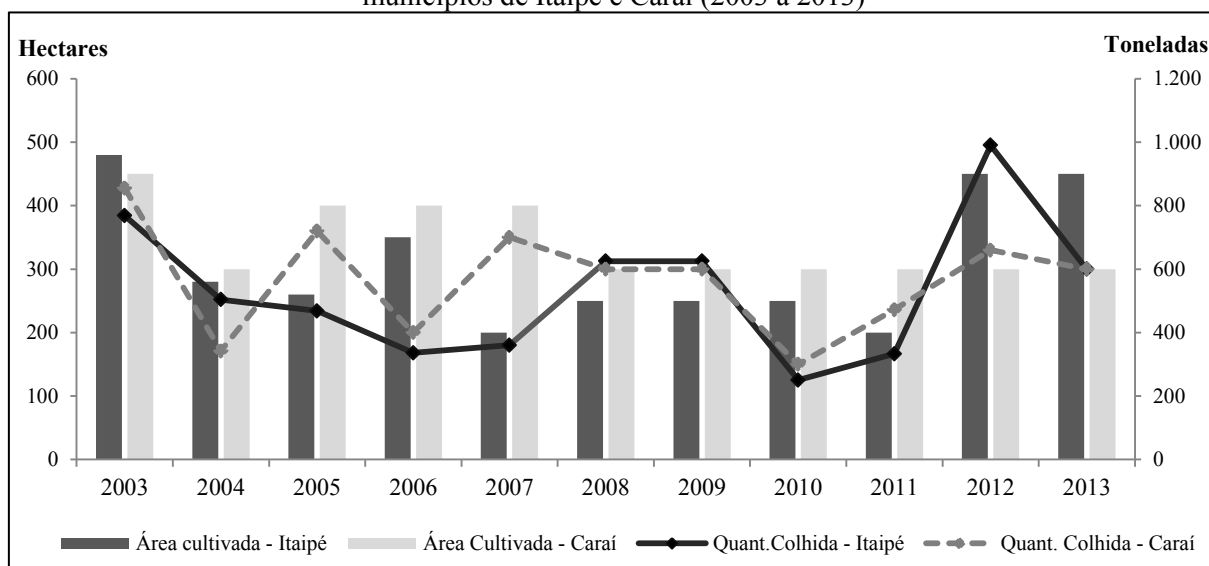
Com a redução das áreas cultivadas com feijão, cada vez mais os agricultores tendem a adquirir parte dos produtos alimentícios no mercado, caracterizando o que Gazzola (2009) chamou de mercantilização do consumo, quando a família compromete parte expressiva de seus rendimentos na aquisição de produtos alimentícios no mercado, muito em função de ter deixado de produzir em seu próprio estabelecimento. Fator complicador é quando o rendimento familiar decresce e os preços da cesta básica mantem-se em constante elevação. O resultado é, de certo modo, o dispêndio na aquisição de itens agrícolas que poderiam ser cultivados, comprometendo o investimento em outras áreas de essencial importância para a família. Esta realidade é bastante pertinente no caso dos aposentados, que por razões de idade, já não cultivam e acabam comprando todos os itens no mercado, somando-se aos gastos com medicamentos, o que reduz as possibilidades de inversões em outros fatores de melhoria da qualidade de vida.

O cultivo de milho nos municípios cumpre duas funções: a) seu consumo *in natura* quando ainda está verde, principalmente na produção de pamonhas, mingaus ou cozido/assado; b) de forma indireta, por meio da alimentação de aves e suínos. Entre 2003 a 2013 houve oscilação para menos em Carai, enquanto Itaipé reduziu com posterior tendência de elevação nos anos mais recentes (Gráfico 7).

A produtividade média nestes municípios variou de 1.000 kg/ha nos anos de menor colheita até 2.200 kg/ha nas melhores safras. A produção total é muito baixa, sendo que as maiores colheitas foram de 990 toneladas em Itaipé em 2012 e 885 toneladas em Carai no ano de 2013. A baixa produção, semelhante ao feijão, é insuficiente para atender à demanda dos municípios, os quais têm que importar estes cereais de outras áreas. Mais uma vez são recursos financeiros sendo retirados da economia local para aquisição de gêneros alimentícios que poderiam ser cultivados e comercializados nestas duas localidades.

Devido às características na distribuição das chuvas, o milho apresenta apenas uma safra ao ano, sendo plantado nos meses de outubro ou novembro. A segunda safra (março) raramente é realizada em alguns pequenos estabelecimentos situados em áreas de brejo ou que tenham sistema de irrigação, contudo destina-se geralmente para o consumo *in natura*.

Gráfico 7 - Produção de milho por área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) nos municípios de Itaipé e Carai (2003 a 2013)



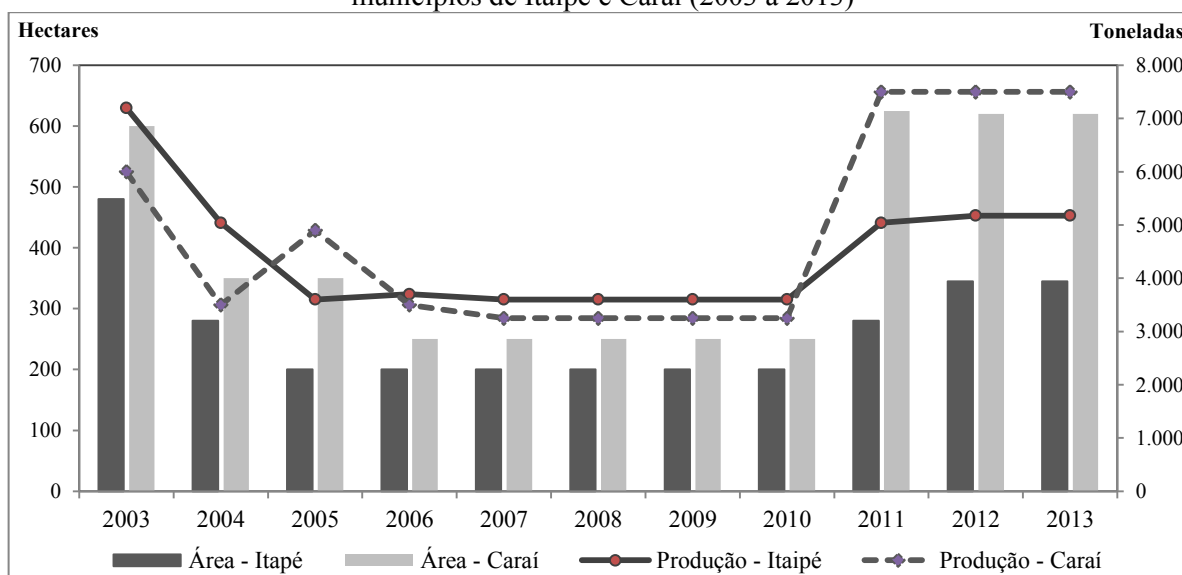
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

O cultivo de **mandioca** caracteriza-se pelo ciclo vegetativo de média duração, podendo variar de 18 a 24 meses para ser colhida. Assim, comumente enfrenta estações secas e chuvosas, contudo, devido a longos períodos sem chuva ocorre baixa atividade metabólica da planta, o que interfere na sua produtividade. Nos municípios estudados, os solos dedicados a este cultivo são os de menor fertilidade, enquanto as melhores terras são direcionadas para o feijão e o milho. O mandiocal é cultivado sozinho, não sendo aconselhável a consorciação com espécies de ciclo curto, sendo este um dos motivos de estarem nas terras de menor fertilidade.

A partir da mandioca são gerados produtos como a farinha e o polvilho, muito presentes na dieta da população rural. A farinha é item básico associado ao feijão, sendo que as famílias fazem o conhecido mexido (feijão cozido misturado com farinha) e acrescenta os demais ingredientes na refeição diária. Já o polvilho (ou no linguajar local “goma”) é usado na produção de biscoitos, podendo ser assado ou frito. O uso *in natura* é direcionado na alimentação de suínos e aves.

As áreas cultivadas com mandiocal vêm aumentando nos últimos anos em razão da elevação do preço da farinha no mercado local e também da venda *in natura*. Existem diversas tendas³³ individuais de farinha nos dois municípios e de uso comunitário em Carai. Além destas pequenas unidades de produção, destaca-se o povoado dos Porfírios no município de Catuji, que aglomera diversas unidades de produção e seus proprietários compram esta matéria prima nos municípios de entorno, sendo que isso tem motivado o plantio de novos mandiocais e consequentemente elevando a produção total destes municípios, como consta no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Produção de mandioca por área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) nos municípios de Itaipé e Carai (2003 a 2013)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O último cultivo agrícola de expressividade é a **cana-de-açúcar**, que historicamente é plantada na região. A referida lavoura, em anos passados, tinha duas funções essenciais que eram: a primeira de ser matéria prima para produção de caldo usado na produção de rapaduras

³³Tenda é o nome que se dá ao local de produção da farinha, consiste dos seguintes equipamentos: um bulinete que seva a mandioca, podendo ser tocado por motor elétrico ou por meio de roda movida por duas pessoas e uma terceira que seva a mandioca; a prensa e os fornos à lenha que torra a farinha.

e de melaço para adoçar cafés e outros alimentos no âmbito domiciliar. Com as mudanças nos hábitos alimentares da população local, o melaço e a rapadura foram substituídos pelo açúcar industrializado e, com isso, perdeu-se parte dos canaviais e toda uma forma cultural e alimentícia construída a partir da cana-de-açúcar nos pequenos estabelecimentos nos dois municípios.

O antigo escoçador de cana-de-açúcar e o engenho manual são artigos artesanais que praticamente desapareceram, sendo raros atualmente. Durante o trabalho de campo, encontramos exemplares destes equipamentos, sendo um no Córrego das Lajes (Itaipé) usado apenas para produzir caldo para ser consumido com limão, segundo sua proprietária; e o engenho manual no Córrego do Quartel, em Carai, no qual o proprietário afirmou que as vezes produz rapadura para ser comercializada na feira do município (Figuras 8 e 9).

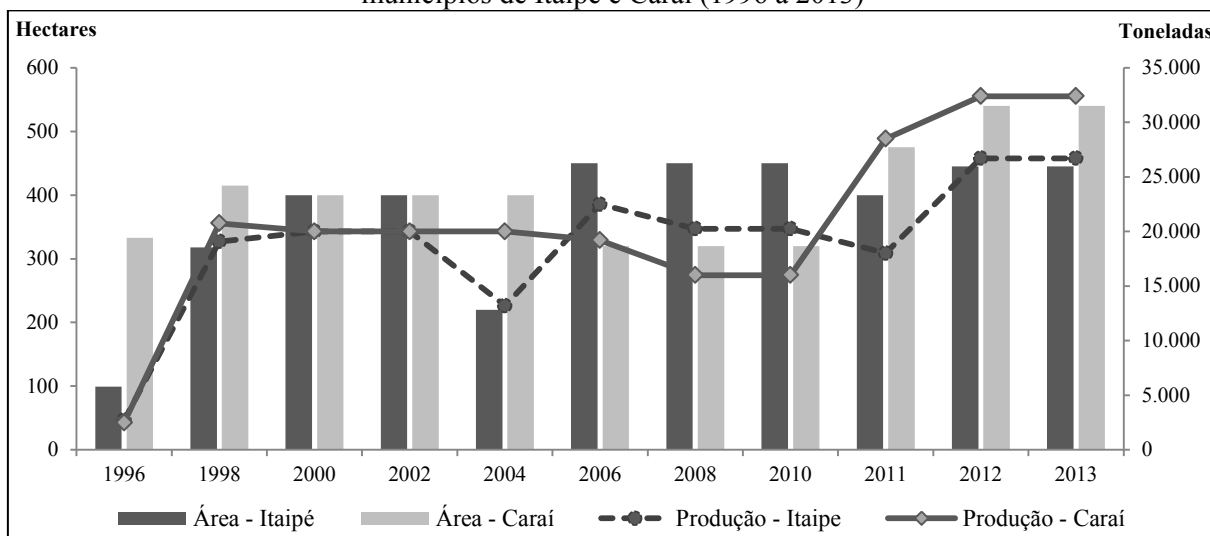
Figuras 8 e 9 - Instrumentos utilizados para extrair caldo de cana-de-açúcar existente nos municípios de Itaipé e Carai (2014)



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

O segundo item produzido a partir da cana-de-açúcar nos dois municípios é a cachaça artesanal, fabricada nos alambiques existentes em vários Córregos. Além disso, nos anos mais recentes, com a expansão dos rebanhos bovinos, é comum a utilização de cana-de-açúcar para produzir alimentos para o gado no período de escassez de pastagens, que está sendo possível a partir da difusão da eletrificação rural desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, por intermédio de programas de eletrificação rural que possibilitou ao agricultor comprar picadeira para produção de ração à base de cana-de-açúcar para alimentar o gado. Dessa forma, a utilização da cana-de-açúcar para produção de cachaça e alimentação do gado são fatores que explicam o aumento dos cultivos nos últimos anos como mostra a evolução a partir de 1996, constante no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Área cultivada (hectares) e quantidade colhida (toneladas) de cana-de-açúcar nos municípios de Itaipé e Carai (1996 a 2013)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

A cachaça artesanal é um típico produto brasileiro, sendo o estado de Minas Gerais o maior produtor nacional. Na região destaca-se o município de Novo Cruzeiro com diversas plantas fabris com registro de diversas marcas, e como forma de divulgação do produto, anualmente a prefeitura municipal realiza o Festival da Cachaça de Novo Cruzeiro, que teve a XXI edição realizada no ano de 2014. No evento, diversos produtores locais expõem seus produtos em estandes.

Já nos municípios de Itaipé e Carai a produção é menor e destina-se geralmente para os consumidores locais, sendo que apenas alguns fabricantes vendem em estabelecimentos comerciais de Catuji e Padre Paraíso. A restrição na comercialização ocorre devido a não existência de registro dos alambiques, de marcas próprias e ao fato do envasamento do produto não estar de acordo com as normas da vigilância sanitária, não sendo permitida a venda fora do município.

No que concerne às formas de produção, os alambiques apresentam diversos estados de conservação e de condutas de higiene. A maioria dos tanques de fermentação do mosto ficam em lugares abertos, passíveis de entrada de animais silvestres. Aquelas unidades que apresentavam melhores estruturas do edifício (todo fechado), possuíam tanques de fermentação feitos em aço ou similares e o alambique de destilação em cobre, classificamos como fábrica³⁴, enquanto que as áreas de produção abertas nas laterais, menor rigor higiênico

³⁴ Usamos a terminologia fábrica para distinguir aquelas unidades de produção que possuem estrutura adequada e com área de produção cercada e maior rigor no que concerne a higiene. Além de, em Carai, a fábrica situada no Córrego Queixadilha tem registro de marca e autorização da Vigilância Sanitária para produção da cachaça e

e tanques com caixas de plástico PCV classificamos como alambique. Contudo, estas diferenças referem-se apenas a estrutura física dos empreendimentos, e não condiz com escalas de produção, bem como melhor ou pior qualidade da cachaça artesanal produzida por estes produtores (Mapa 12).

No município de Itaipé há cinco alambiques no Córrego do Baixão, sendo que isto se deve ao fato de quatro destes alambiques pertencerem a pessoas da mesma família, que por terem desenvolvido o conhecimento prático na produção da cachaça resolveram construir sua própria unidade produtiva. No total existem 15 alambiques no município, além de uma antiga fábrica desativada situada no Córrego Lagedão. Esta antiga fábrica utilizava de energia hidráulica a partir da água captada no Rio Preto e através de um sistema de geradores produzia a eletricidade necessária para o funcionamento do engenho.

Em Carai mapeamos seis unidades produtivas³⁵, sendo duas fábricas e quatro alambiques. Destes produtores destaca-se um situado no Córrego do Queixadinha, que investiu na implantação da fábrica e registrou a marca “Cascatinha” para sua cachaça. A intenção do produtor é vender o produto nos mercados situados nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte e, para isso, conseguiu os documentos necessários para a produção e a Inspeção da Vigilância Sanitária. Para a fabricação da cachaça, este produtor utiliza apenas da matéria prima cultivada em sua propriedade, tendo o seu canavial quatro hectares de área, onde ele adaptou as condições de acidez da matéria prima no processo produtivo e, além disso, criou garrafa e rótulo personalizados com o objetivo de comercializar para o segmento de média-alta renda.

Os demais produtores destes municípios não personalizaram seus produtos e não têm registro de marcas. Não há agregação de valor na cachaça, pois não há envase em recipientes próprios, sendo vendidos em garrafas de Polietileno Tereftalato (PET). A cana-de-açúcar utilizada na fabricação da cachaça é originada em parte nos próprios estabelecimentos e outra adquirida de terceiros. Em algumas situações ocorre que o agricultor que detenha canavial pode dá-lo na meia para o proprietário do alambique produzir a cachaça para os dois. Mas, no geral, prevalece à lógica de pagar por caminhão de cana cortada do produtor.

busca comercializar sua produção para os mercados das cidades de Belo Horizonte e São Paulo, o que a distingue dos demais empreendimentos nestes municípios.

³⁵Pode ser que existam outros naqueles Córregos que não percorremos, ou eventualmente, não tivemos conhecimento de sua existência durante o trabalho de campo neste município. Encontrar estes alambiques é difícil, pois às vezes estão situados em estabelecimentos isolados ou de acesso restrito.

MAPA 12



Para resumirmos as diferentes estruturas produtivas e dimensões das áreas cultivadas nestes municípios, levantamos junto aos estabelecimentos pesquisados em Itaipé (120) e Carai (88) os cultivos agrícolas de ciclo curto (mandioca, milho, feijão) realizados no segundo semestre de 2013, ou seja, no período das águas, e aqueles de ciclo longo (cana-de-açúcar, café e eucalipto) existente no estabelecimento naquele período (Tabela 13).

Para os cultivos alimentícios (mandioca, milho, feijão) predomina aqueles estabelecimentos que não os cultivam ou os fazem em pequenas áreas (até 0,5 hectares). Em específico os cultivos de milho e feijão com a escassez de chuvas no final de 2013 e início de 2014, segundo os entrevistados, quase não colheram e muitos até perderam totalmente a produção, pois não houve chuvas em quantidades e no período adequado para as lavouras.

Tabela 13. Principais cultivos agrícolas de ciclo curto por área (hectares) e ciclos longos por (quantidade de pés) nos estabelecimentos pesquisados em Itaipé e Carai, 2014

Produtores - Itaipé - 120 estabelecimentos pesquisados							
Área (Ha)	Mandioca	Milho	Feijão	Cana-de-açúcar	Quantidade (pés)	Cafê	Eucalipto
0 a menos 0,5 ha	59	78	75	88	0 a 100	39	94
0,5 a menos 1 ha	41	24	26	15	101 a 1.000	29	16
1 a 4 ha	20	18	19	13	1.001 a 5.000	40	8
5 ha a mais	xx	xx	xx	4	5.001 a mais	12	2
Produtores - Carai - 88 estabelecimentos pesquisados							
Área (Ha)	Mandioca	Milho	Feijão	Cana-de-açúcar	Quantidade (pés)	Cafê	Eucalipto
0 a menos 0,5 ha	78	67	68	80	0 a 100	50	76
0,5 a menos 1 ha	7	17	13	5	101 a 1.000	22	11
1 a 4 ha	3	4	5	3	1.001 a 5.000	9	1
5 ha a mais	xx	xx	xx	xx	5.001 a mais	7	xx

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Obs. **XX** dados inexistentes para este grupo de área e quantidade.

Os dados ajudam a compreender parte das dificuldades dos pequenos produtores para realizarem os cultivos agrícolas, seja a produção voltada para autoconsumo, ou mesmo aqueles que têm excedentes de conseguirem comercializar nos mercados locais. Nestes estabelecimentos a agropecuária tende a ser diversificada, seja para produzir itens de consumo essenciais, ou mesmo cultivos que contribuam para geração de renda (cana-de-açúcar) e para usos diversos (eucalipto).

A partir da caracterização da agricultura nos dois municípios, deve-se ressaltar sua lógica produtiva e as relações que existem entre a produção nos pequenos estabelecimentos e

as condições do quadro natural local e, assim, é pertinente analisar como a pecuária, com destaque para a bovinocultura completa o ciclo produtivo na área rural destes dois municípios.

2.2.7. Bovinocultura e suinocultura

A pecuária bovina até o início dos anos 2000 predominava nos médios e grandes estabelecimentos dos municípios, sendo que nos pequenos era rara a presença desta atividade. Porém, com a mudança no cenário agrícola local, com as consequentes quedas na produção do café, elevação dos custos produtivos e oscilação no preço do produto, muitos produtores acabaram com suas plantações e as transformaram em pastagens.

Em contraponto à redução da cultura cafeeira, a pecuária bovina vem apresentando significativo crescimento na última década, retrato tanto da modificação da dinâmica agropecuária, como reflexo da melhoria do poder aquisitivo da população rural. Os pequenos produtores têm na pecuária uma forma de geração de renda e poupança financeira, já que muitos não possuem contas bancárias para depósitos³⁶. A população com idade entre 20 e 40 anos, que há duas décadas não criava gado, agora o faz, em razão, sobretudo, da migração temporária que até a década de 1980 era de pais de família que se direcionavam para o estado de São Paulo, principalmente, e devido aos baixos salários recebidos não era possível formar poupança para aquisição de gado. A partir da década de 1990 cresceu a migração temporária de jovens solteiros que se direcionavam para as cidades ou o mais comum para as usinas de cana-de-açúcar, e quando regressavam adquiriam pequenas propriedades ou simplesmente convertiam as áreas florestais dos estabelecimentos pertencentes aos pais, em pastagens e investiam na pecuária bovina. Com isso, atualmente, a bovinocultura é uma atividade que não se restringe apenas a médios e grandes produtores, mas os pequenos proprietários e os jovens solteiros que estão investindo nesta atividade que envolve gado de corte e leiteiro, porém predomina o gado misto.

Como resultado do crescimento da bovinocultura há um tipo de economia atrelada que é relacionada ao aluguel de pastagens, pois o crescimento do rebanho não foi acompanhado pela melhoria das pastagens plantadas, que são das variedades dos capins brachiária, quicuiu e muitas áreas com espécies naturais de baixo rendimento. No período de estiagem que vai de

³⁶ A criação de gado representa reserva de valor na medida em que possibilita rendimentos para o produtor, seja com a reprodução das matrizes, engorda e mesmo para comercialização do leite. O comércio bovino pode ser feito por meios monetários ou como é comum na região por meio das trocas (negócios) que envolvem desde dinheiro, outros animais, motocicletas. Essa forma de economia não monetária colabora para manutenção do agricultor na área rural. Também, como tradição, é comum os pais doarem para as crianças recém-nascidas um bezerro, para que no futuro este filho tenha uma espécie de reserva monetária, assegurada pela reprodução do gado.

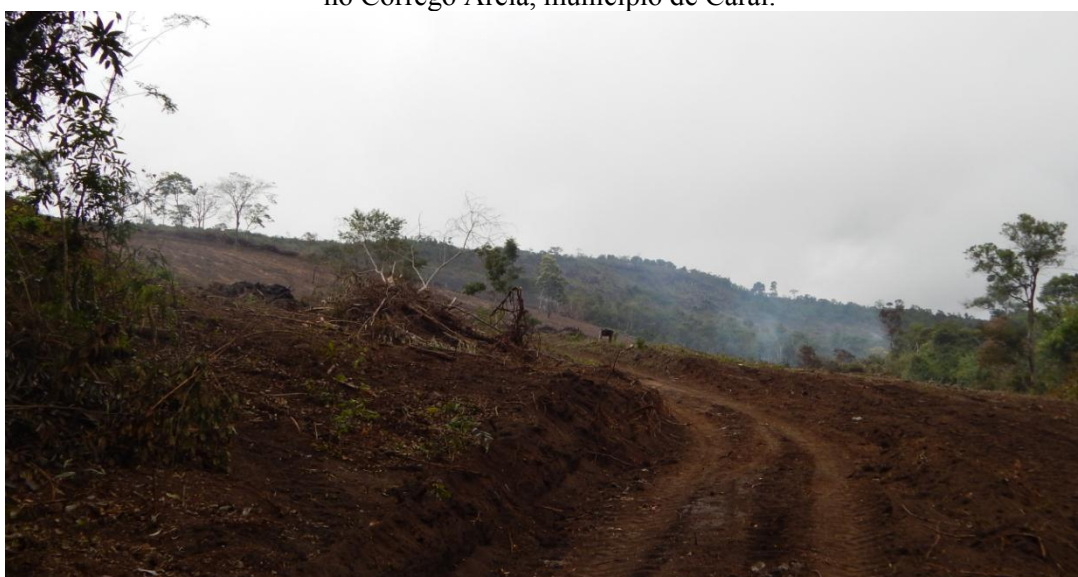
maio a setembro, a escassez de pastagens eleva o preço do aluguel em torno de R\$25 a 30 por cabeça/mês. Como consequência está havendo aumento das áreas desmatadas para conversão em áreas de pastagens. Em muitas localidades derruba-se a mata e produz o carvão e, posteriormente o plantio de capim (Figura 10). Nos estabelecimentos em que o proprietário detém maiores recursos financeiro, contrata-se trator de esteira para arrancar as árvores pela raiz, e, em seguida, é feita a sementeira de sementes de capim para a formação de pastagens (Figura 11).

Figura 10 - Desmatamento para produção de carvão com posterior conversão em pastagens no Córrego Brejaúba, município de Itaipé.



Fonte: Arquivo do autor, março de 2014.

Figura 11 - Desmatamento com uso de trator esteira para reconversão em pastagens no Córrego Areia, município de Carai.

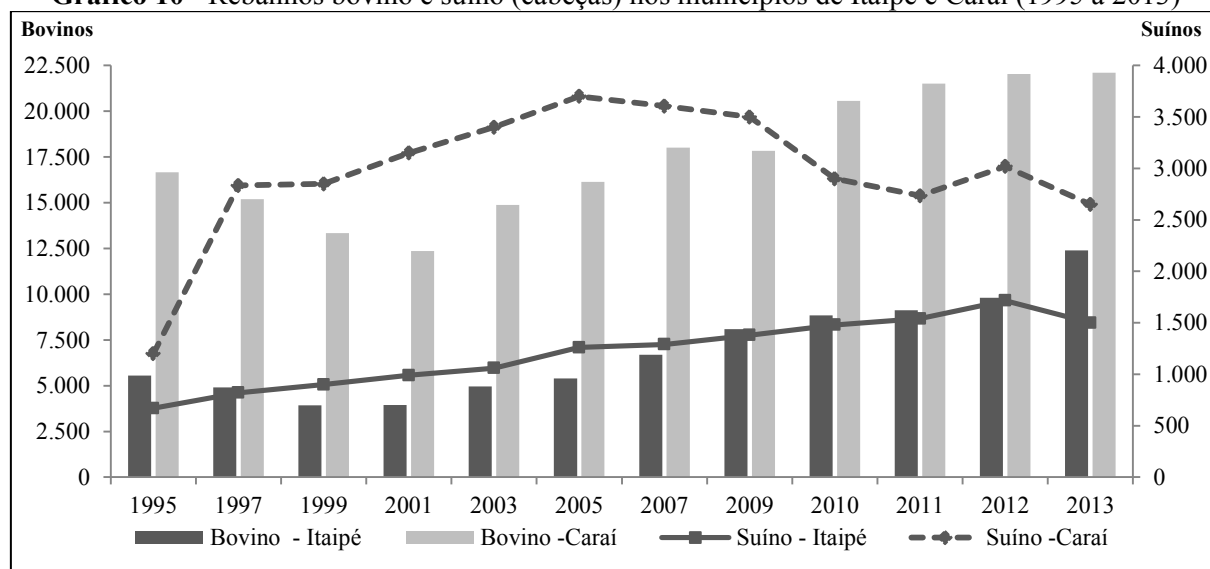


Fonte: Arquivo do autor, março de 2014.

A intensificação dos rebanhos bovinos potencializa a destruição das áreas remanescentes de florestas nestes municípios. Retira-se a proteção florestal das margens de nascentes e cursos de água, intensificando o assoreamento dos córregos, por acúmulo de sedimentos e por pisoteio do gado, bem como em outros locais, há expansão das áreas erodidas nas encostas de morros com a retirada da cobertura vegetal.

A partir destes elementos citados, podemos entender como a expansão dos rebanhos bovinos tem se intensificado nesses municípios nas últimas duas décadas. No Gráfico 10, para o período de 1995 a 2013, mesmo com pequena redução em alguns anos da série, a tendência é de constante aumento da bovinocultura nestes dois municípios.

Gráfico 10 - Rebanhos bovino e suíno (cabeças) nos municípios de Itaipé e Carai (1995 a 2013)



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal.

A **suinocultura** é emblemática do ponto de vista dos rebanhos, pois ora apresenta redução, ora leve crescimento. Estes animais geralmente são criados para consumo próprio por causa da carne e gordura, enquanto que a comercialização do porco vivo é realizada por meio da prática das trocas ou negociações em dinheiro. Se restringirmos a análise do crescimento dos suínos a partir de 2000, de certo modo, apresenta correlações com o crescimento das áreas cultivadas com mandioca e milho em Itaipé. Já em Carai a tendência de redução tende a envolver outros fatores como, por exemplo, a maior dificuldade de alguns agricultores produzirem os suprimentos ou os custos altos do milho no mercado para alimentar estes animais³⁷.

³⁷A saca de 50 quilos de milho no comércio urbano de Itaipé e Carai nos meses de agosto e setembro de 2014 chegou a custar mais de R\$ 40,00, o que inviabiliza a aquisição deste produto para alimentar suínos, devido à relação entre custo de engorda e valor final do porco. A baixa renda destes agricultores pode ser inferida a partir do conjunto de domicílios pesquisados em que a família recebe benefícios do Programa Bolsa Família ou a

Em Carai a pecuária bovina é bem distribuída, em termos espaciais, porém existem diferenciações no que concerne a qualidade das pastagens e a quantidade do rebanho por estabelecimento. Se levarmos em consideração as pastagens artificiais, notaremos que há clara diferenciação nas porções norte e oeste do município situadas na bacia do Rio Jequitinhonha. A parte norte, do ponto de vista físico, se constitui na área de transição para o Bioma da Caatinga e muitos córregos são intermitentes no período de estiagens prolongadas, o que ocasiona formação de pastagens com variedades de capim mais resistentes à escassez hídrica ou apenas pastagens naturais resultantes do corte rasteiro da vegetação local. Assim, os rebanhos bovinos são menores, pois os agricultores têm maiores dificuldades para alimentar os animais no período das estiagens e mesmo em certos anos de prover a água necessária para dessedentação, em contrapartida, na porção oeste há pastagens de melhor qualidade com capim brachiária e maior quantidade de cabeças de gado.

A grande diferenciação interna no município, no que se refere à precipitação, hidrografia e topografia (de relevância menor), ajuda a compreender a distribuição da pecuária e sua importância na geração de renda. A porção leste, situada na bacia do rio Mucuri, é mais homogênea no que concerne a dinâmica natural, com presença de áreas de Mata Atlântica, cursos d'água perenes e pastagem da variedade brachiária.

Nos dois municípios além do crescimento do rebanho bovino, vêm ganhando destaque a melhoria do gado, principalmente com as matrizes leiteiras do tipo Girolando, apesar de serem poucos os produtores que possuem esta espécie. A pecuária leiteira está sendo incrementada devido à crescente demanda dos laticínios da região. Para conseguir formar estoque e agregar valor ao leite, alguns produtores compraram tanques de resfriamento de leite individual, enquanto que outros se uniram para formar capital e compraram coletivamente. Nestes tanques particulares os proprietários também recebem o leite de outros fornecedores, cobrando uma taxa por litro armazenado nos tanques.

Além dos tanques particulares, formaram-se algumas associações de produtores, que por intermédio do Programa Minas Sem Fome, gerenciado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), foram contemplados com os tanques de resfriamento de leite público. Este programa estadual, por meio da doação de infraestruturas produtivas, visa contribuir para a melhoria da geração de renda no campo e de agregação de valor aos produtos da cadeia agropecuária da agricultura familiar.

principal fonte de renda provém da Aposentadoria Rural, o que e certa forma inviabiliza adquirir milho no mercado local.

No mapa 13, é apresentada a distribuição espacial dos tanques de resfriamento de leite particulares e públicos (associações) localizados em Carai e Itaipé.

Com a implantação dos tanques de resfriamento, o leite produzido nos dois municípios é adquirido, principalmente pelo laticínio Yoguedes³⁸ que está sediado no município de Carai, as margens da BR-116. Esta empresa também adquire parte da produção de outros municípios nas proximidades. Para recolher o leite, há os caminhões isotérmicos do laticínio que se deslocam a cada dois ou três dias, dependendo da capacidade de armazenamento do tanque dos estabelecimentos, e em algumas localidades a coleta é feita diariamente, quando existe muita produção ou grande número de fornecedores para aquele tanque.

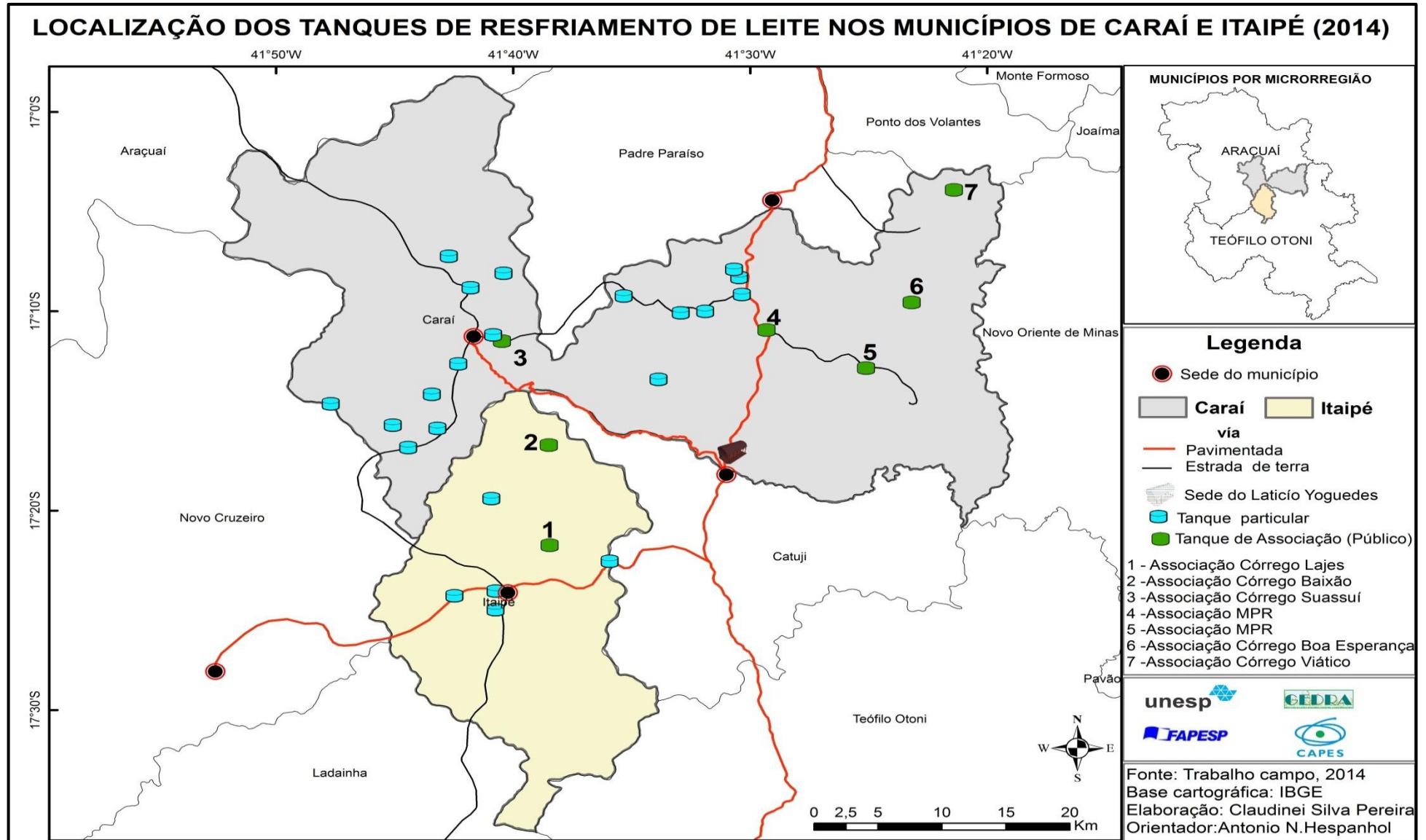
No trabalho de campo conseguimos mapear a existência de 29 tanques de resfriamento de leite, porém podem haver outros. A distribuição dos tanques particulares está vinculada às áreas de pecuária bovina com melhores condições de pastagens, onde os estabelecimentos apresentam maiores dimensões e seus proprietários possuem melhores condições financeiras; os tanques das associações reforçam a consolidação de novas dinâmicas da bacia leiteira do Vale do Mucuri e de geração de renda para os pequenos produtores destes municípios.

A localização dos tanques pode ser lida a partir do que Moreira (1982) chamou de “arranjo espacial-econômico” em que relações são mediadas e reforçadas pela especificidade de certos espaços, estes, sendo o resultado da ação do homem por meio do trabalho na transformação da natureza e das relações produtivas. Assim, a consolidação nos municípios de pecuária leiteira visa atender aos ditames da indústria láctea regional, pois o laticínio Yoguedes é o principal comprador de leite dos produtores de Carai e Itaipé.

A produção leiteira direcionada a atender a uma empresa, pelo monopólio na compra que ela exerce nestes municípios, reforça a sujeição do produtor ao capital, ao qual a rentabilidade da atividade está condicionada aos preços impostos pelo laticínio.

³⁸ Atuando no segmento de indústria e comércio de derivados do leite há quase 15 anos, o Laticínio Yoguedes vem conquistando uma relevante fatia de mercado nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Rio Doce, Vale do Aço, Norte e Nordeste de Minas Gerais, Sul e Sudeste da Bahia, Sul e Sudeste do Espírito Santo, conseguindo uma forte introdução de seu portfólio de produtos em mais de 160 cidades dos estados acima citados, graças à uma postura diferenciada de relacionamento com seus parceiros comerciais, o que é reforçado com a constante evolução no nível do serviço prestado ao cliente consumidor, bem como a inovação em tecnologias produtivas que elevam o padrão de qualidade do produto acabado.(INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DO SITE DA EMPRESA). Disponível em: <http://yoguedes.com.br/>. Acesso em 20 julho de 2015.

MAPA 13



Além disso, a incorporação de inovações no meio rural e de novas possibilidades de geração de renda para o produtor requer, por parte do poder público municipal, o investimento em melhorias e conservação das estradas rurais, pois muitas delas são intrafegáveis nos períodos de chuvas, em função do barro e de buracos. É necessário e aconselhável espalhar cascalho nos trechos mais críticos para viabilizar o escoamento da produção leiteira, que contribuem para agregar valor à produção, mas principalmente para garantir as possibilidades de circulação dos indivíduos.

As transformações que vêm ocorrendo nos espaços rurais destes municípios, ao incrementar rebanhos bovinos e produção leiteira, trazem maiores rendimentos para os produtores, contudo a expansão das pastagens vem ocorrendo em solos de antigas áreas agrícolas e, não menos importante sobre florestas, não levando em consideração a necessária restrição de pastagens sobre nascentes e cursos de água. Em diversos estabelecimentos que possuem áreas de várzeas (brejos) os produtores usaram tratores para aprofundar a calha dos córregos e secar as áreas úmidas para plantio de pastagem.

Em outros, as antigas áreas de policultura (bananeiras, laranjais) nos quintais das residências foram suprimidas para aumentar as áreas de pastagens, e não menos importante, a perda da relevância da pequena produção agrícola devido os custos em elevação e a baixa produtividade que fizeram que o pequeno produtor optasse por concentrar os recursos e a mão de obra no trato com a pecuária.

No próximo tópico abordaremos a rede de escolas de ensino público municipal presentes nos municípios, no qual evidenciam as estruturas de educação formal direcionada à população da área rural que representam parte da atuação do Estado no provimento de serviços básicos essenciais. A garantia da educação pública e de qualidade se relaciona com as atividades econômicas e sociais na área rural, na medida em que a qualificação dos indivíduos os torna mais capacitados para incorporarem inovações que poderão ser úteis em suas atividades. Assim, a rede de escolas será analisada para compreendermos como está sendo oferecido pelo Estado os meios para garantir a educação e, não menos importante, como instrumento que potencializa o desenvolvimento socioeconômico das pessoas.

2.2.8. Estrutura da rede de escolas públicas municipais na área rural

As relações que o habitante rural gera nestes municípios podem ser elencadas a partir da rede de ensino público constituída por escolas de ensino fundamental e algumas de ensino médio que atendem alunos da área rural, no qual são mantidas com repasses de recursos *per capita* das esferas federal e estadual, com complemento municipal. Contudo, diversos fatores associados às administrações municipais deram pouca relevância para a formação educacional das crianças nas áreas rurais e mesmo nas áreas urbanas. O reflexo da negligência com a formação humana e cidadã das pessoas está atrelada aos escassos investimentos na melhoria das estruturas físicas e humanas das escolas rurais, com a consequente degradação dos prédios escolares e da inexistência de condições adequadas para o exercício do ensino-aprendizado de centenas de alunos nestes municípios.

Para reduzir custos operativos e das dificuldades de locomoção dos alunos foi adotado o sistema de classes multisseriadas, em que o professor tem que ministrar aulas para duas a quatro séries diferentes numa única sala. Essa estrutura organizativa dificulta e, até mesmo, inviabiliza os processos de ensino-aprendizagem, ao não possibilitar que o docente tenha condições de atender em tempo integral as dificuldades pertinentes a determinada série, pois, em seguida, terá que ministrar conteúdos para as outras séries, enquanto a primeira fica a espera até que possa ser auxiliada. Esse sistema multisseriado penaliza o aluno da área rural duplamente, primeiro que aos discentes não são oferecidas estruturas físicas e humanas adequadas para o pleno exercício do direito de frequentar a escola e poder aprender; segundo, o tempo “perdido” a espera do docente desestimula o aluno a esforçar-se nas atividades em sala, pois como são crianças em processo de formação, „entendem“ que aquele tempo „livre“ é para brincar ou realizar outras atividades, ao invés de aprender.

No que diz respeito à infraestrutura física das escolas, há enorme discrepâncias entre elas, pois algumas não possuem banheiros em condições de serem utilizados; quase a totalidade não possui bibliotecas; raríssimas contam com áreas adequadas destinadas as atividades de educação física, tais como quadra esportiva ou algum campinho de futebol de terra batida; algumas até apresentam sérios problemas de fornecimento de merenda para os alunos no horário do recreio, pois ocorrem violações e furtos dos alimentos nas cantinas escolares. Estes fatos fazem parte da realidade da população rural, sendo que o direito ao ensino público, gratuito e de qualidade é negado para os filhos de agricultores e demais pessoas que habitam as áreas rurais dos municípios de Itaipé e Carai.

Como meio de tentar reverter parte da situação deplorável do ensino municipal na área rural foram construídas, em algumas áreas, escolas nucleadas que possuem mais de uma sala de aula e permitem que a multisseriação seja reduzida ou mesmo que tenha uma série por sala. Esta possibilidade foi ensejada a partir da difusão do sistema de transporte de alunos da área rural, sendo que as prefeituras terceirizam parte do transporte e outra é realizada com os veículos oficiais. Isso permitiu dois processos importantes a partir do final da década de 1990, primeiramente possibilitou aos alunos que tinham finalizado a então 4ª série do ensino fundamental e estavam sem estudar devido à impossibilidade de se deslocar até as sedes municipais, voltassem à escola para continuar sua formação; enquanto que mais recentemente os alunos do (1ª ao 5ª ano) são transportados até as escolas nas áreas rurais, em grande parte dos Córregos. As escolas nucleadas têm permitido aos discentes que residem em áreas mais afastadas que as frequentem, fazendo com que algumas escolas multisseriadas deixem de existir, em específico no município de Carai.

No município de Itaipé, em 2014, havia na área rural 20 escolas pertencentes à rede de ensino público municipal, totalizando 708 matrículas de alunos do 1º ao 5º ano. Contudo, nas áreas próximas a cidade, os alunos frequentavam uma das duas escolas municipais existentes na sede do município, o que eleva a presença destes no total de discentes oriundos da zona rural, segundo informações repassadas pela Secretaria de Educação do município. No quadro 2 é apresentada a relação de escolas por Córrego no município de Itaipé³⁹.

Quadro 2 - Relação de escolas municipais na zona rural do município de Itaipé, por Córrego e número de alunos matriculados por escola (2014)

Escolas Municipais	Córrego	Alunos	Escolas Municipais	Córrego	Alunos
Profª. Doralice Luiz	Posses	45	Homero Luiz	Cascalho	23
Joaquim Luiz	Boa Sorte	20	José C. de Oliveira	Santa Rosa I	17
Antão Gonçalves	Santa Rosa III	26	José G. Santiago	Sapucaia	27
Antônio dos Santos	Santa Rosa II	34	José Ramos	Lages	81
Antônio dos Santos	Assentamento	33	Maria Ângela	Brejaúba	76
Antônio Inácio	Monte Alto	33	Maria Clemente Dias	Pedra D'Agua	71
Epaminondas Ramos	Limatão	11	Misterioso II	Misterioso	7
Felisbino Duarte	Rio Manso	31	Sabino Gomes	Baixão	22
Francisco Ferreira Silva	Lagedão	15	Simão Tavares	Pedra do Chifre	66
Germano Barbosa	Caroca II	54	Teodomiro Batista	Santa Rosa I	16
Total de alunos matriculados na área rural					708

Fonte: Trabalho Campo 2014; Secretaria Municipal de Educação de Itaipé

³⁹Optamos neste trabalho por não abordarmos as escolas públicas situadas nas sedes dos municípios, assim não constarão dados sobre as escolas municipais e estaduais presentes tanto em Itaipé, como em Carai.

Em sua totalidade, estas escolas caracterizam-se por serem multisseriadas, sendo que algumas possuem duas salas de aulas, como são os casos de Lages, Brejaúba, Pedra D'Água, Pedra do Chifre e Santa Rosa I (José C. Oliveira). Estas escolas são multisseriadas, havendo duas séries por sala ao mesmo tempo. Com exceção de Posses que funciona em dois períodos, todas as demais escolas funcionam com mais de duas séries por sala simultaneamente.

Destaca-se como emblemático o caso da escola Germano Barbosa (Caroca II) que foi inaugurada em 2002 e era para funcionar como nucleada para atender os alunos dos Córregos da Caroca, Pedra D'Água e Nogueira. Contudo, o prédio encontra-se parcialmente inutilizado, sendo que a maioria das salas não tem uso e está completamente deteriorada, além de não haver a nucleação como havia sido planejado na construção do edifício, pois os alunos dos outros Córregos estudam na escola sediada na Pedra D'Água⁴⁰.

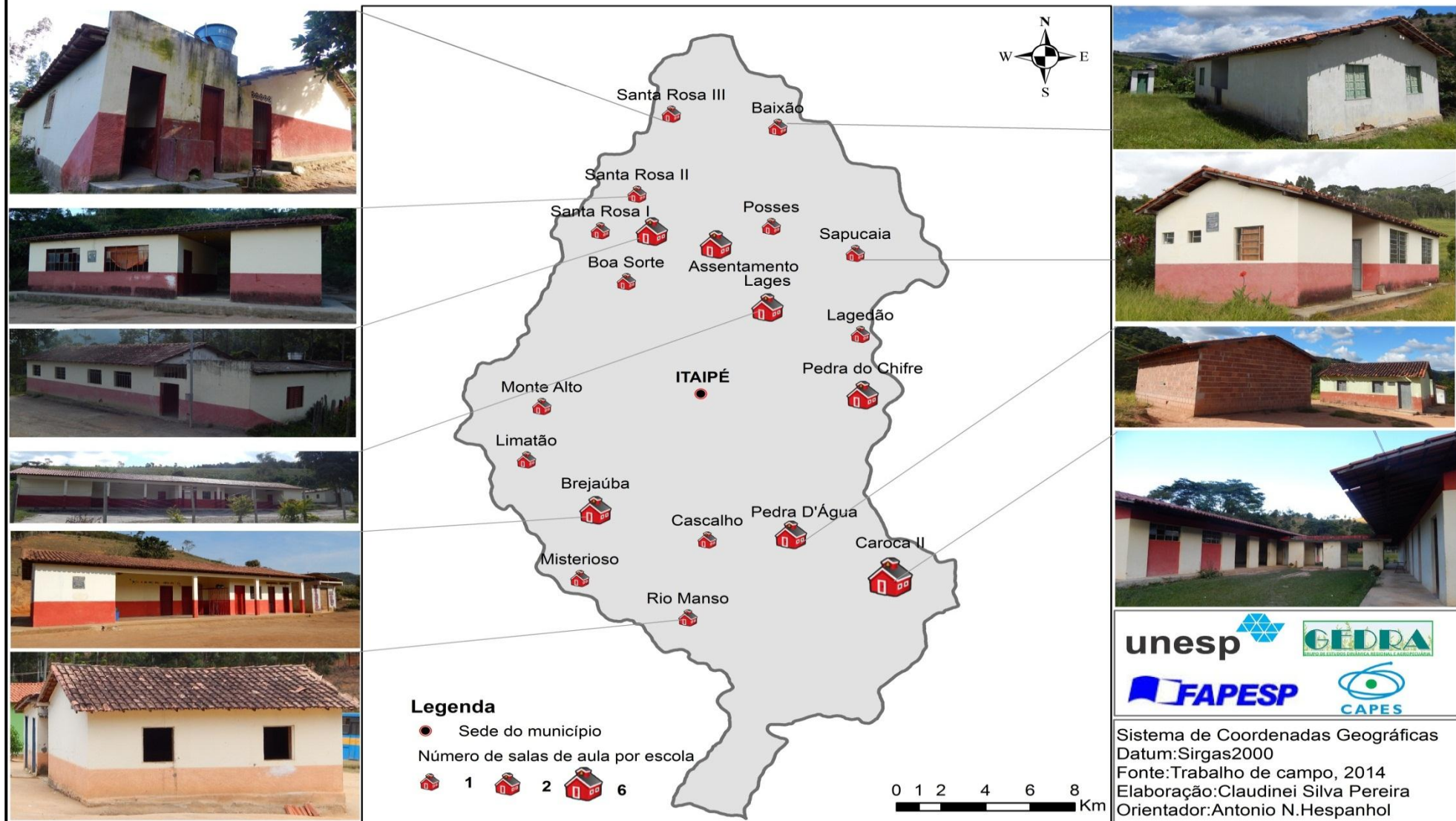
No Mapa 14 é indicada a localização das escolas municipais de Itaipé, por Córregos e classificadas de acordo com a quantidade de salas existentes. As imagens refletem o estado de conservação dos edifícios e as características físicas das mesmas.

No Córrego da Santa Rosa II, não há escola nucleada, porém está em processo de licitação o projeto de construção de uma que será construída e atenderá os alunos das imediações, com conseqüente fechamento das escolas multisseriadas destas localidades.

⁴⁰ Na pesquisa de campo tentamos entrevistar o secretário Municipal de Educação de Itaipé para sabermos as razões por que esta escola não estava funcionando como nucleada, contudo não conseguimos encontra-lo, seja por motivo de viagens, férias e por incompatibilidade de agenda nos dias em que podíamos estar na sede municipal.

MAPA 14

LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS NA ZONA RURAL EM ITAIPÉ (2014)



No município de Carai, devido a grande dispersão da população na área rural (Córregos e semiaglomeradas nos povoados e aglomerada nas áreas urbanas - vilas), as quais estão sendo consideradas como “espaços rurais adensados” neste trabalho, há além de escolas pertencentes à rede municipal de ensino, escolas estaduais com oferta de ensino fundamental e médio, além de creches municipais. Em virtude da redução da população estudantil em alguns Córregos, houve fechamento de três escolas situadas em Filisminos, Ponte do Piauí e Dos Rosas, como consequência da contração da natalidade e do êxodo rural. Já os povoados e vilas possuem escolas nucleadas que atendem aos alunos dos ciclos I, II e III do ensino fundamental, sendo que em muitas destas escolas, semelhante ao que ocorre em Itaipé, estão em péssimas condições de conservação e sem estruturas satisfatórias para a prática educacional. No Quadro 3 é apresentada a relação de escolas por localidade e alunos matriculados.

Quadro 3 - Relação de escolas municipais⁴¹, estaduais e creches por localidade no município de Carai, exceto sede municipal, e número de alunos matriculados (2013)

Escola	Localidade	Alunos	Escola	Localidade	Alunos
1º de Maio (Nucleada)	Vila Maranhão	400	Pandiá Calógeras	Fazenda S. Kerigma	16
13 de Maio	Dos Peniche	23	Presidente Kubistchek	Andorinhas	37
15 de Novembro (Nucleada)	Pov. Ribeirão Santana	435	São João Batista	Ribeirão de Capivara	8
Apolinário P. Barbosa	Vinhático	52	Santa Terezinha	Povoado Vila Nova	160
Apolônio Pereira	Ferreiras	12	Santo Antônio de Pádua	Santo Antônio	16
Arão Reis (Nucleada)	Povoado Santa Luzia	282	Santo Antônio de Pádua	Santo Antônio	17
Arnaldo José Ribeiro	Sumidouro	12	São João Batista	Santo Antônio de Elias	19
Arnaldo José Ribeiro	Gomes	27	São João Batista	Ribeiro de Capivara	13
Arthur Bernardes	Pará	96	Senhor do Bonfim	Batatal/Barra S.Cruz	75
Castro Alves	Barra do Engano	47	Tiradentes	Pau d' Alho	22
Castro Alves	Piauí	22	Virgílio de Melo Franco	Barreiras	8
Dr. Apolinário Pereira	Francesinha	24	Filismino	Filismino	Fechou
Dr. Arthur Bernardes	Dos Lopes	13	Santa Rosa	Dos Rosas	Fechou
Epitácio Pessoa	Boa Esperança	48	Santo Antônio de Pádua	Ponte do Piauí	Fechou
General Costa e Silva	Povoado dos Ribeiros	25	E. Estadual O. Tavares	Ponto Marambaia	s. dado
José de Souza	Engano	33	E. Estadual José Haas	Vila Marambainha	s. dado
José de Souza	Cava	15	Creche Vovô Josino	Povoado Vila Nova	17
José Moura	Cascalho	27	Creche Bom Jesus	Ponto Marambaia	54
Marilza Souza Santos	Fulgêncio	14	Creche Castrinho	Marambainha	30
Marilza Souza Santos	Santa Cruz	29	Creche Vovó Ricardina	Ponto Marambaia	20
Nossa senhora Aparecida	Ribeirão Vermelho	16	Creche Vó Marlene	Vila Maranhão	26
Oligário Marciel (Nucleada)	Povoado Queixadinha	208	Creche Lar Meninos	Vila Marambainha	19
Total de alunos na rede municipal e creches, exceto sede município.				2.425	

Fonte: Trabalho de Campo; Secretaria Municipal de Educação de Carai.

⁴¹ Algumas escolas o nome é repedido por estarem no mesmo Córrego ou próximo, no qual a Secretaria de Educação de Carai mantém a mesma nomenclatura.

Dada a redução de população jovem na área rural⁴², em razão da migração, do envelhecimento e da diminuição das taxas de fertilidades, as escolas rurais isoladas possuem poucos alunos, sendo que em alguns Córregos, tais como Ribeirão Capivara e Santo Antônio, as escolas são próximas, mesmo com poucos discentes. Contudo, a maior quantidade de escolas não significa acesso e garantia do direito à educação de boa qualidade.

No Mapa 15 são indicados os estabelecimentos de ensino público, por localidade em Carai, destacando se são multisseriadas, nucleadas e as escolas pertencentes à rede de Ensino Público Estadual.

Existem determinadas vertentes educativas que são contrários ao processo de nucleação das escolas rurais, por entenderem que retira do aluno parte do conhecimento local em relação ao espaço rural ao aplicar estruturas de ensino que são ditadas a partir da cidade para o campo, num mecanismo de educação impositiva do urbano para o rural. Acreditamos que a nucleação, dadas às condições atuais nos municípios de Carai e Itapé, com redução das taxas de fertilidade e redução relativa de pessoas por localidade, torna-se importante instrumento para melhorar estruturas físicas das escolas, pois aquelas mais isoladas e multisseriadas não possuem infraestrutura básica (biblioteca, quadra esportiva, uma série por sala de aula) e também retarda ou inibe processos de expansão de novas relações e interações de alunos com os de outros Córregos e localidades, pois os mesmos permanecem por quatro a cinco anos convivendo restritamente com colegas da vizinhança imediata. Já na escola nucleada têm-se melhores possibilidades de implantação de infraestrutura adequada, uma série por professor e redução de número de alunos por classe, corroborando nos processos de ensino-aprendizagem e permitindo que os discentes aumentem seus repertórios culturais e de convivência por estarem constantemente interagindo com novas pessoas, além de melhorar a eficácia dos investimentos na qualificação do corpo docente, da infraestrutura e de recursos humanos em geral.

Para que possa garantir o acesso dos alunos nestas escolas nucleadas na área rural e situadas nas áreas urbanas é urgente o investimento na melhoria das condições de trafegabilidade das estradas rurais, pois alguns trechos são muito sinuosos, e na época das chuvas é comum não haver transporte para os alunos da área rural devido o barro na estrada, e quando há, eleva consideravelmente o risco de acidentes no transporte dos alunos.

⁴² Na tabela anterior que trata da distribuição da população por situação de domicílio entre os Censos de 2000 a 2010, mostramos que a faixa etária entre 0 a 9 anos teve recuo no período, e é esta faixa etária que majoritariamente estuda nas escolas multisseriadas que compõe o ciclo I do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

MAPA 15

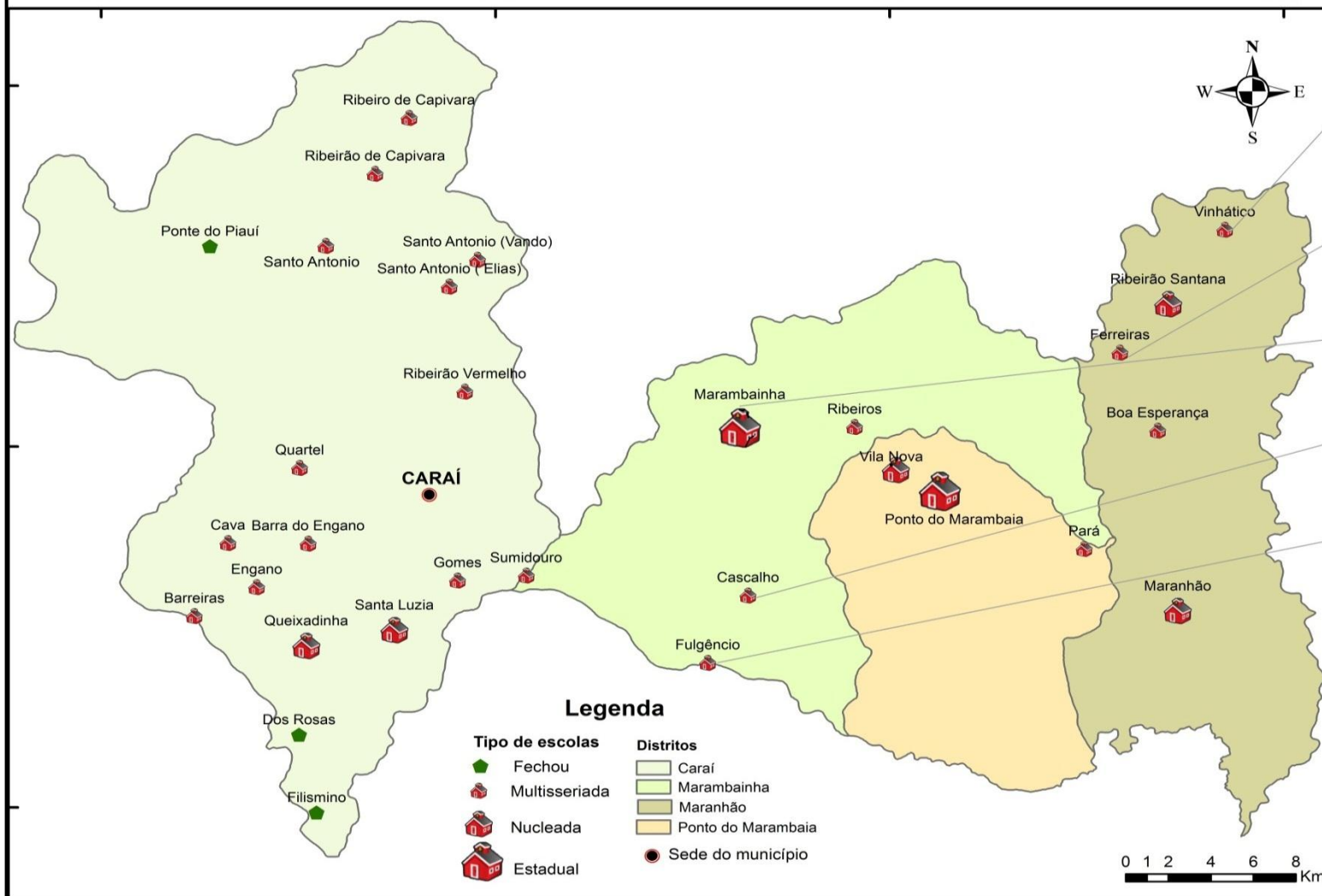
ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS NAS ÁREAS RURAIS E VILAS DO MUNICÍPIO DE CARAÍ (2014)

41°50'W

41°40'W

41°30'W

41°20'W



S. Coordenadas Geográficas
 Datum: Sirgas 2000
 Fonte: Trabalho de Campo, 2014 e
 Secretaria de Educação de Carai
 Base cartográfica: IBGE
 Elaboração: Claudinei S. Pereira
 Orientação: Antonio N. Hespanhol

Obs. Algumas escolas rurais não constam no mapa

Além das más condições das estradas, surgem dificuldades atreladas a maior presença de alunos da área rural e das longas distâncias de suas residências até a escola na sede municipal. Assim, seria aconselhável e prudente alterar o horário de início das aulas, pois como as aulas começam às 07h00min da manhã, centenas de crianças e jovens têm que acordar muito cedo, alguns às 4 horas da madrugada, para se deslocar até o local onde passa o ônibus na estrada principal⁴³.

A formação educacional gratuita e de qualidade deve ser uma obrigação constante do Estado, ao permitir que as pessoas, além de frequentarem a escola possam estar em constante processo de aprendizagem e possibilite formação cidadã que transforme os indivíduos e os locais onde vivem. Para isso, requer maiores investimentos em infraestrutura física, em aprimoramento dos recursos humanos e que deem à devida importância a educação, pois por meio dela forma-se o elo mais sólido e duradouro para fomentar mudanças sociais e éticas numa sociedade (FREIRE, 2001).

A perspectiva de mudanças passa pelo reconhecimento e vontade política de atuar sobre as desigualdades relativas e reais entre as localidades e sujeitos, propor e promover instrumentos por meio de políticas públicas adequadas que reduzam tais diferenças nestes municípios, para que seja fortalecido o direito de acesso, permanência e de geração de conhecimentos que a escola nas suas relações com os indivíduos são capazes de promover.

A partir das características que expusemos ao longo deste capítulo sobre população e das estruturas produtivas nestes municípios, os capítulos seguintes versarão sobre as políticas públicas governamentais que foram ou estão sendo executadas na área rural. Daremos primeiramente enfoque para os programas direcionados a garantia de acesso a serviços básicos, construção de novas estruturas produtivas, e encerraremos com as infraestruturas de acesso à água.

⁴³ Esses casos nos foram relatados por moradores do Córrego Capivara, no qual o pai todos os dias tinha que levar o filho de moto até o trecho onde o ônibus escolar passava. Nos Córregos do Ribeirão Capivara, Barreiras, Filisminos em períodos de chuvas, os alunos chegavam a ficar mais de uma semana sem frequentarem as aulas devido à impossibilidade de circulação dos veículos escolares.

CAPÍTULO III

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DE ITAIPÉ E CARAÍ

Um desses sonhos porque lutar, sonho possível mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa.

Paulo Freire, 2011.

Analisaremos neste capítulo as políticas públicas executadas no âmbito do Programa Territórios da Cidadania do Vale do Mucuri, bem como o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para tanto, iniciamos com uma breve discussão sobre as políticas públicas executadas no Brasil nas últimas duas décadas, em particular daquelas em que a abordagem do desenvolvimento territorial ganhou expressividade e foi a base conceitual para os programas analisados.

3.1. Abordagens sobre desenvolvimento e território

O neoliberalismo ao engendrar o enfraquecimento dos Estados nacionais e de suas responsabilidades, reforçou as perspectivas do poder local e das ideias de desenvolvimento local e regional. Assim, o Estado nacional reduz a capacidade de ser o regulador e proponente de estruturas macroeconômicas, que são os instrumentos básicos das políticas de desenvolvimento. A crescente valorização das forças endógenas ou locais, ao passo que diminui a importância das forças exógenas e das escalas regional e nacional, fundamenta as diversas dinâmicas que corroboram para a construção de novas estruturas sociais e econômicas. O desenvolvimento como instrumento e estratégia política não pode negar ou relativizar as hierarquias, os microprocessos e, menos ainda, os macroprocessos. A escolha por uma escala espacial em detrimento das demais distorce as forças político-sociais atuantes (BRANDÃO, 2007).

Para o autor, o atraso social e as enormes desigualdades no país requerem, para sua redução, o enfrentamento das forças conservadoras que comandam o Estado. Assim,

Formular projetos de desenvolvimento envolve, necessariamente, trabalhar nessas duas frentes simultâneas, construindo e destruindo consensos e arranjos políticos, pois o processo de desenvolvimento é intrinsecamente marcado por tensões. Distorcer a correlação de forças sociais e políticas conservadoras requer manejar políticas e projetos em diversas escalas espaciais (BRANDÃO, 2007, p.33).

Desta forma, as políticas de desenvolvimento local só fazem sentido e terão eficácia se forem articuladas com as políticas de âmbito regional e nacional. As especificidades dos problemas e a implementação das políticas devem ser construídas em múltiplas escalas, contudo, enfatizando a regional e nacional como centrais na conformação de arranjos organizacionais e macroeconômicos que possibilitem que a escala local cumpra funções importantes na gestão e promoção do desenvolvimento, porém não sendo esta que trará a resolução dos conflitos e do embate das forças conservadoras.

A sociedade organizada demanda a compreensão das hierarquias e das imposições políticas e sociais, de geração e apropriação desiguais das riquezas para, assim, buscar construir novos instrumentos e ações de enfrentamento das desigualdades.

A perspectiva do território como fundamento das políticas públicas, se intensificou no Brasil, a partir da década de 1990. O Estado direcionou aos sujeitos locais (indivíduos e empresas) participação na elaboração de políticas públicas, além de delegar novas funções aos entes estaduais e municipais. Contudo, a abordagem de território empregada nas políticas públicas é diferente da que é feita na academia, que tem caráter teórico e de disputas de poder, pois para o Estado o território é entendido como o recorte espacial para a atuação das instituições envolvidas, tendo os municípios como área onde são realizados os investimentos dos recursos financeiros (R. HESPANHOL, 2010).

Assim, é crescente a participação da sociedade organizada que se fundamenta na gestão de projetos de âmbito local e acaba assumindo responsabilidades que eram ou deveriam ser do Estado. A nova governança surge no território e se sustenta no discurso político em virtude da concertação social, da tentativa de afirmação de pacto entre classes e de parcerias público-privadas que melhorariam a eficácia das ações. Esse novo jogo de arranjos políticos, ao afirmar a escala local como potencializadora de melhorias e interações, esquece e, até mesmo ignora, as disputas e interesses de classes que fortemente influenciam e desequilibram as relações de forças no âmbito territorial (BRANDÃO, 2007; ORTEGA, 2008).

Além das abordagens sobre território e desenvolvimento, a compreensão do espaço e das diversas relações que nele ocorrem, requer que examinemos as múltiplas interações

relativas aos aspectos sociais, econômicos e históricos. Haesbaert (2010, p.20) enfatiza as relações entre homem e espaço, entendendo que um contexto geográfico se constrói da inegável interação e junção, considerando que “sociedade e espaço social são dimensões gêmeas” que envolvem o conjunto de elementos social, espacial e relacional na formação de um território. Raffestin (1993), por sua vez, ao discorrer sobre as dimensionalidades e ações que ocorrem nos espaços, trata das possibilidades e das formas como os sujeitos às executam, por meio do poder. Assim, distingue duas formas de poder: a primeira escrita com letra maiúscula “Poder” é formada pelo “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado”, já na segunda concepção, a de “poder”, escrito em letra minúscula, é concernente às ações promovidas por atores não pertencentes às estruturas institucionais do Estado.

Segundo Raffestin (1993, p.52) distinguir as formas de poder é fundamental para que compreendamos como são construídas as relações em dado espaço, por entender que “poder é parte intrínseca de toda relação”, sendo a partir dela construído o território. O mesmo autor frisa ainda que o Poder se “manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos naturais”. O conjunto de interações e de elementos constantes numa relação, bem como o objetivo que as fundamenta, visam alcançar a multidimensionalidade do poder, enquanto instrumento de ação prática do Estado e dos demais sujeitos, que podem ser empresas, associação de moradores e mesmo indivíduos na transformação de um espaço, territorializando, desta forma, seus objetivos.

Para Saquet (2007) o território ganhou relevância nos estudos geográficos em razão das suas múltiplas possibilidades de compreender e perceber as relações que se dão entre os locais e entre os agentes sociais ao longo do tempo. Desta forma,

O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). No território há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (SAQUET, 2007, p. 56).

A concepção de território está vinculada aos processos históricos e de identidade, nos quais os sujeitos constroem, na interação com o espaço, peculiaridades específicas, gerando territorialidades, valores e significados diferentes para estes grupos, tendo em vista que há temporalidades distintas entre os lugares. Ainda, as forças que atuam em dado território realizam-se mediante um espaço de disputas, pois entende que o território é um campo de poder.

A construção de escalas de compreensão e de atuação, como propõe Smith (2000), pode ser rearticulada a partir dos sujeitos, que ao tomarem consciência de sua capacidade de ação podem construir novas formas de interpretação de suas realidades e serem protagonistas de uma nova realidade. Contudo, as disputas de poder são realizadas por diferentes sujeitos de matrizes ideológicas e instâncias governamentais, dificultam processos de cooperação entre os sujeitos locais na implementação de instrumentos que gerem melhorias sociais para a população de maior vulnerabilidade e não apenas para os integrantes das estruturas política e econômica dominantes. Estes elementos são essenciais para entendimento de como os diferentes níveis de atuação do Estado e dos grupos dominantes se fazem presentes.

Para Rua (2005, p. 4), a incorporação em espiral do desenvolvimento capitalista gera territorialidades novas (dominantes e dominados), articuladas, mas permanecendo desiguais no movimento de expansão horizontal e no seu acúmulo de verticalidades. Assim, a implantação de políticas públicas pelo Estado tem uma verticalidade na sua elaboração que acaba por esconder as diferenças existentes no território e da diversidade de realidades nas escalas locais.

Contrapor este jogo de escalas não é uma tarefa fácil, dada à dimensão territorial do país e as enormes discrepâncias socioeconômicas existentes entre os lugares. Brandão (2007, p. 29) mostra que as políticas de desenvolvimento capitalista sempre priorizaram a ação na escala local, em função de maximizar seus fatores de produção e relegaram a escala regional e nacional que possibilitariam a conformação de um modelo econômico mais justo. Salienta também a necessidade de se pensar e atuar numa lógica que resgate “determinações estruturais para se pensar a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista”. Já Smith (2000) entende que uma cultura política adequada deverá levar questões espaciais como preocupação fundamental para a organização de ações que deem aos sujeitos maior capacidade de atuar sobre políticas e ações que os afetem.

Arretche (1996, p.5) ao associar democracia e participação da população na decisão e na escolha de políticas, questiona se o processo de descentralização, que ocorreu no Brasil a partir de 1988, possibilitou maior controle da população sobre os órgãos públicos. Para a autora, um poder centralizado não é sinônimo de autoritarismo, ao mesmo tempo em que seu inverso, a descentralização, não se converte automaticamente em controle da gestão dos bens públicos pela população, em que pese na escala local a maior força dos grupos oligárquicos e de uma elite privilegiada que impõe seus mandonismos às instâncias públicas. Deste modo, “é

a concretização de princípios democráticos nas instituições políticas de nível de governo que define seu caráter, e não a escala ou âmbito das decisões⁴⁴”.

A partir do conjunto de possibilidades interpretativas sobre espaço, Estado, Governo, políticas públicas e atuação dos sujeitos sociais, tendo como parâmetro as regionalizações consideradas no capítulo I, analisaremos como as políticas públicas executadas nos âmbitos federal, estadual e municipal vêm sendo implementadas e quais as realidades que elas intervêm e os desdobramentos para os agricultores familiares, de forma específica, e para o espaço rural como um todo nos municípios de Carai e Itaipé.

Deste modo, iniciamos com a formação das associações de agricultores, pois foi através delas que as políticas na abordagem do desenvolvimento local foram executadas nestes municípios.

3.2. Associações de agricultores e associação educacional

O associativismo é uma modalidade de organização social que contempla, entre outras formas de organização, o cooperativismo, as organizações não governamentais (ONGs), associações de bairros, associações de produtores e moradores das áreas rurais, e tem como característica a participação (OLIVEIRA, 2010). Segundo Gohn (2011) estas organizações são parte da sociedade civil⁴⁵ e suas ações coletivas compõe o chamado terceiro setor da sociedade.

Para Gohn (2008, p. 30) participação é

Um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação, mas a uma forma específica, que leva à mudança e a transformação social.

Para Rahnema (2000) participação surgiu como conceito utilizado pelas agências internacionais e pelo Banco Mundial que financiaram projetos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, ao longo de várias décadas, e observaram que os projetos tinham

⁴⁴ Adiante quando analisarmos os diferentes programas de âmbito estadual e federal observaremos que a escala de formulação das políticas é essencial para compreender os êxitos e fracassos das ações, pois a forma que a política é implementada e suas especificidades está relacionada com as instituições que as executam e os objetivos que buscam. Assim, reside à importância de abordarmos as políticas públicas e a região e as formas que as mesmas são implementadas.

⁴⁵ Utilizamos a concepção de Gohn (2008) sociedade civil é formada pelo conjunto de movimentos não pertencentes às estruturas do Estado, que buscam por meio do associativismo e de organizações não governamentais (ONGs) lutarem para que o povo ocupe espaços nas estruturas políticas do Estado.

fracassado, entre outros motivos, devido ao fato de terem excluído o público alvo das estratégias do processo de elaboração e implementação das ações. Assim, a partir da década de 1980, governos e instituições ligadas ao desenvolvimento passam a fomentar a participação como estratégia para legitimar a eficácia dos projetos.

Ainda de acordo com Rahnema (2000, p.192-3), há seis razões que fizeram com que a participação ganhasse notoriedade no discurso governamental e das agências internacionais, lembrando que com a fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o declínio do socialismo, a participação social deixou de ser uma ameaça para o sistema capitalista. Assim, a participação tornou-se um *slogan* politicamente atraente para os governos, pois “criam sentimentos de cumplicidade entre os fabricantes oficiais de ilusões e seus consumidores”; e a participação tem se tornado um meio excelente de atrair recursos financeiros por governos e organizações privadas que apostam no lema da participação social como método de implantação dos projetos e mecanismo de superação da pobreza em todas as suas manifestações.

No Brasil, a participação social via associativismo rural vinculada às formas de comercialização dos produtos agrícolas e de organização dos agricultores, segundo Pinheiro (2001) e Oliveira (2010), foi expandida a partir da década de 1980, devido às dificuldades de inserção dos produtos agrícolas dos pequenos produtores no mercado, e também, em parte, ao incentivo do Estado a esta forma de organização para que pudessem acessar as políticas públicas que vinham se expandindo. Ademais, o Banco Mundial também teve papel importante ao financiar projetos para a área rural no Brasil, exigindo como contrapartida a participação social na elaboração dos projetos.

Para Pinheiro (2001, p. 344), o associativismo rural:

Foi um dos movimentos que colocaram em discussão a questão da participação política relacionada à descentralização, visto que uma das suas principais características têm sido a proximidade com as prefeituras municipais e demais instâncias da vida local. A busca de canais de articulação com as administrações municipais tem como pressuposto que esse nível do Estado é o mais acessível para o encaminhamento das demandas das comunidades e, especialmente, dos movimentos sociais mais organizados.

Ao longo da década de 1990, os técnicos extensionistas atuaram como “animadores culturais” promovendo reuniões com os agricultores e os incentivando a participarem de organizações comunitárias, como mecanismo de acesso as políticas públicas para a agricultura que vinham sendo fomentadas.

Nos municípios de Itaipé e Caraí a origem das primeiras associações comunitárias remonta ao início da década de 1990, quando foram criadas a Associação dos Pequenos Produtores da Brejaúba, a Associação dos Pequenos Produtores e Moradores da Santa Rosa II e a Associação Comunitária do Córrego da Boa Sorte, em Itaipé, enquanto no município de Caraí foram criadas a Associação do Córrego do Engano e a Associação Comunitária de Marambainha.

Os escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) nos dois municípios, bem como as respectivas secretarias de agricultura, já na década de 2000, incentivaram a formação das associações comunitárias pelos agricultores, sendo que muitas se constituíram, porém após anos de existência, diante do fato de que os associados não receberam nenhum tipo de benefício, muitos deixam de frequentar as reuniões, o que veio a acarretar a interrupção do funcionamento daquelas associações que tinham poucos filiados. Essas organizações, em sua maioria, se denominam como associações de pequenos produtores e moradores, e suas ações são direcionadas para articular e organizar os filiados em torno do acesso a determinadas infraestruturas financiadas por programas governamentais.

A escala geográfica de atuação destas associações restringe-se aos Córregos onde estão sediadas, e não se estruturam em torno de um projeto político definido ou visam agregar poder para lutarem contra as estruturas impostas. A concepção de projeto político que referimos é aquele preconizado por Gohn (2008):

O projeto político: não é um conjunto consolidado de visões ou valores algo estático. É dinâmico e histórico, altera-se permanentemente segundo a correlação de forças atuantes na sociedade, tanto civil quanto política, dado pelo campo de disputas existentes permanentemente, em busca da criação de consensos, legitimidades, direção etc. dos projetos políticos mais amplos, desenvolvida pelos sujeitos sociopolíticos relevantes presentes em contextos históricos específicos (GOHN, 2008, p. 37).

Diante do fato das associações comunitárias terem surgido com claras intenções de se beneficiarem de algum programa governamental e não como movimento político que buscasse questionar as estruturas de poder e dar outros sentidos para a política municipal, é expressivo o seu número nos municípios de Itaipé e Caraí, bem como a ausência, por exemplo, de associação de produtores voltadas a organização da produção e comercialização dos produtos agropecuários⁴⁶.

⁴⁶ Entrevistamos presidentes de quatro associações de agricultores, sendo duas em cada município. Em Itaipé foram a Associação dos Pequenos Agricultores e Moradores da Santa Rosa II e a Associação dos Moradores e

Assim, para o município de Itaipé em 2014, segundo o escritório local da EMATER, havia 17 associações voltadas à agropecuária no município, além da AEFACIL intermunicipal que atua na área educacional. Das associações restritas em termos de atuação, a Associação dos Produtores de Leite de Itaipé, situada no Córrego do Baixão foi criada para pleitear a aquisição de um tanque de resfriamento de leite no âmbito do Programa Minas Sem Fome; enquanto que a Associação dos Apicultores de Itaipé foi organizada para receber do Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) um kit e instrumentos para processar mel e está sediada no Córrego do Limatão.

Em 2014 em Carai, de acordo com o escritório local da EMATER, existia 35 associações comunitárias de agricultores. Algumas destas associações têm área de atuação que abrange mais de um Córrego, principalmente aquelas que se organizam como associações de maquinários⁴⁷ (tratores) tais como a Associação Comunitária de Marambainha, a Associação Comunitária Barra do Engano e Associação Comunitária do Córrego do Vinhático. As demais são restritas na escala do seu respectivo Córrego e atuam na articulação dos moradores para resolverem demandas específicas das localidades, tais como participar de um projeto para abastecimento de água, construção de farinheira comunitária e mesmo aquelas que se constituíram para pleitear alguma infraestrutura coletiva, mas que não haviam sido beneficiadas.

Segundo Faundez (1993) a participação social em organizações populares é um processo que possibilita a formação da consciência política e de mecanismos de atuação ao questionar os poderes vigentes, além de agregar forças para proposição de novas formas de ação. Para tanto, os participantes devem estar cientes dos significados que buscam construir e daqueles que querem rejeitar. Sobre esta questão, reside a ação de conhecer e de se educar que é de ordem política, para lutar contra a dominação social que se expressa nas relações de um grupo sobre os demais. Assim, a participação se constrói na criação de novos conhecimentos, na escolha das necessidades essenciais da comunidade e na busca de soluções para transformação da realidade local e também municipal.

Nas associações há dificuldade de renovação da diretoria, principalmente do presidente, pois o mesmo deve ser o responsável por participar dos acontecimentos políticos

Pequenos Produtores Rurais de Santa Rosa I. Em Carai foram a Associação Comunitária do Córrego Suassuí e a Associação Comunitária da Barra do Engano. Os presidentes relataram as dificuldades que têm de organizarem os agricultores e os fazerem participar das reuniões, assim como as dificuldades de buscarem estratégias para a melhoria das localidades.

⁴⁷ Araújo (2005) caracterizou como associação de máquinas aquelas organizações de agricultores que se estruturam em torno de maquinários, tais como tratores de preparo de solo, plantadeiras, transporte onde os sócios usufruem destes serviços e sua atuação política está direcionada para garantir o acesso a estes equipamentos.

no município e conduzir as reuniões na associação. Assim, são poucas as pessoas que se dispõem a assumir as funções burocráticas e políticas, o que vem ocasionando a baixa participação dos associados e muitas delas por não conseguirem um “líder” acabam por interromper suas atividades. Isso é muito comum nos municípios de Itaipé e Carai, que do ponto de vista legal a associação existe, mas na prática não vem ocorrendo reuniões e muitas até não as realizam mais⁴⁸.

Nos formulários aplicados, os entrevistados afirmaram que pelo menos um dos residentes era vinculado à associação de agricultores e também ao sindicato dos trabalhadores rurais (Quadro 4). A predominância dos filiados ao sindicato se dá pelo fato de que é que por meio dele que o trabalhador rural tem seus direitos assegurados no que concerne à comprovação de tempo de atividade para se aposentar junto a Previdência Social, além de no caso de eventualmente ficar enfermo ou sofrer acidentes no trabalho, poderá requisitar ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) o auxílio-doença. E para as mulheres gestantes, também é assegurado o auxílio-maternidade. Desta forma, são estes fatores que colaboram para a maior adesão dos agricultores ao sindicato de classe⁴⁹, do que aqueles vinculados as associações.

Quadro 4. Número de agricultores pesquisados que são filiados ou não filiados às associações e aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nos municípios de Itaipé e Carai (2014)

Município	Associação de agricultores		Sindicato dos Trabalhadores Rurais		Total de formulários aplicados
	Participa	Não participa	Filiado	Não filiado	
Itaipé	57	63	89	31	120
Carai	36	52	58	30	88

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A organização dos agricultores familiares por meio de associação comunitária e mesmo de produção são meios que possibilitariam que estes sujeitos coletivamente fortalecessem a consciência de classe e construíssem novas escalas geográficas de atuação, que não se restringisse apenas a escala do Córrego onde residem seus associados, mas que passassem a atuar na escala do município para pressionar o poder estatal constituído a dar

⁴⁸ São poucas aquelas associações que detêm sede própria, sendo comum que os lugares de reuniões sejam em escolas e em sedes de igrejas católica e evangélicas. A periodicidade das reuniões varia a cada dois meses, enquanto que outras já tinham mais de um ano que não as realizavam.

⁴⁹ Tentamos conseguir junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itaipé e o de Carai a relação de sócios, porém não foi possível realizar o levantamento, pois o banco de dados destas instituições não é informatizado e não havia atualização de cadastros. Os registros remetem desde a década de 1980 quando foram fundados os sindicatos nos municípios. Assim, consta no registro pessoas que já faleceram ou mesmo que não mais pagam as mensalidades ou residem nos municípios.

novos sentidos para suas lutas e, conseqüentemente que as organizações rurais façam parte das estruturas do Estado em que terão voz para definirem conjuntamente as políticas públicas para o espaço rural como um todo no município (SMITH, 2000).

Faundez (1993) enfatiza o poder da organização social como instrumento de reforço do poder e de luta contra as imposições sociais das elites políticas e econômicas. Assim:

De nossa parte, pensamos que o autoconhecimento do próprio ser coletivo é que é fundamental. Sem a participação do “animador coletivo” em seu próprio conhecimento e sem uma clara tomada de consciência de si mesmo, não será possível evitar as relações de poder de uma minoria sobre o conjunto da comunidade. Sem uma participação coletiva, crítica, criadora e permanente, não é possível, a nosso ver, descobrir as questões essenciais, nem as respostas adequadas que permitirão construir uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária (FAUNDEZ, 1993, p. 69).

As associações podem contribuir para formar uma nova cultura política, reforçando sua participação nos espaços de representação política e colaborando para reduzir o poder das prefeituras de decidir sobre quais políticas serão direcionadas para a área rural, poderão tornar-se espaços de reforço do poder dos agricultores para reivindicar e exigir do poder municipal investimentos em infraestruturas na área rural, como melhorias de estradas que facilitem a mobilidade das pessoas, reformas e aquisição de equipamentos para as escolas, e até mesmo apoiar os agricultores com assistência técnica, bem como construir canais de escoamento e comercialização de seus produtos. Assim, as associações poderão se tornar instituições de empoderamento dos agricultores para construção de conhecimentos individual e coletivo que permitam mudanças nas formas de produção e comercialização agrícola e imponha na escala municipal novas formas de relações políticas com as prefeituras e as elites locais.

As diversas associações de agricultores existentes em Carai e Itaipé, desde a década de 1990, foram beneficiadas com infraestruturas coletivas, seja vinculada a melhorias das condições produtivas ou domiciliares. Devido a impossibilidade de abordar individualmente cada associação, destacaremos os programas governamentais executados nas áreas rurais dos municípios, e na medida do possível, destacaremos qual foi a participação ou não das associações de agricultores na proposição ou intermediação da respectiva política pública.

3.3. O Programa Territórios da Cidadania

O Programa Territórios da Cidadania é uma política do Governo Federal instituída em 2008 que visa criar, por meio dos órgãos públicos federais, instrumentos para melhorar as condições de vida e o acesso a bens e serviços públicos básicos nos municípios de menor dinamismo econômico e escassa infraestrutura pública. Este programa ampliou as funções que o Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), exercia nas áreas rurais, efetivando políticas públicas para áreas rurais como urbanas.

Em razão da atuação de diversos movimentos da sociedade civil organizada, pressionando o governo federal a incorporar novas demandas e necessidades da população mais vulnerável, o governo desta forma amplia as perspectivas do desenvolvimento territorial constante no Programa Territórios Rurais para os atuais Territórios da Cidadania. Para isso, modificou a abrangência das ações a serem desenvolvidas nestas áreas delimitadas, assim como ampliou os Ministérios, que passam então a desempenhar funções que vão além do espaço rural e envolve as áreas urbanas.

O programa passa, dessa forma, a atuar a partir de três eixos: ação produtiva, cidadania e infraestrutura que orientarão as ações dos Ministérios na efetivação das políticas para os Territórios da Cidadania (BRASIL, 2008), que tem a coordenação nacional executada pela Casa Civil da Presidência da República, enquanto que a seleção dos Territórios ficou a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A concepção adotada no gerenciamento deste programa é a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial, buscando estimular a participação de sujeitos locais na promoção de estratégias que visem desenvolver as potencialidades de geração de renda e de melhorias na qualidade de vida. Segundo Hespanhol (2008) a abordagem ascendente do desenvolvimento foi preconizada na União Europeia e posteriormente as agências internacionais como o Banco Mundial, começaram a exigir que países em desenvolvimento a adotassem como instrumento de combate à pobreza, de valorização do capital humano e social nas localidades. Para tanto, ainda segundo este autor, não se levou em conta as especificidades entre as realidades, o que torna fator agravante para o efetivo sucesso destes programas.

A escolha dos municípios para integrarem o Programa Territórios da Cidadania está diretamente relacionada a indicadores socioeconômicos, tais como: menor índice de

desenvolvimento humano, baixa densidade demográfica, baixo índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, elevada concentração de agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária, existência de populações tradicionais, quilombolas e indígenas (BRASIL, 2008).

No Decreto de criação dos Territórios da Cidadania, Art. 1º, inciso 2º consta “Os Municípios que compõem os Territórios da Cidadania serão agrupados segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial”.

Echeverri (2010) descreve assim a fundamentação dos Territórios da Cidadania:

Os objetivos do Programa se relacionam mais diretamente com as metas de superação de pobreza e se identifica como uma estratégia diferenciada para atenção às populações mais vulneráveis, tanto em termos regionais, como de grupo social. Especificamente, é proposta a superação da pobreza e a geração de trabalho e renda por meio da inclusão produtiva dos mais pobres, a integração das políticas públicas em um marco de planejamento territorial, ampliação dos mecanismos de participação social e a universalização da oferta de programas de cidadania, ou seja, de reconhecimento e garantia dos direitos (ECHEVERRI, 2010, p.105).

Neste programa utiliza-se do conceito de território como elemento aglutinador dos municípios e sujeitos sociais que construiriam relações sociais, econômicas, culturais, históricas semelhantes e que poderiam potencializar ações e projetos de desenvolvimento territorial na área. Passaria então de uma visão setorial das políticas para uma perspectiva multidimensional, com objetivo de acelerar a superação da pobreza e da desigualdade no território. Entretanto, a própria concepção de desenvolvimento preconizada está muito associada à renda, visto que a perspectiva é de criação de riquezas, dando menor relevância para outras dimensões sociais de suma importância para o conjunto das populações, tais como as tradições e mesmo uma lógica de viver diferente, pois para os órgãos estatísticos e governamentais a riqueza é monetária, mensurada pelo PIB *per capita* municipal e os padrões de referência de sociabilidade são aqueles difundidos pelos países centrais.

Sen (2010) também é contrário à perspectiva do desenvolvimento como um modelo social baseado na vertente da renda. Para ele, a perspectiva do sujeito deve ser pensada a partir da liberdade, considerando a capacidade dos sujeitos de viverem uma vida digna e de terem a possibilidade de realizar escolhas individuais ou coletivas. Assim,

O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades

humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (SEN, 2010, p. 16).

Analisar as políticas de desenvolvimento territorial e suas vertentes locais requer que façamos correlações entre elementos populacionais, econômicos, rede urbana, agropecuária e infraestruturas de transporte, comunicação e modos de organização social, pois só assim teremos condições de debruçar sobre as reais implicações e transformação socioeconômicas que as novas abordagens das políticas públicas vêm suscitando, dentre elas a enorme tendência de vislumbrar a escala local e seus habitantes como os principais responsáveis pelos possíveis sucessos e fracassos dos programas governamentais.

A escala local é importante porque permite que as pessoas participem da organização de certos espaços e da política comunitária e municipal, mas são meios insuficientes para reverterem processos alicerçados na deficiência de infraestruturas, mercado de trabalho e de rendas concentradas, sendo que para isso deve se articular com as escalas regional e nacional, devendo ser construídos elementos de redistribuição das riquezas e de políticas estruturantes para o país.

Além da restrição da escala local, a própria perspectiva de desenvolvimento não está bem fundamentada nas práticas dos órgãos públicos e dos programas e projetos de governos, muitas das vezes redutíveis à dimensão econômica, enquanto que noutras se fundamentam aspectos concernentes ao meio ambiente e educação, mas que, na prática, estão mais na incorporação de discursos do que de ações efetivas para alcançá-las. Contudo, consideramos o desenvolvimento como estratégia política com as fundamentações concernentes ao desencadeamento de maiores possibilidades e liberdades para os indivíduos, tal como postulou Sen (2010), ao vislumbrar investimentos nas pessoas e na busca por uma sociedade justa, tanto na dimensão econômica como das reais condições de participação política, social e cultural, por meio do desenvolvimento das capacidades dos indivíduos.

A partir das concepções de desenvolvimento territorial, com a participação dos sujeitos locais difundida pelo Programa Territórios da Cidadania, buscamos entender seus desdobramentos na prática, a partir da experiência que vem sendo executada por intermédio da Escola Família Agrícola Caraiá, Catuji, Itaipé e Ladainha (EFACIL) que integra o Território da Cidadania do Vale do Mucuri.

3.3.1. Formação do Território da Cidadania do Vale do Mucuri

O Território da Cidadania do Vale do Mucuri (TCVM) foi instituído no ano de 2008, tendo sido organizado como território em 2003, quando a Associação dos Municípios do Vale do Mucuri (AMUC) submeteu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o plano de instalação do Território Rural do Mucuri. Desta forma, este território surgiu do anseio dos representantes dos municípios que almejavam acessar os recursos do MDA, via PRONAF-Infraestrutura e Serviços Municipais, não levando em consideração os elementos de vínculos históricos, identidade e de participação dos setores representativos da agricultura familiar na promoção deste Território (CAI-MUCURI, 2011). Sua organização operacional se fez envolvendo a AMUC e o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (IDENE) e, posteriormente, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER - MG).

Em 2008, quando houve a modificação do enfoque de política rural para a política da cidadania, outras organizações representativas da agricultura familiar, como a Associação Regional Mucuri de Cooperação de Pequenos Agricultores (ARMICOPA) e setores urbanos foram inseridos no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER).

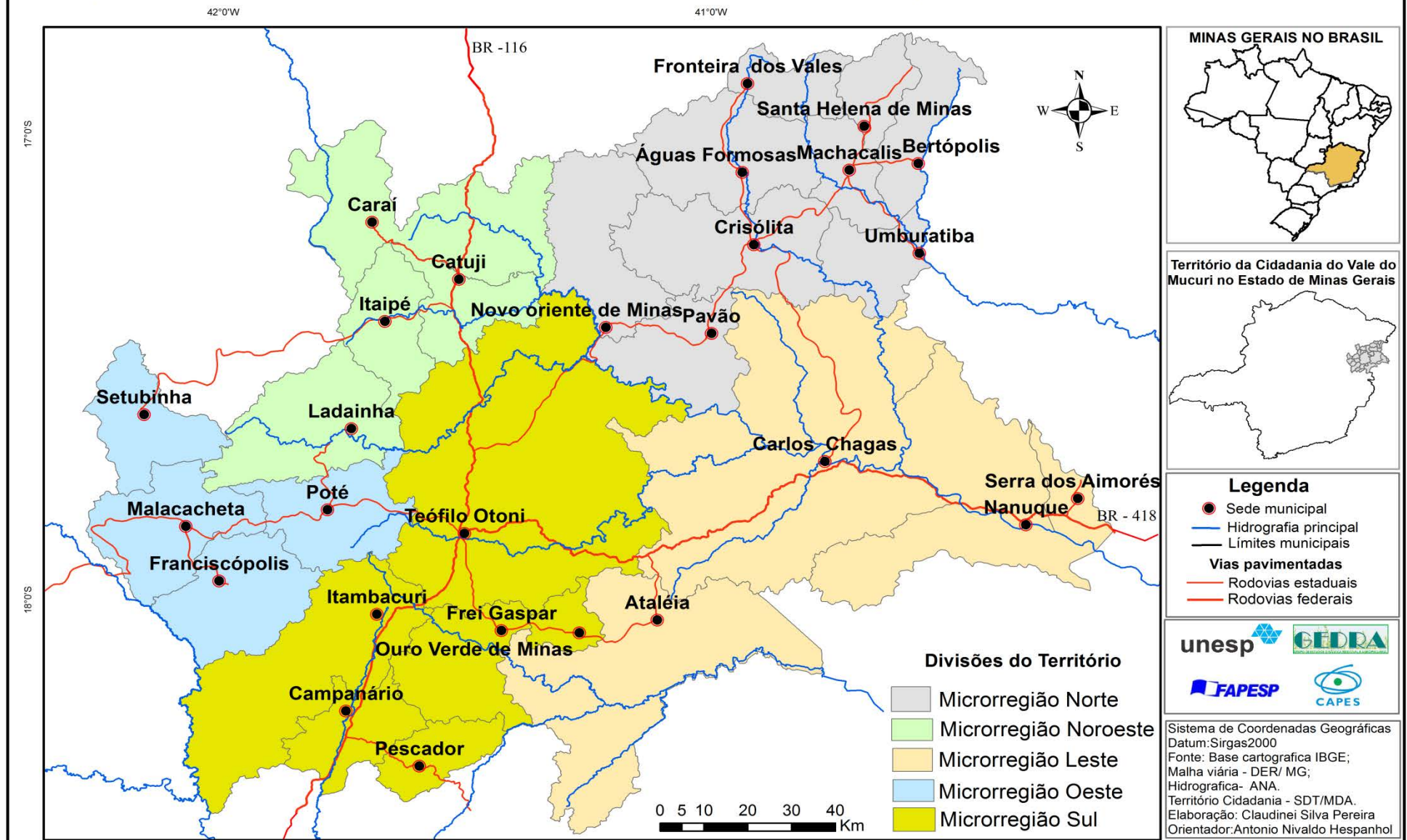
A fundamentação teórica em torno do território não foi o elemento aglutinador na escolha dos municípios a integrarem este programa federal, pois se partiu de uma organização representativa dos poderes municipais já constituída para outras finalidades, que vislumbraram e pleitearam novas fontes de recursos para seus municípios, o que de certa forma reflete os antagonismos de criação deste território. Outro fator particular do TCVM foi ser subdivido em setores, o que evidencia as diferenças internas dos municípios que o integram e os objetivos cobiçados por seus representantes junto aos fóruns de deliberação. Se a justificativa é valorizar as dinâmicas locais para potencializar os mecanismos de construção participativa das políticas públicas, há um revés ao subdividir um agrupamento que foi constituído tendo a perspectiva do território como alicerce básico de unificação e colaboração.

No Mapa 16 consta o Território da Cidadania do Vale do Mucuri⁵⁰ com os municípios por sub-regiões definidas pelo CODETER.

⁵⁰ Segundo consta nos documentos elaborados para o Território do Vale do Mucuri, os fundamentos de criação destas sub-regiões estão relacionados a maior integração que estes municípios possuem entre si e as dificuldades de locomoção de seus representantes para participarem das reuniões conjuntas no colegiado territorial. Com as subdivisões ocorreriam maior integração local entre os municípios de cada área.

MAPA 16

MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI - MG



No recorte hidrológico, os municípios estão situados em três importantes bacias hidrográficas da região nordeste do estado de Minas Gerais, que são dos rios Mucuri, Doce e Jequitinhonha. As principais rodovias na região são a BR 116, que interliga a região Nordeste ao Sudeste do país; a BR 418 que conecta o Vale do Mucuri a região sul da Bahia e norte do Espírito Santo; e diversas vias estaduais que articulam as rodovias federais com os municípios. As ligações diretas entre diversos municípios são por estradas não pavimentadas e mal conservadas, que nos períodos de chuvas dificultam o tráfego de veículos (PEREIRA, 2012).

A ação que abordaremos a seguir no TCVM está sendo executado pelos municípios situados na microrregião Noroeste deste território, onde foi construída uma Escola Família Agrícola. Escolhemos analisar esta ação dentro da política do Programa Territórios da Cidadania devido ser a única que teve como característica a participação social de agricultores, de instituições ligadas à área rural destes municípios e pensada para atender a demandas específicas desta localidade, como também nos permite compreender a atuação do poder público municipal para a implementação e continuidade deste projeto conjunto.

3.3.2. A Escola Família Agrícola

A origem da Escola Família Agrícola de Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha (EFACIL) está vinculada ao antigo projeto de construção de uma escola agrícola proposto em 2005 pelos municípios acima mencionados, quando diversas pessoas vinculadas às associações de agricultores, representantes de sindicatos dos trabalhadores rurais, representantes das prefeituras municipais e participantes do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território Rural do Vale do Mucuri, a partir de agentes locais e de agricultores, demandaram ações direcionadas a agricultura familiar, assim conseguindo aprovar um projeto para a implantação de uma Escola Família Agrícola (EFA).

Os recursos financeiros foram pleiteados junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário na modalidade Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais MDA/PROINF. Os quatro municípios envolvidos no projeto estão situados na Microrregião Noroeste do Território, que foi criada para melhor articular os agentes territoriais.

Segundo Claudinho⁵¹, o processo político de organização das várias instituições e organizações sociais deu-se a partir de um diagnóstico da agricultura familiar no Vale do Mucuri.

Na época em que trabalhamos com o Território Rural veio um recurso para aplicarmos nos municípios do território. Na época foi uma demanda e por meio da ARMICOPA⁵² fizemos nos 27 municípios do Vale do Mucuri um trabalho, e em todos os lugares que fazíamos as entrevistas e reuniões, discutíamos a necessidade e demanda de uma escola família agrícola, pois tinha falta de técnico, talvez a Emater ou outra empresa precisasse de um profissional e tinha que buscar longe. Víamos a demanda e nas escolas os filhos da gente estuda e chega numa hora que têm que parar, pois não tem uma escola que ofereça um curso técnico. Fomos sentindo a demanda, e no final de todo o trabalho que fizemos na região, reunimos em Catuji numa assembleia muito grande e votamos para levar para o Território Rural a proposta de construir uma escola família agrícola. Como a proposta já saiu partindo de Itaipé e juntou todo mundo, ela foi votada em Teófilo Otoni. Saiu o recurso e construímos o prédio (Trecho da entrevista com o presidente da AEFACIL realizada em setembro de 2014).

Durante a elaboração do projeto da EFA, o município de Itaipé cedeu o terreno onde a mesma seria implantada e foi o proponente jurídico da ação. No referido terreno funcionava o antigo Polo Agroindustrial, distante 4 quilômetros da sede municipal, que tinha uma área de aproximadamente 12 hectares e possui como infraestruturas uma unidade de beneficiamento de café (limpar e secar) e um edifício inconcluso e abandonado que foi projetado para ser o abatedouro municipal, mas que devido a erros no projeto, o mesmo não teve as licenças da vigilância sanitária e ambiental aprovadas (Entrevista com o secretário da Agricultura de Itaipé, em agosto de 2014).

O projeto da EFA foi aprovado e em 2005 foi construído o edifício sede, que na planta constam salas de aula, dormitório, biblioteca, cozinha e uma área de aproximadamente 12 hectares para a realização de atividades didáticas e cultivos agrícolas. Contudo, devido à falta de recursos financeiros e aos empecilhos burocráticos, a iniciativa foi abandonada e o prédio permaneceu fechado, em processo de degradação e alvo de depredação por alguns anos (PROPOSTA EFACIL, 2012).

No mapa 17 a localização da EFA e imagens de infraestruturas pertencentes à escola.

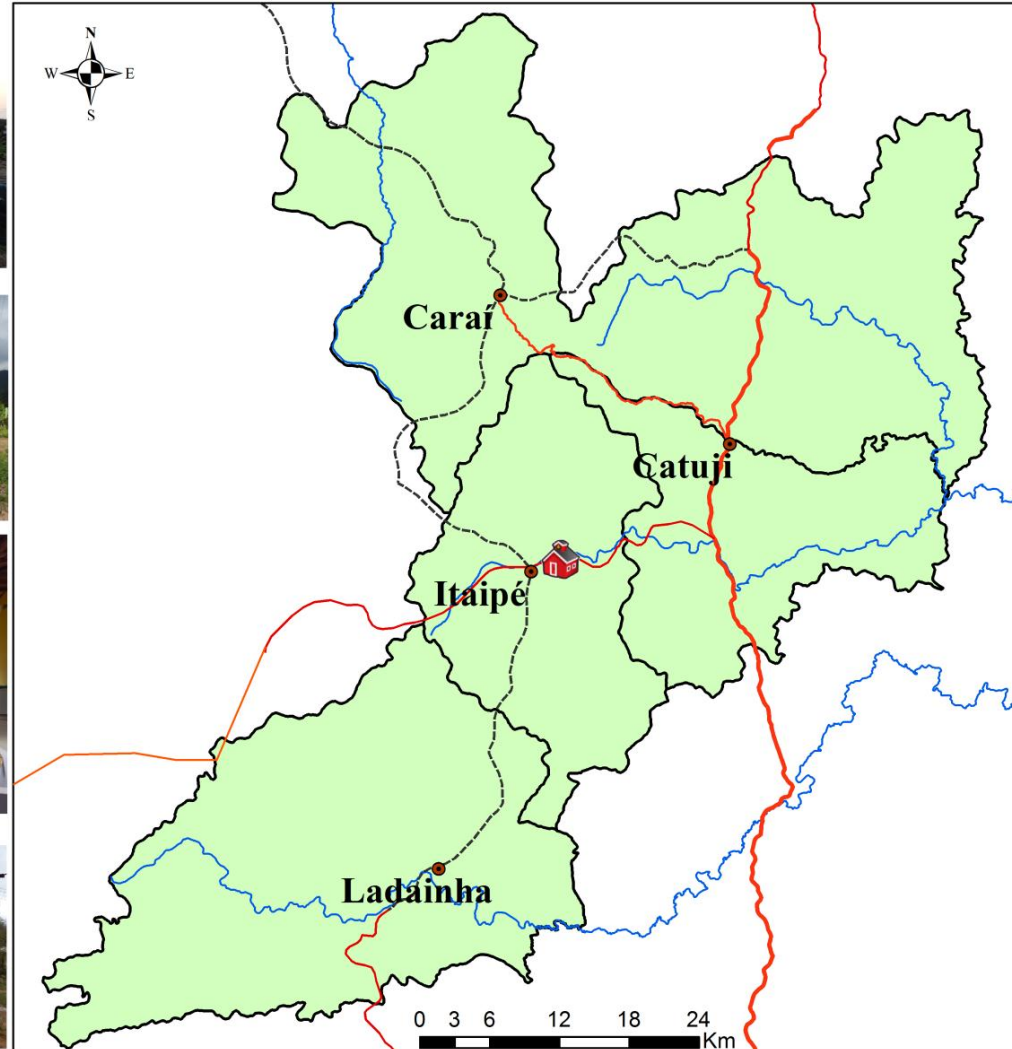
⁵¹ Entrevista realizada com Claudino, em setembro de 2014, atual presidente da Associação Escola Família Agrícola (AEFACIL).

⁵² ARMICOPA - Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores.

MAPA 17

MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA - EFACIL

IMAGENS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA, 2014.



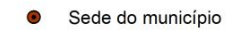
TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI



Legenda



Escola Família Agrícola



Sede do município

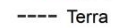
Vias



Pavimentada

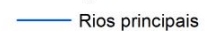


BR 116



Terra

Hidrografia



Rios principais



Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sirgas2000
Fonte: Vias - DER - MG;
Hidrografia - IGAM - MG
Base Cartográfica: IBGE
e trabalho de campo, 2014
Elaboração: Claudinei Silva Pereira
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

Com a dificuldade de concretização e funcionamento da EFA, a prefeitura de Itaipé cedeu parte do terreno do Polo Agroindustrial para construção de um conjunto habitacional popular, o que reduziu a área disponível. Assim, na Figura 12 consta, em primeiro plano, o prédio projetado para ser a escola e, ao fundo, residências pertencentes ao conjunto habitacional.

Figura 12 - Prédio construído para abrigar a sede da Escola Família Agrícola em Itaipé



Fonte: Arquivo do autor, 16 de janeiro de 2014.

Com a constituição do Território da Cidadania do Vale do Mucuri em 2008, houve novas tentativas em dar prosseguimento ao projeto da EFA, quando então o Grupo de Extensão e Pesquisa da Agricultura Familiar (GEPAF) pertencente à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), aliou-se aos representantes de associações comunitárias rurais, sindicatos dos trabalhadores rurais, prefeituras, conselhos municipais de desenvolvimento rural e sustentável (CMDRS), EMATER e formaram uma comissão em prol da EFA (PROPOSTA EFACIL, 2012).

Para conseguir articular politicamente as diversas instituições dos municípios e representantes da sociedade civil, em 2009 foi criada a Associação Escola Família Agrícola de Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha (AEFACIL) que passou a liderar os processos burocráticos e políticos para concretizar a implantação da EFACIL, bem como administrar a parte financeira e pedagógica.

Com a formação da associação, decidiram que a EFACIL iria atuar no Ensino Médio e ofertaria conjuntamente o curso profissionalizante de Técnico em Agropecuária, utilizando o método de ensino da pedagogia da alternância em regime de internato. Para isso, submeteram ao Território da Cidadania do Vale Mucuri novo projeto de ampliação das infraestruturas da EFACIL, sendo que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) investiu R\$225.000,00

na construção de um novo prédio e na melhoria do já existente. Neste novo edifício constam três salas e dois banheiros, tal como indicado na Figura 13.

Figura 13 - Prédio da EFACIL construído com recursos do Programa Territórios da Cidadania



Fonte: Foto: Arquivo do autor, 16 de janeiro de 2014.

Os mobiliários como camas, armários, mesas e demais infraestruturas foram doados pelas prefeituras e pelos sindicatos dos trabalhadores rurais. Os livros didáticos que seriam usados nas aulas do Ensino Médio foram repassados pelas diversas secretarias de educação, contudo estes já estavam deteriorados, pois foram usados por outros discentes da rede regular de ensino destes municípios⁵³.

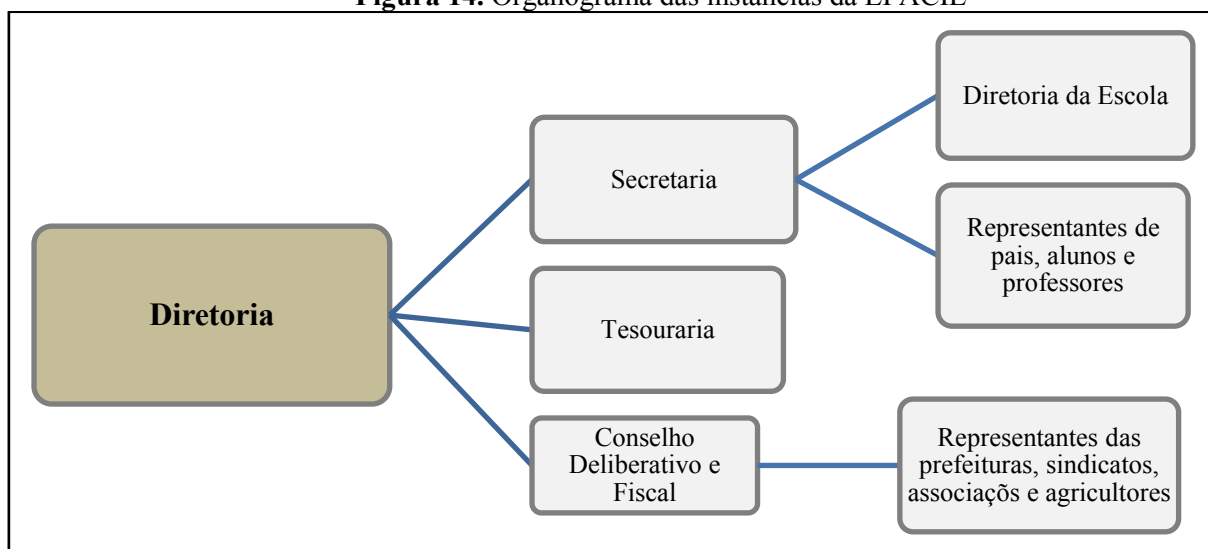
Como a EFACIL é uma escola que tem seus fundamentos alicerçados no empoderamento da população e vinculada às instituições dos quatro municípios, para seu gerenciamento, do ponto de vista jurídico e administrativo, a Associação Escola Família Agrícola de Caraí, Catuji, Itaipé e Ladainha (AEFACIL) é composta por representantes das associações de agricultores, sindicatos dos trabalhadores rurais dos quatro municípios e de representantes das prefeituras. E por ser um projeto que busca a emancipação política e justiça social, os alunos, pais e professores também participam da gestão pedagógica.

Em termos de estrutura gerencial a escola adota uma organização que busca minimizar as hierarquias e relacionar os diversos segmentos na formulação das decisões de cunho financeiro, pedagógico e administrativo. Na Figura 14 construímos um organograma de como ocorre a interação entre as diferentes partes para colocar em funcionamento a escola, baseada em princípios democráticos e participativos. A diretoria é a instância principal da EFACIL

⁵³ Essas informações levantamos nos trabalhos de campo entre os anos de 2013 e 2014, quando participamos da organização da escola, seja no momento de limpeza do prédio e capina no entorno e na colocação dos mobiliários nas semanas que antecederam a inauguração da escola.

por tomar as principais decisões no que concerne ao funcionamento da escola; destaca-se também o conselho deliberativo e fiscal que possui representantes das prefeituras e sindicatos que são os elos financeiros para manutenção da escola. Segundo o presidente da associação, as prefeituras participam apenas na parte relativa às despesas financeiras da escola, não interferindo no funcionamento da mesma ou tendo poder político sobre escolha de diretor ou contratação dos demais funcionários, que é de responsabilidade da referida associação.

Figura 14. Organograma das instâncias da EFACIL



Fonte: Claudino (Presidente da AEFACIL) - Elaborado pelo autor a partir da entrevista.

Smith (2000) ao abordar a produção da escala geográfica de atuação dos sujeitos, entende que a participação em movimentos políticos é um instrumento fundamental para construir novas escalas de ação, e a partir de uma organização coletiva é possível expandir a capacidade de poder e de influência do grupo. Para o caso das associações, em específico para a AEFACIL, sua força política e escala geográfica de atuação extrapola os limites do município e se constitui numa escala intermunicipal, redefinindo novas lógicas para articular politicamente as instâncias do Estado junto à sociedade civil, e torna-se um instrumento para pressionar e exigir do Estado o cumprimento e garantia dos meios adequados que assegurem o direito à educação para os filhos dos agricultores, além de construir e reforçar a consciência coletiva da população destes municípios sobre a importância social, política e produtiva que a EFACIL pode vir a desempenhar ao oferecer mão de obra qualificada que venha a prestar serviços de assistência técnica para os agricultores destes municípios.

A AEFACIL se constitui numa estrutura organizacional que combina o trabalho assalariado com o voluntariado, sendo que os representantes das prefeituras são remunerados para tal, já os representantes das associações rurais e incluso o presidente não recebem

remunerações. Eventualmente, quando ocorrem reuniões em outras cidades, a associação pode ajudar a arcar com custos de transporte, alimentação e hospedagem do participante, mas não há pagamento de diária para o mesmo.

Deste modo, para dar continuidade ao plano de funcionamento da EFACIL, após ter concluído a construção do novo prédio e a remodelação do antigo edifício, além de definir como seria a forma de financiamento dos custos operacionais da escola, a AEFACIL pôde pleitear junto à Secretaria Estadual de Educação as documentações pertinentes à autorização para o início das aulas. A burocracia necessária para liberação demorou certo tempo, pelo fato de que a escola iria funcionar num regime de tempo integral e envolver dois tipos de ensino (o Ensino Médio Regular e a Formação de Técnico em Agropecuária), teve de providenciar o Plano Político-Pedagógico dos dois cursos e as condições logísticas adequadas e necessárias para manutenção dos alunos, pois a EFACIL se propôs a praticar o processo de ensino-aprendizagem a partir do método da pedagogia da alternância.

Este método de ensino busca articular a formação do aluno em dois contextos distintos e interligados, nos quais há permanência por um determinado tempo na escola, no sistema de internato, e noutro a prática em sua residência e comunidade de origem. De acordo com Nascimento (2005), neste método são realizados os seguintes processos e etapas:

Baseia-se num método científico. Observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar (através dos Planos de estudos na família, comunidade ou na escola), procurar responder às questões (através das aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios) e experimentar (fazer experimentar em casa a partir do aprofundamento). (...) o princípio é que a vida ensina mais que a escola, por isso, o centro do processo ensino-aprendizagem é o aluno e a sua realidade. A experiência socioprofissional se torna ponto de partida no processo de ensinar e, também, ponto de chegada, pois o método da alternância constitui-se no tripé ação-reflexão-ação - ou prática – teoria – prática. A teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida (NASCIMENTO, 2005, p.6).

A AEFACIL, ao conseguir estruturar seu plano de ensino e providenciar as exigências requeridas pela Secretaria Estadual de Educação, foi autorizada no final de 2013 a iniciar o processo de seleção de alunos para o ano letivo de 2014. Desta forma, teve que articular junto às prefeituras, sindicatos e associações de agricultores dos municípios as estratégias para conseguir os alunos necessários para o início das aulas. Entre dezembro de 2013 a janeiro de 2014 foi aberto o período de matrícula para alunos, primeiramente filhos de agricultores dos

quatro municípios, posteriormente, devido à baixa demanda pelas vagas⁵⁴, foi possibilitado que alunos que não fossem filhos de agricultores pudessem se inscrever, e até mesmo aqueles provenientes de outros municípios próximos.

A contratação de funcionários para a escola foi realizada em janeiro de 2014, sendo contratados dois tipos de professores (chamados de monitores): um grupo caracterizado como monitores internos e outro como monitores externos. A monitoria interna tem como característica, além de ministrar aulas e outras funções na escola, pernoitar na mesma em alguns dias na semana para acompanhar e cuidar dos alunos, no qual priorizaram aqueles profissionais que já tiveram experiência como alunos em outras EFAs ou tenham formação na área de Extensão Rural para ministrar as disciplinas no Curso de Agropecuária. Enquanto os monitores externos com formação em licenciaturas restringiam-se, em geral, a ministrar disciplinas da grade curricular do Ensino Médio e/ou outras funções, de acordo com o contrato de trabalho firmado com a AEFACIL⁵⁵.

A inauguração da EFACIL ocorreu no dia 02 de fevereiro de 2014 e contou com a participação de pais, alunos, representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais e diversos representantes dos poderes públicos municipais, da UFVJM e EMATER.

Com o início do seu funcionamento, compareceram as dificuldades enfrentadas pela escola em seu cotidiano, que dividimos em: 1) burocráticas e 2) práticas.

1) No quesito burocrático: estamos considerando a vertente administrativa. Por ser gerida por uma associação e envolver quatro municípios, há dificuldades de dotações orçamentárias para seu funcionamento, pois as prefeituras contribuem de forma diferenciada, sendo que as prefeituras de Catuji e Carai não têm repassado as verbas acordadas junto a AEFACIL, pois Catuji em 2014 pagou apenas 50%, ou seja, R\$ 5.000,00, enquanto Carai não depositou nenhuma verba. Já em 2015, as duas prefeituras não repassaram nenhum recurso para a associação. As demais prefeituras e os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios vêm repassando mensalmente os valores acordados junto a AEFACIL, segundo o presidente da AEFACIL⁵⁶.

⁵⁴ Uma das razões da baixa demanda pelas vagas é o desconhecimento que a população destes municípios tem sobre a EFACIL, além da forma de ensino em internato, no qual o aluno deve permanecer 15 dias seguidos na escola e outros 15 em sua residência. Além do fato de que a EFACIL obrigatoriamente concilia o Ensino Médio e o Técnico em Agropecuária, há certa resistência dos jovens em matricularem-se, o que ocasiona baixa demanda por vagas.

⁵⁵ Estas informações foram obtidas quando participarmos como observador-convidado do processo de escolha destes funcionários, que ocorreu na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaipé, no dia 15 janeiro de 2014.

⁵⁶ As informações referentes a 2015 são decorrente da entrevista realizada via telefone no dia 22 de junho. Já para 2014, refere-se à entrevista realizada pessoalmente no mês de setembro na sede da EFACIL.

O Quadro 5 indica os alunos matriculados nas turmas ingressantes em 2014 e 2015, e os montantes financeiros que cada instituição deve repassar anualmente para manutenção da EFACIL.

Quadro 5 - Repasses anuais em reais (R\$) por instituição e relação de alunos matriculados na EFACIL, por municípios

Município	Nº alunos matriculados turma 2014*	Nº Alunos matriculados turma 2015	Repasso R\$ de cada prefeitura (anual)	Repasso R\$ Sindicatos Rurais (anual)	Total R\$ por município (anual)
Carai	15	04	35.000,00	4.344,00	39.344,00
Catuji	04	03	10.000,00	4.344,00	14.344,00
Itaipé	07	03	35.000,00**	4.344,00	39.344,00
Ladainha	14	05	35.000,00	4.344,00	39.344,00
Novo Cruzeiro	01	04	Não há instituições destes municípios participando na EFACIL		
Teófilo Otoni	01	---			
Total	42	19	115.000,00	17.376,00	132.376,00
* Dados de agosto de 2014, quando até então houve 13 desistências, e até junho de 2015 mais 4 desistências, totalizando 17. Assim, havia 38 alunos matriculados da turma de 2014 no mês de junho de 2015.					
** Itaipé em 2015 repassou R\$ 60.000,00. Assim, o orçamento previsto da EFACIL sobe para R\$ 157.376,00.					
Agosto de 2014	O quadro de funcionários era composto por 3 monitores internos, 6 monitores externos, 1 diretora, 1 secretária e 1 servente – Total funcionários = 12				
Junho de 2015	O quadro de funcionários era composto por 7 monitores internos, 4 monitores externos, 1 diretora, 1 secretária e 1 servente – Total funcionários = 14				

Fonte: Trabalho de campo, 2014 e entrevista com o presidente da AEFACIL, junho de 2015.

No que concerne ao não pagamento pelas prefeituras de Carai e Catuji, a partir de Raffestin (1993), observamos uma clara disputa de poder entre Estado e movimento civil organizado, representado pela AEFACIL, pois há confrontação de poder que se desenrola em torno da existência da EFACIL, visto que a recusa das prefeituras em repassarem as verbas anuais acordados prejudica a concretização do projeto social e coletivo que vem sendo gestado para a educação dos jovens filhos de agricultores.

No discurso o poder estatal destes municípios é favorável ao projeto, mas na prática há o “boicote”, ao não repassarem as verbas para a viabilidade econômica e de possibilidades de planejamento que permitam a ampliação das infraestruturas para melhor equipar as salas de aula, alojamentos e instrumentos direcionados às práticas pedagógicas de campo, além de dificultar a implantação de biblioteca e laboratórios devido o orçamento limitado que a AEFACIL tem para custear os gastos mensais com funcionários e manutenção dos alunos, agravado pelo fato de não ter a certeza se contará com as verbas oriundas das prefeituras de Carai e Catuji.

Para Freire (2001) os movimentos sociais ao organizarem escolas e as manterem, estão de certa forma contribuindo para a omissão do Estado na oferta deste direito aos cidadãos, pois, de acordo com o autor, mesmo que haja escolas organizadas pelos movimentos sociais,

sua luta deverá pressionar o Estado a cumprir seu dever de provedor da educação pública e de qualidade, seja aquela voltada para profissionalização ou da formação regular para democratizar o acesso do povo ao conhecimento científico. E este é um embate que vem ocorrendo no investimento na educação nestes municípios, pois o Estado negligencia a educação e não garante, na prática, os instrumentos de participação social e de descentralização preconizados, tanto no aspecto teórico difundido a partir da criação do Programa Territórios da Cidadania, como na democratização do Estado ao possibilitar a sociedade mecanismos de gerenciamento, tal como enfatizado por Arretche (1996).

2) No quesito prático: elencamos o diferencial que na EFACIL, além da formação escolar regular e de técnico agropecuário, sua concepção político-pedagógica está alicerçada na busca pela formação cidadã, pois fomenta que o discente ao longo do curso se envolva com aspectos concernentes a organização de sua comunidade e possa participar como sujeito do processo de modificação local, seja por meio do conhecimento aplicado na área de agropecuária, seja por meio de seu caráter político como residente, situado nos acontecimentos da sua comunidade ou município. Este diferencial que é construído ao longo da sua formação escolar é reforçado a partir das transitoriedades quinzenais possibilitadas a partir do método da pedagogia da alternância, tendo o estabelecimento de familiares e vizinhos como laboratório prático do reconhecer e entender as dificuldades diárias em ser agricultor na região (PROJETO EFACIL, 2012).

Cohn (2011) ao abordar as diferentes formas de educação, as distingue em relação ao espaço-tempo que elas são construídas e não se restringe apenas aquelas que ocorrem no interior da escola, além de que os demais sujeitos envolvidos estão em constante processo de produção de conhecimentos, sendo que aqueles formulados e praticados fora do âmbito escolar são situados como educação não formal que se caracteriza em:

Processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil ao redor de ações coletivas do chamando terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais, frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados etc. (COHN, 2011, p. 18).

Assim, a educação não formal é construída pelos diferentes sujeitos envolvidos na construção e seguimento da EFACIL, tais como os representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais, prefeituras, das associações de agricultores dos municípios e agricultores dos municípios que ao acreditarem no projeto, possibilitam que seus filhos estudem na

EFACIL e colaborem para construção de uma nova cultura política local, em que a sociedade civil passa a gerenciar uma ação de cunho social direcionada a população da localidade.

Porém, para os alunos da EFACIL participarem dos processos de educação formal ou do ciclo quinzenal entre escola e residência, eles precisam superar algumas dificuldades de transporte, pois moram em Córregos⁵⁷ diferentes em seus respectivos municípios. Apesar das prefeituras oferecerem o transporte para a escola, alguns alunos têm que se deslocar a longas distâncias até determinado local para acessar o veículo que transporta os demais alunos, sendo que este caso é particularmente agravante nos municípios de Carai e Ladainha.

Como são poucos alunos por município, a escola funciona com duas turmas. Em 2014, quando havia apenas a turma que entrou no 1º Ano do Ensino Médio, eles foram divididos entre os municípios, sendo que os alunos procedentes de Carai e Catuji formaram uma turma; já os dos demais municípios outra. Em 2015, com o funcionamento de 1º e 2º anos, houve remodelação das turmas, sendo que os ingressantes em 2014 formam uma única turma; e os do 2º ano outra. Esta mudança quinzenal das turmas é relacionada ao pequeno espaço físico da escola para comportar todos os alunos e, principalmente, por permitir o funcionamento constante da escola devido à alternância de 15 dias na escola e outros 15 dias em suas residências. Os dias letivos iniciam-se nas segundas feiras e vão até o meio dia dos sábados, sendo que aos domingos não há aulas, porém os alunos permanecem na escola.

Do ponto de vista da gestão educacional e condução da escola, em 2014, houve certos problemas envolvendo o antigo diretor e alguns alunos, o que acabou ocasionando a exoneração do diretor, em reunião realizada pela AEFACIL. Além deste fato, parte dos monitores externos pediram demissão da escola, alguns porque não estavam conseguindo conciliar as aulas na EFACIL e as aulas de suas escolas de origem; enquanto que as exonerações dos monitores internos estão relacionadas a não adaptação ao estilo de funcionamento da escola e a prolongadas jornadas de trabalho semanal, já que além de cumprirem com a jornada de 40 horas ministrando disciplinas e participando do gerenciamento da escola, tinham que pernoitar na mesma.

Este fato agravou-se mais à medida que foram reduzindo os monitores internos, chegando ao mês de setembro a ter apenas três, no caso duas mulheres e um homem. Como é necessária a permanência constante de monitores na escola, as duas monitoras tinham que revezar entre si a permanência, enquanto o monitor tinha acabado de pedir demissão, o que

⁵⁷ Córregos (escrito em letra maiúscula) definimos neste trabalho como sendo espaço de convivência e moradia e uma forma de subdivisão da área rural nestes municípios; diferencia-se de córrego (escrito em letra minúscula) que se refere a um pequeno curso de água.

agravou ainda mais a rotatividade da monitoria noturna. O pernoite, também uma vez na semana, era realizado ora pela diretora, ora pela secretária que acompanhavam uma das monitoras internas. A elevada rotatividade de monitores e a permanência de poucos ao longo do ano comprometia a consolidação de um processo de formação educacional coerente, seja em relação ao ensino médio ou a formação técnica, por não ter a permanência do corpo docente, a criação e implementação de projetos de ensino eram comprometidos⁵⁸.

Para o ano de 2015, novos monitores internos e externos foram contratados, o que veio a sanar em parte as dificuldades do quadro de funcionários e de organização educacional na EFACIL.

Em relação ao Curso de Agropecuária, no final de 2014 houve plantios de milho, feijão e mandioca e uma pequena horta, para consumo interno. Entretanto, segundo o presidente da EFACIL, devido à escassez de recursos financeiros, eles estão com dificuldades de construção de infraestruturas de irrigação e, ainda não tiveram autorização para abertura de um poço profundo (artesiano) para captar água para irrigação e para usos diários na escola, o que contribuiria para reduzir os gastos no pagamento de água fornecidos pela COPANOR.

Entendemos que a formação no curso técnico em agropecuária deve possibilitar que o discente conheça ao longo da sua trajetória educacional as diversas técnicas e metodologias de cultivos agrícolas e tratos na pecuária, o que permite comparações e possibilidades de adoção de um modelo em relação a outro, a depender das características do produtor e das circunstâncias das propriedades ao qual for futuramente atuar.

A formação em agropecuária com foco na agricultura familiar, tal como se propõe no projeto político-pedagógico da EFACIL, requer o aperfeiçoamento de cultivos e formas de manuseio, para tanto exige tempo e metodologias de observação do desenvolvimento das plantas em diferentes condições ambientais e de manejo, porém, não observamos estes elementos em prática na EFACIL até o mês de setembro de 2014. Havia apenas um canteiro de hortaliças cultivado de forma rudimentar nas proximidades do edifício sede; um curral que será utilizado para lida com animais noutra parte do terreno da escola.

Outro elemento que chamou a atenção foi o fato de não haver aparelhagem e estrutura de materiais de apoio necessários à formação de técnicos em agropecuária. Não havia biblioteca e laboratório para ser usado para experimentos na área agrícola ou pecuária. Desta forma, mesmo que seja uma ação planejada ao longo de vários anos, verifica-se as

⁵⁸ Estas informações foram obtidas através de conversas com as duas monitoras internas da EFACIL, no mês de setembro de 2014, que relataram as dificuldades que a escola vinha tendo e as possíveis razões da desistência de alguns monitores internos.

dificuldades que a AEFACIL vem passando para conseguir do Estado, seja no âmbito municipal ou em outros níveis, recursos financeiros que permitam melhor equipar a escola e poder construir uma educação de melhor qualidade.

Reforçamos a importância da criação da EFACIL e de todo o empenho que as pessoas integrantes dedicaram e dedicam para sua concretização e da busca em consolidar mecanismos de atuação que reforcem o empoderamento dos movimentos e organizações de agricultores locais com estratégias de gestão educacional e direcionadas a formação de cidadãos atuantes e profissionais na agricultura familiar na região do Vale do Mucuri. Todavia, acreditamos que requer, por parte do Estado, seja nos níveis municipal, estadual ou federal, maior empenho para consolidação de instrumentos que potencializem a formação educacional das pessoas. A política do Território da Cidadania possibilitou, em parte, retomar um projeto de escola agrícola que havia sido abandonado, porém requer esforços técnicos e financeiros para a sua consolidação e aprimoramento, tanto das infraestruturas físicas, como em termos de qualificação em gestão educacional nos ensinos regular e técnico que são oferecidos pela EFACIL.

Esta experiência territorial da EFACIL, apesar das dificuldades e resistências que vem enfrentando, por ser construída em torno de um projeto social coletivo, poderá ser a alavanca para aprimorar melhorias nestes municípios, ao aprofundar sua atuação para além da formação de técnicos em agropecuária, ao consolidar a rede de parceria com os escritórios locais da EMATER e secretarias municipais de agricultura na promoção de cursos de curta duração direcionados aos agricultores familiares, que interaja trabalho e conhecimento ao aproveitar-se da estrutura de alojamentos e área de cultivos para ensinar novas técnicas de plantio, trato e manuseio na agropecuária. Poderá também, futuramente, ser um elo ao agregar agricultores e técnicos para organizar mecanismos de comercialização da agropecuária local, por meio da criação de cooperativa agrícola e de meios efetivos que ocasionem transformações na dinâmica deste território.

A formação e consolidação do capital social e político gestado em torno da EFACIL, ao permitir a colaboração de setores públicos destes municípios, da UFVJM e organizações do setor rural fomentando reciprocidades, torna-se potencial para incorporar novos sujeitos locais, tais como comerciantes e demais agricultores para o aprimoramento deste projeto territorial, assim como ensejar novas construções coletivas por meio da articulação do interesse conjunto na melhoria social e colaborativa entre os diversos indivíduos destes municípios.

A organização por meio de associações é um dos instrumentos que pode potencializar a força política dos sujeitos. Assim, no próximo item analisaremos como as associações de agricultores foram requisito básico e imprescindível para participarem do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) que propôs atuar no combate à pobreza no Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais.

3.4. Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)

O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) deriva do convênio firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - ou Banco Mundial - e o Governo do Estado de Minas Gerais no início do ano de 2006, com o objetivo de direcionar investimentos em infraestruturas coletivas para as áreas rurais dos municípios mineiros situados na região de atuação do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), que naquele período correspondia a 188 municípios. Foram contraídos empréstimos junto ao BIRD no valor de US\$ 70 milhões de dólares, divididos em duas parcelas iguais. Como se tratava de empréstimo internacional, o Estado de Minas Gerais necessitou da autorização do Senado Federal para contrair o empréstimo, sendo a autorização concedida em dezembro de 2005.

Para distribuir os recursos entre os municípios foram utilizados critérios como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior concentração de população na área rural, elevada concentração de população pobre, elevado índice de desnutrição infantil e fraco dinamismo da agricultura familiar. Assim, a partir destes critérios, os municípios recebiam investimentos proporcionalmente a suas características de ruralidade e pobreza, sendo que todos os municípios foram contemplados, conforme relato do gerente do IDENE de Araçuaí⁵⁹.

A atuação do PCPR se dá por meio do financiamento (não reembolsável) de subprojetos em três eixos: produtivo, infraestruturas básica e social. O programa podia financiar ações em áreas urbanas com até sete mil habitantes, mas seu foco eram as áreas rurais. Este programa teve outras experiências, sendo implementado em alguns estados da região Nordeste do país na década de 1990, apresentando bons resultados, o que motivou o Banco Mundial e o Governo do Estado de Minas Gerais a efetivarem este projeto de atuação por meio do IDENE em Minas Gerais (FREITAS *et al.*, 2014). De acordo com o gerente do IDENE de Araçuaí, o PCPR em Minas Gerais é uma continuação do antigo Programa de

⁵⁹ Entrevista realizada no Escritório Regional do IDENE em Araçuaí, setembro de 2014.

Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPE) que foi realizado entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990 em alguns municípios da região norte e Vale do Jequitinhonha, porém agora com novas concepções e formas de implantação.

Em Minas Gerais, o IDENE, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (SEDINOR), é o responsável pela implementação dos projetos do PCPR nos moldes exigidos pelo Banco Mundial, por meio do qual se procura aplicar a perspectiva do desenvolvimento local, alicerçada na participação das comunidades na escolha das ações a serem financiadas, para tanto, exigia-se que elas estivessem organizadas em associações. Essas prerrogativas constam no Manual Operacional disponibilizado pelo banco que deveriam ser seguidas pelos técnicos do IDENE ao analisarem os projetos submetidos pelas associações. O PCPR começou a ser executado em Minas Gerais em 2006 e a primeira edição se estendeu até 2010, enquanto que a segunda edição iniciou-se em 2011 e terminou em 2012.

Para a elaboração dos projetos de intenção de investimentos, os associados se reuniam e definiam as ações prioritárias nos seus Córregos e, posteriormente, encaminhavam a demanda para a EMATER que elaborava o projeto e enviava-o ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) que elegia os projetos prioritários do município, para, em seguida, serem submetidos ao IDENE local que os analisava, aprovando-os ou não. Porém, há municípios que não possuem escritórios locais da EMATER, ficando a elaboração dos projetos a cargo de técnicos do IDENE. Após a aprovação do projeto, o escritório central do IDENE em Belo Horizonte, se encarregava de elaborar o convênio e de assiná-lo com o representante legal da associação. O recurso era depositado diretamente na conta da Associação Comunitária que realizava o investimento e, posteriormente, prestava contas por meio do conselho fiscal ao IDENE⁶⁰ local.

Cada projeto poderia ser financiado até o valor máximo de R\$ 100 mil reais; os municípios na primeira fase do programa tiveram cotas específicas estipuladas baseadas nos indicadores IDH e população rural. Desta forma, o mínimo recebido pelo município foi de US\$ 159 mil e o máximo de US\$ 319 mil. Em razão dos recursos financeiros fixos, os projetos nos municípios tenderam aos de menor valor para beneficiar maior número de localidades, apesar das ações terem variado muito entre os municípios.

No Quadro 6 constam os valores acessados pelos municípios das microrregiões de Teófilo Otoni e Araçuaí, utilizamos tal recorte devido ao fato do município de Carai pertencer

⁶⁰No capítulo 1 mostramos como estão distribuídos os escritórios do IDENE no estado, por região e cidades sedes dos escritórios locais.

ao escritório local do IDENE situado em Araçuaí, enquanto que Itaipé é vinculado ao escritório sediado em Teófilo Otoni. Todos os municípios tiveram quantidades de projetos aprovados semelhantes, que variaram de no mínimo 10 e máximo de 25, sendo que Carai teve maior aprovação. Contudo, os valores, em reais, apresentaram maior amplitude entre as municipalidades, em razão das características socioeconômicas das áreas rurais, sendo que Teófilo Otoni recebeu a maior inversão e Coronel Murta a menor. A estrutura de distribuição dos recursos não levou em consideração as regiões que os municípios pertencem, sendo os critérios socioeconômicos que definiram a quantia direcionada para município vinculado ao IDENE naquele período.

Quadro 6 - Distribuição dos projetos por município das microrregiões de Teófilo Otoni e Araçuaí, famílias beneficiadas e valor (em R\$) financiado no PCPR I e II.

Microrregião de Teófilo Otoni	PCPR I			PCPR II			PCPR I e II (Total)		
	Projetos	Famílias	Repasse R\$	Projetos	Famílias	Repasse R\$	Projetos	Famílias	Repasse R\$
Ataléia	7	607	435.062,55	3	225	160.130,00	10	832	595.192,55
Catuji	8	337	457.234,97	4	158	173.843,90	12	495	631.078,87
Franciscópolis	8	369	528.190,17	3	200	81.283,78	11	569	609.473,95
Frei Gaspar	8	617	457.563,81	1	50	100.000,00	9	667	557.563,81
Itaipé	7	553	458.334,36	6	306	173.131,50	13	859	631.465,86
Ladainha	8	579	589.798,26	5	219	217.263,48	13	798	807.061,74
Malacacheta	8	863	458.050,95	5	255	125.687,20	13	1.118	583.738,15
Novo Oriente de Minas	7	504	483.043,19	4	109	181.681,92	11	613	664.725,11
Ouro Verde de Minas	8	225	523.637,64	3	77	173.743,92	11	302	697.381,56
Pavão	8	383	425.835,04	3	175	128.019,13	11	558	553.854,17
Poté	8	411	450.902,01	5	230	153.343,13	13	641	604.245,14
Setubinha	7	282	541.664,02	4	150	181.798,94	11	432	723.462,96
Teófilo Otoni	8	708	718.396,58	7	532	205.874,40	15	1.240	924.270,98
TOTAL	100	6.438	6.527.713,55	53	2.686	2.055.801,30	153	9.124	8.583.514,85

Microrregião de Araçuaí	PCPR I			PCPR II			PCPR I e II (Total)		
	Projetos	Famílias	Repasse R\$	Projetos	Famílias	Repasse R\$	Projetos	Famílias	Repasse R\$
Araçuaí	11	473	540.049,50	4	281	160.920,23	15	754	700.969,73
Carai	18	1357	621.692,63	7	543	214.620,21	25	1900	836.312,84
Coronel Murta	5	292	341.451,87	5	237	130.312,16	10	529	471.764,03
Ítinga	12	463	576.412,54	3	899	193.445,31	15	1362	769.857,85
Novo Cruzeiro	10	512	679.286,61	3	271	217.098,45	13	783	896.385,06
Padre Paraíso	10	623	427.109,15	5	430	151.517,00	15	1053	578.626,15
Ponto dos Volantes	11	620	563.372,01	5	154	195.580,28	16	774	758.952,29
Virgem da Lapa	10	631	503.498,00	10	419	171.650,73	20	1050	675.148,73
TOTAL	87	4.971	4.252.872,31	42	3.234	1.435.144,37	129	8.205	5.688.016,68

Fonte: IDENE, 2014. Dados requisitados pelo autor por meio da Lei de Acesso à Informação.

Deste modo, analisaremos os projetos financiados nos municípios de Itaipé e Caraí, por localidade e como estão sendo gerenciados pelas associações que foram contempladas e quais são as dificuldades e êxitos, para ao final identificarmos se o PCPR contribuiu para a redução da pobreza rural nestes municípios e se fomentou a participação social por meio do empoderamento, alicerçada no princípio do desenvolvimento local que as instituições financiadora e executora afirmam existir.

3.4.1. O PCPR no município de Itaipé

O PCPR em Itaipé financiou projetos nos segmentos: produtivo, infraestrutura básica e social. A escolha dos projetos, em parte, atendeu a demandas específicas das associações e das características da agricultura nos Córregos, bem como também do nível de representatividade política das associações junto ao CMDRS, que por meio da participação de seus representantes nas reuniões conseguiram que os aprovassem. Os projetos do município eram encaminhados para o escritório regional do IDENE em Teófilo Otoni, que centraliza e coordena as políticas demandadas no Vale do Mucuri.

O CMDRS em Itaipé é composto pelo secretário municipal de agricultura (presidente do Conselho), da representação do escritório local da EMATER e das associações de agricultores. Como são várias associações no município, o território municipal foi dividido em quatro setores e são eleitos um representante e um suplente para cada setor, e estes devem participar mensalmente das reuniões do conselho, que são realizadas sempre na primeira sexta-feira de cada mês. Os integrantes do CMDRS não são remunerados para participarem das reuniões, sendo que os representantes da secretaria de agricultura e da EMATER participam como servidores públicos.

Dos projetos aprovados e financiados no município pelo PCPR, o segmento produtivo foi o que teve a maior parte dos recursos, visto que eles foram destinados à aquisição de dois tratores agrícolas e duas unidades de beneficiamento de café. No Quadro 7 consta as associações contempladas, as ações financiadas e os montantes em reais de cada subprojeto financiado.

Assim, as duas unidades de beneficiamento de café (que fazem a limpeza dos grãos), foram implantadas nos Córregos de Brejaúba e Rio Manso, os quais ainda têm vários estabelecimentos com cultivo de café, juntamente com os Córregos da Pedra do Chifre e do Misterioso. Contudo, quando da implantação, a produção de café se constituía na principal fonte de renda dos agricultores, porém devido a constante queda de produtividade, baixo valor

do produto e elevação do preço da mão de obra, a cultura apresentou redução, estando atualmente concentrada nos Córregos citados que ficam na área sudoeste do município.

A manutenção dos equipamentos é realizada pelas associações que cobram pequenas taxas dos usuários para pagamento de energia elétrica e do tempo de trabalho da pessoa responsável pelo manuseio da máquina, porém, estas unidades operam abaixo da capacidade em virtude da redução das áreas cultivadas com café nestes Córregos, além da utilização da unidade restringir-se para os produtores situados nas imediações⁶¹. Ainda no setor do café foram implantadas duas unidades de torrefação e moagem do produto pelo PCPR, situadas nos Córregos do Limatão e Lages. Estas servem para processamento de pequenas quantias e se restringem ao autoconsumo, sendo cobrada uma taxa por quilo de café torrado e moído.

Além dos equipamentos de beneficiamento de café pertencente às associações, há uma empresa privada que limpa, torra e moe o produto, sendo cobrada uma taxa por quilo processado. Anos atrás, as pessoas faziam este trabalho artesanalmente, utilizando o pilão para limpar e moer (socar) o café torrado e não havia custos monetários. Quando as pessoas mais idosas não conseguiam realizar o serviço, os jovens executavam o trabalho e recebiam alguma remuneração. Entretanto, com a mecanização do processamento do café, o hábito de realizar o processamento artesanal se perdeu, sendo que agora as famílias levam o produto até a cidade de Itaipé para efetuar a moagem.

No período compreendido entre 2006 a 2012, o PCPR investiu R\$ 631.465,86 em treze projetos, sendo nove modalidades diferentes no município, beneficiando 859 famílias e nove associações diferentes, isto porque algumas tiveram dois projetos aprovados.

Vale ressaltar que o número de beneficiários é maior ou menor dependendo do projeto. Se levarmos em consideração os dois tratores agrícolas doados para a Associação da Santa Rosa e a Associação das Lages, as famílias beneficiadas foram 171, filiadas às associações proponentes⁶². Os tratores, além de servirem prioritariamente aos associados, realizam serviços para terceiros mediante o pagamento de taxas maiores do que os associados, sendo a taxa cobrada por hora/trabalhada. Estes tratores suprem a necessidade de maquinários nos

⁶¹A prefeitura municipal também detém uma central de beneficiamento de café que foi construída da década de 1990, a qual conta com secador e máquina de limpar. Atualmente está sendo gerenciada pela Associação Escola Família Agrícola de Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha (AEFACIL), mantenedora da Escola Família Agrícola, que absorve parte da oferta dos demais produtores do município.

⁶²Não são necessariamente todos os filiados da associação de agricultores que são sócios do trator. Por exemplo, o trator da Associação da Santa Rosa é um benefício que veio para as associações da Santa Rosa I, II e III, porém quando este trator chegou cada sócio deveria contribuir com R\$50,00 para construir o galpão onde ele seria guardado. Como alguns não pagaram, não se tornaram sócios do trator, apenas da associação e se precisarem usar o trator, deverão pagar um valor maior do que os associados do trator e, se quiserem ser sócios do trator deverão doar 35 litros de óleo diesel para a associação.

Córregos da Santa Rosa I, II e III, Lages, Sapucaia e Posses, que, além de arar e gradear a terra, contam com instrumentos de debulha de milho e uma carroceria para transporte a curtas distâncias.

Quadro 7 - Subprojetos financiados pelo PCPR I e II para as associações em Itaipé

Segmento	Projeto	Associação beneficiada	Nº Famílias beneficiadas	Valor do projeto (R\$)
PRODUTIVO	Mecanização agrícola (trator)	Associação Agricultores de Santa Rosa	82	99.886,36
		Associação das Lages	89	99.886,36
	Implementos agrícolas	Associação Brejaúba	40	23.844,50
	Unidade beneficiamento de café (limpar)	Associação Brejaúba	88	87.260,00
		Associação Rio Manso	40	87.260,00
	Equipamento de torrefação e moagem de café	Associação do Limataozinho	55	14.677,50
	Associação das Lages	40	15.939,50	
	Unidade de processamento de mel	Associação apicultores de Itaipé	23	24.096,85
INFRAESTRUTURA BÁSICA	Sistema abastecimento água (rede)	Associação Agricultores Santa Rosa II	45	35.863,98
	Telefone comunitário	Associação do Limataozinho (Limatão)	65	10.026,02
		Associação das Embaúbas (Pedra do Chifre)	115	10.026,02
SOCIAL	Centro de Referência Agricultura Familiar	Associação dos agricultores de Itaipé	103	58.709,17
	Centro Social Comunitário	Associação da Boa Sorte	74	63.989,60
TOTAL	9	9	859	631.465,86

Fonte: Trabalho de campo, 2014 e IDENE.

Entre as dificuldades enfrentadas na agricultura familiar no município, destacam-se: a) a redução de mão de obra na área rural; b) o “elevado preço⁶³” da diária dos trabalhadores que varia entre R\$30 a 40, dependendo do Córrego; c) a baixa produtividade das culturas agrícolas, levando muitas famílias a deixarem de cultivar produtos alimentícios. Assim, o uso dos tratores vem contribuindo para aumentar a produção em muitas propriedades, apesar de serem poucos produtores que os utilizam em razão da topografia ser acidentada em muitos estabelecimentos, noutras a atividade principal é a pecuária bovina e há ainda aquelas muito pequenas, que não dispõem de área que justifique o uso deste maquinário.

Os tratoristas são oriundos das próprias associações e ficam responsáveis por realizarem a manutenção da máquina. Para o trator de Santa Rosa (pelo fato de ser gerido por três associações), quando um agricultor precisa do trator, ele deve pedir autorização ao

⁶³ O elevado preço se refere a partir da relação entre custo da mão de obra utilizada e dos rendimentos que o agricultor terá após a colheita. Como a produtividade da agricultura é baixa e os preços pagos no mercado são insatisfatórios, muitas pessoas deixam de cultivar por não cobrirem os gastos de produção. Isso ocorreu com os produtores de café que dependiam do trabalhador externo e não puderam suportar os custos, abandonando a atividade.

respectivo presidente da associação a qual pertence, ou mesmo não sendo sócio também deve pedir autorização para utilizar o trator (pagando um valor a mais, conforme já explicado), visto que esta é uma forma de fiscalizar o uso do trator e cobrar o preço correto pelo serviço prestado. As três associações mantêm um caixa único com os recursos que sobram do uso do trator, sendo que após ter amortizado os custos mensais, os recursos são utilizados para realização de consertos, quando necessário, mantendo o maquinário sempre funcionando. Além disso, o uso desses recursos advindos do caixa único das três associações serve também para não depender da prefeitura para a realização dos reparos.

Quando analisamos a distribuição espacial das infraestruturas (Mapa 18), observamos que elas estão nas localidades que possuem associações de agricultores mais antigas e de maior força política, o que evidencia a importância do associativismo rural como instrumento político de participação e reivindicação de melhorias. Nas áreas de menor densidade populacional, principalmente na porção sul/sudeste há apenas uma associação de agricultores no Córrego do Canelão, porém não está funcionando devido às dificuldades para encontrar uma pessoa que lidere o movimento político local e consiga trazer novamente a população para os espaços de discussão e participação política, enquanto que os Córregos da Pedra D'Água, Caroca I e II e Nogueira não possuem associações. Outro fator importante a considerar é que nesta porção do município situa-se o maior estabelecimento dedicado à pecuária no município, além de médios produtores.

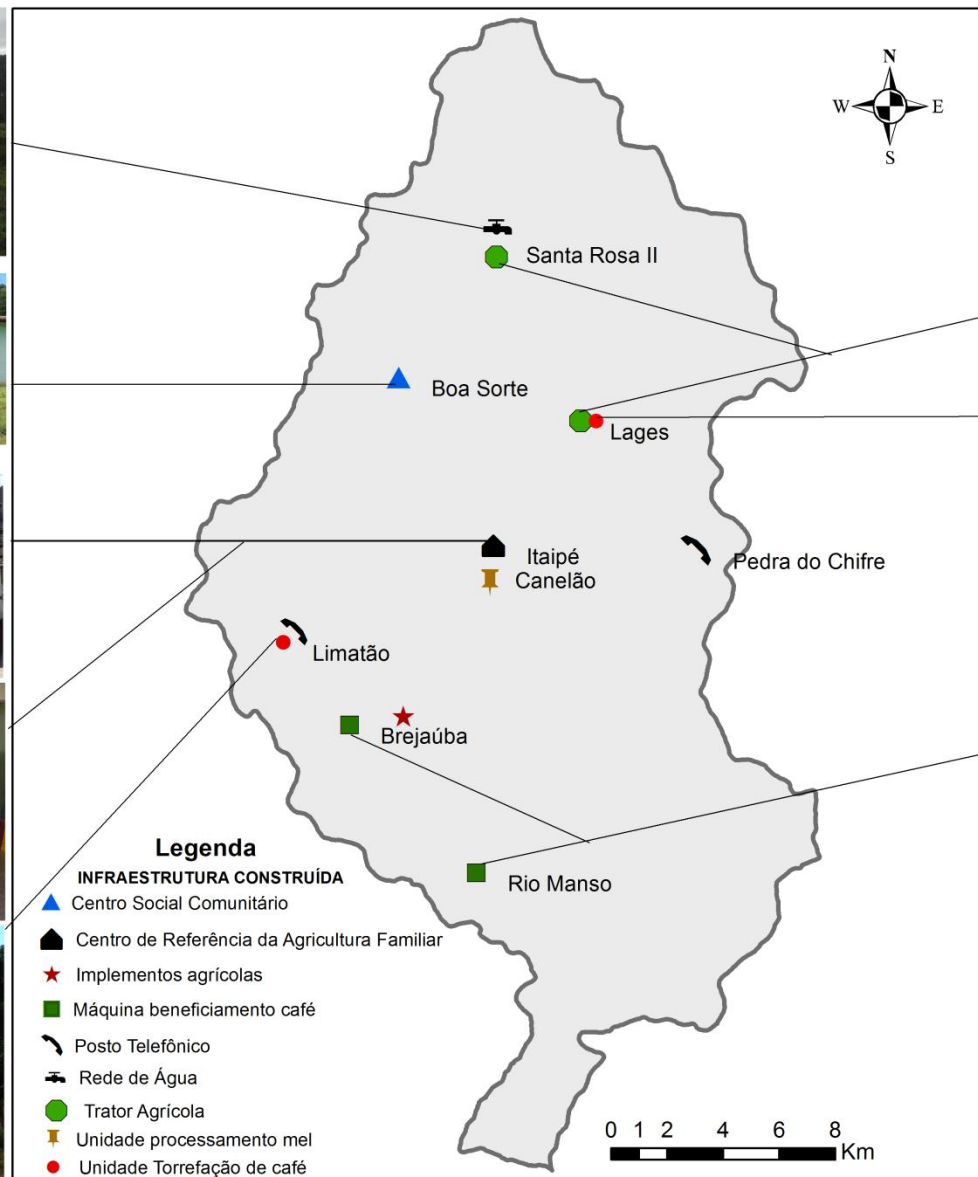
No segmento infraestrutura básica, o sistema de distribuição de água no Córrego da Santa Rosa II é de suma importância, pois há diversos estabelecimentos que não possuem nascentes e utilizavam água de poços rasos ou captadas em riachos, o que podia agravar a incidência de doenças por via hídrica⁶⁴. Com este projeto, 45 residências foram conectadas à rede de abastecimento de água, sendo esta captada de poço profundo e redistribuída por bombeamento. Para tanto, as famílias pagam uma taxa mensal de R\$ 10,00 para a associação local, que fica responsável por quitar as dívidas com gasto de energia elétrica, sendo o restante reservado para manutenção da rede.

Para evitar desperdício de água e consumo excessivo, a cada dois meses o responsável da associação confere os hidrômetros de cada domicílio e aqueles que ultrapassam a cota mensal devem pagar uma taxa extra por metro cúbico consumido. Esse mecanismo de autogestão permite que os moradores, por meio da associação, definam as regras e possam supervisionar e gerenciar seu próprio fornecimento de água local.

⁶⁴ No 4º capítulo trataremos especificamente dos sistemas de abastecimento de água rural, seu gerenciamento e quais programas governamentais financiaram nas demais áreas nos municípios de Itaipé e Carai.

MAPA 18

INFRAESTRUTURAS FINANCIADAS PELO PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL (PCPR) NO MUNICÍPIO DE ITAIPÉ



Sistema de coordenadas Geográficas
 Datum: Sirgas2000
 Base cartográfica: IBGE
 Fonte: IDENE e Trabalho de campo, 2014
 Elaboração: Claudinei Silva Pereira
 Orientador: Antonio Nivaldo Hespagnol

Os telefones comunitários⁶⁵ nos Córregos da Pedra do Chifre e do Limatão foram instalados como uma forma de reduzir as dificuldades de comunicação na área rural, mas no caso deste último foi desativado por dois motivos: a) possibilidade de utilização de telefones celulares; b) dificuldades da associação para pagar as contas telefônicas, pois muitos moradores que faziam uso do telefone não pagavam o valor correspondente e, com isso, a associação optou por retirar o aparelho. Em muitas localidades na área rural, as famílias possuem telefones celulares e quando querem realizar uma ligação vão até algum topo de morro elevado e conseguem captar o sinal proveniente da torre instalada nas proximidades da cidade de Itaipé. Com isso, perdeu importância nestas localidades a utilização de telefones comunitários, além da telefonia móvel dispor de planos com bônus e minutos grátis, tornando mais baratas as ligações do que se fossem feitas pelo telefone fixo.

No segmento social foram financiados o Centro de Referência da Agricultura Familiar e o Centro Comunitário Social no Córrego da Boa Sorte. O primeiro foi instalado numa ala do mercado municipal, sendo que este espaço é utilizado para as reuniões do CMDRS e também para recepção dos produtos provenientes da entrega do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município. O segundo foi construído para que a associação pudesse realizar suas reuniões e também organizar eventos culturais, tais como festa junina e bailes.

Para usos culturais o espaço está sendo pouco aproveitado, quando em 2014 ocorreu apenas um bingo beneficente para arrecadar recursos para a associação. Antes da construção do centro, as reuniões da associação eram realizadas na escola municipal que fica no mesmo terreno. Além do edifício do centro comunitário ter sido depredado por parte de alguns transeuntes que quebraram as vidraças e picharam as paredes, a destruição do patrimônio coletivo é um dos aspectos culturais que ainda perdura no comportamento de algumas pessoas, ao não valorizar os bens públicos que, de certa forma, beneficia os próprios moradores e demais indivíduos deste município. Torna-se mais prejudicial à medida que são escassos ou inexistentes, pois tais infraestruturas públicas podem ser instrumentos e meios necessários para fomentar melhorias nestas localidades. Tal realidade também é observada nas escolas rurais onde ocorrem depredações de vidraças, portas e até furtos de equipamentos e objetos pertencentes ao edifício.

⁶⁵ Os telefones instalados pelo PCPR são idênticos aos de uso residencial e a associação tem que pagar mensalmente pela manutenção da linha e pela duração da chamada. Ocorreu que algumas pessoas faziam as ligações e não pagavam posteriormente os respectivos valores pela chamada realizada, ficando os custos para a associação quitar. Em Carai houve os mesmos problemas em algumas associações, outras colocaram atendentes nos postos telefônicos para gerenciarem o equipamento.

Para muitas pessoas, o sentido de não pertencimento, em relação aos equipamentos públicos e infraestruturas coletivas reduzem, de forma significativa, os processos de fortalecimento do conjunto social para buscarem melhorias. A forte tendência ao individualismo, ao enaltecer apenas os bens próprios, vai à direção contrária da coletividade, que após anos de lutas, de viagens e de tempo dispendido, conseguiram que o poder público financiasse tais iniciativas. Ao mesmo tempo em que uma minoria depreca, desmerece e até questiona a função social e a importância destas instalações, sejam elas escolas ou centro comunitário, estes equipamentos coletivos são essenciais no processo de fortalecimento político, social e reivindicatório dos moradores da zona rural.

3.4.2. O PCPR no município de Carai

No município de Carai os projetos do PCPR foram avaliados pelo escritório local do IDENE de Araçuaí, que faz parte da diretoria do Vale do Jequitinhonha. Em razão da peculiar concentração da população nas vilas e povoados e dispersa em muitos Córregos, algumas ações foram implantadas em áreas consideradas urbanas deste município. A concentração, em parte, favoreceu o surgimento de associações com maior número de sócios e, provavelmente maior influência política no município, o que de forma indireta influenciou a EMATER e o CMDRS a priorizarem projetos de maior volume de recursos para estas localidades.

As ações financiadas foram em 10 modalidades e atenderam a 18 associações de agricultores e entidades não agrícolas. A estimativa é que as ações tenham beneficiado 1.898 famílias nas diversas localidades, de acordo com a relação de famílias cadastradas durante a proposição dos projetos. Diante das condições socioeconômicas e geográficas deste município serem muito diversas internamente, os recursos foram distribuídos em projetos que demandaram menores inversões. Em parte, o recurso foi suficiente para atender a determinada necessidade local, enquanto que em outros, foi apenas um meio de tentar conciliar o pouco dinheiro disponibilizado pelo programa para o maior número de localidades.

A maior parte dos recursos foi direcionada para projetos no segmento produtivo, tais como aquisição de tratores, de implementos agrícolas e de fabriquetas de farinha. Já o segmento infraestrutura básica apresentou menor inversão de capital, apesar de ter mais áreas beneficiadas. No segmento social os projetos tiveram quatro fins distintos. No total foram investidos pelo programa nas duas fases R\$ 738.441,99, conforme se verifica no Quadro 8.

Quadro 8 - Projetos financiados pelo PCPR I e II para as associações em Carai

Segmento	Projeto	Associação beneficiada	Nº Famílias beneficiadas*	Valor do projeto (R\$)
PRODUTIVO	Fabriqueta de farinha	Associação do Cava	60	27.486,80
		Conselho C.Maranhão	65	27.486,80
		Associação Francesinha	44	22.223,33
	Implementos agrícolas	Associação Barra Engano	60	38.637,36
		Associação dos Coimbras	40	38.548,85
Mecanização agrícola	Associação dos Coimbras	225	96.871,50	
	Associação Marambainha	153	84.227,27	
	Fabriqueta de ração	Associação Boa Esperança	43	16.841,36
INFRAESTRUTURA BÁSICA	Sistema abastecimento água	Conselho dos Ferreiras	44	49.136,09
	Telefone Comunitário	Conselho de Santo Antonio	32	8.687,36
		Associação dos Gomes	43	7.909,31
		Conselho do Maranhão	53	13.817,83
		Associação do Cava	51	8.144,82
		Associação Barra Engano	60	7.774,71
		Associação Córrego Onça	70	6.521,11
		Associação R. Capivara	70	7.381,66
		Associação C.Andorinhas	44	6.517,24
		Associação C.Engano	89	6.458,22
SOCIAL	Módulos sanitários	Associação Ribeirão de Capivara	8	27.486,80
		Associação Dos Rosas	23	68.453,42
	Centro Social Comunitário	Associação Marambainha	250	27.486,80
		Associação Boa Esperança	60	27.486,80
	Casa Assistencial	Associação Lar São Francisco	69	97.870,85
Creche Comunitária	Creche Vó Ricardinha (Ponto Marambaia)	42	27.708,58	
	Associação Vila Nova	200	85.147,97	
TOTAL	10	18	1.898	738.441,99

Fonte: Trabalho de campo, 2014 e IDENE.

*Poderá haver famílias beneficiadas em mais de um projeto, dependendo da associação que participa.

No segmento produtivo, as fabriquetas de farinha se destinam ao uso coletivo, nas quais as famílias produzem, geralmente para consumo próprio e algumas comercializam parte da produção. Quando o fazem, é vendido no mercado municipal ou mesmo para vizinhos que compram em pequenas quantidades. A fabriqueta da Associação da Cava/Caldeirão atende os agricultores destes Córregos e também do Curral, porém são poucos os cultivos de mandioca na área, pois nos últimos três anos a falta de chuva fez com que muitas plantações não se desenvolvessem. Além disso, para os moradores do Caldeirão e do Curral à distância e a dificuldade de transportar a mandioca até a fabriqueta interferem nos benefícios trazidos por esta infraestrutura. No distrito de Maranhão, a fabriqueta está na área urbana e os potenciais usuários estão nas imediações, contudo os estabelecimentos destes usuários são dispersos, devido à topografia muito acidentada e existência de médias e grandes propriedades, o que requer transporte motorizado para levar a mandioca da residência até a fabriqueta.

No município, a farinha sempre foi elemento central na dieta das famílias, em função de, historicamente, a população rural possuir alimentação diversificada, com produtos

agropecuários originados de seus próprios estabelecimentos. Com isso, as tendas de farinha eram encontradas em muitos estabelecimentos e aqueles que não possuíam, usavam as instalações de um vizinho. Devido aos laços de fraternidade e de sociabilidade mútua entre estes moradores, sempre ocorriam trocas de favores entre as famílias, pois se exigia muita mão de obra para arrancar, transportar e realizar as demais etapas no processo de produção da farinha. Quando a tenda estava localizada longe do estabelecimento do produtor da farinha, usavam-se burros com cangaia⁶⁶ e os homens também levavam nas costas sacos cheios de mandioca.

Contudo, nos últimos anos as tendas de farinha individual têm diminuído, pois muitos agricultores já não cultivam mandiocal, e, em razão da melhoria da renda e de mudanças dos hábitos alimentares com consumo de produtos industrializados, a farinha vem perdendo espaço na dieta alimentar de muitas famílias, tanto nas áreas rurais como urbanas. Das tendas de farinha coletivas, além das construídas pelo PCPR, há uma situada no povoado dos Ribeiros que foi implantada pela prefeitura de Carai no início da década de 2000.

Além da função alimentar, para muitas famílias a comercialização era uma forma de angariar recursos financeiros. Muitos agricultores saíam com burros carregados de sacos de farinha e deslocavam-se até a cidade de Araçuaí, que detinha maior mercado consumidor para vender seu excedente. Sintomático destas viagens com transporte com equinos é um lugar chamado “Pau das moças⁶⁷” na estrada que interliga as cidades de Carai e Araçuaí, que era o local onde os viajantes paravam para descansar por um tempo nas sombras de um arvoredo na beira da estrada (Figura 15).

Ribeiro (1997) abordou como as relações comerciais de proximidade foram fundamentais para interligar os diversos centros urbanos nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri ao longo do século XX, até que a integração do mercado nacional pela construção de rodovias na região ocasionou a redução das interações locais para se constituírem relações comerciais de média a longa distância com outras cidades.

⁶⁶Cangaia é um artefato usado para arrear burros para transportar objetos. Consiste em uma espécie de sela e dois balaios, feitos geralmente de taquara que é uma variedade de bambu flexível, permitindo transportar utensílios em maior quantidade e a longas distâncias.

⁶⁷Esta árvore já não existe mais, porém para preservar e demarcar a localidade foi construída ao redor uma estrutura em concreto. Símbolo de um tempo específico e de modos de organização societários também peculiares na região. Atualmente o veículo motorizado facilita a circulação de mercadorias e de pessoas, ao mesmo tempo em que renega modos culturais e de circuitos de comercialização de proximidade.

Figura 15 - Antigo “Pau das Moças” na estrada entre as cidades de Carai e Araçuaí.



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Os tratores agrícolas e os implementos foram direcionados às áreas com maior número de pequenos agricultores, além destas localidades apresentarem dificuldades de usufruírem dos tratores pertencentes à prefeitura ou mesmo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os Córregos dos Coimbra e Marambainha ficam na porção leste do município na Bacia Hidrográfica do Mucuri, onde a topografia apresenta colinas suaves e pequenas planícies fluviais, o que possibilita um maior aproveitamento dos tratores para arar os solos. Desta forma, estes dois tratores foram disponibilizados para possibilitar que os agricultores desta área do município pudessem mecanizar parte da etapa de arar o solo em seus estabelecimentos.

O trator que atende à Associação Barra do Engano foi adquirido com recursos proveniente de emenda parlamentar, mas não era equipado com arado, grade e carroceria e, por isso, o PCPR financiou estes equipamentos. Este trator atende aos Córregos da Barra do Engano, Piauí II, Cava, Caldeirão e Inveja, porém devido à distância para os Córregos do Cava e Caldeirão os produtores afirmaram que é muito difícil utilizar o maquinário, pois é cobrado o tempo de deslocamento até a propriedade, tornando caro o serviço e as áreas que aram são pequenas, não compensando utilizar este equipamento. Outro fator que dificulta a utilização do trator está relacionado à falta de chuva, que gera receio dos agricultores devido aos prejuízos constantes e que podem ser potencializados, caso investissem em cultivos maiores.

No segmento infraestrutura básica, os telefones comunitários são importantes para reduzir as dificuldades de comunicação no meio rural, muito em função das longas distâncias existentes entre estas localidades e a cidade de Carai. Por exemplo, no caso do Córrego do

Ribeirão Capivara, distante cerca de 40 km da cidade, o telefone pode ser muito útil para chamar a ambulância em casos de emergência, pois é escassa a presença de veículos particulares nas proximidades. O uso do telefone varia entre as localidades, enquanto uns estão praticamente desativados devido à dificuldade de gerenciar o uso, outros têm organização peculiar, tal como nos Córregos da Barra do Engano e do Engano onde existem telefonistas que recebem mensalmente para ficarem nos postos atendendo as ligações e anotando recados direcionados aos moradores⁶⁸. Entretanto, a manutenção constante de pessoas com jornada de trabalho e horários específicos poderá trazer complicações no que se refere a direitos trabalhistas requeridos por estes indivíduos. Desta forma, mesmo que os telefones comunitários nestas duas associações estejam funcionando de forma satisfatória, seria pertinente encontrarem outra maneira de gerenciar seu uso, para evitar eventuais custos futuros com dívidas trabalhistas e outros direitos vinculados, passíveis de requisição por meio de ação judicial.

O sistema de água no Córrego dos Ferreiras atende as residências situadas em dois vales, por meio de captação de água em duas nascentes e é composto por dois reservatórios de caixas de polietileno, sendo a água redistribuída por gravidade e não há cobrança de taxas para manutenção do sistema.

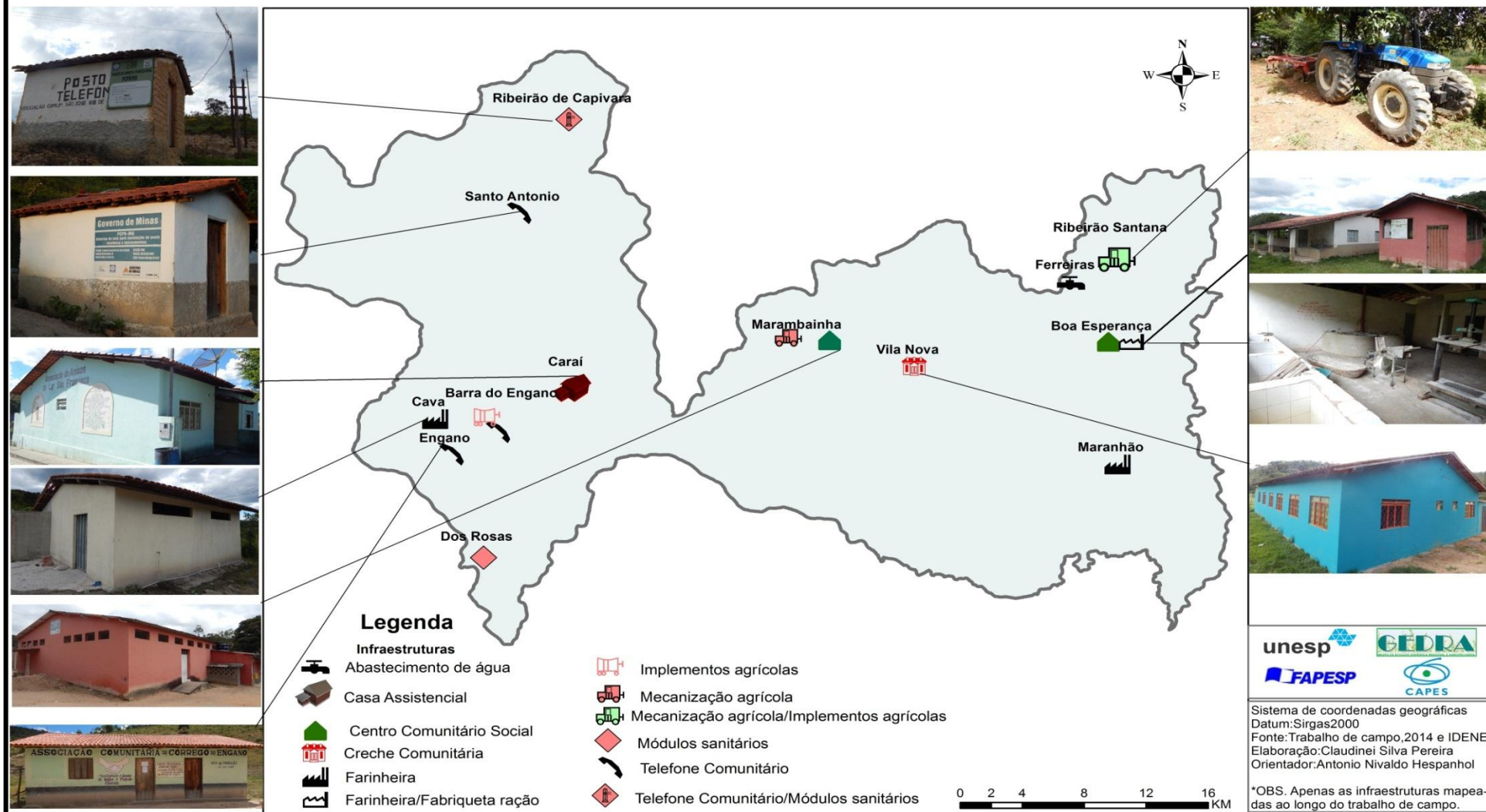
No Mapa 19 são indicadas as ações por localidade no município de Carai, contudo só constam aquelas infraestruturas que pudemos mapear ao longo do trabalho de campo, sendo que algumas não foram possíveis, pois não sabíamos de sua existência naquele período, só posteriormente quando requisitamos as informações junto ao IDENE.

No segmento social destaca-se a construção da creche comunitária que fica no povoado Vila Nova, distante 5 km da sede do distrito de Ponto Marambaia. Este povoado tem 200 residências e a creche visa atender às crianças desta localidade e aquelas que vivem nas imediações. Já a creche de Ponto Marambaia tem alcance reduzido e é voltada para a sede do distrito, apenas. A construção das creches, além de serem espaços educativos, de socialização e de inserção de crianças, possibilitam que as mães possam ao longo do dia realizar atividades laborais fora de seus domicílios. Isso se torna um importante mecanismo de inserção social e de valorização do gênero feminino, muito mais amplo do que o vinculado apenas às atividades de zeladoras do lar, como historicamente foram relegadas socialmente.

⁶⁸As atendentes recebiam pagamentos de aproximadamente R\$ 300,00 por mês para ficarem de plantão onde estava localizada a cabine do telefone, e são jovens dos respectivos Córregos da Associação. Contudo, a Associação da Barra do Engano, segundo o presidente da associação nos afirmou em entrevista que a associação não se responsabilizava pelo telefone, deixando esta função para um grupo de moradores que utilizam do equipamento.

MAPA 19

INFRAESTRUTURAS FINANCIADAS PELO PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL (PCPR) NO MUNICÍPIO DE CARAÍ*



A Casa Assistencial está na sede do município e seu objetivo é atender moradores da área rural que necessitam pernoitar na cidade quando estão em tratamento de saúde fora do município e sua condução sai muito cedo ou quando são transportados por veículos da prefeitura; também acolhem gestantes próximas do período de parto que precisam estar próximas do hospital, em caso de urgência no atendimento. Os custos para manutenção da Casa Assistencial são pagos pela prefeitura e a gestão é realizada pela Associação do Lar São Francisco vinculada a Igreja Católica do município. Enquanto os centros comunitários no Distrito de Marambainha e no Córrego da Boa Esperança são direcionados para atividades culturais e realização de reuniões destas associações, contudo em Marambaia o PCPR financiou apenas a reforma do edifício que já era usado como sede social.

Os módulos sanitários nos Córregos Dos Rosas e do Ribeirão Capivara são parte das ações de melhorias das condições habitacionais, para aquelas pessoas de menor poder aquisitivo, pois ainda são diversas residências na área rural que não contam com banheiro doméstico. Ressalva deve ser feita para esta ação, pois se investiu em sanitários, mas estas localidades não contam com sistemas de distribuição de água. No caso do Ribeirão Capivara a situação é mais emblemática, pois as famílias têm dificuldades de acesso à água, pois alguns córregos secam no período da estiagem. Desta forma, existe incoerência no financiamento desta infraestrutura ao não dar prioridade de garantia de acesso à água nestes Córregos, juntamente com a implantação dos módulos sanitários.

Para minimizar a situação de vulnerabilidade ao acesso a água, a Organização Não Governamental (ONG) Caritas Diocesana de Araçuaí firmou convênio com a Fundação Banco do Brasil, por meio do Programa Um Milhão de Cisternas no Semiárido (P1MC), para construção de centenas de cisternas de placas no município, visando armazenar água para atender às famílias nestas localidades, sobretudo, durante o período de estiagem⁶⁹.

Em virtude das peculiaridades do município, os projetos contemplaram ações que para as associações seriam de alta relevância, tais como: a) os telefones comunitários para reduzir as dificuldades de comunicação na área rural; b) os sistemas de abastecimento de água, em função da dificuldade de acesso a água potável de boa qualidade; c) as fabriquetas de farinha; d) a aquisição de tratores para potencializar a produção de alimentos nas pequenas propriedades e; e) a creche comunitária para permitir que as mulheres possam trabalhar fora da residência ao longo do dia.

⁶⁹ Este e demais programas de acesso à água serão detalhados no capítulo 4.

A análise comparativa entre as ações financiadas pelo PCPR nos municípios de Itaipé e Carai apresentam pequenas variações no que concerne ao segmento produtivo, pois em Itaipé houve investimentos para beneficiamento e processamento de café, tal era a importância desta cultura agrícola. Já em Carai as fabriquetas de farinha buscam incentivar a produção deste alimento na dieta local e ampliar a sua comercialização. As demais ações como centros comunitários e tratores agrícolas apresentam semelhanças em termos de prioridade. A Casa Assistencial tem sua importância devido às maiores dificuldades de transporte na área rural de Carai e esta ação possibilita fortalecer os mecanismos de acesso ao sistema de saúde para as pessoas.

A partir das análises, entendemos que o PCPR não foi capaz de gerar modificações nas estruturas produtivas nestes municípios que os discursos do Governo de Minas Gerais e do Banco Mundial enfatizam sobre a autonomia das comunidades ao induzir elementos pertinentes ao desenvolvimento local. Os projetos financiados para as diversas localidades foram e são importantes ao propiciarem melhorias nas infraestruturas e permitirem que as próprias associações coordenem e gerenciem o uso destes equipamentos, mas está aquém de suscitar transformações estruturais do ponto de vista do combate à pobreza e de ser fator aglutinador do associativismo. Ademais, o total de investimentos por município foi insignificante dada a dimensão territorial e a quantidade de pessoas que vivem na área rural, além das deficiências estruturais e de serviços básicos nestes espaços.

A redução da pobreza na dimensão renda que o programa visa atingir, ao menos nos dois municípios, não está sendo constatada, pois, das infraestruturas financiadas a que tem maior potencial de aumentar a geração de renda são os tratores agrícolas que podem impulsionar a expansão de áreas cultivadas nas propriedades e reduzir o custo de produção, porém mecanizar o preparo de solo é insuficiente, pois faltam, ainda, recursos financeiros para aquisição de fertilizantes e corretivos, adoção de pequenos sistemas de irrigação que reduzem a interferência da falta de chuva, bem como a criação e fortalecimento dos mecanismos de comercialização da produção local nos municípios. Sem incentivar de forma efetiva a expansão e diversificação da produção agrícola para autoconsumo e geração de excedentes para comercialização, a pobreza rural não será superada, pois sem uma agricultura próspera que dê meios para as pessoas continuarem a viver no lugar não haverá desenvolvimento rural.

Estes argumentos baseados em López (2004) que ao analisar Cooperativas agrícolas na Espanha, mais precisamente na Comunidade Valenciana, mostra que um dos meios para melhorar as condições de vida da população rural é fortalecer a agricultura e os canais de

comercialização de sua produção, pois isso permite assegurar a manutenção da população no campo, além da necessidade de investir em infraestruturas que deem a estes residentes as mesmas possibilidades de acesso à equipamentos culturais, renda e condições de vida semelhantes aos da população urbana.

Contudo, entendemos que o PCPR foi importante para organizar as pessoas na busca de um objetivo comum, que foi o princípio do associativismo e por meio dele reforçar a participação política de muitas pessoas nas diferentes localidades. O espaço rural nestes municípios foi, historicamente, apenas receptáculos de algumas iniciativas governamentais impostas, mas que não atendiam às necessidades mais urgentes das localidades. O fato das associações passarem a serem as proponentes de seus projetos reforçou o elo entre estas organizações rurais e instituições como a EMATER e, em menor proporção, com as secretarias de agricultura municipais. Pertinente também foi à definição *a priori* dos montantes financeiros destinados a cada município, ao reduzir as ingerências políticas na distribuição dos recursos, elemento que historicamente faz parte da cultura política brasileira. Isso possibilita construir e reforçar nos indivíduos a prerrogativa de que quando se unem conseguem aumentar seu poder político e pressionar o Estado para a construção de novas abordagens sobre o rural e de valorizar os agricultores como indivíduos não apenas vinculados à produção de alimentos, mas também como cidadãos dotados de valores culturais, sociais e historicamente vinculados aos seus espaços.

O enfoque social e participativo, de forma global, fomenta “participar nos assuntos públicos também se aprende participando e este aprendizado na participação tem, por sua vez, duas vertentes: a população deve mudar suas atitudes participativas e as autoridades têm de aprender a aceitar a participação cidadã e a eliminar os obstáculos que a dificultam⁷⁰” (RED RURAL NACIONAL, 2011, p. 5).

Pessôa (2012) analisou a atuação do PCPR em alguns municípios no médio Vale do Jequitinhonha e constatou a melhoria que os projetos trouxeram para as comunidades beneficiadas, contudo frisou a baixa capacidade destas ações de gerarem transformações substanciais, dadas as dificuldades de produção das matérias primas agrícolas, em razão dos longos períodos de estiagens e das frágeis possibilidades de inserção da produção em mercados consumidores expressivos.

⁷⁰Do original: *A participar en los asuntos públicos también se aprende participando y este aprendizaje en la participación tiene, a su vez, dos vertientes: la población ha de cambiar sus actitudes participativas y las autoridades han de aprender a aceptar la participación ciudadana y a eliminar los obstáculos que la dificultan.*

Quando vinculamos a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (SEDINOR) e sua atuação nestas macrorregiões de Minas Gerais, verificamos que há desafios a serem enfrentados por meio da agência operativa IDENE, que concernem aos recursos financeiros, pois esta secretaria não possui dotações orçamentárias próprias para aprimorar os programas e dar continuidade às ações na região. Segundo o diretor da IDENE da seção Araçuaí, cada programa possui verba específica e tempo de duração determinado, dessa forma, os funcionários não têm meios financeiros para fazerem acompanhamento dos projetos, analisar seus êxitos e dificuldades após o período de vigência do mesmo. Dessa forma, não conseguem avaliar as reais implicações que o programa trouxe para as áreas atendidas, bem como de aperfeiçoarem os instrumentos necessários para a melhoria das políticas executadas pela agência.

Assim, se faz necessário que o Governo de Minas Gerais disponibilize anualmente recursos do orçamento para a SEDINOR e, conseqüentemente, para o IDENE com o intuito de aperfeiçoar os programas, criar novos e buscar articulá-los para potencializar a capacidade de transformação nestas localidades. A desvinculação de programas torna-se empecilho para o aprimoramento, tanto das instituições proponentes como para os possíveis beneficiários. Ao findar os investimentos do PCPR, toda a organização inicial envolvendo IDENE, CMDRS, EMATER e associações de agricultores foi afetada, por não haver continuação por parte do Estado no provimento de recursos para ampliação das áreas atendidas e aproveitamento da estrutura de participação consolidada que permitisse que os aprendizados e erros cometidos fossem utilizados para atuar conjuntamente em outras ações para seu aperfeiçoamento.

Nesse sentido, faltou criar canais de cooperação entre, por exemplo, as associações beneficiadas para aprenderem como as demais a gerenciarem seus projetos e poderem construir mecanismos de melhoria da participação dos indivíduos para reforçar o empoderamento coletivo e fortalecer os elos políticos destas organizações rurais.

No caso específico do PCPR, para a aprovação dos projetos e análise de viabilidade econômica, técnica e social foram contratados diversos profissionais, em regime de trabalho temporário para realizarem parte destas atividades, mas quando se encerrou o programa estes foram demitidos e toda a experiência do aprender fazer não se valorizou e simplesmente se perdeu. Para cada novo programa são necessários novos funcionários, tempo e capital humano para a sua elaboração e implementação, o que gera potenciais erros e inadequações que poderiam ser evitados, caso fossem mantidos os profissionais que já atuaram em outros programas e que acumularam o conhecimento das realidades socioeconômicas, naturais e históricas das áreas de atuação do IDENE.

3.5. Infraestruturas das Secretarias de Agricultura

O setor agropecuário nos municípios de Carai e Itaipé é gerenciado pelas secretarias municipais de agricultura. Além das estruturas destas secretarias, as prefeituras realizaram convênio com a EMATER, que para o funcionamento de escritórios nestes municípios, prevê o repasse mensal pelas prefeituras para os pagamentos do salário dos funcionários e de despesas para a manutenção dos prédios, e em contraposição a EMATER disponibiliza seus aparatos institucionais e de assistência técnica.

As secretarias contam com efetivos de servidores diferentes. Em Carai há um técnico extensionista em agropecuária, porém suas atividades são restritas ao atendimento das demandas internas da secretaria, que raramente pode e realiza visitas aos estabelecimentos rurais. Itaipé, por outro lado, não possui este tipo de profissional, pois a prefeitura abriu concurso público para esta função, porém não houve demanda pela vaga em razão do baixo salário ofertado, que na época era em torno de 1 salário mínimo. No quadro 9 a relação de funcionários por secretaria de agricultura. As secretarias de agricultura não possuem verbas vinculadas ao orçamento anual dos municípios, apenas recebem recursos para manutenção das funções burocráticas, tais como diárias e despesas de custeio. Desta forma, não possui meios financeiros para implantarem projetos na área rural, ficando na dependência das parcerias realizadas para execução de programas estaduais ou federais.

Quadro 9 - Relação de funcionários das secretarias de agricultura de Carai e Itaipé (2014)

Cargos na Secretaria de Agricultura Carai	Cargos na Secretaria de Agricultura de Itaipé
Secretário de agricultura	Secretário de agricultura
1 nutricionista PAA	2 auxiliares da secretaria
1 técnico extensionista agropecuário	1 funcionário no setor de meio ambiente
2 ajudantes na entrega dos produtos do PAA	2 operadores de máquinas
1 técnica coordenadora do PAA	2 motoristas
1 secretária da secretaria	
2 funcionários no setor de meio ambiente	
2 ajudantes de serviços gerais (limpeza)	

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A assistência que a EMATER de Itaipé vem prestando, envolve a implementação dos programas federais e estaduais no município. Atualmente coordena o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e elabora os projetos técnicos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O quadro de funcionários é composto por um técnico em extensão agropecuária, uma extensionista em Bem Estar Social e uma auxiliar de escritório.

Por contar apenas com um técnico em agropecuária não são realizadas visitas técnicas nas propriedades rurais, pois passam a maior parte do tempo trabalhando na elaboração projetos técnicos e na burocracia dos programas em execução. Os agricultores que entrevistamos reclamavam da falta de assistência no município, seja a oferecida pela EMATER, seja pela secretaria de agricultura, que no caso desta última não tem nenhum aparato de assistência ao produtor rural. Os únicos agricultores que às vezes são visitados pelo técnico da EMATER são aqueles que participam do PAA ou realizam outro projeto muito específico, tal como declarado pela Extensionista em Bem Estar Social em entrevista realizada no mês de setembro de 2014, na qual informou que visita duas vezes ao ano quinze produtores de café, em um convênio celebrado com a EMBRAPA Café.

O escritório da EMATER em Carai, até início de 2014, contava com um técnico extensionista, porém este se aposentou, e um auxiliar administrativo que é funcionário cedido pela prefeitura. Com a aposentadoria do extensionista, para o escritório não ser fechado, todas as quartas-feiras o técnico do escritório da EMATER de Itaipé se desloca até Carai e presta orientação para os agricultores e assina a documentação pendente, dentre eles os projetos de financiamento do PRONAF.

O descompasso existente entre as estruturas administrativas direcionadas ao setor agropecuário nestes municípios contrasta com a importância que área rural e suas populações têm para a manutenção destas localidades. Como frisamos, a maior parte da população é rural, além de serem importantes fornecedoras de alimentos, absorve a maior quantidade dos recursos provenientes das transferências governamentais que propiciam a movimentação do comércio local e a garantia das estruturas financeiras das prefeituras.

O descaso torna-se maior quando analisamos como são geridos os maquinários (tratores, motoniveladoras, caminhões) que são direcionados à prestação de serviços na área rural. Ao visitarmos os pátios das garagens municipais, a maior parte dos veículos estavam quebrados ou em péssimo estado de conservação, refletindo o abandono e descaso para com os recursos públicos e com as infraestruturas do município. Os dois tratores agrícolas da secretaria de agricultura de Itaipé estavam quebrados, segundo informou o secretário da pasta, em entrevista concedida no mês de agosto de 2014. Para seu conserto havia sido requisitado verbas junto à secretaria de planejamento do município, mas esta relutava em liberar o dinheiro necessário. Isso reflete a forma como são coordenadas as políticas municipais voltadas para a área rural.

Em 2014 por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) do Governo Federal foram doados maquinários para todos os municípios brasileiros com até 50 mil

habitantes, sendo que aqueles situados na área do semiárido receberam também um caminhão pipa, voltado para abastecimento das cisternas nos domicílios rurais nos períodos de estiagem prolongada, tal como ocorreu em Carai, que por estar nesta área foi contemplado (Quadro 10). Com estes novos equipamentos será possível melhorar a prestação de serviços na área rural, apesar das dificuldades de gerenciamento destes equipamentos pelas prefeituras.

Quadro 10 - Maquinários disponíveis por secretária de agricultura nos municípios de Itaipé e Carai (2014)

Itaipé	Carai
2 caminhões caçamba (1 PAC 2)	2 caminhões caçamba (1 PAC 2)
2 caminhões de carrocerias (PRONAF)	2 caminhões de Carroceria (PRONAF)
2 retroescavadeira (1 PAC 2)	3 retroescavadeiras (1 PAC 2)
2 motoniveladoras (1 PAC 2)	2 motoniveladoras (1 PAC 2)
2 tratores agrícolas	2 tratores agrícolas
1 caminhonete Fiat Estrada	1 trator Pá carregadeira (PAC 2)
1 caminhão baú	1 caminhão pipa (PAC 2)

Fonte: Trabalho de Campo, 2014, dados fornecidos pelas secretarias de agricultura.

Em setembro de 2014, os dois tratores agrícolas da prefeitura de Carai encontravam-se quebrados, sem as grades de arado, sendo que um não possuía rodas e estava com o motor danificado, enquanto que o outro precisava apenas de pequenos reparos. De acordo com o secretário de agricultura do município, em entrevista concedida no mês de setembro de 2014, estes tratores estavam quebrados desde a administração anterior (2009 a 2012) que deixou para a atual todos os maquinários da prefeitura em precário estado de conservação. Destes, destaca-se o caminhão que fora doado pelo PRONAF que se encontrava numa oficina mecânica em Teófilo Otoni há mais de um ano e a prefeitura estava tentando leiloá-lo devido ao alto custo do conserto. Assim, os tratores agrícolas e outros maquinários não funcionavam por causa de má gestão no uso dos mesmos, causando restrição de serviços na área rural.

Isso explica o fato dos agricultores, ao longo do trabalho de campo, relatarem a dificuldade e muitas vezes impossibilidade de conseguirem agendar o trator da prefeitura para preparo de solo, sendo que em determinados anos o mesmo só era disponibilizado para alguns Córregos após o período de plantio.

Além dos maquinários pertencentes às prefeituras, as associações de agricultores e os sindicatos dos trabalhadores rurais possuem tratores agrícolas voltados para preparo de terras. Isso possibilita que haja melhor organização na oferta destes equipamentos nos dois municípios, contudo expressivas áreas não são atendidas pelos mesmos, devido à distância ou a demanda concentrada próximo aos períodos de plantio que restringem o acesso ao serviço para menos agricultores.

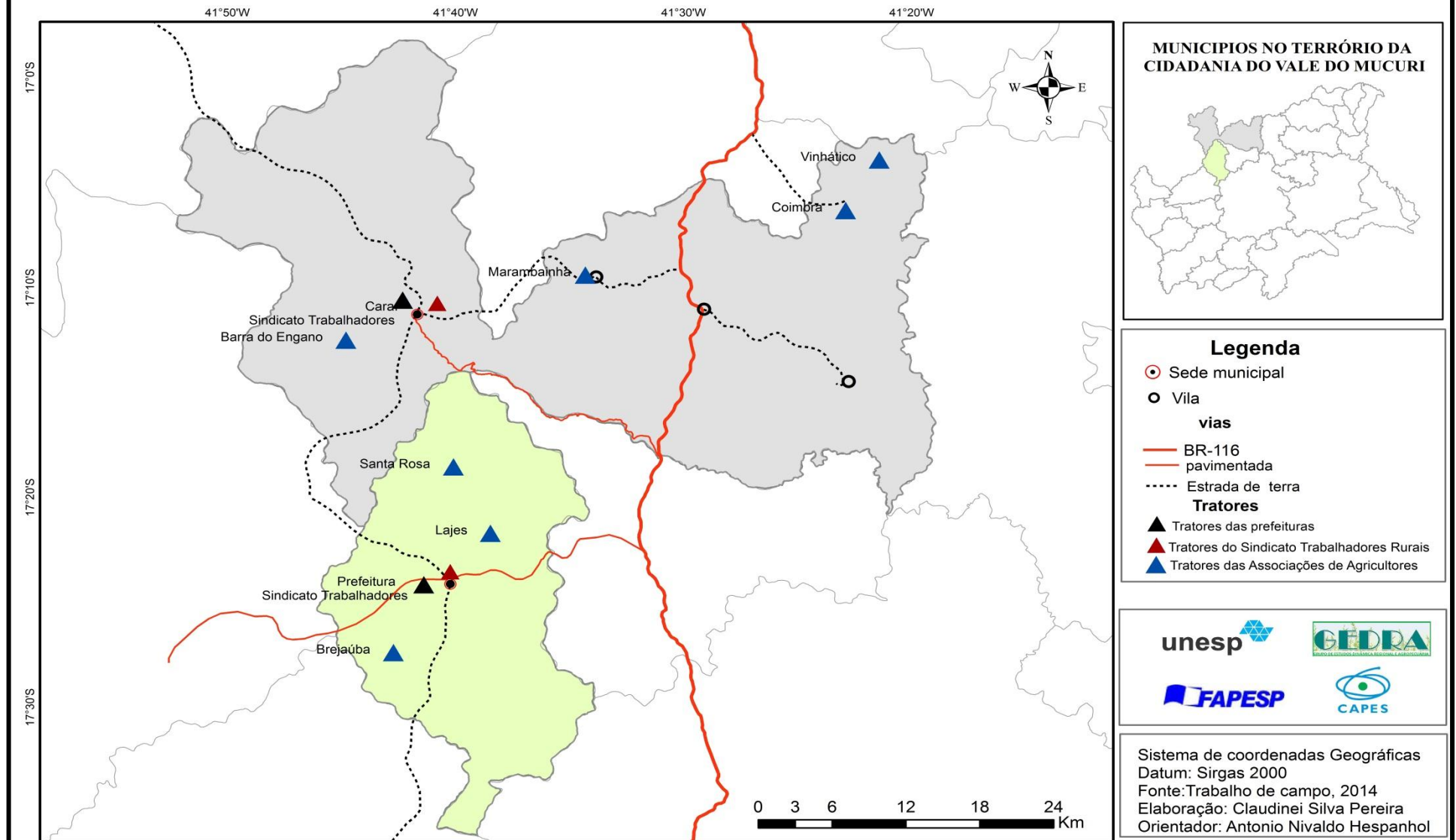
Os tratores agrícolas das associações nestes municípios têm pouco tempo de uso, pois foram doados por meio do PCPR (dois em Itaipé; dois em Carai) e um por emenda parlamentar a Associação Córrego Barra do Engano, mas eles atuam apenas nos Córregos de jurisdição da respectiva associação. Itaipé conta ao todo com seis tratores, sendo que o mais antigo pertence à Associação de Agricultores do Córrego da Brejaúba que o recebeu em início da década de 1990. Nestes municípios, até muito recentemente, os tratores agrícolas que existiam eram os das prefeituras, mas sua capacidade de atender a demanda era restrita, devido à ineficiência no gerenciamento dos maquinários e por serem poucos. Na última década os dois sindicatos dos trabalhadores rurais adquiriram também tratores que veio a somar aos demais existentes. Isso evidencia que a agricultura nestas localidades era realizada, em grande parte, apenas com o uso da enxada, o que corroborava para a baixa dimensão dos cultivos temporários e a elevada demanda por mão de obra. Com estes tratores, os agricultores podem aumentar as áreas de cultivos e reduzir custos produtivos relativos ao preparo do solo, além de potencializar a produtividade nas lavouras temporárias.

O custo hora/trator variava nestes municípios de 25 a 40 reais dependendo das associações e se os usuários são associados das mesmas ou não, já no caso dos sindicatos e das prefeituras o custo era entre 35 a 40 reais, quando os produtores são filiados aos sindicatos. Muitos dos pequenos produtores, devido às restrições do tamanho do estabelecimento e da topografia desfavorável, não usavam este equipamento. Outros tantos não usavam devido à dificuldade de acesso aos tratores das prefeituras e dos sindicatos, principalmente aqueles estabelecimentos que estão mais distantes das sedes urbanas, pois em termos de custo benefício era custoso para estes órgãos, daí certa seletividade para atender áreas dos municípios, enquanto em outros praticamente inexistia tal prestação de serviços, em que podemos citar em Itaipé os Córregos de Pedra D'Água, Caroca e Nogueira; em Carai os Córregos na vertente norte do município. Estes fatores são parte intrínseca da situação geográfica dos Córregos, seja pelos fatores de proximidade ou distância e, não menos importante a dimensão política e função social que a agricultura familiar tem para as prefeituras, em que se privilegiam certas áreas em relação a outras.

No Mapa 20 indica a localização dos tratores agrícolas de uso público e os respectivos responsáveis por sua gestão e a situação geográfica destes equipamentos em relação aos Córregos mais afastados nestes municípios, que são também aqueles que menos acessam estes equipamentos para as atividades agrícolas.

MAPA 20

LOCALIZAÇÃO DOS TRATORES AGRÍCOLAS POR PROPRIETÁRIOS NOS MUNICÍPIOS DE CARAÍ E ITAIPÉ (2014)



Assim, como há negligência na oferta de tratores agrícolas, também há os mesmos problemas no que concerne às máquinas (motoniveladoras) para a conservação das estradas nestas áreas mais afastadas. Desta forma, os agricultores são prejudicados com a má gestão dos serviços públicos municipais, muito em razão da ausência de manutenção periódica dos equipamentos, que quase sempre estão quebrados, devido à omissão para com certas áreas municipais, quando estas são caracterizadas por pequenos estabelecimentos e por agricultores de baixa renda e de pouca influência no jogo político nestes municípios.

A resultante destes acontecimentos de âmbito local reflete na consecução de outros programas governamentais que estão em execução nestes municípios. Veremos no item seguinte como o PRONAF tornou-se na última década um dos mecanismos para o agricultor financiar parte dos seus empreendimentos e buscar novas formas de diversificação da renda agropecuária, em que pese na escala municipal as diversas problemáticas relacionadas a agropecuária.

3.6. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁷¹ (PRONAF) foi criado em 1996 pelo Governo Federal, em um momento de pressão dos movimentos sociais do campo e dos sindicatos rurais que reivindicavam políticas públicas para o pequeno agricultor que enfrentava dificuldades de acesso ao crédito e a terra, ao passo que até então as políticas agrícolas e os recursos eram canalizados aos agricultores mais capitalizados. Inicialmente, o programa começou com uma linha de crédito de custeio e, posteriormente, houve a ampliação do programa com as modalidades de crédito de investimento e Infraestrutura e Serviços Municipais, sendo que esta última direcionada para os municípios com grande presença da agricultura familiar, por meio do qual poderiam adquirir maquinários e modernizar infraestruturas para apoiar o pequeno agricultor (CAZELLA, *et al.*, 2004; HESPANHOL, 2006).

Além do crédito, os municípios obrigatoriamente deveriam constituir Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), composto por representantes da sociedade civil e do poder público municipal para, num processo democrático e participativo, selecionar as áreas que seriam beneficiadas e aumentar a eficácia dos recursos alocados. Desta forma, esse programa foi o propulsor da concepção de desenvolvimento rural e sustentável no

⁷¹Os recursos para o PRONAF provêm predominantemente do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Fundos Constitucionais, do Tesouro Nacional e da Poupança Rural (CONTI e ROITMAN, 2011).

Brasil, além de incluir o segmento da agricultura familiar nas políticas de crédito agrícola, que até então, historicamente, haviam sido marginalizadas do acesso (ORTEGA, 2008).

Por ser uma política de crédito rural direcionada aos agricultores menos capitalizados, foram estabelecidas diferentes linhas de financiamento para atender aos diferentes perfis do público alvo. Desta forma, é importante salientar que o financiamento está atrelado à conjuntura macroeconômica e política nacional no que concerne à destinação de recursos para o setor agropecuário, sendo que a vertente do agronegócio patronal recebe majoritariamente os recursos do setor, enquanto que para a agricultura familiar é destinada montante inferior (HESPANHOL, 2010).

Dentre as linhas de crédito voltadas aos agricultores familiares foi criado em 2000 o Grupo B do PRONAF, que é a linha de microcrédito que teve expansão a partir de sua incorporação nas estratégias do Programa Fome Zero (2003) e tem como objetivo reduzir à pobreza no campo por meio da concessão de empréstimo de valores baixos para que o agricultor possa realizar pequenos investimentos e, conseqüentemente, inseri-lo na lógica da produção (com retornos econômicos que garantam a quitação do empréstimo), também associados a estímulos para diversificação da produção agropecuária nos pequenos estabelecimentos rurais (SOUSA, *et al.*, 2010).

Para este grupo, caso as parcelas sejam quitadas até a data do vencimento, é concedido bônus de adimplência de 25% sobre cada parcela. Ademais, aos municípios que estão na área do Semiárido e são vulneráveis às secas, o bônus é de 40%. Além disso, neste grupo, a duração do empréstimo é de dois anos, sendo que a primeira parcela vence após um ano da assinatura do contrato. Lembrando que estas diferenças no programa são resultantes do processo atual de regionalizações com fins de planejamento e de implementação de políticas públicas, seja na região Nordeste, ou propriamente para parte do estado de Minas Gerais, tal como abordamos no capítulo I.

No Plano Safra 2013/2014 os empréstimos para o Grupo B variaram de R\$2,5 mil a R\$3,5 mil, quando adotada a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) para agricultores com renda bruta familiar anual de até R\$20 mil (SAF/MDA, 2014).

A metodologia do PNMPO estabelece que a instituição proponente do crédito ou por organizações conveniadas do tipo Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) disponibilizem funcionários treinados que se desloquem às sedes dos municípios ou comunidades de interesse do programa e apresentem seu funcionamento e deem todas as

orientações no que concerne à educação financeira, além de sugestões sobre viabilidade financeira e técnica dos projetos para os agricultores familiares. Além disso, posteriormente, há acompanhamento amostral dos beneficiários para averiguar se os recursos foram aplicados de acordo com o projeto de contratação do crédito.

Na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) por meio de convênio com o Instituto Nordeste de Cidadania administra o Programa Agroamigo⁷² que é direcionado ao público B do PRONAF e utiliza a metodologia do PNMPO para expandir o alcance do programa em termos de contratos, contribuir no combate à pobreza rural e visa impulsionar a financeirização consciente do pequeno produtor rural, pois o BNB incentiva a abertura de conta corrente para que o agricultor possa depositar pequenas quantias e esta sirva para futuramente quitar a dívida do empréstimo do PRONAF e, assim, ter direito ao bônus de adimplência (BANCO DO NORDESTE, 2014).

O PRONAF, além do grupo B, atende os agricultores em outras linhas de crédito que se vinculam as características econômicas, de gênero e do tipo de exploração produtiva e de rendimentos do estabelecimento rural. Assim, neste grupo variado, tem-se destacado o Banco do Brasil como principal agente de crédito no cenário nacional (CONTI e ROITMAN, 2011), enquanto o Banco do Nordeste é o principal financiador do Grupo B no país, apesar de atuar exclusivamente na área de atuação da SUDENE (SOUSA, *et al.*, 2010).

De acordo com Sousa *et al.* (2010) ao analisarem o crédito ofertado pelo BNB entre 2000 a 2008, 42% dos contratos foram contraídos por mulheres, o que evidencia maior inserção econômica das mulheres agricultoras.

Segundo relatório do Banco do Nordeste (2014) dos agricultores que acessaram o Agroamigo (Pronaf B), 85% possuem renda familiar anual inferior a R\$ 10.000, indicando a prioridade do banco em atender o segmento da população de baixa renda no campo, e 47% dos contratos foram assinados por mulheres.

Quando analisamos os indicadores do Agroamigo para a área de atuação do Banco do Nordeste ao longo do período de 2010 a 2014 (Tabela 14), observamos que a carteira de crédito teve expressivo aumento, incorporação de novos clientes, e a especificidade que a média em reais dos contratos é relativamente baixa, sendo de R\$ 1.810 em 2010, chegando a

⁷² O Agroamigo foi criado em 2005 sendo um programa de microcrédito rural (Grupo B do PRONAF) operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Atua na área de abrangência da SUDENE nos estados da região Nordeste, nos municípios de Minas Gerais e Espírito Santo.

R\$ 3.772 no ano de 2014. Estes dados indicam que o programa ainda está em expansão para atender as demandas do agricultor familiar situado no Grupo B do PRONAF.

Tabela 14. Indicadores do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste para todos os estados atendidos no período de 2010 a 2014, e exclusivamente para o Estado de Minas Gerais (2014)

INDICADOR DE ALCANCE	2010	2011	2012	2013	2014
Carteira Ativa (R\$ Mil)	831.399,00	1.090.946,	1.334.881	1.678.541	2.710.919
Cientes Ativos	652.642	735.809	758.530	734.265	940.265
Cientes Novos Atendidos	220.703	184.406	103.717	117.663	147.546
Cientes atendidos (acumulados)	868.288	1.052.694	1.156.411	1.274.074	1.421.620
Quantidade de Operações Contratadas	329.105	366.681	375.088	421.482	406.408
Valor Contratado (R\$ Mil)	595.802,00	775.090,00	916.368	1.253.245	1.533.113
Valor Médio dos Financiamentos (R\$)	1.810	2.113	2.443	2.973	3.772

Indicadores do Agroamigo para o estado de Minas Gerais em 2014

Carteira Ativa (R\$ Mil)	Cientes Ativos	Cientes Novos Atendidos	Cientes Atendidos Acumulado	Quantidade Operações Contratada	Valor Contratado (R\$ Mil)	Valor Médio Financiamentos (R\$)
241.198,80	84.254	12.997	141.657	41.826	152.709	3.651

Fonte: Banco do Nordeste, 2014. Relatório dos Programas de Microfinanças.

Para o estado de Minas Gerais, os dados de 2014 mostram que a média dos contratos foi inferior à média do conjunto dos estados atendidos pelo Agroamigo, que pode estar relacionada à expansão recente deste programa no estado. Isso também é indicativo que as condições socioeconômicas do pequeno agricultor mineiro inserido na área de atuação da SUDENE são semelhantes aos demais agricultores situados nos estados da Região Nordeste do País e do norte do Espírito Santo.

A partir destas especificidades regionais e do porte do agricultor familiar, analisaremos como o PRONAF vem sendo executado nos municípios de Itaipé e Carai, quais os benefícios que o crédito tem gerado em termos de investimentos na agropecuária, assim como os impactos correlatos à melhoria das condições produtivas e de comercialização.

3.6.1. O PRONAF no município de Itaipé

O PRONAF, no município de Itaipé, é operado pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste, porém estas instituições adotam metodologias diferentes. O público alvo do Banco do Brasil era constituído por agricultores familiares do grupo variável com renda bruta familiar de até R\$ 360 mil ao ano no Plano Safra 2013/2014. Para tanto, é exigido que esses agricultores tenham avalista e a titulação da terra ou documentos de arrendamento como

garantia, além de projeto técnico elaborado pela EMATER. Deste modo, ocorrem empecilhos para os pequenos agricultores que não têm titulação de terras de conseguirem o financiamento. Havia, ainda, o agravante de que quando a agência do Banco do Brasil ficava na cidade de Teófilo Otoni, eram necessárias várias viagens até aquela cidade para que o financiamento fosse liberado para o agricultor. A partir de 2013, com a inauguração da agência do Banco do Brasil em Itaipé, as dificuldades de locomoção foram reduzidas, pois é possível agora realizar na cidade o financiamento. Além disso, os produtores que utilizam do PRONAF, via Banco do Brasil, são os que têm empréstimos superiores a R\$ 5 mil e estão situados dentro do grupo variável.

O Banco do Nordeste, por meio do Programa Agroamigo, prioriza os agricultores enquadrados no Grupo B do PRONAF, não exigindo avalista, apenas a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), sendo o próprio assessor de crédito do banco que participa da elaboração do projeto. Importante frisar que há estímulo e mecanismos de inserção da mulher no acesso ao crédito, ao não se exigir avalista e titularidade da terra. A garantia dos empréstimos não é exigida em função de ser o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) o financiador desta linha do PRONAF, cabendo a ele os possíveis prejuízos da inadimplência dos agricultores do Agroamigo. Quando algum município atinge determinado índice de inadimplência, o Banco do Nordeste suspende a concessão de novos créditos até que a situação volte a patamares aceitáveis⁷³ (BANCO DO NORDESTE, 2014).

Por utilizar a metodologia do PNMPO, os assessores de crédito do Agroamigo recolhem as propostas de financiamento na sede dos municípios ou na sede de associações se determinada associação de agricultor requisitar, bem como explica o funcionamento do programa, realiza acompanhamento de crédito e os clientes estão sujeitos à visita do assessor para averiguar se o dinheiro foi de fato investido no que constava no projeto. A especificidade deste programa é que a liberação do crédito ocorre por lote de clientes, o que em certos períodos é muito demorada, pois só há liberação do lote quando todos os proponentes conseguem resolver suas pendências, o que pode levar até seis meses. Sobre esta questão, muitos dos agricultores entrevistados relataram a demora em conseguir o crédito e, muitas vezes, quando o dinheiro vinha já não tinham condições de empregá-lo, principalmente quando era na modalidade custeio agrícola, pois a época de plantio já havia passado.

⁷³ Essas informações também nos foram detalhadas pelo Assessor de Crédito do Banco do Nordeste, quando participamos da reunião de cadastramento de novas propostas de crédito dos agricultores no município de Itaipé, em fevereiro de 2014.

A partir da pesquisa de campo constatamos que há diferenças entre os empréstimos do PRONAF feitos no Banco do Brasil daqueles feitos por meio do Banco do Nordeste. No primeiro, os valores dos contratos são geralmente superiores a R\$10 mil e estes recursos são direcionados prioritariamente para aquisição de gado, pois os contratos aprovados chegam até R\$ 60 mil, com prazo de pagamento de até oito anos. Já no caso do Banco do Nordeste os contratos variavam de R\$2,5 mil a R\$3,5 mil, com prazo de até dois anos e concessão de bônus de até 25% no pagamento das parcelas em dia, o que se torna um atrativo para o pequeno agricultor.

Como os contratos eram de valores baixos e o agricultor não podia pegar a mesma quantia duas vezes (devido ao fato do PRONAF supor uma evolução de rendimento crescente do agricultor), o Banco do Nordeste, a partir de 2012, disponibilizou nova linha de crédito chamada Agroamigo Mais que concede empréstimos de até R\$ 15 mil para produtores com melhores condições produtivas e financeiras, que são aqueles com renda bruta familiar anual de até R\$ 360 mil, isso também foi uma maneira do banco manter os clientes que já não podiam acessar o crédito pelo Agroamigo.

As reuniões do assessor de crédito do Agroamigo com os possíveis contratantes nos municípios geralmente são marcadas com 30 dias de antecedência. Em Itaipé, a EMATER informa aos agricultores por meio de avisos afixados na sede do escritório. Como são muitas as pessoas a serem atendidas no mesmo dia, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais disponibiliza o salão para que ocorram as reuniões de cadastramento de novas propostas de crédito. Participamos em duas oportunidades destas reuniões para entendermos o gerenciamento desta linha de crédito no município de Itaipé. Na Figura 16 é mostrada a reunião do assessor de crédito do Banco do Nordeste com beneficiários prioritariamente do Agroamigo⁷⁴ e alguns do Agroamigo Mais.

Na reunião compareceram aproximadamente 150 pessoas e muitas foram entregar projetos de crédito, enquanto outras receberam a carta de crédito para poderem sacar o dinheiro do seu projeto aprovado. Fora destas reuniões, caso os agricultores precisem resolver alguma pendência sobre documentação da proposta de crédito, devem ir até a agência do banco na cidade de Teófilo Otoni em dia específico, para atendimento dos agricultores do município⁷⁵.

⁷⁴ Para o ano safra 2014/2015 os valores foram: Investimento até R\$ 4 mil – juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 25% para os primeiros R\$ 12 mil. **Para os municípios do Semiárido:** Investimento até R\$ 4 mil – juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 40% para os primeiros R\$ 12 mil. (Carai integra o último).

⁷⁵ A agência do Banco do Nordeste na cidade de Teófilo Otoni foi instalada em 2007, quando os municípios da região foram incorporados à SUDENE. A agência atende os programas Agroamigo e o Agroamigo Mais em 28

Figura 16 - Reunião do assessor de Crédito do Banco do Nordeste com agricultores familiares beneficiários do Programa Agroamigo em Itaipé



Fonte: Arquivo do autor, 26 de fevereiro de 2014.

O município começou a ser atendido pelo Banco do Nordeste em 2009. Na Tabela 15 consta a evolução dos contratos e os respectivos valores acumulados em cada ano. Nota-se o baixo valor médio por financiamento, reflexo do público alvo do banco.

Tabela 15 - Contratos e valores (em R\$) total e médio dos financiamentos do Agroamigo em Itaipé (2009 a 2013)

Ano	Nº contratos	Valor total R\$	Média dos contratos R\$
2009	39	64.900,00	1.664,00
2010	340	633.140,00	1.862,00
2011	143	299.400,00	2.093,00
2012	226	549.500,00	2.431,00
2013	114	350.500,00	2.434,00
Total	862	1.897.440	2.201,00

Fonte: Banco do Nordeste, 2014. Dados disponibilizados por meio da Lei de Acesso à Informação

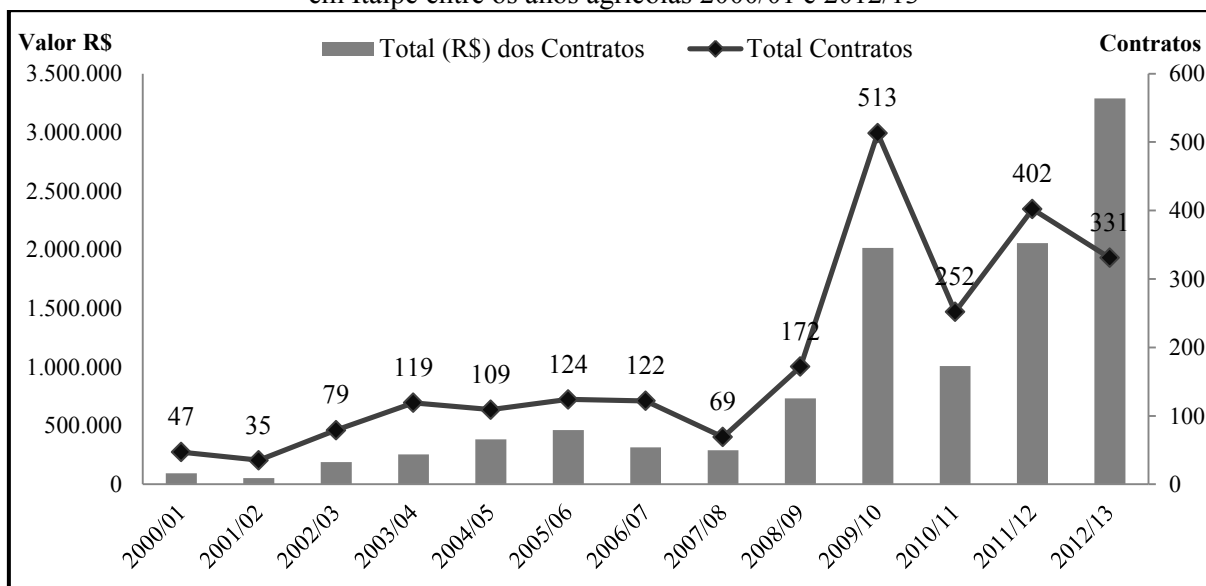
A tendência é que nos anos subsequentes ocorra elevação da média dos contratos, seja em razão do aumento dos valores para os planos-safras, bem como pela incorporação do Agroamigo Mais, que neste período não foi computado por ter iniciado somente em 2012.

Quando analisamos o PRONAF nas diversas linhas, agora utilizando os dados por ano safra, veremos que no período de 2000/01 a 2012/13 houve oscilação na demanda por crédito, ora apresentando crescimento, ora recuos (Gráfico 11). A média por contrato sempre esteve abaixo dos R\$ 5 mil, exceto no último ano que alcançou quase R\$ 10 mil. Esse fato não está

municípios da região, lembrando que só acessam estes programas os agricultores situados nos municípios de atuação da SUDENE. Por serem poucos funcionários na agência, em cada dia da semana, o atendimento é direcionado a um grupo específico de municípios, por isso, o agricultor deverá saber de antemão qual dia seu município é contemplado no atendimento na agência para poder resolver determinadas pendencias.

diretamente relacionado com a incorporação dos financiamentos do Agroamigo a partir de 2009, pois anteriormente a média para os contratos era de R\$ 4 mil ou menos. Dessa forma, acreditamos que isto esteja vinculado ao baixo nível de capitalização dos agricultores, e principalmente com as restritas possibilidades de auferirem rendimentos satisfatórios nas atividades agropecuárias e, assim, conseguirem quitar empréstimos maiores.

Gráfico 12 - Evolução do PRONAF por valor financiado (R\$) e número de contratos em Itaipé entre os anos agrícolas 2000/01 e 2012/13



Fonte: Secretaria de Agricultura Familiar/MDA.

De maneira geral, o PRONAF, tanto por meio do Banco do Brasil, quanto na vertente do Agroamigo do Banco do Nordeste, tem impulsionado o setor agropecuário municipal nos últimos dez anos, sendo que ao longo desse período foram firmados 2.374 contratos de créditos. Levando em consideração apenas os anos safras de 2010/11 a 2012/2013 houve a concessão de 985 financiamentos, que demoram em média de 2 a 4 anos para serem quitados. Considerando que no município existem 1.068 estabelecimentos enquadrados como familiares segundo o Censo Agropecuário de 2006, acreditamos que o programa ainda tem muita demanda a atender, pois é permitido que mais de um residente faça empréstimo por imóvel, desde que possua DAP⁷⁶.

No trabalho de campo, ao aplicarmos formulários junto aos agricultores buscamos saber sobre a participação deles no programa. Dentre os 120 entrevistados no município, 72 já

⁷⁶ Com a criação do Agroamigo Mais que concede crédito de até R\$ 15 mil, é possível que aquelas famílias que já não podiam se beneficiar do Agroamigo (Grupo B) estejam contraindo novos empréstimos, visto que as facilidades de pagamento são um estímulo, por exemplo, para inversão na pecuária bovina no município. Com a agência do Banco do Brasil na cidade, também se torna mais prático a busca por empréstimos por este banco.

utilizaram e/ou utilizam crédito do PRONAF, enquanto 48 não utilizaram. Como este programa é gerenciado pelos Bancos do Nordeste e do Banco do Brasil, no Quadro 11 elencamos o tipo de investimento que foi feito pelo agricultor, com base no banco em que o empréstimo foi contraído.

O financiamento pelo Banco do Brasil, como já mencionamos, é direcionado, em sua maioria, a pecuária bovina, e está havendo, por parte de alguns produtores, a aquisição de matrizes leiteiras de melhor qualidade genética, isso em razão da crescente importância da produção leiteira e facilidade na comercialização para os laticínios da região ou entrega nos tanques de resfriamento existentes no município.

O investimento na pecuária tem retorno quase garantido, pois compram novilhos por preços baixos, e os vendem já adultos ou deixam para matrizes reprodutoras. Quando está próximo do pagamento da parcela, vendem algumas cabeças para levantar o dinheiro do empréstimo⁷⁷. Já o investimento em agricultura tem risco maior, por causa de más colheitas, do preço baixo dos produtos e em muitos casos da impossibilidade de comercialização no comércio local.

No Agroamigo houve maior diversificação dos investimentos, com destaque para plantações e suinocultura. A criação de suínos, no início, foi incentivada por necessitar de pequena inversão de capital e, também, porque poderiam ser alimentados com produtos do próprio estabelecimento. A aquisição de gado bovino tem pequena representatividade devido ao baixo valor do crédito concedido. Os investimentos em hortas foram feitos pelos produtores que comercializam hortaliças na feira do município ou entregam para o PAA. Para lavouras foram feitos financiamentos de diversas culturas, destacando-se a mandioca⁷⁸.

⁷⁷Um dos entrevistados nos informou que adquiriu junto ao Banco do Brasil empréstimo no valor de R\$60.000 para aquisição de gado bovino com prazo de 8 anos, sendo 4 de carência para o pagamento da primeira parcela.

⁷⁸O PRONAF B, quando da sua expansão no início da década de 2000 foi associado ao Programa Fome Zero para incentivar a produção de alimentos, na estratégia de reduzir os índices de desnutrição da população rural. O Agroamigo foi incorporado dentro do Plano Brasil Sem Miséria para dar continuidade às estratégias de redução da pobreza na área rural, estes elementos, em parte, ajudam a compreender as razões que o Agroamigo financiou mais ações direcionadas a produção de alimentos para autoconsumo e para produção de excedentes para comercialização no âmbito local.

Quadro 11 - Origem do financiamento do PRONAF por banco e a destinação do crédito feito pelos agricultores de Itaipé (2000 a 2013)

PRONAF - Banco do Brasil		Agroamigo – Banco do Nordeste	
Tipo de investimento	Total	Tipo de investimento	Total
Bovino	13	Bovino	3
Plantação	7	Suíno	10
Propriedade	2	Plantação	25
Total	22	Frangos	5
Agricultores entrevistados - 120 Total com Pronaf -72		Horta	4
		Outros	3
		Total	50

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A difusão do crédito do Agroamigo possibilita que agricultores de baixa capacidade produtiva possam empregar os recursos em seus estabelecimentos, além do público feminino ter considerável participação na carteira de crédito deste programa. Porém, dentre as pessoas que entrevistamos, muitas afirmaram que o banco dificulta o acesso ao crédito de maior valor, o que compromete a continuidade de seus projetos. Outros afirmaram que anos atrás usaram do crédito, mas em consequência de problemas relacionados à produção e comercialização não investiram mais na atividade, sendo que isto ocorreu para criação de suínos e plantio de mandioca. A criação de suínos demanda aquisição de rações, construção de chiqueiros adequados, sendo que no momento da venda os preços baixos não compensavam os investimentos feitos.

No geral, o PRONAF nesses estabelecimentos, em sua maioria, enfrenta problemas para melhorar os aparatos produtivos, renda ou na diversificação na área agrícola. Foram poucos os casos em que, com o investimento, o produtor conseguiu auferir melhores produções, podemos mencionar uma agricultora que usou do crédito do Agroamigo e construiu sistema de irrigação para hortaliças para comercializar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e na Feira Municipal, aos sábados e, outro que também utilizou do PRONAF para irrigação de hortaliças, mas entrega apenas no PAA.

A dificuldade da expansão da produção agrícola é reforçada pelos restritos canais de comercialização dos excedentes no âmbito municipal. O Programa Aquisição de Alimentos (PAA) tem contribuído como instrumento de compra da produção dos agricultores que participam, mas é restrito em relação ao conjunto de agricultores do município. A Feira Pública que acontece todos os sábados na cidade também é essencial para fornecer produtos da agricultura familiar para o habitante urbano e reforçar os canais de comercialização de ciclo curto. Contudo, por efeito de crescimento da produção de hortaliças para o PAA, os feirantes enfrentam maior concorrência pelo aumento do estoque dos produtos hortícolas e,

com isso, a rentabilidade em muitos períodos do ano decresce, quando há maior produção no município⁷⁹.

O próprio mercado consumidor urbano, potencialmente em torno de 5.000 habitantes, deve ser analisado e relacionado com a dimensão renda dos cidadãos, pois parcela considerável das famílias residentes na cidade é de baixa renda, dificultando que haja maior demanda pelos produtos hortícolas, em razão das margens restritas de gastos no orçamento doméstico destas famílias para adquirir estes produtos que tem maior valor.

No setor pecuário, a expansão do crédito favorece o crescimento do rebanho bovino municipal, seja para aquisição de novilhos para engorda ou mesmo em matrizes leiteiras de médio rendimento. Contudo, o crescimento bovino vem ocorrendo em antigas áreas de cultivos agrícolas, modificando a estrutura produtiva no município, e não menos importante, aumentando a pressão com novas áreas pastagens sobre os remanescentes da Mata Atlântica.

3.6.2. O PRONAF no município de Carai

Por ter sido incorporado à região do Semiárido a partir de 2005, o município de Carai tem acesso diferenciado a várias políticas públicas. Dessa forma, o Agroamigo concede descontos de até 40% sobre o valor total, quando o cliente paga as parcelas em dia. O Banco do Nordeste começou a atender o município em 2010 e, a partir deste momento, os agricultores do Grupo B do PRONAF acessam os créditos por este banco⁸⁰. O funcionamento é idêntico ao realizado em Itaipé, utilizando da metodologia PNMPO com o assessor de crédito indo até o município ou associações, quando solicitado.

Os dados indicam contratos com valores médios abaixo daqueles constantes nos planos safras como referência de enquadramento dos agricultores. Isso significa que o Agroamigo tem como público agricultores com baixo nível de capitalização e de retornos de suas atividades produtivas (Tabela 16). Outro fator importante é a baixa adesão ao crédito agrícola no município, pois existiam 2.268 estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar segundo o Censo Agropecuário de 2006, o que potencializaria que expressivo contingente de agricultores acessassem o PRONAF nas suas diferentes linhas.

⁷⁹ Além dos feirantes do município, também tem comerciantes de outros municípios que vem com caminhões cheios de produtos adquiridos em Ceasa, o que aumenta a concorrência para os consumidores, mas reduz as margens comercializáveis pelos agricultores do município.

⁸⁰ Os primeiros empréstimos do Agroamigo realizados pela agência do Banco do Nordeste sediada em Teófilo Otoni foram em 2007, para poucos municípios, e com o passar dos anos outros foram sendo incorporados. As operações para o município de Carai deram-se a partir de 2010, enquanto em Itaipé iniciou em 2009.

Se situarmos o período de 2010 a 2013, foram celebrados apenas 739 contratos do Agroamigo, tendo em vista que a duração do empréstimo é de dois anos, é possível que o mesmo agricultor tenha feito dois contratos nestes quatro anos, o que evidencia baixa adesão dos agricultores para o conjunto do município.

Tabela 16 - Contratos e valor (R\$) total dos créditos do Agroamigo para o município de Carai (2010 a 2013)

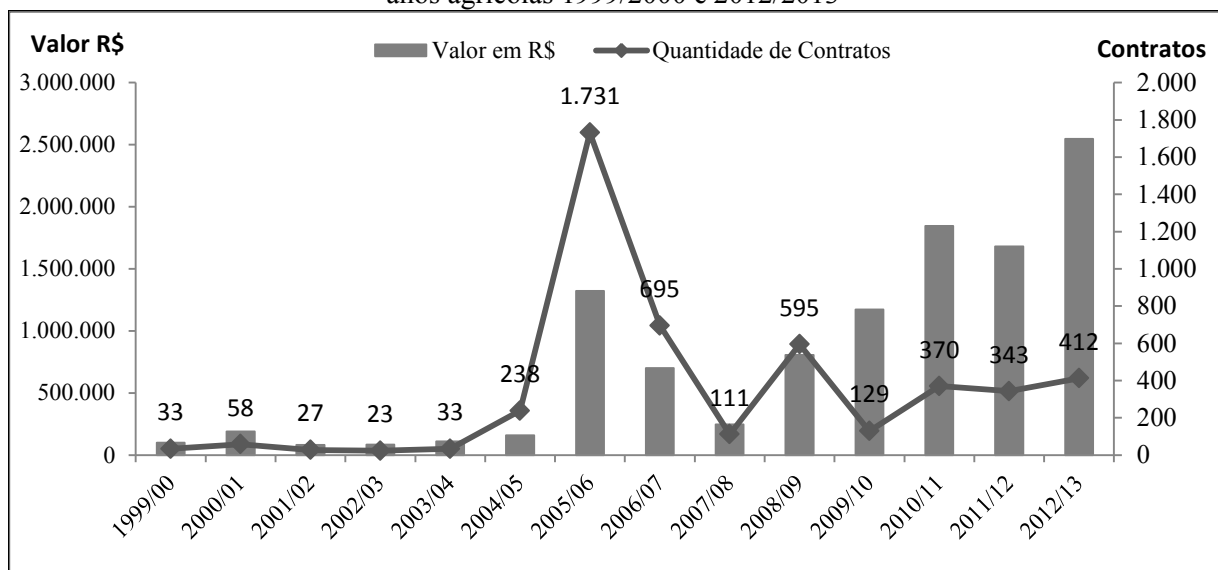
Ano	Nº contratos	Valor total R\$	Média por contrato R\$
2010	83	156.750,00	1.888,50
2011	218	420.379,00	1.928,00
2012	158	370.892,00	2.347,00
2013	280	863.687,42	3.084,00
Total	739	1.811.708	2.451,00

Fonte: Banco do Nordeste, 2014. Dados disponibilizados por meio da Lei de Acesso à Informação.

Se analisarmos a série temporal mais longa, agora utilizando os anos safras de 1999/2000 até 2012/2013 para o PRONAF nas diversas linhas, veremos que neste período a variação na quantidade de contratos e recursos teve grandes oscilações. Na safra 1999/00 houve apenas 33 contratos com aporte total abaixo de R\$ 100 mil, enquanto teve pico no ano agrícola 2005/06 que foi de 1.731 contratos⁸¹. Se tomássemos como média, neste ano foi por volta de R\$764,00, enquanto o ano anterior de R\$670,00, contrastando com o período anterior, quando eram superiores a R\$ 3 mil. A partir de 2006/07 não segue um padrão uniforme, apresentando altas e baixas (Gráfico 13).

⁸¹Não sabemos as razões deste fato, mas pode ter sido alguma iniciativa do Banco do Brasil sediado no município para impulsionar a adesão de agricultores ao programa ou alguma atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário para elevar a presença dos agricultores de baixa renda no PRONAF. Assim como também pode ter sido um erro lançado no Anuário Estatístico do Pronaf, disponibilizado pela Secretaria de Agricultura Familiar.

Gráfico 13 - Evolução do PRONAF por total financiado (R\$) e número de contratos em Carai entre os anos agrícolas 1999/2000 e 2012/2013



Fonte: Secretaria Agricultura Familiar/MDA.

Os agricultores que pesquisamos afirmaram que os primeiros contratos que realizaram foram de valores de R\$500,00, próximos aos estipulados no período como mínimo para os agricultores iniciantes na contratação de financiamento do Grupo B, em meados da década passada. Ao compararmos as séries do PRONAF desde 1999, com os dados do Agroamigo a partir de 2010, mesmo sendo diferentes, em virtude de um considerar o ano agrícola e o outro o ano civil, é possível conjecturar que os agricultores do PRONAF B começaram a acessar o programa a partir de 2004/05, o que assemelharia com os valores relativos ao plano safra da época, e o que também resultou na redução do valor médio dos contratos totais.

Nos cinco primeiros anos do PRONAF foram poucos agricultores do município de Carai que aderiram ao programa, muito em razão do desconhecimento do financiamento e das dificuldades que havia para o agricultor se deslocar até a cidade de Teófilo Otoni, bem como a exigência de documentação, comprovação de renda, avalista e hipoteca que eram exigidas pelo banco para conceder o empréstimo. Estes fatores dificultavam que o agricultor de baixa renda pudesse acessar o programa. Com as modificações que houve no PRONAF em meados da década de 2000, de acordo com Conti e Roitman (2011), as exigências foram reduzidas para determinadas linhas e permitiu que houvesse crescimento tanto dos contratos, bem como aumento dos valores dos mesmos.

Nos anos de 2011 e 2012 devido à estiagem prolongada na região Nordeste do Brasil e no norte e nordeste de Minas Gerais, muitos municípios decretaram estado de calamidade pública devido à ausência de chuvas. Em consequência deste acontecimento, o Conselho Monetário Nacional do Banco do Central do Brasil emitiu a resolução N° 4.212, de 18 de

Abril de 2013, concedendo aos agricultores familiares que possuíam contratos no âmbito do PRONAF e estavam adimplentes até 1º de dezembro de 2011, possibilidades de renegociarem suas dívidas com parcelas vencidas ou vencendo nos anos de 2012, 2013 e 2014 e teriam bônus de adimplência de 80%, desde que o município tivesse decretado estado de emergência ou calamidade pública e pertencesse a área de atuação da SUDENE. Como Caraiá decretou estado de emergência em 2012, os agricultores principalmente do Agroamigo tiveram descontos nos empréstimos que contraíram desde 2011.

A ocorrência de fenômenos extremos como a estiagem/seca é fator a ser considerado na análise do tipo de contrato firmado no âmbito do PRONAF, pois investir na agricultura torna-se um risco elevado, principalmente na região onde a variabilidade das chuvas é preponderante para a rentabilidade ou não das culturas agrícolas. Os agricultores afirmaram que reduziram as plantações em seus estabelecimentos em consequência da estiagem nos últimos anos e da variação temporal das chuvas. Isso porque como não possuem sistemas de irrigação, dependem inteiramente das precipitações para terem produção, e em razão de perdas recentes nas lavouras, estão temerários em investir em áreas maiores e terem prejuízos⁸².

Dos 88 formulários que aplicamos com os agricultores no município de Caraiá, 42 haviam contraído financiamento junto ao PRONAF nos últimos anos. Destes, sete contratos foram feitos no Banco do Brasil, enquanto 35 no Banco do Nordeste, via Agroamigo. A partir do banco é possível inferir em qual grupo do PRONAF o agricultor está enquadrado, pois no Banco do Brasil a prioridade é dada aos empréstimos de maior valor, enquanto o Banco do Nordeste o público alvo são os agricultores do Grupo B, que se enquadram no Programa Agroamigo, tal como relatamos para o caso de Itaipé. Importante frisar que dos 88 pesquisados, 27 afirmaram que nunca tiveram interesse em utilizar do crédito do PRONAF.

A partir disso, há diferenças no que concerne ao tipo de aplicação que o produtor realiza, muito em função do valor do empréstimo contraído e da capacidade de renda que gera para o agricultor. Nos empréstimos do Banco do Brasil há o direcionamento para a pecuária, com destaque para a bovinocultura, seja na aquisição de novas matrizes leiteiras ou na melhoria das pastagens e construção de cercas nas propriedades. Enquanto no Banco do Nordeste, o Agroamigo é direcionado para os agricultores de baixa renda e incentiva a

⁸² A baixa rentabilidade dos cultivos agrícolas, sendo que em alguns anos devido à ausência de chuvas ou mesmo quando ela ocorre de forma concentrada, em poucos meses, foi uma das queixas mais relatadas pelos agricultores, isso os deixam receosos em utilizarem do crédito do PRONAF ou quando o usam, os valores são baixos, tanto relativo ao grupo que se enquadram, como também das dificuldades de pegarem empréstimos maiores e não terem produção agrícola satisfatória para quitar o financiamento.

realização de pequenos investimentos, desde a implantação de hortas, criação de suínos, de frangos e plantações. No Quadro 12 constam as atividades nas quais os recursos contraídos pelos agricultores junto ao PRONAF foram investidos. Ressaltamos que os agricultores entrevistados residem na porção do município no Vale do Jequitinhonha, o que talvez gere certa distorção para o conjunto municipal, visto que a porção do Vale do Mucuri apresenta padrão produtivo e condições do quadro físico diferentes.

Quadro 12 - Origem do financiamento do PRONAF por banco e a destinação do crédito feito pelos agricultores em Carai (2000 a 2013)

PRONAF - Banco do Brasil		Agroamigo – Banco do Nordeste	
Tipo de investimento	Total	Tipo de investimento	Total
Bovino	3	Bovino	3
Plantio de café	2	Horta	8
Construção de cercas e pastagens	2	Construção de cercas e pastagens	4
Total	7	Plantações	11
Agricultores pesquisados - 88		Suínos	6
Utilizaram o PRONAF - 42		Frangos	3
		Total	35

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Como já salientamos, o Agroamigo busca potencializar a diversificação produtiva e de renda nos estabelecimentos, por isso, os financiamentos são mais diversificados do que os do PRONAF da linha variável. Contudo, com a expansão da pecuária nos pequenos estabelecimentos, os contratos mesmo sendo considerados baixos, atualmente por volta de R\$3,5 mil, são, em parte, direcionados para aquisição de gado por alguns beneficiários deste grupo. Isso pode estar relacionado a dois fatores: a) o contratante empregou o financiamento diferente do que constava no projeto de crédito, devido às dificuldades de geração de renda em atividades agrícolas; ou b) a bovinocultura propicia melhores ganhos e apresenta maior liquidez, dada a facilidade de comercialização dos animais na época de pagamento do empréstimo. A inexistência de poupança bancária por parte dos pequenos agricultores possivelmente condiciona que haja prioridade em investimentos que deem retornos rápidos ou funcionem como reserva de valor, tal como é o caso do gado bovino⁸³.

No Relatório do Agroamigo de 2014, o Banco do Nordeste mostra que dos contratos realizados entre 2010 a 2014, por setor de atividade econômica, a pecuária corresponde a

⁸³ Como já havíamos mencionado, o gado representa reserva de valor não monetária para o pequeno produtor, na medida em que se utiliza da engorda ou reprodução para aumentar a renda potencial, que se consuma no ato da comercialização do animal. Por isso, a importância de manter algumas cabeças de gado na propriedade, uma vez que elas são facilmente convertidas em dinheiro, e serve tanto para quitar empréstimos bancários ou adquirir outros produtos no mercado.

81%⁸⁴, a agricultura 12%, serviços 5% e extrativismo 2%. A predominância na pecuária reforça as características produtivas da agropecuária na área do Semiárido, a imprevisibilidade das chuvas restringe o agricultor familiar de buscar investir na agricultura e os receios de perder a colheita devido à estiagem e secas, em determinados anos.

Em Carai, o Agroamigo abrange maior número de agricultores em consequência das dificuldades que muitos proprietários enfrentam para executar os projetos. Os que aplicam os recursos na produção de alimentos têm dificuldade de comercializar a produção (mesmo aqueles que participam do Programa de Aquisição de Alimentos e que, portanto, têm maior facilidade para vender os seus produtos), porque a cota individual era baixa até 2013, pois havia a divisão entre 120 produtores, o que dava em torno de R\$ 1.800,00 para cada participante no ano. Outros ainda conseguiam vender na feira livre na cidade, aos sábados, mas os consumidores são poucos em vista da quantidade de produtores que comercializam na feira e da pequena dimensão populacional na sede do município que tem por volta de 4.300 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Quando relacionamos as informações dos 42 agricultores que já acessaram o PRONAF e sua inserção no mercado, observamos que apenas 23 comercializam algum tipo de produto agropecuário, destaque para hortaliças vendidas no âmbito do PAA e na feira municipal e o café, que apesar do preço baixo, ainda é importante na geração de renda devido à facilidade de comercialização para intermediários no município. Os produtos como queijo/requeijão são comercializados no domicílio ou por meio de encomendas; o leite é entregue nos tanques de resfriamento nas imediações de cada propriedade. No Quadro 13 constam os produtos comercializados e adquiridos no mercado pelos agricultores que já utilizaram o PRONAF.

Quadro 13 - Relação de agricultores que utilizaram o PRONAF, comercializam produtos agropecuários e compram produtos agrícolas no comércio em Carai (2014)

Comercializam algum produto agropecuário		Adquirem produtos agrícolas	
Café	8	Feijão	36
Hortaliças	13	Arroz	40
Queijo/requeijão	4	Milho	35
Leite	7	Farinha	32
Frangos/Porcos	2	Café	18
Agricultores do Pronaf que comercializam algum produto – 23		Hortaliças	2
		Agricultores do Pronaf que compram algum produto agrícola - 42*	

Fonte: Trabalho de campo, 2014. * Os agricultores compram mais de um item.

⁸⁴ Destes a bovinocultura 58%, suinocultura 11%, ovinocultura 9%, avicultura 8%, caprinocultura 6% e outros 8%.

Os produtores que utilizam o PRONAF e vendem parte da produção no mercado, ao mesmo tempo adquirem itens básicos de consumo, com destaque para feijão, arroz, milho e até farinha. Estes produtos, exceto o arroz, que requer condições naturais específicas e demanda muita água, poderiam ser produzidos nas propriedades. A expansão de canais de comercialização dos produtos da agropecuária do município deve ser buscada, porém é importante que haja um processo pensado a partir dos circuitos curtos de produção-consumo, por parte dos agricultores e dos gestores públicos. O PRONAF objetiva melhorar a geração de renda nos estabelecimentos, mas é essencial que esta renda gerada pelos agricultores seja direcionada para gerar excedentes e outros fins, tais como lazer, formação educacional, cultural e de melhorias no padrão de vida em geral.

Um contraponto importante a analisarmos é relativo à forma como o PRONAF é executado pelo Banco do Brasil e sua versão do Agroamigo, pelo Banco do Nordeste. O diferencial do Agroamigo para o agricultor que ainda não está acostumado a lidar com o sistema financeiro é que por meio dele é possível contrair pequenos empréstimos e ir aprendendo a investir de forma eficaz e rentável, para que da renda gerada a partir do investimento seja possível efetuar o pagamento do empréstimo e diversificar a produção no estabelecimento.

Isso se torna de suma importância, pois no momento da elaboração do projeto de crédito feito com a orientação da EMATER na versão PRONAF Banco do Brasil, não há um rigor técnico no mesmo, devido à precária assistência que é dada ao produtor, não sendo feito sequer visitas ao estabelecimento para analisar se as condições de produção e de infraestrutura são adequadas para a realização de certos investimentos.

Deste modo, muitos investimentos não geram melhorias nas condições técnicas e produtivas para os beneficiários. E com isso, reside a baixa eficiência do crédito e sua capacidade de transformar as condições da agropecuária no município. Com receio de investir e desconhecimento de técnicas adequadas para melhorar as condições produtivas, os agricultores tendem a lidar com financiamentos reduzidos ou direcioná-los para a pecuária bovina, reduzindo a produção de alimentos e dependendo cada vez mais do mercado para adquirir a alimentação básica.

Um contraponto a este processo seria reforçar os instrumentos e mecanismos por meio da Soberania Alimentar, no âmbito municipal, ao associar as demandas de consumo alimentar do município junto aos estabelecimentos da agricultura familiar, pois a necessidade de melhorar as condições de produção e comercialização deve priorizar a produção local, ou seja,

em pequenas distâncias (o ciclo curto) da cadeia de produção-consumo, pois a concorrência com outras áreas produtoras, em que predomina a agroindústria alimentar de alta tecnologia e de monocultura não são adequados na lógica que busque articular os agricultores familiares numa perspectiva de produção de alimentos em qualidade e quantidade adequadas para alimentar a população. Para Thomaz Júnior (2007, p. 8) a Soberania Alimentar tem como parâmetro:

A produção, distribuição e o consumo de alimentos com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica, que sejam protegidas dos acordos comerciais, respeitados os aspectos culturais ou hábitos alimentares dos povos, e abastecimento dos mercados locais de acordo com a demanda.

A feira municipal é um espaço que possibilita forjar relações de produção-consumo de ciclo curto. Em Carai, o mercado municipal evidencia estratégias dos pequenos agricultores de comercializarem seus produtos, sejam aqueles que possuem as bancas ou mesmo aqueles que não tendo o espaço próprio, improvisam os meios para comercializar. Na Figura 17, agricultores e consumidores do município de Carai no mercado municipal, que tem duas seções, uma na parte direcionada para bancas que comercializam carnes bovina e suína, e outra área com bancas com produtos hortícolas.

O gerenciamento do mercado municipal é realizado pela prefeitura, os feirantes são registrados e têm direito a um espaço fixo e uma banca na exposição de seus produtos. Aqueles que não têm registro e banca utilizam de vários artifícios para comercializarem seus produtos, seja os colocando em estruturas provisórias no chão, ou alguns que na parte externa do mercado, sobre as calçadas das ruas, improvisam meios para poderem vender seus produtos.

Figura 17. Agricultores comercializando seus produtos na feira municipal de Carai



Fonte: Trabalho de campo, Abril de 2014.

A partir destes elementos, alguns questionamentos devem ser lançados sobre a integração dos agricultores no PRONAF e a necessidade de comprarem no mercado alimentos que podem ser produzidos pelos mesmos. O programa em parte não está conseguindo fazer com que os agricultores, por meio do crédito, diversifiquem a produção nos estabelecimentos, mas pelo contrário, estão direcionando os investimentos para a pecuária bovina.

A produção para autoconsumo é insuficiente e, por isso, recorrem ao mercado. Constatamos que os agricultores que já não fazem mais uso do PRONAF, é decorrente do fato de que quando faziam, investiram e não tiveram um retorno econômico satisfatório. Este programa é insuficiente para reverter as condições locais da agricultura, principalmente no que concerne à melhoria das condições de produção/productividade e instrumentos adequados para contornar a falta de chuva que afeta a produção agrícola municipal em Carai ou mesmo em Itaipé, além das restritas possibilidades de comercializar a produção.

A produção que é feita na época das chuvas, sem irrigação ocasiona apenas uma safra ao ano no período entre outubro a fevereiro, pois a partir de março as chuvas são escassas e os agricultores dificilmente plantam, com receio de perderem a lavoura.

A expansão do crédito, principalmente para produtores do Agroamigo é pertinente à realidade local e deve ser expandida, seja para investimentos na melhoria das condições produtivas ou mesmo em muitos estabelecimentos que não possuem produção agrícola e seria um incentivo, primeiramente, para produção direcionada ao autoconsumo e, posteriormente,

para comercialização local. Contudo, é essencial reforçar assistência técnica para possibilitar ao pequeno agricultor conhecer novos cultivos que se adaptem as condições edafoclimáticas locais e permitam geração de renda.

No que concerne à pecuária, a melhoria das raças que possibilite maior produtividade de leite, ganho de peso é fundamental para o produtor, pois o aumento dos rebanhos nos pequenos estabelecimentos fica prejudicado, seja pela escassez de pastagens e mesmo a restrição de água para o gado no período das estiagens, isso, especificamente para aqueles estabelecimentos situados na bacia do rio Jequitinhonha que possuem cursos intermitentes.

Para os municípios de Itaipé e Carai como meio de tentar articular a atuação dos vários programas direcionados ao espaço rural, relatados ao longo deste capítulo, acreditamos que é necessário aproveitar o potencial organizativo das associações de agricultores, das possibilidades fomentadas a partir da Escola Agrícola (EFACIL), dos maquinários existentes disponibilizados pelo PCPR e do crédito rural por intermédio do PRONAF para buscar organizar a produção e comercialização dos produtos agropecuários destes municípios, assim como reduzir os agentes intermediários.

A criação de associação de comercialização que agregue os pequenos produtores, que possibilite condições para aumentar a produção agropecuária a ser comercializada nos municípios, e posteriormente para outros, pode ser buscada. Isso seria possível por meio de associação, e investiriam conjuntamente na aquisição de estruturas para beneficiamento de grãos, aquisição de embalagens para envase de feijão, farinha para serem vendidos nos mercados próximos, tanto no Vale do Jequitinhonha como no Mucuri.

A agricultura familiar nos municípios de Itaipé e Carai tem potencial para crescer, seja em razão da predominância da população residindo na área rural, como também desta tradicionalmente ser baseada na produção agrícola diversificada. Contudo, para isso, reforçamos a necessidade e urgência em melhorar as estruturas das secretarias de agricultura destes municípios e dos escritórios locais da EMATER, com a contratação de funcionários que possam prestar, de fato, assistência técnica nos estabelecimentos rurais.

A pertinência de se construir parcerias entre as diversas instituições, tanto em âmbito federal, estadual e municipal se deve as diferentes escalas espaciais envolvidas nos problemas e possíveis alternativas para a melhoria as estruturas de produção, circulação e comercialização da agricultura familiar na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

As diferentes políticas públicas que relatamos ao longo deste capítulo, mesmo sendo direcionadas ao espaço rural, não se articularam para solucionar os problemas nestes

municípios, sendo que a predominância do viés setorial dos programas e as formas de implementação pelas respectivas instituições do Estado, pouco alteraram as estruturas deficientes de equipamentos públicos coletivos, seja para melhorar as condições sociais da população e mesmo das condições de produção da agropecuária.

No capítulo seguinte, focaremos os programas governamentais que estão sendo executados nos municípios direcionados para criação de infraestruturas de saneamento básico e abastecimento de água potável, como um dos mecanismos de combate à pobreza rural e redução da vulnerabilidade social. Analisar as políticas vinculadas à garantia de saúde é fundamental, quando se pensa no espaço rural como espaço de moradia, produção e de modos culturais e sociais com especificidades próprias. Assim, destacaremos como os programas estaduais e federais foram implantados nos últimos anos e quais as áreas atendidas nos dois municípios pesquisados.

CAPÍTULO IV

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL

O saneamento é um advento histórico que foi difundido de forma diferenciada por povos e áreas no planeta, destacando-se o abastecimento de água como elemento principal ao longo dos séculos para as cidades e aglomerados que surgiam. Cada povo desenvolveu suas técnicas de engenharia e arquitetura para captar e transportar água até as áreas consumidoras, sendo que em alguns lugares a água era concebida como um meio de promover saúde e, com isso expandiu seu uso para beber e banhar-se, ao passo que em outros períodos, em razão da pouca difusão das informações e dos conhecimentos, a associação entre água e saúde veio a reduzir-se, o que provocou uma elevação dos índices de mortalidade e doenças difundidas por via hídrica e por hábitos pouco higiênicos (FUNASA, 2004).

Para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a saúde é entendida como um estado de completo bem estar físico, mental e social, não se restringindo apenas ao problema sanitário no âmbito das doenças. Dessa forma, os mecanismos de saúde-doença devem ser entendidos no sentido de promoção da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Contudo, este órgão reconhece que há restrição, ainda no Brasil, dos mecanismos necessários e adequados para a promoção da saúde, pois “a utilização do saneamento como instrumento de promoção da saúde pressupõe a superação dos entraves tecnológicos, políticos e gerenciais que dificultam a extensão e benefícios aos residentes em áreas rurais, municípios e localidades de pequeno porte” (FUNASA, 2004, p. 10). Por isso, ainda há milhões de domicílios e pessoas nas cidades e áreas rurais que não têm acesso ou que têm acesso precário ao saneamento.

As populações residentes nas áreas rurais, em sua maioria, ainda não têm acesso a mecanismos adequados de saneamento. Com isso, a diarreia e a esquistossomose, por exemplo, são doenças que acometem as pessoas, devido ao fato de não terem o acesso às condições adequadas de saneamento.

O conceito de saneamento ambiental é abrangente em sua composição ao envolver atributos de saúde, bem estar e condições de melhoria das pessoas, ao permiti-las a prerrogativa de acesso a bens essenciais à vida. Caracteriza-se como:

O conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar Salubridade Ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da

disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural (FUNASA, 2004, p. 14).

Amaral *et al.* (2003) analisaram poços e nascentes de água em estabelecimentos rurais no interior do estado de São Paulo, que possuíam criações de gado bovino, e constataram que as fontes estavam contaminadas por microrganismos patógenos causadores de doenças por via hídrica, com destaque para a diarreia. A contaminação das águas, segundo os autores, pode ocorrer por meio de fezes de animais ou humanos portadoras de bactérias patogênicas e que no período das chuvas elevam a taxa de infiltração destes materiais contaminantes nos corpos hídricos, situados em córregos ou poços que são utilizados para captação de água para consumo.

A existência de poços rasos (com até 20 metros de profundidade) sem a devida proteção de cobertura e das paredes laterais aumenta a percolação de água das chuvas, restringindo a capacidade de filtração do solo destas águas contaminadas. Assim, a captação em poços ou cursos sem tratamento prévio pode ocasionar sérios problemas de enfermidades à população rural. Fator agravante na maioria das captações realizadas nas residências individuais a análise da qualidade da água não é feita, o que potencializa maiores riscos de enfermidades.

Soares *et al.* (2002) ao associarem saúde e saneamento básico tratam das relações que podem ocasionar precarização da qualidade de saúde e do ambiente ao não se entender os mecanismos por trás dos canais de propagação de doenças causadas por via hídrica e por alimentos contaminados. Destaca-se para áreas urbanas a disposição inadequada de lixo e esgoto sanitário, que lançados nos corpos hídricos, tornam-se mecanismos de propagação de vários tipos de enfermidades. Para explicar os diferentes mecanismos de transmissão de doenças e as possíveis formas de se evitá-las, Soares *et al.* (2002) expuseram o quadro baseado em Mara & Feachem (1999) da relação causal entre abastecimento ou sua inexistência com as possíveis doenças. No Quadro 14 são apresentadas as principais doenças e os canais de propagação.

Destacamos as doenças do tipo feco-oral e do tipo não feco-oral, por serem causadas por água contaminada ingerida, no caso da primeira, e transmitida por via cutânea (pele) na segunda. Isso é importante ao associarmos a realidade das áreas rurais que possuem precários meios de acesso à água para consumo e das centenas de residências que não dispõem de

banheiro ou sanitário doméstico, cujas práticas de higiene não são adequadas e podem propagar doenças.

Para a FUNASA (2004), o saneamento básico compreende os sistemas de água e esgotamento sanitário, a coleta e disposição dos resíduos sólidos, a drenagem urbana e o controle de vetores. Por abordarmos áreas rurais, nosso foco interpretativo do saneamento restringirá aos mecanismos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Quadro 14 - Classificação ambiental unitária das infecções relacionadas com o saneamento (água e excretas). Categoria estratégicas de controle e exemplos (organismo ou doença)

A – Doenças do tipo feco-oral	Melhora da quantidade, disponibilidade e confiabilidade da água (transmissão hídrica) ou relacionada no caso das doenças relacionadas com a higiene;
	Melhora da qualidade da água (tratamento de água), para as doenças de transmissão hídrica;
	Educação sanitária.
	Ex.: Hepatite A, E e F, Poliomielite, Cólera, Disenteria bacilar, Amebíase, Diarreia por <i>Escherichia coli</i> e rotavírus, Febre tifóide, Giardíase e Ascaridíase.
B – Doenças do tipo não feco-oral	Melhora da quantidade, disponibilidade e confiabilidade da água (relacionadas com a higiene) (abastecimento de água);
	Educação sanitária.
	Ex.: doenças infecciosas da pele e dos olhos e febre transmitida por pulgas.
C – Helmintíases do solo	Tratamento dos excretas ou esgotos antes da aplicação no solo;
	Ex.: Ascaridíase e Ancilostomose.
D – Teníases	Como na categoria C, mais cozimento e inspeção da carne.
	Ex.: Teníases
E – Doenças baseadas na água	Diminuição do contato com águas contaminadas;
	Melhora de instalações hidráulicas;
	Sistemas de coleta de esgotos e tratamento dos esgotos antes do lançamento ou reuso;
	Educação sanitária.
F – Doenças transmitidas por inseto vetor	Ex.: Leptospirose e Esquistossomose
	Identificação e eliminação dos locais adequados para procriação;
	Controle biológico e utilização de mosquiteiros
	Melhora da drenagem de águas pluviais.
G – Doenças relacionadas com vetores roedores	Ex.: Malária, Dengue, Febre amarela, Filariose e infecções transmitidas por baratas e moscas relacionadas com excretas.*
	Controle de roedores
	Educação sanitária;
	Diminuição do contato com águas contaminadas
	Ex.: Leptospirose e doenças transmitidas por vetores roedores.*

* Infecções excretadas compreendem todas as doenças nas Categorias A, C e D e as doenças por helmintos na Categoria E.

Fonte: SOARES *et al.* (2002).

A atuação na área de saneamento básico torna-se fundamental para difundir mecanismos de saúde humana e qualidade ambiental na área rural, posto que, a existência de água de baixa potabilidade, de instalações sanitárias inadequadas ou inexistentes, com a

crescente degradação dos recursos naturais por meio do desmatamento ou presença de rebanhos bovinos e suínos, são elementos potencializadores de doenças (MERTEN, MINELLA, 2002).

Vásquez *et al.* (1999) ao analisarem as condições sanitárias e de acesso à água em domicílios urbanos com população de baixa renda em Pernambuco, constataram elevada incidência de diarreias em crianças com menos de dois anos de idade, quando nas residências não havia água potável e sistemas de esgotamento sanitário. Afirmaram a correlação entre inadequações de oferta de água e saneamento, com riscos de morbidades relacionadas a diarreias. Baseados em outros estudos, os autores associam a redução das enfermidades com maior oferta de serviços e infraestruturas de saneamento básico e cuidados com higiene pessoal.

A Portaria N° 2.914, de 2011 do Ministério da Saúde (MS), que trata da qualidade da água para consumo humano, explicita as obrigações de cada ente federativo concernente à garantia de acesso à água potável e dos meios para garantir a saúde humana. A partir das implicações sobre potabilidade da água, que geram saúde ou causam doenças, e da praticidade nos domicílios com água encanada, caracterizaremos os sistemas e infraestruturas de distribuição de água na área rural dos municípios de Itaipé e Caraí. Dessa forma, buscaremos analisar as implicações no que concernem as peculiaridades de cada sistema e como após sua construção a qualidade de vida das pessoas foi afetada em relação à maior disponibilidade deste bem e, de forma indireta, as implicações na saúde coletiva nestas áreas, e conjuntamente como está sendo a participação dos poderes municipal, estadual e federal para garantir o acesso e a qualidade da água para as residências na área rural.

4.1. Formação da empresa de saneamento público do Estado de Minas Gerais

A difusão das infraestruturas de saneamento básico, em escala nacional, data da década de 1970, quando o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA) e fomentou parcerias com os governos estaduais para criarem empresas públicas de saneamento básico, enquanto que estas deveriam firmar convênio de prestação de serviço com os municípios. Em Minas Gerais foi criada a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), fruto da incorporação da então Companhia Mineira de Águas e Esgotos (COMAG) e da empresa municipal de água e esgotos do município de Belo Horizonte. Para que fosse possível investir nas infraestruturas necessárias e aumentar a rede de atendimento de

saneamento básico, o PLANASA, por intermédio do Banco Nacional de Habitação (BNH), concedia empréstimos a juros baixos as empresas estaduais de saneamento (FREITAS, 2013).

Segundo Freitas (2013) com a criação de empresas estaduais, houve acirrada competição com aquelas empresas de âmbito municipal que prestavam o serviço em seus municípios, pois os fundos de financiamento do BNH eram direcionados prioritariamente as companhias estaduais, em detrimento das demais, o que impulsionou o processo de tornar a água uma mercadoria, pois estas companhias estaduais deveriam ser superavitárias nos seus estados. Para o caso de Minas Gerais, a COPASA nas décadas de 1970 e 1980 ampliou o número de municípios conveniados, contudo, priorizou os de maior nível econômico e populacional, nos quais a relação entre investimentos e dividendos auferidos era favorável à empresa. Tal era a concepção de saneamento que em muitas cidades restringia-se apenas a distribuição de água potável, enquanto que noutros era incluída a construção de redes de captação e tratamento de esgotos. O incentivo dado pelo PLANASA à criação e fortalecimento das companhias estaduais, também estava vinculado ao financiamento cruzado, por meio do qual os municípios superavitários gerariam recursos para que estas empresas investissem em saneamento nos municípios mais pobres e de pequena população.

A expansão dos serviços de saneamento básico esteve restrita ao âmbito urbano, pois foram escassas as áreas rurais onde foram construídos sistemas de distribuição de água potável para a população. Também nas próprias cidades, as zonas periféricas e as áreas de favelas não eram contempladas com as infraestruturas de saneamento, sendo que, dessa forma, percebe-se uma clara perspectiva economicista e seletiva ao priorizar cidades e bairros com populações de maior poder aquisitivo. Esta lógica concerne a mecanismos de promoção diferencial de valorização urbana muito vinculada a agentes imobiliários, que veem na oferta de serviços essenciais uma forma de valorizar o solo urbano e maximizar os seus lucros.

Durante a década de 1990, os investimentos em saneamento básico foram extremamente reduzidos, pois já não havia mais o Banco Nacional de Habitação para financiar, por meio do PLANASA, a expansão dos serviços das companhias estaduais. Quando os governos neoliberais assumiram o poder, intensificam os processos de privatização e redução da presença do Estado, do número de trabalhadores e de custos operativos e, com isso, diminuiu os mecanismos que potencializariam a melhoria e expansão dos serviços de saneamento básico. No Governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, ocorreu o fortalecimento das políticas de privatização das companhias estaduais, pois o governo criou

linhas de financiamento para o setor privado investir na aquisição destas empresas (FREITAS, 2013).

A partir disso, as empresas privadas e o grande capital passam a controlar e gerenciar as principais companhias nacionais e, desta forma, o saneamento básico deixa de ser prioridade na maioria dos municípios de pequeno porte, por não deterem as dimensões de renda e população satisfatórias para o capital privado obter lucro por meio da oferta destes serviços.

No que concerne a COPASA, durante a década de 2000, por meio da política do “Choque de Gestão” encabeçado pelo então governador Aécio Neves, houve reestruturação na sua forma de atuação, em que serviços e obras que antes eram realizados pelos funcionários da companhia, foram terceirizados, como uma maneira de conter gastos, bem como tornar a empresa mais eficiente. Este processo culminou na abertura de capital da empresa na bolsa de valores em 2006, o que fez com que a gestão empresarial passasse a ser controlada pelo poder público e capital privado. Além disso, houve por parte do governo estadual, a divisão da COPASA, em 2007, ao criar três subsidiárias, sendo uma direcionada para atuar no setor de água mineral engarrafada: a Copasa Águas Minerais de Minas S/A; outra para os projetos de irrigação do Projeto Jaíba: a Copasa Serviços de Irrigação S/A; e, por fim, a subsidiária que iria atuar no provimento de água e esgoto para os municípios pobres na parte norte/nordeste do estado que é a Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais (COPANOR)⁸⁵ (FREITAS, 2013).

A COPANOR começou a funcionar nos municípios a partir de 2009, tendo estatuto jurídico e fins econômicos e sociais que diferem da sua “empresa mãe”, a COPASA. Esta última reduziu sua área de atuação para as áreas de Minas Gerais que melhor promovem as finalidades da empresa, ou seja, gerar lucro e dividendos para seus acionistas, enquanto que a COPANOR passa a ser vinculada como empresa de fins socioeconômicos distintos, que busca difundir as infraestruturas de saneamento básico para os municípios mais pobres, sendo que para isso adota uma política financeira de redução das taxas nas contas de água e esgoto. A desassociação jurídica entre as duas empresas, interferiu no subsídio cruzado que preconiza que as áreas mais ricas e de melhor dotação das infraestruturas gerem receitas para investir nas áreas que não possuem. Assim, para expandir seus serviços a COPANOR contrata

⁸⁵ Em 2012, o grupo COPASA detinha a concessão do fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário em 882 localidades no estado, representando mais de 90%, sendo que estas concessões têm durações que variam entre 30 a 99 anos (COPASA, 2012).

empréstimos junto a COPASA para investir na expansão de serviços nos municípios de sua área de abrangência e também de aportes de recursos do Estado de Minas Gerais.

Com a criação da COPANOR, o Governo de Minas Gerais passa a ser o agente financiador da ampliação dos serviços de água potável e de esgoto sanitário para algumas localidades, o que por um lado restringe os planos de expansão, pois estes ficam na dependência das dotações orçamentárias do âmbito governamental, ou de empréstimos cedidos pela “empresa mãe”, mas por outro, vem ocorrendo construção de infraestruturas em áreas urbanas e, principalmente rurais que não possuíam sistemas de abastecimento de água.

Dessa forma, a construção dos sistemas de abastecimento de água nas áreas rurais e nas áreas consideradas urbanas de pequeno porte são os elementos diferenciadores entre a COPASA e a COPANOR, pois a primeira restringia sua área de atuação às cidades, enquanto a última aumenta sua área de abrangência para localidades que possuem acima de 200 habitantes. Neste aspecto, mapeamos os sistemas de abastecimento de água que a COPANOR implantou na área rural nos municípios de Caraí e Itaipé. Também caracterizamos os demais programas governamentais e de iniciativa da sociedade civil, que vêm atuando na promoção e financiamento de infraestruturas de abastecimento de água nas áreas rurais, bem como as especificidades de cada sistema, no que concerne a sua construção, gestão, êxitos e dificuldades logrados.

4.2. Origens do Programa Um Milhão de Cisternas e do Programa Água Para Todos

A preocupação política com situações de secas e desertificação teve impulso a partir da década de 1970, quando foi realizada a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desertificação em 1977 na cidade de Nairóbi, Quênia. As secas e estiagens prolongadas ao longo do século XX foram, em parte, responsáveis pela migração de milhões de pessoas em diversos países. As enormes pressões antrópicas com desmatamento, uso intensivo e inadequado dos solos, criações extensivas de animais e falta de infraestruturas de produção e técnicas agropecuárias adequadas são diretamente causadoras de maior degradação ambiental e potencializadores dos mecanismos de desertificação em vários países, principalmente nas áreas de clima semiárido, que associado a mecanismos de concentração de terras e escassas infraestruturas públicas de distribuição de água, são elementos que vão reduzindo a capacidade de sobrevivência da população local.

Na década de 1990, como resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, foram debatidos e criados três eixos que deveriam ser fortalecidos como estratégias de atuação na área de meio ambiente, são eles: 1) Convenção sobre Mudanças Climáticas; 2) Convenção sobre Biodiversidade; e, 3) Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ ou Desertificação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ ou Desertificação (UNCCD) ratificou que os países signatários devem adotar mecanismos de combate à desertificação e elaborar Programa de Ação Nacional de combate à desertificação, no qual constem as áreas de maior propensão a estes processos, bem como construir mecanismos para reduzi-los pautados na sustentabilidade dos recursos naturais e na participação das populações locais no processo de atuação. O Brasil tornou-se signatário da UNCCD em 1997. Esta Convenção entende por desertificação os processos associados à degradação ambiental, incluindo variações climáticas naturais, e aquelas potencializadas pela ação humana por meio da destruição de florestas, solos e recursos hídricos.

Assim, a partir da adesão dos países à Convenção de Combate à Desertificação foram realizadas diversas conferências para tratar das estratégias a serem utilizadas e avaliar o desenvolvimento das políticas de combate à desertificação e de convivência com a seca. Com isso foi realizada na Itália em 1997 a primeira Conferência das Partes (COP) sobre desertificação; em 1999 na cidade de Recife, Brasil, sediou a terceira COP.

A Convenção das Partes sobre Desertificação realizada no Brasil tornou-se um marco importante para os movimentos organizados da sociedade civil, pois quando da realização da mesma, a região semiárida do país passava por seca intensa que havia iniciado em 1998. Assim, os movimentos organizados, por intermédio da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), propuseram, a partir da Declaração do Semiárido Brasileiro, ações de combate à desertificação e mecanismos por meio de tecnologias alternativas e de baixo custo econômico e de grande impacto social, como meios de convivência com a seca. Até então, no Brasil, os governos atuavam na perspectiva de “combate à seca”, tendo como símbolo evidente a construção de açudes nas grandes propriedades e distribuição de água por meio de caminhões-pipas para as populações isoladas durante as longas secas. Entretanto, esta medida propiciou baixa capacidade de modificação social, bem como refletiu os antagonismos políticos e

sociais que envolviam a questão da água, que por muitos anos formou parte das estruturas e estratégias conhecidas como indústria da seca (ASA, 1999).

Como resultado da adesão do Brasil à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CCD) e de pressões das organizações da sociedade civil, com destaque para a ASA, em 2005 foi elaborado o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil), que passou a atuar de acordo com a CCD nas Áreas Suscetíveis à Desertificação, que no caso brasileiro correspondem, predominantemente, a região Nordeste do país, norte e nordeste de Minas Gerais e no norte do estado do Espírito Santo⁸⁶ (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005).

Dessa forma, o PAN-Brasil buscou atuar em quatro eixos: a) Combate à Pobreza e à Desigualdade; b) Ampliação Sustentável da Capacidade Produtiva; c) Preservação, Conservação e Manejo Sustentável de Recursos Naturais; d) Gestão Democrática e Fortalecimento Institucional. Em termos de atuação governamental, o PAN-Brasil foi inserido dentro do Plano Plurianual (2004-2007) do Governo Federal, que foi fundamental para alocação de recursos financeiros direcionados ao combate à desigualdade social e expansão das infraestruturas nas áreas suscetíveis à desertificação, especialmente para a Região Semiárida.

A partir das prerrogativas constantes na Constituição Federal do Brasil de 1988 e da obrigatoriedade de ações do Estado Brasileiro firmado junto a UNCCD para proposição de políticas públicas direcionadas a conservação dos recursos naturais e de garantia de acesso à água potável para consumo humano, principalmente nas áreas rurais, a ASA elaborou a estratégia de convivência com a seca por meio do Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas (P1MC) que é direcionado à construção de cisternas de placas que armazenam águas das chuvas. Este sistema consiste basicamente na colocação de tubulações nas calhas dos telhados, em que a água da chuva é canalizada para a cisterna de placa, com capacidade para armazenar dezesseis mil litros de água, tendo seu uso prioritário para consumo, podendo atender uma família de cinco pessoas por até oito meses.

⁸⁶ As Áreas Suscetíveis à Desertificação correspondem principalmente a Região do Semiárido, contudo há os municípios que estão nas Áreas de Entorno Suscetíveis à Desertificação, que não fazem parte necessariamente da Região Semiárida. Importante frisar que a Região Semiárida da SUDENE foi ampliada em 2005, no mesmo período de construção do PAN-Brasil. Assim, os municípios mencionados no PAN-Brasil diferem da área de atuação da SUDENE, pois levaram em consideração outros fatores naturais para a implantação da política de combate à desertificação.

A ASA por ser formada por diversas instituições e organismos da sociedade civil atua de forma descentralizada nos estados da região Semiárida. Como meio de conseguir implementar o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) age em parceria com os órgãos governamentais, tanto estaduais como federais, para viabilizar os recursos econômicos necessários para a construção das infraestruturas de cisternas de placas domiciliares.

Na microrregião de Araçuaí no estado de Minas Gerais, a entidade social integrante da ASA que gerencia as ações do Programa Um Milhão de Cisternas é a Cáritas Diocesana de Araçuaí, entidade que pertence a Igreja Católica e atua em diversas áreas sociais com o objetivo de promover mecanismos que reforcem a melhoria das condições da agricultura familiar, o aumento da participação política de agricultores, a luta por igualdade de gênero nas diversas dimensões da vida social e, recentemente, na promoção de infraestruturas de oferta de água potável.

Segundo a coordenadora da Cáritas Diocesana de Araçuaí⁸⁷, a origem do Programa Um Milhão de Cisternas na região se deu em fins da década de 1990, quando estavam passando por um longo período de estiagens, em que nos caminhões-pipas do Exército Brasileiro ou de empresas que vinham prestar serviços de distribuição água para as populações na área rural, constava o emblema de política de combate à seca, o que, segundo a entrevistada, os incomodava, pois não se combate à seca levando apenas água para as famílias, que pegavam esta água em baldes ou latas pequenas de vinte litros ou menos, visto que não tinham reservatórios maiores em suas residências e, passado alguns dias, a água acabava e as famílias continuavam a sofrer os flagelos da seca. Além disso, quando das secas os municípios e Estados tinham que pagar por cada caminhão-pipa abastecido, sendo que por várias vezes a entrevistada presenciou nas proximidades de Araçuaí, a água sendo jogada fora e esvaziado os caminhões, para que os mesmos fossem reabastecidos e assim pudessem ganhar mais dinheiro sobre o sofrimento de milhares de famílias que estavam com sede e famintas na área rural.

Assim, a Cáritas Diocesana de Araçuaí se uniu com outros movimentos regionais formando o Fórum do Vale do Jequitinhonha, além de associarem-se ao Fórum Norte de Minas e também de outros estados formando uma rede, que em 2000 montou o projeto para atuar na gestão da água descentralizada por meio do Programa Um Milhão de Cisternas de

⁸⁷ A entrevista foi realizada em 3 de setembro de 2014 com a coordenadora da Cáritas de Araçuaí, no escritório da entidade na cidade de Araçuaí, sendo que a mesma é a responsável pela execução e acompanhamento do Programa Um Milhão de Cisternas na área de abrangência da Diocese, situada no Médio e Baixo Vale do Jequitinhonha.

captação de água de chuvas. Essa organização da sociedade civil foi uma das instituições que deu origem a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) como propositores de políticas públicas.

Ainda segundo a coordenadora da Cáritas de Araçuaí, eles já tinham experiência na construção de cisternas de placas, pois como a Cáritas é recebedora de doações internacionais, estes recursos eram em parte direcionados para as infraestruturas de armazenamento de água das chuvas em áreas rurais. Assim, quando da criação do projeto no então Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi disponibilizado recursos para construir em caráter experimental cinco cisternas de placa no Vale do Jequitinhonha. No caso do Governo de Minas Gerais eles não forneceram recursos, pois o Estado não reconhecia a existência do semiárido na maioria dos municípios que passavam por estiagens e secas periódicas. Dessa forma a ASA atuou em duas frentes, sendo uma para viabilizar os recursos necessários para por em prática o PIMC, enquanto que na outra frente lutaram para que o Estado de Minas Gerais e o Governo Federal reconhecessem que a Região do Semiárido era maior do que aquela até então delimitada na década de 1990⁸⁸.

Para cada governante que estava no poder, a ASA tinha que negociar, pois não era uma política pública constante nos planos de governos e, com isso, não havia dotação no orçamento da União para financiar as cisternas⁸⁹. No Governo de Luiz Inácio Lula da Silva houve maior facilidade na liberação das verbas, como estratégia de ação do Programa Fome Zero, o que fez com que o PIMC tivesse grande expansão. Já na gestão da Dilma Rousseff, para que o programa fosse financiado, ele teve que se adequar as novas exigências do Plano Brasil Sem Miséria e deveria prioritariamente atender as famílias da área rural que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família ou que possuam Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); já os aposentados de baixa renda foram incluídos após demanda da ASA, para que também fossem contemplados como público alvo das cisternas.

O Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) também construiu algumas cisternas nos municípios, porém as obras eram terceirizadas a uma empresa que construía as peças ou placas e as levavam prontas para as residências beneficiadas apenas para a montagem. Porém, os custos por cisterna eram muito elevados, sendo o dobro do valor daquelas realizadas pela ASA no mesmo município. Assim, o IDENE

⁸⁸ Representamos no mapa constante no capítulo I a nova delimitação do Semiárido brasileiro especificamente para os municípios de Minas Gerais.

⁸⁹ Aqui se faz importante retomar a definição de política pública especificada no capítulo 1. Não apenas o Estado é propositor, mas também movimentos da sociedade civil, ainda que para sua efetivação necessite dos recursos do Estado para financiar as ações.

por não ter corpo técnico e estrutura de gerenciamento suficiente deixou de ser executor das cisternas, atuando apenas na parte de celebração de convênios para uso de outras tecnologias.

A metodologia do P1MC executada pela Cáritas Diocesana de Araçuaí na sua área de atuação é semelhante às demais organizações da ASA, em que, primeiramente, os funcionários da Cáritas vão até as residências rurais e cadastram as famílias que se enquadram nas exigências do programa, realizando o levantamento da situação do domicílio por número e característica de seus moradores. Posteriormente, é feito no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS) a avaliação das condições de abastecimento de água no município. Assim, após o levantamento das demandas do município, um órgão do governo federal ou empresa estatal federal financia a construção do respectivo lote de cisternas no município, sendo as empresas Fundação Banco do Brasil e Petrobras as principais, pois abatem os investimentos como ações sociais no imposto de renda devido. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o principal articulador federal deste programa junto a ASA.

Com a definição das cisternas a serem construídas e dos recursos disponíveis, a Cáritas contrata pedreiros na área rural do município e mediante cursos os ensinam como construí-las. Além disso, os materiais de construção (cimento, brita, canos e calhas) são todos adquiridos nos estabelecimentos comerciais do município, para que o programa fomente a circulação de dinheiro na economia local e gere trabalho.

Nas residências contempladas com a cisterna, a família deve perfurar o buraco onde será construída e hospedar o pedreiro por dois ou três dias durante a construção. Em diversas localidades por meio de mutirão as famílias se ajudam, fomentando a cooperação entre elas. Devido muitas famílias ter restritas condições de custear a alimentação do pedreiro, a ASA conseguiu que o governo federal doasse uma pequena cesta básica para ajudar na alimentação. Após a cisterna construída, o responsável pelo domicílio realiza um curso de dezesseis horas em dois dias, no qual abordam temas sobre gerenciamento de recursos hídricos, como realizar a conservação da água da cisterna, relações de gênero, cidadania e reforço de cooperativismo, que é realizado na localidade ou na escola mais próxima, os participantes são incentivados a debaterem aspectos das políticas públicas e como os mesmos podem contribuir para a construção coletiva e social de melhorias em suas comunidades⁹⁰.

⁹⁰ Além das cisternas de placas, o P1MC também está construindo em alguns municípios as Cisternas-Calçadão, sendo feito o revestimento do piso para captar a água da chuva e armazená-las em cisternas de 50 mil litros para irrigar pequenas áreas de cultivos alimentares, principalmente hortas, tal como a que presenciamos no município de Araçuaí durante trabalho de campo.

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (Programa Água para Todos) foi instituído por meio do Decreto Nº 7.535 de 26 de julho de 2011, do poder executivo federal, sendo integrante do Plano Brasil Sem Miséria, relativo ao programa plurianual (2011 a 2015). Segundo consta no decreto de criação, o Programa Água para Todos visa promover a universalização do acesso à água nas áreas rurais, além de fomentar a produção agrícola e garantia de segurança alimentar e nutricional para famílias de baixa renda.

O programa está sob coordenação do Ministério da Integração Nacional (MIN), sendo que em Minas Gerais foi firmado convênio com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste (IDENE) para a implantação de sistemas de abastecimento de água. Contudo, este programa apresenta diferenças no que concerne às tecnologias e formas de abastecimento para cada regional do IDENE, sendo que há três formas de projetos: barreiros e barragens; sistemas simplificados de abastecimento coletivo; cisternas de polietileno (PVC) para abastecimento individual.

De acordo com o diretor do IDENE de Araçuaí⁹¹, o convênio firmado entre o órgão e o Ministério da Integração Nacional (MIN) teve como objetivo a implantação dos projetos, contudo, não foi possível ao IDENE optar pela melhor tecnologia de projeto que se adequasse as condições naturais e distribuição da população nas diversas localidades, sendo a tecnologia a ser utilizada foi definida pelo MIN. Assim, segundo o entrevistado, o IDENE da regional do Norte de Minas ficou com as tecnologias de barreiros e barragens; o IDENE da regional do Vale do Jequitinhonha (do qual Araçuaí faz parte) ficou com sistemas simplificados de abastecimento coletivo; e o IDENE da regional de Teófilo Otoni com cisternas de PVC.

As cisternas de PVC foram exigências do setor empresarial para poderem se apoderar de parte dos recursos econômicos do Programa Um Milhão de Cisternas. Esta atuação, por pressão política, dos grupos industriais foi fundamentada em processos civis contra a ASA, alegando que a entidade estava adquirindo materiais de construção sem licitação. Assim, os grandes grupos queriam ser os fornecedores de materiais como cimento, canos e ferros. Para efeito de magnitude do programa, cada cisterna de placa utiliza dezesseis sacos de cimento de cinquenta quilos, assim se multiplicássemos os 1 (um) milhão de cisternas pelos sacos de cimento, daria no total dezesseis milhões de unidades do produto que os grandes fornecedores poderiam comercializar. Contudo, a justiça deu ganho de causa para a ASA, visto que o

⁹¹ Entrevista realizada em 03 Setembro de 2014 com o diretor do Escritório Regional do IDENE situado na cidade de Araçuaí.

programa preconiza a descentralização dos recursos entre os municípios e contribui para a geração de empregos locais.

Em contrapartida, no âmbito do Programa Água Para Todos, o governo federal incorpora o setor empresarial que passa a fornecer as cisternas de PCV prontas, que além de terem durabilidade menor do que a cisterna de placas, geram, como consequência restrição na economia local, porque não usam pedreiros e materiais de construção dos estabelecimentos municipais, assim como não incentiva o associativismo e sistema de mutirão propiciados pelo Programa Um Milhão de Cisternas, pois estas cisternas são produzidas em fábricas distante e instaladas por pessoas de fora do município. Dessa forma, levando em consideração estas questões, a ASA em 2014 organizou várias campanhas para mostrar as diferenças entre as cisternas de placas e as de PCV, além da diferença de preços entre estas duas formas de implantação e quais os interesses sociais e econômicos envolvidos na tecnologia utilizada.

Essas diferenças entre a gestão das cisternas de placas implantadas pela ASA, em contraposição às financiadas pelo Programa Água Para Todos, são parte do jogo de disputas entre o empresariado, que busca maximizar seus lucros ao comercializar cisternas de PVC, e os movimentos da sociedade civil (que buscam, por meio da oferta de água, possibilitar maior inserção social, garantia de direitos básicos e possibilidades de convivência com a seca para aqueles moradores que convivem anualmente com a variabilidade das chuvas).

Segundo Assis (2012) a ASA por meio do P1MC impôs na agenda política do governo uma política pública para atuar no provimento de água e meios de convivência com o semiárido, o que logicamente criou enfrentamentos em relação aos grupos historicamente beneficiários das ações do Estado, vulgo as elites econômicas e políticas. Diante disso, surge a necessidade da ASA buscar maior inserção de sua força social e política junto ao Estado brasileiro, além de enfrentar o capital privado para impor seu projeto social para as instâncias públicas financiariam as cisternas de placas.

Dessa forma, após a caracterização do P1MC e Programa Água para Todos, nos tópicos seguintes, trataremos dos programas mencionados, bem como de outros que foram promovedores de infraestruturas de acesso à água nos municípios de Itaipé e Carai.

4.3. Sistemas e estruturas de abastecimento de água nos Córregos situados no município de Itaipé

Os sistemas e infraestruturas que especificaremos para a área rural de Itaipé consistem nas formas de distribuição de água potável coletivas existentes até 2014 e que foram

financiadas por programas governamentais. Para tanto, segmentamos a análise por programa para facilitar o entendimento de qual órgão foi o financiador e os diferentes tipos de gestão na distribuição da água. A distribuição espacial das redes mencionadas encontra-se no Mapa 21.

a) Sistemas de abastecimento gerenciados pela COPANOR

A partir de 2010, a Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais (COPANOR) começou a investir na construção de sistemas de captação e distribuição de água potável para os domicílios rurais no município de Itaipé. As infraestruturas foram construídas por empresa terceirizada e esta ficou responsável em gerenciar os sistemas para avaliar a eficiência dos mesmos, passando posteriormente a gestão para a COPANOR. Foram construídas infraestruturas em seis Córregos (Quadro 15), sendo que estes sistemas têm tecnologia de captação de água em poços profundos, casa de bomba, unidade de tratamento de água (adição de cloro e flúor), reservatórios com capacidades diferenciadas e hidrômetro nas residências. No caso particular do Córrego da Brejaúba, por ter maior número de residências, foram construídos dois sistemas isolados para suprir a demanda.

Quadro 15 - Localidades atendidas e número de ligações pela rede de água potável da COPANOR, na área rural do município de Itaipé (2014)

Córrego	Domicílios atendidos
Barro Amarelo	97
Brejaúba	148
Santa Rosa I	40
Boa Sorte	59
Sapucaia	31
Limatão	37

Fonte: COPANOR e trabalho de campo, 2014.

Quando da construção das áreas de captação e dos reservatórios, os donos dos terrenos deveriam doar os espaços para a COPANOR, com termo de doação assinado e registrado em cartório. Atualmente o gerenciamento e controle da qualidade da água são realizados por técnicos da empresa sediada na cidade, que duas vezes por semana vão até cada estação e adicionam os produtos químicos, enquanto que o controle de captação, tratamento e bombeamento é feito por sistema automatizado. Cobra-se taxa de consumo mensalmente, no valor R\$ 3,15 no mínimo (2014), que pelo fato de ser considerado relativamente baixo as famílias ficam alguns meses sem pagar, até acumular determinados valores, que segundo a

COPANOR as taxas são destinados ao custeio das operações dos sistemas e para pagamento dos funcionários.

Entretanto, os diversos sistemas não atenderam todas as residências nos respectivos Córregos, visto que em algumas localidades a rede teve traçado retilíneo ou se dividiu em duas ramificações e só atende os domicílios próximos, tal como em Boa Sorte, Santa Rosa I e Barro Amarelo ou no Córrego Sapucaia, por exemplo, em que o sistema deixou de atender diversas residências situadas nas áreas mais afastadas do reservatório, assim como no Limatão, em que um conjunto de domicílios não foram beneficiados, pois se localizam em uma “grota” distante uns 2 km da área de captação do sistema. Em contrapartida, no Barro Amarelo a rede atende as residências rurais dispersas nos estabelecimentos e uma área formada pelo Conjunto Habitacional situado no antigo Polo Agroindustrial do município, onde atualmente também se encontra a Escola Família Agrícola (EFACIL), assim como residências em pequenos lotes que estão em processo de expansão e chácaras as margens da rodovia. Contudo havia diversas casas nos Córregos do Barro Amarelo, Brejaúba e Limatão nas quais foram instalados hidrômetros, mas a água não chegava devido à pressão insuficiente na rede⁹².

b) Programa Minas Sem Fome

O Programa Minas Sem Fome foi criado em 2003 pelo Governo do Estado de Minas Gerais e visa financiar ações nos municípios que apresentam baixo IDH e detenham considerável contingente de agricultores familiares. É coordenado pela EMATER que recebe a solicitação das entidades proponentes dos projetos, sendo que devem ser relativos a infraestruturas coletivas que sejam viáveis como forma de angariar melhorias produtivas ou sociais, enquanto que a gestão deve ser realizada pelas associações proponentes. Os projetos técnicos são elaborados por funcionários da Instituição, que os estruturam de acordo com os requisitos exigidos pelo programa.

Em Itaipé, o Programa Minas Sem Fome financiou um projeto de captação de água superficial no Córrego Santa Rosa II, sendo que esta infraestrutura conta com reservatório de caixa de PVC de vinte mil litros e a água é distribuída por gravidade para as residências. Diante do fato da água ser captada de nascente e não haver moradores a montante, ela é

⁹² Estes domicílios se localizam no final da rede e devido à baixa pressão do sistema a água não chegava até a residência, conforme comprovado no momento de aplicação dos questionários com estes moradores.

considerada potável, não havendo nenhum tipo de tratamento prévio e, portanto, não existe taxa ou cobrança pelo uso da mesma.

No Córrego Santa Rosa III foi construído o sistema a partir de captação em poço profundo e os reservatórios são duas caixas de PVC, sendo estas distribuídas visando atender duas microbacias que compõe o Córrego. Pelo fato de neste sistema utilizar energia elétrica para bombear a água até os reservatórios, a Associação de Moradores da Santa Rosa III cobra dos associados taxa mensal no valor de R\$ 5,00 para a manutenção do fornecimento, e não há hidrômetro nas residências.

No Córrego da Brejaubinha encontrava-se em construção em 2014 um sistema de captação e tratamento de água para atender 44 residências, investimento orçado em R\$34.830,00. Este sistema consiste na captação de água superficial na barragem existente que fora construída na década de 1990 por intermédio do Programa Rural Minas e estava sem utilização; também conta com casa de bombas e de pequena unidade de tratamento de água, a partir da qual será elevada ao reservatório e posteriormente distribuída por gravidade para as residências. Haverá cobrança de taxa mensal para custear os gastos com energia elétrica e dos produtos químicos utilizados para o tratamento. O responsável pelo controle e gestão do sistema será a Associação de Moradores de Brejaubinha, proponente do projeto.

c) Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)

O PCPR financiou a implantação do sistema de captação e distribuição de água no Córrego da Santa Rosa II, que consiste em um poço profundo e duas caixas de PVC distanciadas para atender as 45 residências beneficiadas por esta rede. Como a água é bombeada com uso de eletricidade, a Associação de Moradores e Agricultores da Santa Rosa II implantou hidrômetros em todas as residências, sendo que há cota de uso, devendo ser paga uma taxa de R\$ 10,00 por mês. A cada dois meses o responsável pela gestão do sistema, escolhido pela associação e com mandado de dois anos, percorre todas as residências e verifica o consumo de água da mesma, sendo que quando ultrapassada a cota, o morador deverá pagar uma taxa extra de consumo. A imposição de taxa extra visa disciplinar o uso da água, que deve ser utilizada exclusivamente para o consumo no domicílio. O dinheiro arrecadado com o pagamento das taxas é mantido pela associação para cobrir gastos com energia e com eventuais avarias no sistema, tal como a quebra de canos ou queima da bomba hidráulica.

d) Sistemas construídos pela Prefeitura Municipal

O que chamamos de sistemas de abastecimento da prefeitura referem-se àqueles que não soubemos precisar qual foi o programa financiador, contudo pelo fato do poder municipal ter sido o responsável pelos convênios e pela construção dos mesmos, assim os identificamos como tal.

No Córrego das Lages o sistema consiste na captação por meio de poço profundo, sendo a água bombeada até o reservatório de concreto. Em seguida a água é distribuída por gravidade para as residências, o que vem ocasionando deficiências na distribuição, pois a água não chega às casas mais afastadas do reservatório e em altitudes maiores, mesmo sendo servidas pela rede.

Agravante ainda neste Córrego é a densidade de moradias muito próximas e com meio ambiente ao redor bastante alterado, seja pelas atividades agrícolas e/ou pecuária bovina. Algumas residências, por não terem acesso à água da rede, usam água de nascentes, enquanto que outros construíram poços rasos ou usam água do córrego para usos domésticos, o que pode ocasionar uso de água com qualidades inadequadas, pois está havendo maior introdução de resíduos domésticos nos corpos de água por causa do lançamento de resíduos domiciliares. Além do Córrego das Lages ser cortado pelo Rio Preto, que é o curso principal do município e atravessa a cidade de Itaipé com lançamento de esgoto e outros poluentes.

A manutenção do sistema e gestão é de responsabilidade da prefeitura municipal que paga os custos de energia e atualmente está tentando firmar convênio com a COPANOR para que ela passe a gerir o sistema e invista na melhoria e na expansão da rede de água. Contudo, esta troca de gestão ainda não foi aceita pela empresa, pois a COPANOR realiza investimentos somente em projetos que contam com programas de financiamento específicos, por não dispor de recursos para novas infraestruturas⁹³.

No Córrego da Caroca II existe a rede de distribuição de água captada no riacho situado numa das vertentes da Pedra D'água (rocha) e improvisada numa caixa de PCV de dois mil litros e tem a função de reter sedimentos para não entrarem na tubulação. A água é distribuída por gravidade, contudo, por não haver cuidados com a rede ocorrem diversas interrupções e a água não chega a muitas residências, enquanto outras não foram contempladas com a rede. De acordo com o secretário de agricultura de Itaipé, os moradores nunca o procuraram para reivindicar melhorias na rede, ademais afirma que por não haver

⁹³ Com o fim do subsídio cruzado que a COPASA realizava, a COPANOR depende de recursos do Estado de Minas Gerais para investir em implantação e expansão de novos sistemas de distribuição de água.

associação de moradores naquela localidade é muito difícil propor projetos coletivamente. Assim, esta infraestrutura de abastecimento tende a não ter melhorias em curto prazo, pois o poder público municipal diz não conhecer as dificuldades locais e como os moradores não estão organizados em associação, é improvável que sejam elaborados projetos ou realizados investimentos na readequação e melhoria da rede, tendo em vista que as ações devem ser vinculadas a requisição por entidade legalmente constituída. Por exemplo, uma fonte de financiamento poderia vir do Programa Minas Sem Fome, mas para tal se exige que o pleito seja encaminhado por associação ou entidade organizada, outra fonte poderia ter surgido do Programa Água para Todos, porém, como veremos, por razões políticas e de especificidade do mesmo, o município foi contemplado por outra forma de abastecimento.

No Córrego da Caroca I a rede de água provem de nascente, protegida por floresta e situada numa colina. A água é armazenada num reservatório de concreto de aproximadamente trinta mil litros de capacidade e, posteriormente, distribuída por gravidade para um aglomerado de aproximadamente vinte residências, além de outras espalhadas por vários estabelecimentos rurais. Não há cobrança de taxas para manutenção do sistema. Nesta localidade algumas casas não têm acesso a esta rede, seja por estarem em áreas distantes ou devido à conformação da topografia, que não permite a distribuição por gravidade.

No Córrego da Pedra do Chifre a prefeitura construiu uma rede de abastecimento de água que é captada num açude na parte mais elevada da microbacia, daí é lançada para um reservatório de concreto de aproximadamente trinta mil litros de capacidade e, posteriormente, distribuída por gravidade para as residências que estão situadas nas proximidades do fundo de vale. Esta rede atende parcialmente a localidade, sendo que em dezenas de outras residências a água é proveniente de nascentes ou poços rasos. Não há tratamento prévio da água distribuída, e na parte a montante do açude há residências e criação de gado. Por não haver cobrança de taxas também não há melhorias no sistema e não se cogita aumentar a oferta para outras residências. Neste caso, em específico, no Córrego existe a Associação de Moradores do Córrego da Embaúba, que na verdade é composta por moradores do Córrego Pedra do Chifre, que anos atrás por terem problemas administrativos e financeiros tiveram que criar outra associação, mudando o seu nome. Esta associação não administra a infraestrutura de água e a prefeitura municipal não se propõe a implantar melhorias na rede de distribuição, tendendo assim a degradar as estruturas e canalizações existentes por falta de manutenção.

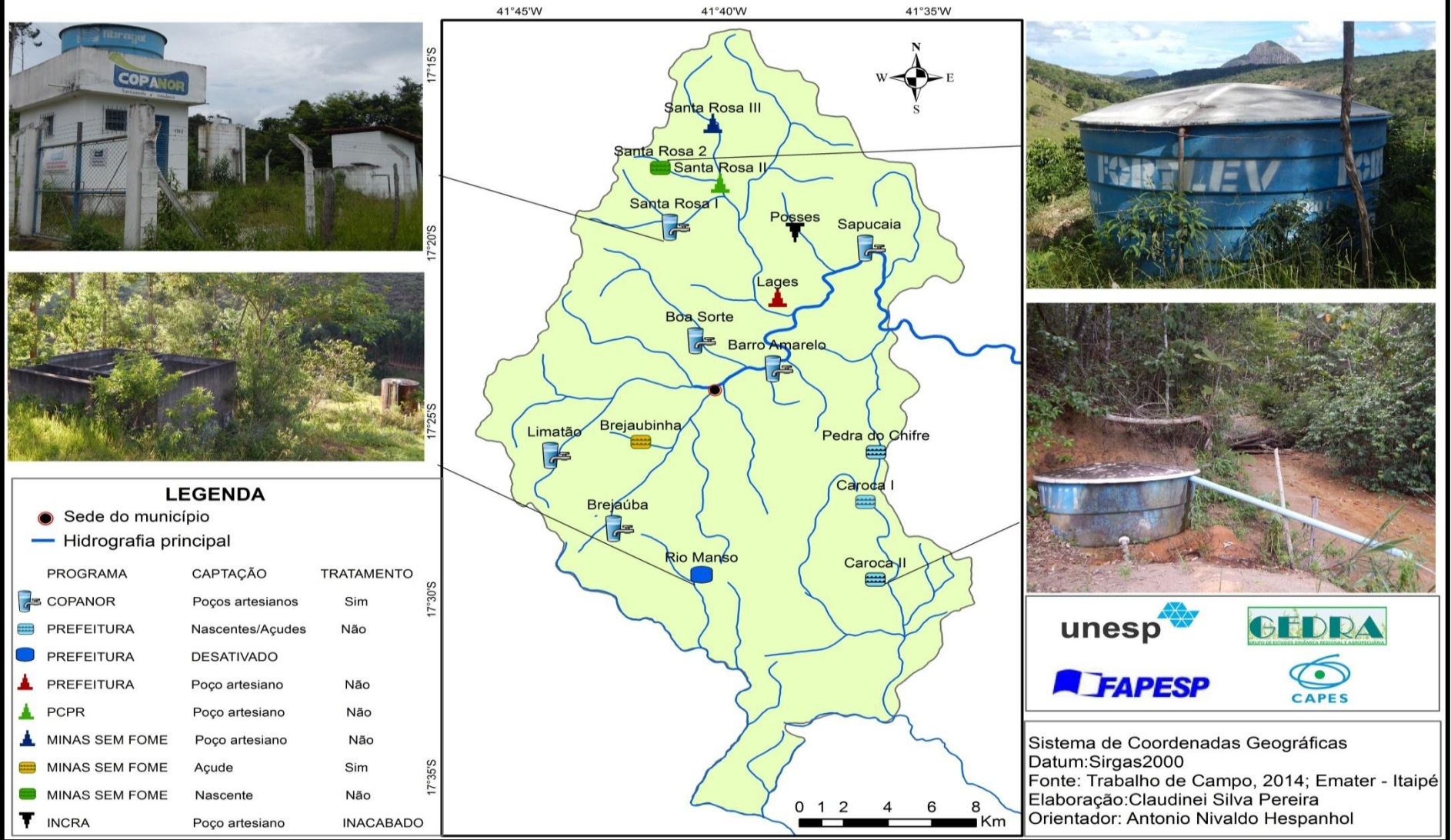
E por fim, o sistema que mais chama atenção é o que existia no Córrego do Rio Manso que foi construído em meados da década de 1990. Este sistema consistia na captação de água de uma nascente situada na parte alta de uma montanha e lançada para uma pequena central de tratamento e reservatório. A água, posteriormente era distribuída para as residências por gravidade, contudo esta nascente veio a secar e formas alternativas de captação de água não foram construídas, provocando a interrupção no uso da rede e da estrutura da estação, que por falta de uso se deteriorou, enquanto que os canos foram posteriormente apropriados ilegalmente pelos moradores. Atualmente a água que abastece as residências é individual, alguns extraem em poços rasos e outros utilizam a água de nascentes nos estabelecimentos ou cedidos por algum vizinho. De acordo com o secretário de agricultura do município, a prefeitura enviou projeto para diversos órgãos do Estado de Minas Gerais para a implantação de novo sistema de captação e distribuição da água no Córrego, que está orçado em R\$ 75.000, 00, porém não foram aprovados os recursos financeiros.

Portanto, as especificidades dos sistemas de abastecimento evidenciam, por um lado, êxito na gestão realizada pelas associações, de uma maneira geral e, por outro, debilidade financeira e técnica que a prefeitura afirma existir para melhorar e expandir alguns destes sistemas. Além disso, a diversidade de órgãos e programas financiadores trouxe benefícios, contudo também mostra fragilidades no que concerne a formação de uma estratégia de planejamento que envolva as melhores técnicas de captação e distribuição de água com menores custos de implantação e gerenciamento do sistema.

As diversas instâncias do Estado de Minas Gerais ao criarem programas que possibilitam investir em ações de abastecimento de água, indicam lacunas do Estado em planejar ações para resolução dos problemas relativos ao abastecimento de água potável. No âmbito federal, a criação de políticas desassociadas da realidade ambiental local e a baixa integração entre as instituições federais e estaduais reforçam as deficiências na alocação eficiente dos recursos públicos e de melhorias para a população da área rural. Exemplo disso é a atuação do Programa Água Para Todos que vem sendo implantado no município.

MAPA 21

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAL, POR PROGRAMA E LOCALIDADE, NO MUNICÍPIO DE ITAIPÉ, 2014



e) Programa Água para Todos com cisternas de polietileno

No município de Itaipé, conforme já mencionado, por integrar a regional do IDENE de Teófilo Otoni, o Programa Água para Todos investiu no acesso à água por meio da tecnologia de cisternas de polietileno (PVC), sendo que o Ministério da Integração Nacional (MIN) disponibilizou para o município 638 cisternas, esta quantidade foi baseada em informações constantes no CADÚNICO⁹⁴.

Para cadastrar as famílias do município que seriam contempladas com as cisternas, inicialmente os agentes de saúde da família, pertencentes à secretaria municipal de saúde fizeram o cadastramento domiciliar em 2013. Contudo, pelo fato do MIN não ter especificado qual era o público alvo e as condições dos domicílios a serem beneficiados, o cadastramento realizado incorporou famílias que já possuíam acesso à água por sistemas de rede, e a princípio não poderiam ser beneficiadas, enquanto que outras não foram cadastradas. Posteriormente, em 2014 o MIN contratou empresa terceirizada para recadastrar novamente os interessados, e contou com a colaboração da secretaria de agricultura do município. Para tanto, o cadastro como foi realizado na sede do município gerou erros na seleção, visto que a empresa não fez visitas domiciliares para analisar se de fato as famílias cadastradas precisavam da cisterna, bem como se elas atendiam as normativas do programa.

Quando entrevistamos o secretário de agricultura no mês de setembro de 2014 estava em andamento, por parte da empresa vencedora da licitação, a entrega e instalação das cisternas de PVC. Contudo, o secretário recebeu diversas queixas por parte das famílias beneficiadas que a instalação das estruturas de calhas nos telhadas estavam mal colocadas e em outras residências só foram colocadas num dos lados do telhado⁹⁵. Outras famílias vinham diariamente questioná-lo por que seus domicílios não foram contemplados, pois os mesmos

⁹⁴ CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais – Base cadastral integrante do Sistema de Seguridade Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Permite que famílias com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos tenha cadastro junto a este Ministério. O enquadramento nestes parâmetros é elemento essencial para a família poder ser beneficiado por determinada política pública.

⁹⁵ O Programa Água para Todos não permite que as cisternas sejam instaladas em domicílios em que o telhado seja de telha de amianto, pois este material, segundo recomendações do Ministério da Saúde contém substâncias que podem ocasionar câncer. Por exemplo, se numa residência uma parte do telhado for de amianto esta não poderá receber a calha. Se o domicílio como um todo for de amianto a família não poderá ser contemplada com a cisterna, contudo, poderá receber, se a mesma se prontificar a mudar o telhado para telhas do tipo colonial. Desta forma, reside a problemática do acesso para as famílias mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, pois de acordo com o Secretário de Agricultura do Município em entrevista, o mesmo havia encaminhado ofícios ao MIN para buscar alternativas para viabilizar que as famílias, de acordo com ele, mais necessitadas pudessem ser contempladas com as cisternas.

não possuíam acesso a sistemas de abastecimento, além de suas fontes de água serem reduzidas.

Além disso, o programa estava sendo implementado no município⁹⁶ sem que fossem levadas em consideração as especificidades de concentração das populações em alguns Córregos, como também não foram analisadas as alternativas mais eficientes e viáveis para garantir o suprimento de água potável constante para os domicílios. Para efeito de ilustração, há um aglomerado de residências no Córrego do Lagedão formado por dezenove domicílios, destas oito foram beneficiadas com cisternas de PVC. Cada cisterna foi orçada por volta de R\$5.000,00 após instalada. Assim, só neste aglomerado foram investidos R\$ 40.000,00 com a implantação das cisternas, se houvesse estudos prévios a localidade poderia receber um sistema simplificado com captação em poços profundos, tal qual os que estão sendo construídos em Carai, com preço inferior aos das cisternas de PVC e que atenderia todos os domicílios. Em Itaipé, por exemplo, o sistema de abastecimento de água por rede situada no Córrego de Santa Rosa II, construído com recursos do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) atende a 45 residências e foi orçado em R\$35.863,00.

O Programa Água para Todos no município de Itaipé, por estar sendo implantado sem a realização de análises prévias sobre a capacidade dos aquíferos, e mesmo sobre a captação de água superficial em nascentes e barragens com uso de outras tecnologias de captação e distribuição, indica a incoerência no planejamento no que concerne a distribuição de água para a área rural. A opção pelas cisternas de PVC foi planejamento levando em consideração as divisões regionais do IDENE e para atender os interesses do setor industrial no fornecimento destas cisternas. O recurso total investido no município se fosse utilizado para melhorar e ampliar os sistemas já existentes e construir novos sistemas a partir de redes de abastecimento locais possibilitaria atender à quase totalidade dos domicílios rurais com água de forma permanente e não apenas no armazenamento provisório de água das chuvas, sendo que as condições hidrológicas e climáticas do município não requerem esta tecnologia de cisternas.

A Figura 18 mostra uma residência que foi beneficiada pelo programa, localizada a menos de 1 km da estação de captação e tratamento de água do sistema pertencente à COPANOR que atende ao Córrego da Santa Rosa I. Além deste domicílio, outros neste mesmo Córrego estão nesta mesma situação. Indicando a falta de articulação entre órgãos

⁹⁶ Até junho de 2015 as cisternas de PVC estavam sendo instaladas e cadastros de famílias sendo realizados. Manteve-se como meta a colocação das 638 unidades cedidas pelo Ministério da Integração para o município.

federal e estadual para investimentos conjunto em sistemas de abastecimento que permitiriam maximizar os benefícios e reduzir custos de implantação.

Figura 18 - Cisterna de polietileno instalada pelo Programa Água para Todos, Córrego da Santa Rosa, município de Itaipé.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Portanto, a imposição de uma tecnologia de água, por parte do Ministério da Integração Nacional, sem levar em consideração as possibilidades de uso de outras tecnologias no município de Itaipé, refletem e conformam parte das disputas políticas e interesses de grupos econômicos industriais para ofertar as cisternas de PVC. Essa tecnologia além de apresentar valores unitários superiores a outras formas de abastecimento, como por exemplo, os sistemas simplificados, é restritiva no que concerne a disponibilidade de água, principalmente levando em conta que a rede hidrográfica de Itaipé é perene e abundante.

4.4. Sistemas de abastecimento por rede e individual no município de Caraí

Os sistemas de abastecimento de água por rede em Caraí, mapeados com base no trabalho de campo não abrangeu a totalidade. Há em algumas localidades as redes de abastecimento que foram construídas por particulares, porém estas são pequena extensão e atendem poucas residências. Desta forma, os sistemas aqui abordados estão representados no Mapa 22.

a) Sistemas de abastecimentos gerenciados pela COPANOR

A COPANOR implantou no município de Caraí sistemas de abastecimento de água nas localidades com maior número de domicílios, coincidindo com os povoados e as sedes

dos distritos. Nestas localidades já existiam sistemas de abastecimento e, dessa forma, o que a empresa fez foi construir novos poços de captação e melhorar ou construir os reservatórios, bem como ampliar as redes. A forma de tratamento da água dos poços profundos consiste na adição de cloro e flúor de forma mecânica e, por isso, os domicílios pagam taxas de consumo da água. Dos povoados, apenas o de Queixadinha o sistema é mantido pela prefeitura. No Quadro 16 a relação das localidades e domicílios atendidos.

No povoado de Santa Luzia a água era proveniente de açude na cabeceira do Ribeirão São José, distante aproximadamente sete quilômetros da localidade, não sendo submetida a nenhum tipo de tratamento prévio e eram frequentes no período das chuvas os domicílios ficarem sem água devido interrupção na rede, ou quando vinha, apresentava tonalidade escura pelo fato da captação ser superficial. Não havia cobrança de taxas de consumo. Com a incorporação pela COPANOR, foi feito um poço profundo, construído um reservatório e ampliou a rede de abastecimento para todas as residências. Porém, não há coleta de esgoto doméstico, sendo lançado no Ribeirão São José que abastece parte da demanda da cidade de Carai, situada à jusante.

Quadro 16 - Localidades atendidas pela COPANOR, exceto sede municipal, e domicílios ligados a rede de abastecimento de água em Carai (2014)

Localidade	Quantidade de ligações
Vila Maranhão	250
Vila Marambainha	300
Vila Ponto Marambaia	700
Povoado de Ribeirão Santana	250
Povoado de Santa Luzia	100
Povoado dos Ribeiros	50
Povoado de Vila Nova	200

Fonte: COPANOR de Carai.

No povoado dos Ribeiros foi construído um novo poço de captação e ampliada a rede para atender novas residências. O reservatório já existia e não houve melhorias ou ampliação do mesmo. Em Vila Nova foi construído novo sistema de captação e ampliação na rede de distribuição, também foi ampliada a captação de esgoto doméstico, porém não há tratamento prévio e o mesmo é lançado no córrego.

No Ribeirão Santana foi construído um novo poço profundo de captação e um reservatório de armazenamento, além da rede de distribuição ter sido ampliada. Não existe estação de tratamento de esgoto doméstico e o mesmo é lançado no córrego.

Em Marambainha a captação era feita na barragem e não havia tratamento da água e o fornecimento era intermitente. A COPANOR construiu poços de captação, modernizou o

reservatório e construiu estação de tratamento. O esgoto doméstico começou a ser captado após a construção da estação de tratamento de esgoto (ETE), pois o córrego Marambainha corta a sede do distrito e é o responsável pelo abastecimento da sede do distrito de Ponto Marambaia que fica a jusante.

No Ponto Marambaia foram feitas melhorias na rede de distribuição e de captação. O esgoto doméstico é lançado no manancial que compõe o rio Marambaia. Já na sede do distrito de Maranhão foram feitas melhorias na rede de captação e de distribuição. Não há tratamento de esgoto e o mesmo é lançado no rio.

As localidades cujos sistemas atualmente são geridos pela COPANOR melhoraram o acesso à água tratada e deixaram de ter intermitência no fornecimento. Contudo, ainda é preocupante a falta de infraestruturas de captação e tratamento do esgoto doméstico, o que vem aumentando os níveis de contaminação nos córregos, que pode ocasionar agravos à saúde dos residentes situados às margens dos cursos d'água que não contam com rede de água ou tendem a utilizá-la para fins recreativos ou domésticos. Exceção é para a sede do distrito de Marambainha que já conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

b) Sistemas alternativos de abastecimento rural

No povoado de Queixadinha a água é captada por meio de poço profundo, instalado ao lado do córrego que corta o povoado. Este sistema é mantido pela prefeitura municipal e apresenta péssimo estado de funcionamento, com frequentes interrupções no fornecimento. O sistema conta com duas caixas de PVC de dez mil litros cada e a prioridade do abastecimento é para a escola nucleada existente no povoado e, somente após o término das aulas a água é liberada para os domicílios. A pessoa responsável por gerir a água é funcionário da prefeitura que reside na localidade. As residências não contam com hidrômetro e não há cobrança de taxas pelo uso da água.

A prefeitura quer passar a gestão deste sistema para a COPANOR, porém não há previsão se de fato a empresa irá gerenciar o sistema, pois isso vai demandar reestruturar e ampliar toda a rede. O esgoto doméstico em parte é lançado no córrego, e os dejetos sanitários são lançados em fossas, mas devido à proximidade e o formato de vale⁹⁷, há vulnerabilidade

⁹⁷O Povoado de Queixadinha fica num terreno de topografia de vale em formato de “V”, sendo que as residências estão em sua maioria situadas à margem direita do córrego. Mesmo que haja fossas para armazenamento do esgoto proveniente de vasos sanitários, a baixa profundidade do lençol freático torna-se vulnerável a poluição subterrânea destas águas. As águas superficiais já apresentam estágio avançado de poluição, apresentando coloração escura e crescimento de espécies aquáticas, indicativo de ambientes com elevada concentração de matéria orgânica e baixa presença de oxigênio dissolvido na água.

de contaminação do lençol freático. A água superficial apresenta elevado estágio de contaminação, além de diversas residências a jusante do povoado usarem água deste córrego e do rio Piauí, o que torna potencializador de canais de propagação de enfermidades, seja por via oral ou cutânea.

No Córrego Tabatinga o Governo de Minas Gerais implantou um sistema de distribuição de água a partir da captação em poço profundo. Este sistema atende a 28 casas, porém enfrenta dificuldades de fornecimento, pois o mesmo foi construído na cabeceira do córrego e tem pouca água, além de não haver hidrômetros para o controle do consumo. As residências mais afastadas do reservatório enfrentam intermitências no fornecimento, segundo os moradores, isso ocorre em virtude dos domicílios a montante usarem água mais do que o necessário, comprometendo a oferta aos demais. Por não existir gestão entre os próprios usuários, a tendência é que esta situação se prolongue por mais tempo.

O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) financiou a implantação de infraestrutura de distribuição de água no Córrego dos Ferreiras, a água é captada de duas nascentes e redistribuída por gravidade para as residências. O sistema é simples e não há cobrança de taxas dos usuários.

Além destes sistemas mencionados, existem outros de pequena abrangência que ao longo da pesquisa de campo não pudemos mapear e que também foram construídos pelos próprios moradores⁹⁸. Em geral, são águas captadas em nascentes que abastecem poucas casas ou a maioria dos domicílios conta com estrutura de abastecimento de água individual, com destaque para os poços rasos ou nascentes.

c) Programa Água Para Todos com sistema simplificado

No município de Carai, por estar na regional do IDENE do Vale do Jequitinhonha, foram aprovados oito projetos de sistemas simplificados de abastecimento coletivo, os quais captam água de poços profundos e a água é distribuída em rede. Cada projeto deve atender no mínimo vinte e no máximo cinquenta residências, enquanto que a distância média entre as residências deve ser entre 150 a 200 metros. A elaboração dos projetos foi realizada pela EMATER de Carai que fez a avaliação das localidades que poderiam ser enquadradas nas normas do programa. Posteriormente, foi encaminhado o projeto técnico para o IDENE de

⁹⁸ Um destes tipos de água de uso coletivo está no Córrego Barreiras, mas segundo o morador pesquisado, atende apenas a 5 casas e a água é pouca.

Araçuaí que anexou a demanda do município com os demais da sua área de atuação e enviou ao Ministério da Integração Nacional.

Dentre os oito projetos aprovados para o município de Carai, seis poços já tinham sido perfurados em 2014 e os outros dois, por características hidrogeológicas locais, não deram certo, necessitando de novas avaliações geológicas para perfurá-los em outros terrenos. Os Córregos beneficiados foram os que não possuíam sistemas de abastecimento de água. As duas localidades que não estão representadas no mapa são os Córregos de Andorinhas e Gomes, pois no momento do trabalho de campo não sabíamos da localização destes poços. A forma como serão gerenciadas estas redes de abastecimento ainda não estava definida, porém acreditamos que ficará a cargo das associações de moradores, pois será necessário o uso de bombas de captação e elevação de água para os reservatórios e, conseqüentemente custos com energia elétrica que deverão ser cobertos mediante o pagamento de taxas mensais dos domicílios atendidos.

A implantação dos sistemas simplificados na região do Vale do Jequitinhonha, segundo o diretor da IDENE de Araçuaí, com captação de água subterrânea deveria ser consorciada com medidas de construção de pequenas barragens ou barreiros ao longo dos cursos d'água, para aumentar os níveis de recarga dos lenções freáticos e ampliar o período de retenção de água, pois as precipitações nos últimos anos ocorreram de forma muito irregular, concentrando-se em poucos meses e assim deveria haver infraestruturas de armazenamento de parte desta água. A necessidade de retenção das águas é motivo de preocupação, pois onde os sistemas são de captações em nascentes, em certos lugares, podem não ser mais viáveis devido à alta oscilação da quantidade ao longo do ano ou de tornarem-se intermitente por certos períodos.

d) O Programa Um Milhão de Cisternas

Desde que foi incorporado a Região Semiárida em 2005 o município de Carai tem acesso diferenciado às políticas públicas específicas para esta região. Assim, por intermédio da Cáritas Diocesana de Araçuaí, o Programa Um Milhão de Cisternas foi realizado em duas etapas, sendo instaladas no total 1.657 cisternas nos diversos Córregos do município, a Fundação Banco do Brasil que financiou a implantação. Contudo, na segunda etapa o P1MC esteve vinculado às dotações orçamentárias constantes no Plano Brasil Sem Miséria e, com isso, os dados estatísticos mostram estas cisternas como se fossem do Programa Água Para Todos, mas na realidade é pertencente ao P1MC. A vinculação institucional a um programa

de governo, em detrimento do outro, enfraquece a visibilidade política dos projetos que partiram e são gerenciados pela sociedade civil organizada. Assim, as cisternas de placa no município devem ser creditadas ao Programa Um Milhão de Cisternas que foi o responsável pela sua implantação⁹⁹.

A distribuição das cisternas em Carai foi mais expressiva nos Córregos situados na bacia do rio Jequitinhonha, pois em muitas localidades não há disponibilidade de água nos períodos de estiagem prolongada. As famílias que mais tinham dificuldade de acesso à água eram as residentes nos Córregos Capivara e Ribeirão Capivara, que segundo os moradores pesquisados e a própria coordenadora da Cáritas, algumas famílias tinham que fazer escavações no leito seco do córrego e esperar a água acumular para retirar com pequenos vasilhames. Além da escassez, a água não apresentava boas condições de potabilidade, o que resultava ou potencializava doenças transmitidas por via hídrica. Na Figura 19 é mostrado um domicílio beneficiado por cisterna de placa no município¹⁰⁰.

Figura 19 - Cisterna de placa instalada pelo Programa Um Milhão de Cisternas, Córrego Quartel, município de Carai.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

⁹⁹Na primeira etapa de construção das cisternas de placa em Carai, o IDENE foi um dos parceiros institucionais do programa. Já na segunda fase deixou de atuar na provisão de água por meio desta tecnologia. Atualmente tem parceria com o Ministério da Integração Nacional para implantação via Programa Água para Todos dos sistemas simplificados.

¹⁰⁰A presença de calha apenas na parte direita do telhado nesta residência está relacionada à proibição de se captar água de telhados com material que possua amianto, tal como evidencia na parte esquerda. Caso o domicílio seja todo de telhas com material que contém amianto, o mesmo não poderá ser beneficiado pela cisterna, mesmo que a família não possua outras formas de acesso à água. Para estes casos, as Secretarias de Assistência Social dos municípios deveriam providenciar recursos para ajudar o morador a trocar o telhado por outro que não tivesse amianto, contudo esta prática não vem acontecendo.

Nos demais Córregos foram construídas as cisternas, sendo que, no entanto, aqueles situados na microbacia do Ribeirão São José e na bacia do rio Mucuri não enfrentam problemas relativos à escassez de água, apenas precárias formas de abastecimento domiciliar.

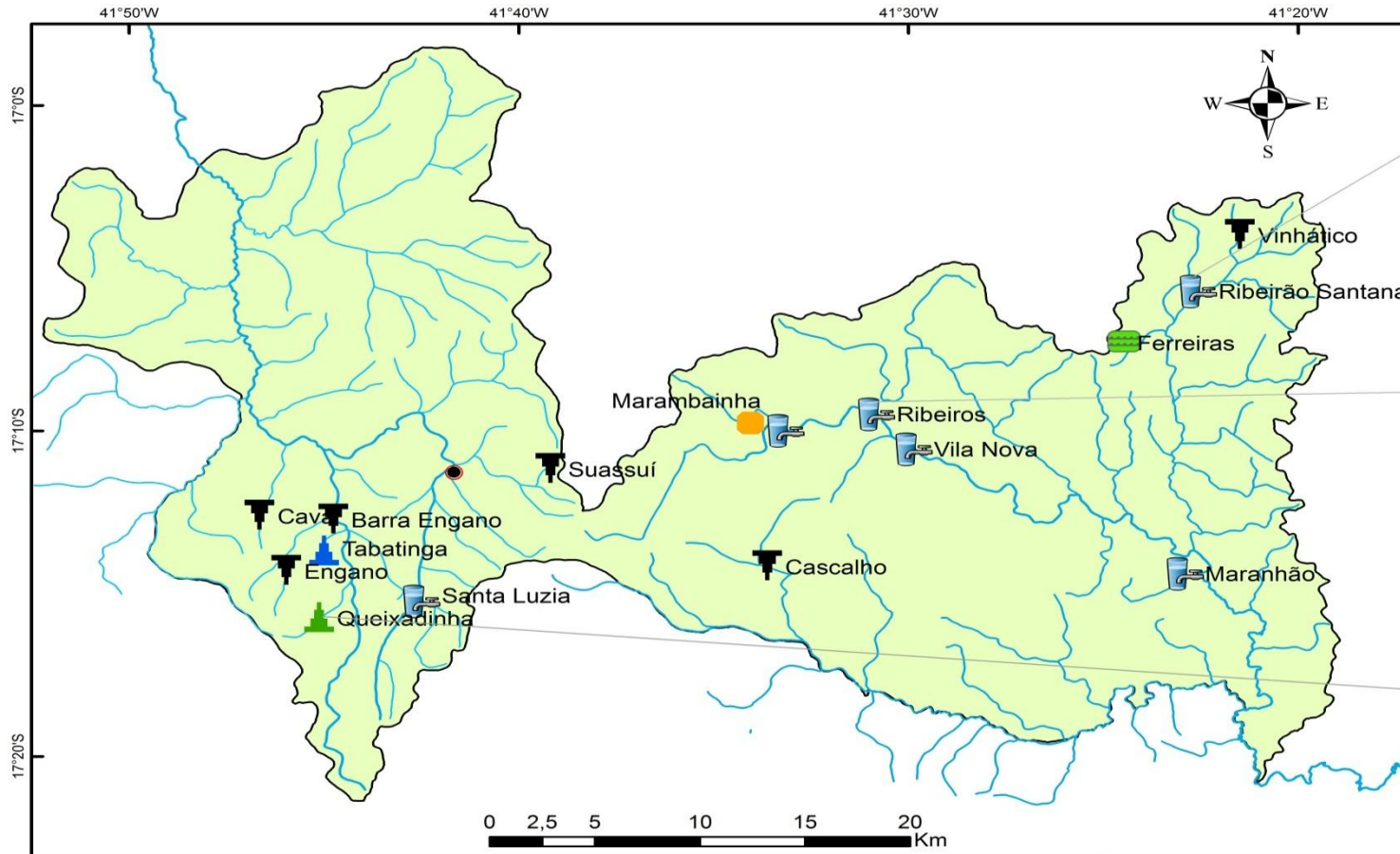
Com a construção das cisternas, centenas de famílias podem armazenar água da chuva de forma eficiente e assim contarem com este bem essencial por vários meses do ano. Para efeito de complemento e reposição da água, em períodos de pouca chuva, o Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) disponibilizou para o município de Carai um caminhão-pipa, exclusivamente com a finalidade de reabastecimento das cisternas e, portanto, poderá reduzir custos operativos em períodos emergenciais de secas e garantir o fornecimento constante de água para as populações rurais vulneráveis.

O Programa Um Milhão de Cisternas é fundamental para suprir, em parte, a ineficiência do Estado na provisão e garantia do direito elementar de água potável para o morador da área rural, todavia, esta água é estritamente direcionada para usos como beber e cozinhar.

Portanto, ainda faz-se necessário a ampliação dos sistemas de água por rede para as diversas localidades com dificuldades de água suficiente para os diversos usos domiciliares, como também para as centenas de domicílios que têm acesso à água, mas em condições inadequadas de potabilidade. A oferta de água em quantidade e condições adequadas é um meio potencializador de mecanismos de qualidade de vida e de prevenção de agravos à saúde.

MAPA 22

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAL E URBANA, POR PROGRAMA E LOCALIDADE*, NO MUNICÍPIO DE CARAÍ, 2014



Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: Sirgas 2000
 Fonte: Trabalho de campo, 2014;
 Prefeitura e Copanor de Carai;
 Malha Digital: IBGE; Hidrografia: IGAM
 Elaboração: Claudinei Silva Pereira
 Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

*Obs. Refere-se apenas os locais visitados durante a pesquisa.

Legenda

- Sede do município
- Hidrografia principal
- Estação tratamento esgoto (COPANOR)

- | PROGRAMA |
|-----------------|
| COPANOR |
| Prefeitura |
| Governo Minas |
| Água Para Todos |
| PCPR |

- | CAPTAÇÃO |
|------------------|
| Poços artesanais |
| Poço artesiano |
| Poço artesiano |
| Poços artesanais |
| Nascente |

- | TRATAMENTO |
|---------------|
| Sim |
| Sim |
| Não |
| Em construção |
| Não |



4.5. Açudes de retenção nos cursos de água

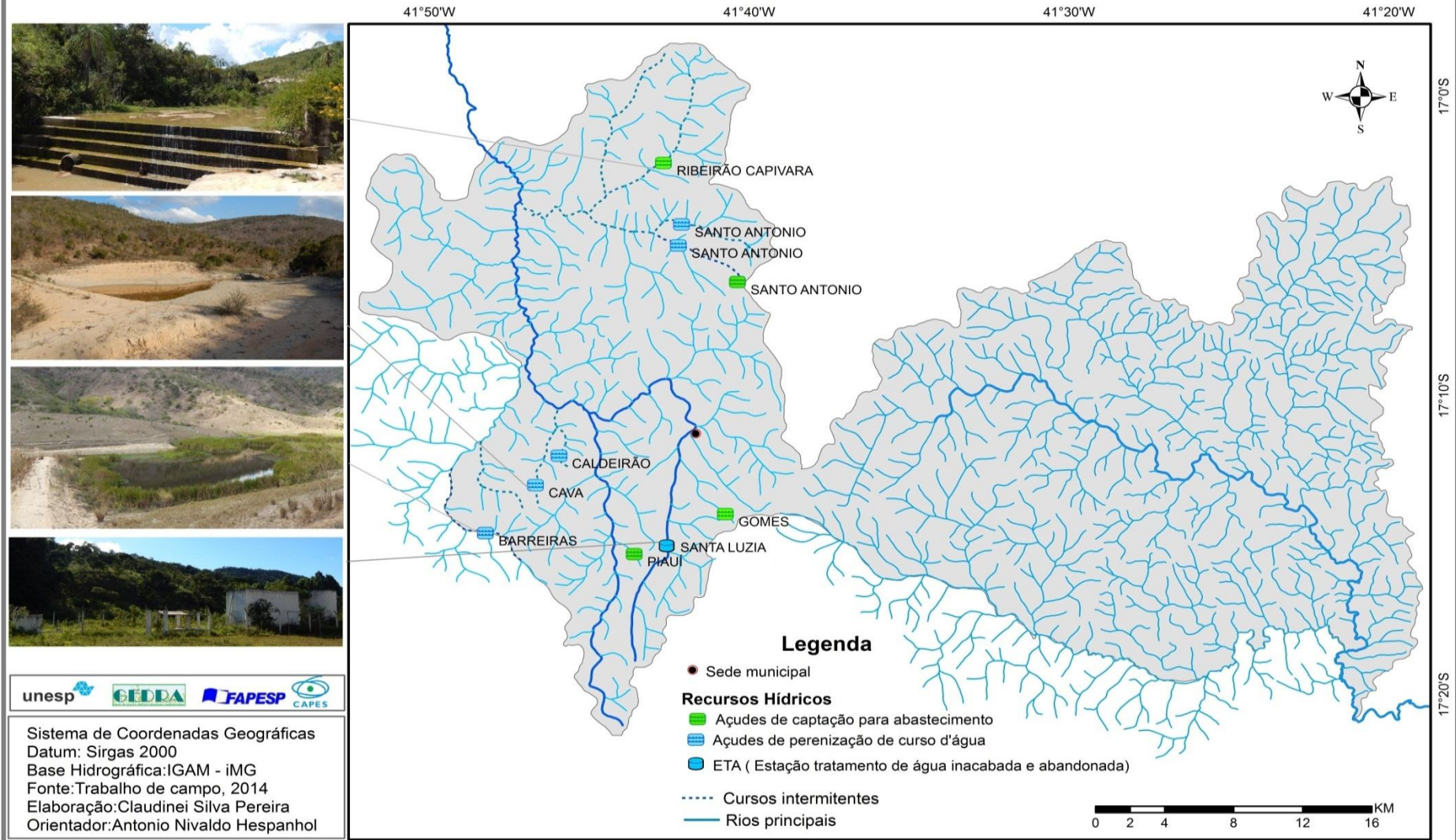
Ao longo das décadas de 1990 e 2000 diversos programas governamentais do Estado de Minas Gerais investiram somas expressivas de recursos na construção de estruturas hídricas que tinham como objetivo possibilitar as condições necessárias para o abastecimento de água nas áreas rurais. Contudo, muitas destas ações e projetos não tiveram êxito, seja por falta de recursos financeiros suficientes para a área de saneamento básico, seja pela má gestão dos recursos e despreparo técnico ao elaborar os projetos. Com isso, ao analisarmos a área rural do município de Caraí, constatamos que foram diversos açudes construídos e que não tiveram seus fins logrados. A Fundação Rural Minas foi a principal financiadora da construção destes açudes no município.

Na porção do município situada na bacia do Rio Jequitinhonha mapeamos quatro açudes com barragens em concreto construídos ao longo da década de 1990 para captação e abastecimento de água, porém as redes de canos para os domicílios não foram colocados, exceção para o situado no Córrego do Piauí, que atende a doze residências, contudo esta água não é tratada, e também não é potável, visto que a montante existe algumas residências e na área do açude entra gado, que eleva a contaminação da água. Nos Córregos dos Gomes e Santo Antônio o açude está completamente sem uso e em estágio de degradação. O mais grave ocorre no Córrego Ribeirão Capivara, pois o açude foi completamente assoreado com o acúmulo de materiais transportados pelas enxurradas nos períodos de chuva. Além disso, o curso de água seca completamente no período das estiagens prolongadas. Dessa forma, se este açude fosse desassoreado, poderia reter expressiva quantidade de água.

Já os açudes de perenização dos cursos de água que foram construídos na década de 2000, passaram pela avaliação do CMDRS de Caraí e estão nos córregos intermitentes nos períodos de estiagens, enquanto que as barragens foram feitas de terra batida. Contudo, o açude situado no Córrego do Caldeirão, devido a problemas na construção, não consegue reter água e sempre permanece vazio, e segundo o secretário de agricultura do município não há previsão ou projeto para consertar o mesmo. Os demais apresentam bom estado de conservação, apesar da batimetria destes lagos serem pequenas e as áreas rasas estarem com vegetação aquática em crescimento, o que reduz a capacidade de retenção da água. Estes açudes não têm a função de controlar a vazão dos cursos d'água, apenas de reterem parte das correntezas e assim contribuir para prolongar a perenização dos cursos d'água. No mapa 23 a localização dos açudes mapeados no trabalho de campo.

MAPA 23

AÇUDES DE PERENIZAÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CARAÍ, 2014



Por fim, como símbolo do desperdício de recursos e ineficiência técnica, mencionamos a estação de captação e tratamento de água (ETA) que foi construída no povoado de Santa Luzia entre o final de década de 1990 e início de 2000 sem ser finalizada e está há vários anos em processo de degradação. No projeto constava que esta infraestrutura seria suficiente para atender o fornecimento de água potável para o povoado.

4.6. Considerações sobre as condições de saneamento nos domicílios rurais dos municípios de Itaipé e Carai

As diferentes formas de abastecimento de água que analisamos para os dois municípios evidenciam que nas últimas duas décadas foram consideráveis as melhorias logradas no que concerne ao acesso à água potável, motivadas pelos diversos programas governamentais os quais possibilitaram que as populações das áreas rurais tenham parte do direito ao saneamento garantido, tal como os habitantes das cidades. Logicamente que as especificidades locais e os maiores custos relativos para implantar os sistemas de abastecimento na área rural e quiçá os de estruturas de tratamento de esgoto sanitário ainda estão distantes dos padrões mínimos requeridos, contudo, ao fornecer estruturas de água por rede, já são meios importantes para aumentar o consumo de água potável e assim diretamente atuar no combate às doenças transmitidas por via hídrica, que foram e ainda são responsáveis pela morbidade de pessoas todos os anos no Brasil.

No que concerne aos municípios de Itaipé e Carai, ao analisarmos dados dos respectivos domicílios, ainda é elevada a presença dos que não contam com banheiros ou sanitários domésticos. Vários fatores são parte explicativa destas condições, porém queremos salientar o aspecto cultural que ainda exerce forte peso para que esta situação perdure, pois não houve mudança acentuada no hábito das pessoas em relação à dimensão saúde-doença, principalmente relacionada à presença de sanitários nos domicílios (Tabela 17).

O saneamento básico é importante na mudança de hábitos domésticos e sociais da população rural, pois a falta de banheiros acentua mecanismo de transmissão de doenças por via fecal. A inexistência de banheiros está relacionada à cultura da „não necessidade“ deste, enquanto que para outros este não é prioridade ou essencial no domicílio, tal como ressaltado pela coordenadora da Cáritas de Araçuaí em entrevista realizada em 2014. Segundo a entrevistada, muitas famílias preferem adquirir uma televisão a construir um banheiro em suas casas. Isso é sintomático de mudanças de padrões e valores sobre determinados itens, enquanto que outros são tão ou mais importantes e são deixados em segundo plano.

Tabela 17 - Domicílios por forma de abastecimento de água e presença de banheiros ou sanitários nos municípios de Itaipé e Carai, exceto as cidades (2000 e 2010)

Tipo de abastecimento	Quantidade de domicílios							
	Ano 2000				Ano 2010			
	Itaipé	% dom.	Carai	% dom.	Itaipé	% dom.	Carai	% dom.
Rede geral	10	0,71	603	19,63	243	14,39	1.408	37,14
Poço ou nascente na propriedade	1.252	89,17	2.150	69,98	931	55,15	1.494	39,40
Poço ou nascente fora da	xx*	xx	xx	xx	386	22,86	369	9,73
Água da chuva armazenada em cisterna	xx	xx	xx	xx	17	1	25	0,65
Rio, açude, lago ou igarapé	xx	xx	xx	xx	105	6,22	239	6,30
Outra	142	10,11	319	10,39	6	0,35	256	6,75
Total	1.404	100	3.072	100	1.688	100	3.791	100
Possuía banheiro ou sanitário	458	32,63	928	30,20	1.193	70,67	2.801	73,88
Não possuía banheiro ou sanitário	946	67,37	2.144	69,80	495	29,33	990	26,12
Total	1.404	100	3.072	100	1.688	100	3.791	100

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010 * Não havia esta classificação.

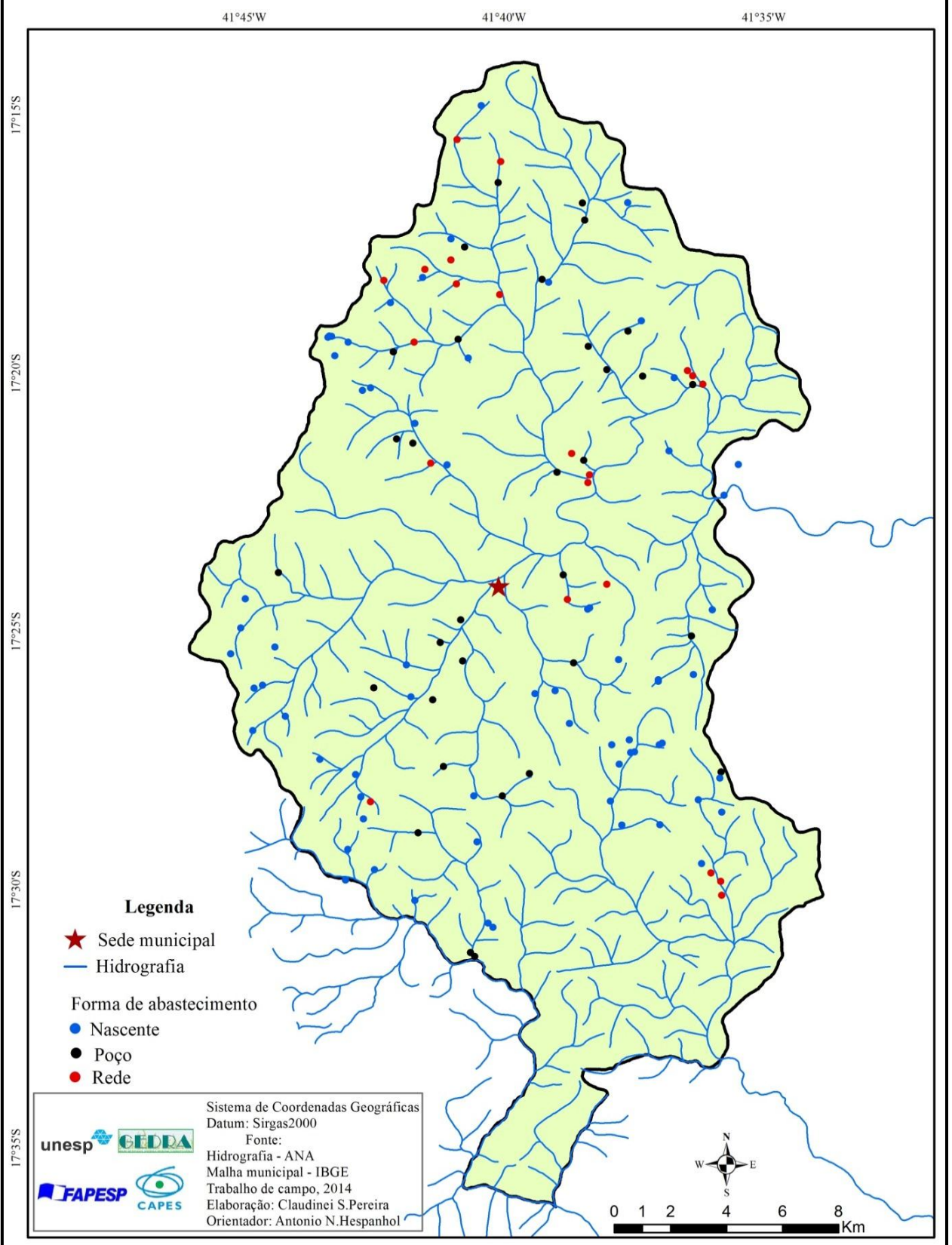
Os dados indicados acima já estão defasados em relação aos domicílios atendidos por rede geral, principalmente em Itaipé quando a partir de 2010 a COPANOR construiu os sistemas na área rural. As cisternas, com maior destaque para Carai também não incorporaram a segunda etapa de implantação. Estes dados são importantes para observarmos a trajetória das políticas públicas de acesso à água nestes municípios nas últimas duas décadas.

Nos Mapas 24 (Itaipé) e 25(Carai) são representados o tipo de acesso principal à água nos estabelecimentos pesquisados. Nos questionários que realizamos com os agricultores, pudemos mapear os estabelecimentos por tipo de abastecimento de água e se havia banheiros ou sanitários na residência. Diversas famílias não tinham devido às condições financeiras não as permitiam realizar tal investimento, segundo os entrevistados, enquanto que em outros casos se deve basicamente ao hábito da “não necessidade” e, por isto, não o construíram em seus domicílios.

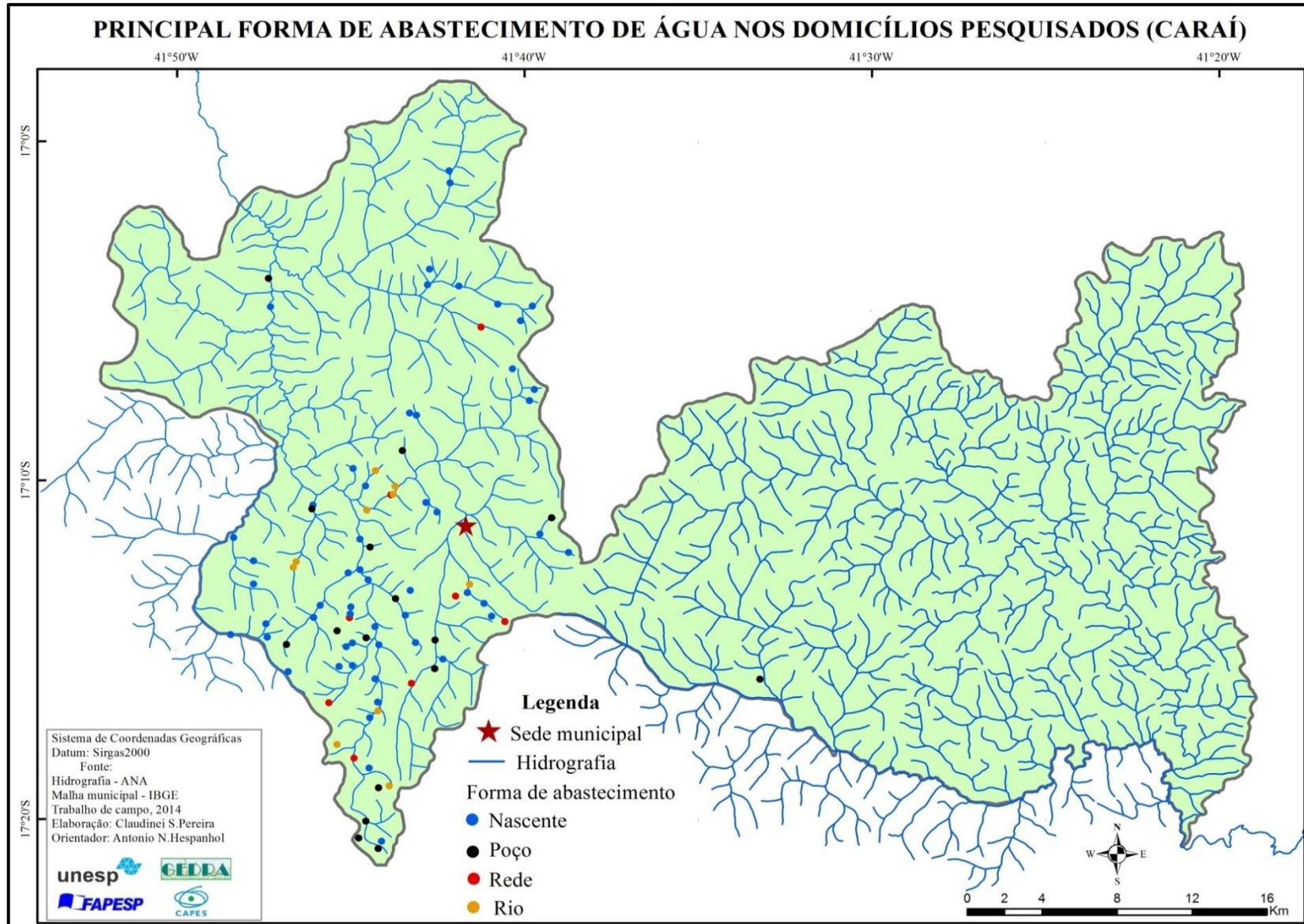
É pertinente e necessário que haja um programa governamental específico para doar os materiais necessários para construção dos banheiros ou a criação de uma linha de crédito com condições vantajosas para que as famílias possam investir nas infraestruturas de saneamento nas residências. O investimento em prevenção de doenças é mais barato que custear tratamentos de doenças que podem ser facilmente evitadas. Além dos aspectos de saúde, a presença de banheiro no domicílio possibilita aumentar a autoestima da família ao não ter receio ou constrangimento de receber visitas em suas casas, reforçando mecanismos de qualidade de vida.

MAPA 24

PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS (ITAIPÉ)



MAPA 25



Assim, o saneamento básico é um complexo de articulações que envolvem aspectos na relação saúde-doença e permite a construção de valores que elevam a qualidade de vida dos indivíduos e fomenta o melhor aproveitamento dos recursos hídricos, seja pela não contaminação dos corpos d'água e/ou a água ser utilizada como elemento de lazer nas áreas rurais, e assim ser símbolo do ciclo de revitalização da vida que a água pura e límpida propicia.

A partir da caracterização dos programas que financiaram infraestruturas de oferta de água potável por rede e individuais (cisternas) é importante frisar, que apesar de todas as deficiências que estes sistemas têm e da urgência em remodelá-los e expandi-los para outras localidades nestes municípios, são fundamentais para atuar na redução de canais de propagação de doenças por via hídrica e também por possibilitar que os domicílios tenham água de melhor qualidade e quantidade, principalmente para aquelas residências que enfrentavam e, ainda enfrentam, dificuldades de acesso à água.

Outro aspecto a salientar é a necessidade de maior articulação entre órgãos públicos das administrações estadual e federal no aprimoramento de estratégias conjuntas para construção de programas direcionados a implantação de infraestruturas de saneamento básico, que permita aos municípios proporem projetos de captação de recursos para investir na adequação, ampliação ou construção de sistemas em seus municípios. Ao analisarmos os diversos programas estadual e federal que possibilitam investir nas infraestruturas de oferta de água, nota-se claramente a desarticulação entre eles, pois no mesmo município há sobreposição de programas numa mesma localidade, porém não há complementação de uma forma de abastecimento de água, mas sim utilização de outra tecnologia que não permite a expansão das redes de captação e distribuição para mais domicílios.

Nas considerações finais buscaremos relacionar como os diferentes programas executados nestes municípios ao longo dos últimos anos foram e são importantes para melhoria das condições sociais, saúde, econômicas, e acreditamos que seja um dos fatores diretamente responsáveis de maneira positiva para que houvesse crescimento da população rural e urbana nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisadas as articulações existentes entre as políticas públicas e os processos de regionalização, com o intuito de compreender a forma de atuação das instituições (federais e estaduais), de acordo com as ações que executam.

Para o entendimento das diferenciações socioespaciais no estado de Minas Gerais foi essencial compreendermos os processos de expansão que o capitalismo realizou ao longo do século XX e que vêm se intensificando neste início de século, os quais forjaram, juntamente com a apropriação dos recursos naturais, mecanismos que reforçaram as desigualdades sociais, econômicas e infraestruturais entre as regiões do estado e criaram condições desiguais de acesso a serviços públicos básicos.

A espacialização dos indicadores sociais e econômicos como o Índice de Desenvolvimento Humano, a distribuição da população rural e urbana, a renda *per capita*, a produção agropecuária, industrial e a oferta de serviços reforçam a importância da dimensão espacial e da análise geográfica para a compreensão das desigualdades socioeconômicas e, não menos importante, como a geração de emprego ou ausência se relaciona diretamente com os processos de emigração.

As regionalizações que foram elaboradas por instituições do Estado de Minas Gerais e Federais indicam interesses específicos sobre como o Estado busca, por meio das políticas públicas, intervir no espaço, seja com planos de curta duração, seja de média e longa duração. Assim, ao mencionarmos as regionalizações realizadas e a fundamentação que as instituições do Estado atuam, é possível compreender quais são as reais implicações que as políticas públicas têm sobre a construção do espaço e como as classes sociais, em razão do acesso desigual as estruturas do Estado, são beneficiadas ou não.

Ao tratamos da expansão do capital sobre o território mineiro ao longo do século XX buscamos evidenciar a participação do Estado no provimento das condições de financiamento, infraestruturas de transporte e condições jurídicas para que o setor privado pudesse se expandir. Ao privilegiar determinadas áreas e renegar outras da expansão econômica, estruturou em Minas Gerais regiões muito díspares no que concerne aos indicadores sociais, econômicos e a presença do Estado para garantir os direitos sociais, por intermédio da oferta de serviços públicos.

As regionalizações do IDENE e SUDENE mostram que o Estado buscou executar políticas públicas que incorporassem estas regiões delimitadas aos processos que o

capitalismo que já havia efetuado nas demais regiões. Assim, não se cogitou mudar as condições estruturais para que as pessoas pudessem melhorar de vida, mas sim agregá-las como potenciais consumidores do modelo capitalista dominante. Reflexo disso são os projetos que foram direcionados para o nordeste de Minas Gerais, que, além de não ter reduzido as desigualdades em relação às demais regiões do estado, foram, em parte, responsáveis pela intensificação dos fluxos migratórios desta região, ao financiar o capital agropecuário e fundiário na apropriação das terras nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com a expansão dos cultivos de monocultura de eucalipto no primeiro, e de gado bovino no segundo.

Assim, os processos de formação socioespacial nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri devem ser interpretados levando em consideração a estrutura fundiária, as migrações, a criação das cidades e as formas de produção e de vida na área rural. Além disso, as dinâmicas naturais são fatores fundamentais para compreendermos as diferenciações de como se deram os mecanismos de construção destes espaços e como eles e as populações ali residentes foram incorporados ou não as lógicas do sistema econômico dominante.

As condições de variabilidade das chuvas que ocasionam períodos de estiagem e eventos extremos, como as secas que são parte da realidade regional e afetam de forma diferente os indivíduos, em função das suas condições econômicas, culturais, políticas e das infraestruturas disponíveis nos diferentes espaços que conformam a região nordeste de Minas Gerais.

Ao selecionar os municípios de Carai e Itaipé para analisarmos como são implementadas as políticas públicas executadas por diferentes instituições, bem como as delimitações por intermédio das regionalizações, foi possível entender que a Geografia, por meio do uso de metodologias, do repertório teórico e da dimensão espacial da análise, permite desvendar mecanismos políticos, econômicos e sociais que impactam os resultados dos projetos e programas governamentais.

As implicações das dinâmicas naturais (relevo, solo, hidrografia, chuva) fazem parte das atividades agropecuárias nestes municípios, em que estes fatores, por se apresentarem espacialmente diferentes, geram relações também diferenciadas para os agricultores. Dessa forma, quando relacionamos relevo e agricultura nos pequenos estabelecimentos mostramos como são restritas as áreas passíveis de cultivos agrícolas de ciclo curto, em que devido à baixa fertilidade natural dos solos, topografia acidentada, formas de manejo, e dependência quase que exclusiva das chuvas, gera baixa produtividade, sendo os produtos destinados basicamente ao autoconsumo.

A restrita e, muitas vezes, a ausência de assistência técnica fornecida pelas instituições públicas, como as secretarias de agricultura e a EMATER destes municípios, contribuem para que as dificuldades dos agricultores perdurem de modo que eles não têm condições de melhorar as técnicas de cultivo e obter maior rentabilidade. Como consequência, a estrutura produtiva destes municípios vem se alterando paulatinamente, sendo que a pecuária bovina tende a ocupar áreas que até poucos anos eram destinadas aos cultivos agrícolas.

A expansão da pecuária bovina provoca a redução do contingente de mão-de-obra necessário para sua manutenção. Desta forma, a área rural destes municípios vem reduzindo a participação do trabalho agropecuário, seja pela redução das áreas de cultivo de lavouras agrícolas afetadas pela baixa produtividade, e não menos importante, pelas dificuldades de comercialização dos excedentes produzidos. O resultado é a substituição dos cultivos agrícolas por pastagens direcionadas ao gado e perda de postos de trabalho no campo.

Os programas governamentais, tal como a Escola Família Agrícola e o PCPR, buscaram reforçar a participação dos sujeitos locais na sua execução, sendo importantes, principalmente porque a formação de técnicos em agropecuária poderá servir para expandir e melhor qualificar os serviços de assistência aos agricultores familiares nestes municípios. Contudo, entendemos que faltou a articulação necessária entre o Programa Territórios da Cidadania do Vale do Mucuri e o PCPR para investir na estruturação adequada da EFACIL, que possibilitasse a aquisição de equipamentos, criação de biblioteca e de infraestruturas para o desenvolvimento de cultivos relacionados ao ensino técnico em agropecuária.

Além disso, as dificuldades de gestão por parte da AEFACIL, em razão da irregularidade dos repasses de recursos financeiros pelas prefeituras, é outro problema no plano político para a manutenção da EFACIL, evidenciando que a gestão do território e do desenvolvimento é extremamente conflituosa na escala local. Entendemos que essa questão também está associada a pouca importância que os gestores municipais dão ao espaço rural, sejam relativo à agricultura, as infraestruturas ou a educação da população, em que, por exemplo, há um conjunto de escolas de ensino municipal na área rural que está em estado deplorável de conservação, com falta de equipamentos e sem as mínimas condições para o exercício do processo de ensino-aprendizagem.

Como consequência, os programas governamentais que pregam a noção de desenvolvimento local e participação política dos sujeitos (Programa territórios da Cidadania e Programa de Combate à Pobreza Rural) não levam em consideração as disputas, os

interesses políticos e econômicos que existem na escala municipal, além daqueles próprios das escalas estadual e federal.

O PCPR foi importante ao possibilitar que as associações de moradores e agricultores pudessem participar do processo de escolha das ações que seriam financiadas em cada município. Contudo, o montante de recursos para estes municípios foi ínfimo em relação às demandas da população rural e das deficiências de infraestrutura nestas áreas. Além disso, as ações financiadas foram setoriais e, por isso, sua implantação trouxe benefícios reduzidos, exceções foram às redes de acesso à água e, em parte, os tratores agrícolas. Todavia, como relatamos, o uso dos tratores variou muito entre as associações e seus respectivos associados devido às diferenças em relação à dimensão dos estabelecimentos, a rentabilidade dos cultivos e das características da variabilidade das chuvas.

O PRONAF, por outro lado, ao disponibilizar linhas de financiamento para as atividades agropecuárias reforçou a modificação da estrutura produtiva (do agrícola para a pecuária) em razão das reduzidas possibilidades da agricultura gerar o retorno satisfatório para quitar o empréstimo contraído pelos agricultores. Assim, a pecuária bovina vem se expandindo sobre antigas áreas agrícolas e também sobre os remanescentes de matas nestes municípios, bem como a intensificação de processos de degradação do solo, assoreamento de cursos de água e redução da diversidade agrícola.

Para reverter à tendência de expansão da pecuária é necessário que os agricultores se organizem e criem uma associação para comercializar os seus produtos, por meio da qual poderão estruturar meios para melhorar suas condições produtivas e conquistar mercados, principalmente assegurando que a demanda interna de consumo da população destes municípios seja atendida, em parte, pela produção local.

O crescimento da população rural entre as décadas de 2000 a 2010 nos municípios analisados foi possível devido à diversificação das fontes de renda dos agricultores, que não necessariamente provém da agropecuária, e neste caso a migração temporária é fundamental para seu entendimento, e da melhoria das infraestruturas de energia elétrica e da ampliação das formas de abastecimento de água para as residências, que permitiram a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A construção de novas residências na área rural e formação de novas famílias possibilitaram o crescimento da população rural, que em parte, são formadas pela migração de retorno daquelas pessoas que haviam migrado nas décadas de 1980 e 1990.

A água enquanto bem indispensável é um meio necessário e imprescindível para fomentar melhorias na qualidade de vida. Os programas que investiram no acesso à água

potável possibilitaram a expansão do acesso em termos de qualidade e quantidade para centenas de domicílios rurais. Todavia, ainda requer ampliações, reestruturações e construção de novas redes para ampliar o número de famílias atendidas.

No que concerne às infraestruturas hídricas para irrigação de pequenas áreas agrícolas, constatamos que elas ainda são extremamente escassas. É importante a expansão deste tipo de técnica para aumentar a produção de alimentos para autoconsumo em diversas propriedades, que, devido à variabilidade das chuvas e receio de perdas na lavoura, muitos deixaram de cultivar. Nos estabelecimentos em que há produção de excedentes, a irrigação possibilitaria elevar a produtividade e minimizar os efeitos das intempéries.

Em conclusão, os diversos programas propiciaram melhorias importantes em várias localidades, principalmente por meio da construção de infraestruturas de abastecimento de água, disponibilização de crédito a juros e condições favoráveis, disponibilidade de tratores e unidades de beneficiamento de café e farinha. Contudo, não podemos omitir o caráter limitado destas ações para gerar modificações estruturais nestes municípios, tanto na dimensão social e econômica quanto na redução das desigualdades socioeconômicas em relação ao restante do Estado de Minas Gerais.

Portanto, as políticas públicas federais e estaduais não buscaram modificar as estruturas econômicas e políticas existentes, mas apenas criar mecanismos para agregar às populações vulneráveis as lógicas de expansão do sistema econômico e político hegemônico. O poder local municipal devido as restritas condições econômicas e sociais de atuação, participa dos processos de implementação das políticas públicas como um instrumento de subordinação aos programas e ações governamentais das escalas estadual e federal. Em relação a participação das associações de agricultores, suas ações são restritas na escala política local, muito em razão da fragilidade de organização destes atores políticos, reforçado em parte pela existência de dezenas de associações dentro dos municípios que atuam restritamente na escala de seus respectivos Córregos onde estão sediadas. No conjunto o resultado é a integração precária e subalterna que mantém a maior parte da população, assim como os municípios do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri nos limites entre uma sociedade extremamente desigual e marginal das possibilidades de participação na garantia de direitos sociais e de sonhos por uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

AB" SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AMABILE, Antônio E. de Noronha. Políticas Públicas. In: CASTRO, Carmem L.Freitas et al (Org.) **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

AMARAL, Luiz Augusto do; Nader Filho, Antonio; Rossi Junior, Oswaldo Durival; Ferreira, Fernanda Lúcia Alves; Barros, Ludmilla Santana Soares. Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. In: **Revista Saúde Pública**, 2003; 37(4): pp. 510-514.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvais. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. In: Revista **RA'EGA**, Curitiba, nº 13, p.7-18, 2007.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. - Recife: Fundação Joaquim Nabuco e editora Massangana, 1984.

ARAUJO, Carlos Augusto Moraes. **Caracterização da Associação de Pequenos Agricultores no contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira** - SP. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2005.

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 31, p. 44-66, 1996.

ARTICULAÇÃO DO SEMIARIDO BRASILEIRO (ASA). **Declaração do Semiárido Brasileiro**. Recife, 1999. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp>>. Acesso em fevereiro de 2015.

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Sociedade Civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: O caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). In: **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v.16, p. 179-189, jan./jun.2012.

BATELLA, Wagner. Urbanização e dinâmica econômica no Nordeste de Minas Gerais – Brasil: A fragilidade das relações entre cidade e região. IN: Bellet, Carmen (et al) editores. **Urbanização, produção e consumo em cidades médias**. Presidente Prudente: UNESP; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 230-239.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz - 16ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL, 1989. **Lei nº 7.827**. Fundo Constitucional do Nordeste – FNE. Presidência da República. Brasília, 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17827.htm>. Acesso Junho de 2014.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Disponível em:< <http://www.bcb.gov.br/?credrural>>. Acesso Junho de 2014.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relação de agências e postos bancários**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELAGPAB>>. Acesso julho de 2015.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução N° 4.212, de 18 Abril de 2013**. Dispõe sobre descontos no âmbito do Pronaf devido à seca nos anos de 2011 e 2012 na área de atuação da SUDENE. Disponível em:< http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4212_v2_P.pdf>. Acesso 22 Julho de 2014.

BRASIL. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste**. Disponível em: < <http://www.bnb.gov.br>>. Acesso julho de 2014.

BRASIL. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa de Microfinança Rural, 2014**. Disponível em: www.bnb.gov.br/agroamigo. Acesso em Julho de 2014.

BRASIL. **Decreto de 25 de Fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso setembro de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.535** de 26 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água. Disponível em: www.planalto.gov.br/. Acesso Junho de 2014.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). **Manual de Saneamento**. 3 ed. rev. –Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei 11.326 de 2006**. Estabelece os princípios da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso Agosto de 2014.

BRASIL. **Lei 3.692**, de 15 de dezembro de 1959. Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. 1959. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/sudene>. Acesso Junho de 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para redelimitação do semiárido nordestino e do polígono das secas**. Brasília, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Portaria Nº 2.914**, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Brasília, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ ou Desertificação, 2015**. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/combate-a-desertificacao/convencao-da-onu>>. Acesso fevereiro de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil)**. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/>. Acesso em julho de 2015.

BRASIL. SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). **PRONAF: Condições do Crédito Rural - Plano Safra 2013-2014**. – Brasília: MDA, 2014. Disponível:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/pronaf>>. Acesso Julho de 2014.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3ª edição – São Paulo, Editora Unesp, 2007.

CARMELLO, Vinicius. **Análise da variabilidade das chuvas e sua relação com a produtividade da soja na vertente paranaense da bacia do Paranapanema**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT/UNESP, Campus Presidente Prudente, 2013.

CASSETI, Valter. **Elementos de geomorfologia**. – Goiânia: Editora da UFG, 2001.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. IN: **Anais 42º** Reunião da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Cuiabá, p. 1-19, 2004.

CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÃO - CAI. **Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Condições de Vida e do Desenvolvimento no Território do Vale do Mucuri**, Minas Gerais. UFVJM: Teófilo Otoni, 2011.

COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento**. - São Paulo: Perspectiva, 2º ed. 1978.

CONTI, Bruno Martarello de; ROITMAN, Fábio Brener. PRONAF: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES**, n.35. p. 131-168, 2011.

CORDEIRO, Danielle Leite. Reinvenção dos movimentos sociais no Semiárido Brasileiro: O caso do P1MC. IN: Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

CÔRREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. – São Paulo, Ática, 1986.

CPRM - COMPANHIA DE PESQUISA RECURSOS MINERAIS (Ministério de Minas e Energia). **Projeto Cadastro de Abastecimento por Águas Subterrâneas, Estados de Minas Gerais e Bahia**: diagnóstico do município de Caraiá, MG. – Belo Horizonte: CPRM, 2004.

CPRM – COMPANHIA DE PESQUISA RECURSOS MINERAIS (Ministério de Minas e Energia). **Geodiversidade do estado de Minas Gerais**. Organização MACHADO, Marceley Ferreira; SILVA, Sandra Fernandes. – Belo Horizonte: CPMR, 2010.

DINIZ, Alexandre M.A; BATELA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade e Natureza**. –Uberlândia, p.59 -77, dez. 2005.

ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: FAVARETO, Arilson; [et al]. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento rural sustentável; v.12), 220 p.

EMBRAPA SOLOS. **Mapeamento de solos e aptidão agrícola das terras do Estado de Minas Gerais**. Fernando César Saraiva do Amaral... [et al.]. - Rio de Janeiro : Embrapa Solos, 2004.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA. **Proposta Político-Pedagógica da EFACIL**. Itaipé, 2012. (documento interno impresso).

FAUNDEZ, Antonio. **O poder da participação**. Tradução de Lígia Chiappini e Eliane Martins. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, Vanderlei de Oliveira. Unidades de paisagem da bacia do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais: subsídios para a gestão de recursos hídricos. IN: **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia v.12. n.37 mar/2011 p.239-257.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. Ed. - São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Eliano de Souza Martins. **As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações sobre Minas Gerais**: reflexões sobre a reestruturação produtiva na/da COPASA/MG. Tese (Doutorado em Geografia).UFMG, 2013. p.307.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Centro de Estudos Históricos e Culturais. **A colonização alemã no Vale do Mucuri**. - Belo Horizontes, 1992.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. – São Paulo: Fundo de Cultura, 2º ed., 1964.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; NOGUEIRA, Marly. **A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2º ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5.ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Antonio T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 8ª ed.- Rio Janeiro: IBGE, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HESPAHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; et al (org.). **Desenvolvimento territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Origem, magnitude e territorialização do agronegócio no Brasil. In: **Anais do III Encontro de Grupos de Pesquisa Sobre Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HESPANHOL, Rosângela Ap. Medeiros. PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais e associações de produtores em municípios selecionados da Região de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.36, n.5, p.15-24, 2006.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Trajetória recente das políticas direcionadas ao meio rural brasileiro. IN: SPÓSITO, EISEU Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima. (orgs.) **Uma Geografia em movimento**. 1º ed. – São Paulo: Expressão Popular, p.561-581, 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS (IDENE). **Projeto de Construção de cisternas de placas no Norte e Nordeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEDVAN – IDENE, 2010.

IDENE. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS. **Missão institucional do IDENE**. Disponível em: <<http://minassistemas.com.br/idene/site.php?id=654>>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Dimensão do Módulo Rural**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso julho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível:< <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível:< <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Elementos de representação cartográfica: Definição de povoado**. Disponível<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/elementos_representacao.html>. Acesso julho de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapa de clima do Brasil**, 2002. Disponível:< http://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Histórico dos municípios brasileiros**, 2015. Disponível: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relação de projetos de Assentamentos no Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso Julho de 2015.

KAISER, Bernard. O Geógrafo e a pesquisa de campo. In: **Boletim Paulista de Geografia**/Seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 84 - São Paulo: AGB, 2006.

LECIONI, Sandra. **Região e Geografia**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LÓPEZ, José Daniel Gómez. **Las cooperativas agrarias. Instrumento de desarrollo rural**. Alicante (Espanha) - Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ª edição revista e ampliada – São Paulo: contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: A questão política no campo**. 3º ed. – São Paulo: Hucitec, 1991.

MASSEY, Doreen. Um Sentido Global de Lugar. In: **O Espaço da diferença** - Antonio Arantes (org.), Campinas, Papius, 2000.

MERTEN, Gustavo H.; MINELLA, Jean P. Qualidade da água em bacias hidrográficas rurais: um desafio atual para a sobrevivência futura. IN: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez, p. 33- 38, 2002.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Lei Complementar 37**, de 18/01/1995. Dispõe sobre os requisitos para criação de municípios e distritos. 2015. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte>. Acesso em julho de 2015.

MINAS GERAIS. **Assembleia Legislativa**. Lei de criação e vinculações institucional do IDENE, 2014. Disponível:< <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa>>. Acesso: Junho de 2014.

MINAS GERAIS. Companhia Saneamento Básico de Minas Gerais. **Demonstrações financeiras para o período de 31 de dezembro de 2011 e 2012**. Disponível: <<http://www.copasa.com.br/media2/RelatorioAnual2012/arquivos/demonstracoesfinanceiras.pdf>>. Acesso em : 11 de fevereiro de 2015.

MINAS GERAIS. **Lei 14.171**, de 15 de Janeiro de 2002. Cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE. 2002. Disponível: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa>>. Acesso Junho de 2014.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica** – O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In LIMONAR, Ester et all (Org) **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização agentes, processos e escalas. Niterói: PPGeo/Max Limonar, 2004.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Escola Família Agrícola**: uma resposta alternativa à educação do meio rural. In: Revista da UFG, vol.7, n^a , junho de 2005.

NOGUEIRA, Ricardo Alexandrino; NOGUEIRA, Marly. **A inserção das cidades médias mineiras da rede urbana de Minas Gerais**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O Associativismo na Região do Pontal do Paranapanema - SP**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo-SP, v. 02, n.21, p. 113-156, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3^o ed. 1981.

ORTEGA, Antonio César. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. – Campinas: Alínea, 2008.

PEREIRA, Claudinei Silva. **As políticas públicas do Estado de Minas Gerais**: O Programa Território da Cidadania do Vale do Mucuri e o município de Itaipé – MG. Monografia (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia–Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente, 2012.

PEREIRA, Claudinei Silva. Emancipação político-administrativa dos municípios na microrregião de Teófilo Otoni – MG. In: **Anais do I Seminário Nacional de Integração da Graduação e Pós-Graduação em Geografia e XV Semana de Geografia na FCT/UNESP**, Presidente Prudente, 2014.

PESSÔA, Marcela de Oliveira. **Caminhos do Jequitinhonha**: análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha - MG. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. – 3. ed. –Passo Fundo, RS: UPF, pp.337-365, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 31º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**, 2013.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: Capitalismo e estrutura social. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAHNEMA, Majid. Participação. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução de Vera Lúcia M. joscelyne; Susana de Gyalokay e Jaine A. Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes, pp.190-210, 2000.

RED RURAL NACIONAL. **Leader en España (1991 a 2011)**: Una Contribución activa al desarrollo rural. Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, España, 2011.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. - São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. **As estradas da vida**: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; Galizoni, Flávia Maria; Assis, Thiago de Paula Assis. Os caminhos de São Paulo: migrações e trabalho urbano de agricultores mineiros. In: **Revista brasileira de Estudo Populacional**. Campinas, v. 21, n. 2, p. 241-258, jul./dez. 2004.

RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Movimentos populacionais e as cidades médias de Minas Gerais. In: **Encontro Nacional sobre migrações**. Belo Horizonte, 2009. Anais: ABEP, pp.1-27.

RUA, João. Desenvolvimento: em busca da regeneração de um conceito. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, BR, 2005.

SANT'ANNA NETO, João Lima. Clima e organização do espaço. **Boletim de Geografia de Maringá**, v16, nº 1, p119-132, 1998.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2º ed. - Petrópolis: Vozes, 1982.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?: o espaço (dividido) em disputa**. – 1 ed. - Rio de Janeiro: Consequências, 2015.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. A terra no imaginário dos migrantes temporários. IN: **Revista História Oral**, n.4, pp.103-120, 2001.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. IN: **Revista Agrária**, n.2, pp.2-39, 2005.

SMITH, Neil. Contornos de uma política especializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. pp.132-175.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, capital, e a produção do espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Sérgio R. A, et al. Relações entre saneamento, saúde pública e meio ambiente: elementos para formulação de um modelo de planejamento em saneamento. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18(6):1713-1724, nov-dez, 2002.

SOUSA, Jânia Maria Pinho; VALENTE JUNIOR, Airton Saboya; MACIEL, Iracy Soares Ribeiro. **Avaliação do Pronaf B no Banco do Nordeste do Brasil**. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. – São Paulo, pp.123-145, 2013.

STEINBERGER, Marília. Política de desenvolvimento regional: uma proposta para debates. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n.3, p. 117-129, 1988.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. *Scripta Nova*. Revista **Electrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, Vol.XI, nº 245.

VÁSQUEZ, M. Luísa et al. Incidência e fatores de risco de diarreia e infecções respiratórias agudas em comunidades urbanas de Pernambuco, Brasil. In: **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, Ano 15, v. 1, pp. 163-171, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. In: **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 23, nº01 e 02, p. 82-98, jan./dez. 2004.

APÊNDICE

Formulário aplicado junto aos agricultores familiares dos municípios de Itaipé e Carai

Município:.....Córrego:.....Data: ___/___/___
Coordenada geográfica: Lat..... Long.....

1. Identificação do agricultor familiar

1.1.Nome: 1.2. Idade:.....
1.3.Estado civil () solteiro () casado () viúvo () divorciado () amasiado () outro.....

1.4.Escolaridade: () Analfabeto () Ens. Fund.Incompl.() Ens. Fund.Compl. () Ens. Médio Incompl.
() Ens. Médio Compl.() Ens.Sup. Incompl. () Ens. Sup. Compl.

2.CARACTERÍSTICAS DA RESIDÊNCIA

2.1 A casa da família é: () madeira, () adobe () alvenaria, ()pau a pique () combinada, () outro material.
Qual?.....

2.2. Há água encanada em algum cômodo? () sim () não. Quais?.....
A água vem de onde? () nascente na propriedade () poço () rio () Rede () Cisterna de placa
() outro tipo. Qual?.....

2.3. Durante o ano há problemas na oferta de água? () não () sim. **Se sim**, por quais motivos?.....

2.4. Energia elétrica? () não () sim. A partir de qual ano?.....

2.5. Existe banheiro na residência? () sim () não

Há fossa? ()sim () não.

Tem chuveiro elétrico () sim () não () Ou outro tipo de aquecimento. Qual?.....

2.6.Tem fogão a gás? () não () sim. Tem fôrnalha? () não () sim.

Usa mais o fogão ou a fôrnalha no dia a dia?.....

2.7.Em termos de bens de consumo duráveis, a família dispõe de:

a) Televisão () Não () Sim.

b) DVD () Não () Sim.

c) Geladeira () Não () Sim.

d) Aparelho de som () Não () Sim.

c) Celulares () Não () Sim.

d)Automóvel ()Não ()Sim.

f) Motocicleta () não () sim.

3. Perfil do agricultor familiar e sua família, e condições socioeconômicas:

3.1. Município de origem: Estado:.....

3.2. Seus pais eram ou são agricultores? () sim () não

3.3.O Sr.(a) têm irmãos?() sim () não. Quantos?.....Quantos deles são agricultores?.....

3.4. Antes de residir neste Município/córrego, o Sr. já morou em outro local? () Sim () Não.

Se sim, Qual (is) município (s):.....

3.4.1. Por que se mudou para este local/região?.....

3.5. Quantas pessoas moram na propriedade?.....

3.6. O Sr. têm filhos? () sim. () não

Se sim, Quantos?

Nº	Homens	Idade	Mulheres	Idade
1				
2				
3				
4				
5				
Mais de 5				

3.6.1. Grau de escolarização dos filhos:

Nº _____ () Ens. Fund. Incomp., Nº _____ () Ens. Fund. Compl., Nº _____ () Ens. Médio Incomp., Nº _____ () Ens. Médio Compl., Nº _____ () Ens. Sup. Incompl., Nº _____ () Ens. Sup. Compl.

3.6.2. Estado civil dos filhos:

() solteiro (a). Quantos?.....

Local de residência: () na propriedade. Quantos? _____, () Fora da propriedade. Quantos? _____. Onde residem?

() casado(a). Quantos?.....

Local de residência: () na propriedade. Quantos? _____,

() Fora da propriedade. Quantos? _____. Onde residem?

3.6.3. Quantos filhos do Sr(a). trabalham na propriedade?

Em que regime/período de trabalho:() integral (), parcial, () fêrias, fins de semana e feriados, () Outro. Qual?.....

Dentre os filhos do Sr(a).,que residem na propriedade, quantos desenvolvem atividade agrícola ou não-agrícola fora da propriedade?No caso de atividades não agrícolas, quais são as atividades e onde elas são desempenhadas?

3.7. Além dos filhos, há outros membros da família que reside com o Sr(a). e trabalha fora da propriedade (**atividades agrícolas ou não agrícolas**): () não () sim. **Se sim**, onde e quem as desenvolve?

3.7.1. Como é aplicada a renda obtida nesse trabalho externo?

() em despesas pessoais e domésticas.

() é investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.

() em despesas pessoais e domésticas e também investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.

() Outras formas. Quais?.....

3.8. Algum membro da família já trabalhou no corte de cana de açúcar?

() não () sim. Se sim, por quantos tempo?..... Ainda trabalha? () não () sim.

Por quais motivos buscou emprego no corte de cana?.....

3.9. Em algum período do ano há falta de mão de obra na propriedade?

() não () sim. Se sim, em que período e como é feito para contornar a falta de mão de obra?.....

4. APOSENTADORIA/PENSÃO

4.1. O Sr(a). ou outro membro da família recebe **aposentadoria/pensão**? () Não () Sim **Se sim**, quantas e quem a recebe?

4.2. No caso de aposentado em que atividade o Sr(a). se aposentou? () agricultor () ocupação não agrícola. Qual?.....

4.2.1. A renda obtida por meio de aposentadoria/pensão é aplicada como:

() em despesas pessoais e domésticas.

() é investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.

() em despesas pessoais e domésticas e também investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.

() Outras formas. Quais?.....

4.2.2. Parte da renda da aposentadoria/pensão são gastos no pagamento de mão de obra na propriedade?

() não () sim. Se sim, com qual frequência no mês e para realizar quais serviços?.....

4.3. Quais são os produtos alimentícios comprados no comércio que poderiam ser produzidos aqui na propriedade?

4.3.1.Por que não os produzem?.....

5.PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

5.1. Alguém da família é contemplado com o programa Bolsa Família? () Não () Sim **Se sim**, quantas e quem a recebe?

5.2. A renda obtida por meio do Bolsa Família é aplicada como:

- () em despesas pessoais e domésticas.
- () é investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.
- () em despesas pessoais, domésticas e também investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.
- () Outras formas. Quais?.....

5.3. O dinheiro do Bolsa Família ajudou a melhorar a qualidade de vida da família?

- () não () sim. Em qual sentido é benéfico?.....

5.4. Depois que começou a receber o Bolsa Família, a família reduziu a produção de alimentos na propriedade? () não () sim. Se sim, por quê?

6. CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE

6.1. Condição do produtor: () proprietário () arrendatário () parceiro () outro.....
Se proprietário, qual o tamanho da propriedade?.....Alqueires,.....hectares.

6.2.Como o Sr. adquiriu esta propriedade: () compra () herança () compra e herança () outra forma. Qual?.....

6.3.Há quanto tempo está (ou reside) na propriedade?.....anos. E na agricultura, há quantos anos que o Sr(a) trabalha na atividade?.....anos.

6.4. Área explorada:.....Alqueires,.....hectares

6.4.1. **Se houver nascente na propriedade.** A nascente é cercada para evitar a entrada de animais? () sim () não. **Se não**, por que não a cerca?

6.5. Existe horta na propriedade? () não () sim. Comercializa parte da produção? () não () sim. Se sim, vende onde?.....

6.5.1.Quais as variedades de hortaliças cultivadas.....

6.6. Atividades agropecuárias, cultivos desenvolvidos, utilização das terras.

Culturas	Área (ha. /alq.)	Produção (ton. /sac. /lit.)	Número de pés
Mandioca			
Café			
Eucalipto			
Milho			
Feijão			
Cana de açúcar			
Área de pastagem			
Pastagens			
Área com forrageiras para criação de animais. Especifique: (Cana-de-açúcar, milho/silagem, sorgo etc.)			
Outros/Especifique:			

6.7. Quanto à atividade pecuária:

Tipo	Número de cabeças
Bovino de corte	
Bovino leiteiro	
Gado misto	
Suíno	
Caprino	
Aves	
Outros. Quais ?.....	

6.8. Produz leite? () não () sim. O que faz com o leite:

- () consumo próprio
- () produção de queijo/requeijão
- () Entrega. Onde e em que quantidade diária?.....

6.8.1. Tem curral na propriedade? () sim () não.

Se sim, o curral é coberto ou parte dele? () sim () não.

6.9. Cobertura florestal na propriedade?.....alqueires.....hectares

7. Comercialização da produção agropecuária (Em toneladas/sacas/arrobos - especificar a unidade de medida utilizada) - (especificar em qual município se localiza a coop., agroind., cerealista, supermercado, outros)

Produto	Consumo Próprio	Cooperativas e Associações	Supermercados/ Sacolões	Laticínios	Outros.	Município

7.1. Há problemas para comercializar a produção? () Sim, () Não. **Se sim**, quais?

- () Risco de calote no pagamento
- () Falta de opções de compradores para a produção
- () Baixo valor pago pelos produtos agrícolas
- () Más condições de pagamento (ex. pagamento parcelado em longos prazos)
- () dificuldade de transporte da propriedade até o local de entrega
- () Outros, quais?

8 – Meios de produção disponíveis e nível de capitalização.

8.1. Trator: () não () sim.

O Trator é: () próprio () alugado () associação () sindicato () prefeitura. Outro?.....

Qual a frequência e em que períodos é utiliza no ano?.....

Quanto paga pela hora (R\$)?.....

Plantadeira: () não () sim

() Outros. Quais?.....

8.2. Irrigação: () não () sim.

Quais cultivos?.....

Qual tipo de irrigação? () Aspersão () Gotejamento () Outro tipo. Qual?

A irrigação é feita por: () gravidade () uso de motor

Área irrigada:.....Alqueires.....hectares

Quais são os cultivos irrigadas?.....

8.2.1. Quais são as dificuldades de produzir sem uso de irrigação?

8.2.2 A chuva ou a falta dela é um fator que influência na produção de agrícola de ciclo curto (feijão, milho, mandioca) na sua propriedade?

() não () sim.

Se sim, poderia dizer como o Sr(a) cultiva em anos de estiagem ou pouca chuva.

8.3. Técnicas agrícolas empregadas

8.3.1. O Sr.(a) utiliza ou pratica com frequência nas lavouras: principais atividades (culturas e/ou criações)

Especificação	Sim	Não
Análise do Solo		
Adubação Química		
Adubação Orgânica		
Calagem		
Terraceamento		
Rotação de Culturas		
Consortiação de Culturas		
Plantio direto		
Agricultura orgânica		
Outros.....		

8.3.2. O Sr.(a) dispõe/utiliza ou pratica de:

Especificação	Sim	Não
Pasto rotacionado		
Silagem		
Vacinação		
Ração concentrada		
Inseminação Artificial		
Outros.....		

8.4. O Sr(a). emprega trabalhadores? () não () sim. **Se sim**, em que fase?.....
 De qual tipo:() permanentes () temporários () parceiros () agregados () vizinhos () mutirão () diarista () outros.Quais?.....
 Quantos?.....

9. Acesso às políticas de apoio a agricultura familiar

9.1.Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

O Sr(a).já utilizou financiamento do PRONAF?

() Sim, **utilizo anualmente**, () Sim, **já utilizei, mas não faço uso atualmente**, () Não utilizei, mas tive/tenho interesse em utilizar, () Não utilizei e nunca tive interesse em utilizar, () Não conheço o PRONAF

9.2.O Sr(a). encontrou algum tipo de dificuldade para acessar o PRONAF¹⁰¹?

() Não () Sim. **Se sim**. Quais?

() excesso de documentação, () dificuldade posta pelo banco, () falta de informações,

() falta de assistência técnica, () outras. Quais?.....

Se não, quais as maiores dificuldades encontradas para ter acesso ao financiamento do PRONAF?

() receio de fazer dívidas, () receio de perder a propriedade/hipoteca, () exigência de documentação/burocracia, () dificuldades para elaboração do projeto, () dificuldade posta pelo banco,

() atraso no financiamento

() não necessita de financiamento () outras _____

Na modalidade custeio e investimento, em que ano foi utilizado o financiamento do PRONAF?

Custeio		Investimento		Mais Alimentos	
Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	
1996/97	2005/06	1996/97	2005/06		
1997/98	2006/07	1997/98	2006/07		
1998/99	2007/08	1998/99	2007/08	2007/08	

¹⁰¹ Questão aplicada apenas para agricultores que acessaram ou tiveram interesse em acessar o PRONAF.

1999/00		2008/09		1999/00		2008/09		2008/09	
2000/01		2009/10		2000/01		2009/10		2009/10	
2001/02		2010/11		2001/02		2010/11		2010/11	
2002/03		2011/12		2002/03		2011/12		2011/12	
2003/04		2012/13		2003/04		2012/13		2012/13	
2004/05				2004/05					

9.3. Além do financiamento do PRONAF, o Sr(a). utiliza, ou utilizou recentemente outro tipo de financiamento agropecuário? () Sim, () Não. Se sim. Qual?.....

Por meio de qual instituição financeira?.....Qual o valor?.....

9.3.1. Na modalidade custeio, em que ações o Sr. alocou os recursos do PRONAF?

- () Aquisição de mudas/sementes, () Aquisição de insumos/fertilizantes e defensivos agrícolas
() Outros.Quais?

9.3.2. Na modalidade investimento, em quais ações o Sr. empregou os recursos do PRONAF?

- () tanque de resfriamento de leite
() Aquisição de matrizes leiteiras/investimento na melhoria do plantel bovino,
() Compra de ordenhadeira mecânica,
() melhoria na infraestruturda da propriedade (construção de barracão, tulhas, silos, etc.),
() trator,caminhonete
() Aquisição de aparelho e material de irrigação, () Outros. Quais?

9.3.3. Na modalidade Mais Alimentos, em que ações o Sr. alocou os recursos do PRONAF?

9.4. Como o Sr(a). avalia o PRONAF

- () Ótimo, () Bom, () Regular, () Ruim, () Péssimo, () Nunca utilizou, não tem conhecimento,
() Não sabe, () Não quis responder.

Por quê? No que o PRONAF é positivo e no que ele é negativo? O que poderia ser feito para que o Programa fosse melhor para os agricultores familiares?

9.5.Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

9.5.1 O Sr.(a) conhece o PAA?() Sim, () Não.

9.5.2. E o PNAE (merenda escolar) o Sr(a).conhece?() Sim, () Não.

Já entregou alimentos ao PNAE?() Sim, () Não.

9.5.3.O Sr.(a) entrega(ou) alimentos ao PAA?() Sim, () Não.

Se não, têm ou teve interesse em entregar alimentos ao PAA?() Sim, () Não.

Se sim, por que não aderiu ao PAA? Ou o que o impediu de participar do programa?

- () Não possui DAP, () Volume pequeno de recursos obtido na venda de produtos ao programa, () Outros.
Quais?

9.5.4. Desde¹⁰² quando o Sr(a)., entrega alimentos ao PAA? Qual o valor total dos produtos entregues?A sua participação no programa é contínua (não fica grandes intervalos de tempo sem entregar no programa), ou é esporádica (por exemplo: participa em 1 ano e em outro não)?

9.5.5. Como o Sr(a). avalia o PAA?

- () Ótimo, () Bom, () Regular, () Ruim, () Péssimo, () Nunca utilizou, não tem conhecimento, () Não sabe, () Não quis responder.

No que o PAA é positivo e no que ele é negativo? O que poderia ser feito para que o programa fosse melhor para os agricultores familiares?

9.6.Programa Territórios da Cidadania do Vale do Mucuri - PTC

9.6.1. O Sr(a). conhece o PTC (território cidadania)? () Sim, () Não.

9.6.2.O Sr(a). participa ou participou de reuniões do PTC?() Sim, () Não. **Se sim**, quais ações foram apoiadas pelo PTC para no córrego, a associação ou município?

9.7.Programa Combate à Pobreza Rural – PCPR

9.7.1.O Sr(a). conhece o PCPR ? () Sim, () Não.

¹⁰² Questão a serem respondida apenas por agricultores que já entregaram alimentos ao PAA?

9.7.2. Há alguma ação ou projeto que foi financiada pelo programa no córrego? () não () sim.
Se sim, poderia dizer qual(is) ?.....

9.7.3 Como o Sr(a). avalia o PCPR?

() Ótimo, () Bom, () Regular, () Ruim, () Péssimo, () Nunca utilizou, não tem conhecimento,
() Não sabe, () Não quis responder.

No que o PCPR é positivo e no que ele é negativo? O que poderia ser feito para que o programa fosse melhor para os agricultores familiares?

9.8. Associação de produtores rurais

9.8.1. Participa de alguma associação de agricultores? () não () sim.
Qual?.....

Desde quando o Sr(a). é filiado da associação de agricultores ?.....Por que se filiou? Quais as vantagens?

9.8.2. O Sr(a). é filiado a algum sindicato rural? () Sim () Não. **Se sim**, qual (is)?.....
.....Desde quando?.....Por que se filiou? Quais as vantagens?

9.8.3. O Sr(a). ocupa ou já ocupou algum cargo nessas organizações coletivas? () não () sim,
qual?.....O que achou/acha da experiência? Quais as dificuldades encontradas?

9.8.4. A associação promove reuniões? () Sim () Não.

Se sim, o Sr(a). frequenta? () Sim () Não.

Com que frequência elas ocorrerem?

() Semanalmente, () Quinzenalmente, () Mensalmente, () Trimestralmente, () Semestralmente, ()
Anualmente, () Não sabe.

9.8.5. O Sr(a). acha que o envolvimento em organizações coletivas pode melhorar a situação dos agricultores familiares frente as dificuldades de ordem econômica, política (rentabilidade, falta de atenção dos poderes públicos, dentre outras) ?

() Sim () Não. Por quê?

9.8.6. Atualmente, qual o papel desempenhado pela associação junto a agricultura familiar? De que forma ela têm apoiado o Sr(a). e os demais agricultores familiares? Qual(is) o(s) interesse(s) na manutenção da associação?

9.8.7. Quanto ao futuro da organização, quais as perspectivas (manutenção, extinção)? Sob que condições ela poderá continuar existindo e por que ela poderá desaparecer?

9.9. Os programas de apoio a agricultura familiar (PRONAF, PAA e PNAE) tem conseguido assegurar a sucessão na agricultura familiar na localidade? () Sim, () Não. Por quê?

9.9.1. Em sua opinião, quais são as perspectivas para a região em relação a evolução da atividade agropecuária (por exemplo: área ocupada pelas pastagens, feijão etc.) e da agricultura familiar (levando em conta as dificuldades na sucessão e da falta de mão de obra) ?

Observações a serem feitas na propriedade:
